



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 11, SEXTA-FEIRA, 17 DE FEVEREIRO DE 2017

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**

Presidente

**Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)**

2º Vice-Presidente

**Senador José Pimentel (PT-CE)**

1º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

2º Secretário

**Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**

3º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)**

4ª Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochaël**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Ilana Trombka**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen





ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### **1 – ATA DA 10ª SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2017**

1.1 – ABERTURA ..... 12

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

**1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) ..... 12**

##### **1.2.2 – Oradores**

Senador Lasier Martins – Esclarecimentos sobre o posicionamento contrário de S. Exª ao mérito do texto da PEC 3, de 2017; e outro assunto. .... 12

Senador Romário – Críticas à situação de abandono das instalações olímpicas. .... 19

##### **1.2.3 – Requerimento**

Nº 78/2017, do Senador Fernando Bezerra e outros Senadores, de adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 147/2015 ..... 22

##### **1.2.4 – Oradores (continuação)**

Senadora Lúcia Vânia – Alerta para a necessidade de melhora na qualidade dos gastos públicos no Brasil, principalmente no que se refere à segurança pública. .... 23

1.3 – ORDEM DO DIA

##### **1.3.1 – Inclusão em Ordem do Dia**

Inclusão do Projeto de Lei da Câmara nº 39/2016 na Ordem do Dia da presente sessão ..... 25

##### **1.3.2 – Questão de Ordem**

Suscitada pela Senadora Gleisi Hoffmann, a ser respondida oportunamente pela Presidência ..... 25



### 1.3.3 – Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2016, da Comissão Diretora, que *altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.* **Transcorrida a terceira sessão de discussão, em primeiro turno.** .....

26

### 1.3.4 – Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 61/2015, tendo como primeira signatária a Senadora Gleisi Hoffmann, que *altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.* **Transcorrida a primeira sessão de discussão, em primeiro turno.** .....

26

### 1.3.5 – Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera o art. 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias (veda edição de MP que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos).* **Transcorrida a discussão, em primeiro turno, após leitura da Emenda nº 1 e proferido o Parecer nº 11/2017-PLEN-SF, pelo Senador Romero Jucá, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.** .....

30

### 1.3.6 – Item 4

Projeto de Lei do Senado nº 147/2015, de autoria do Senador Otto Alencar, que *altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar que o produto da arrecadação dos impostos federais do art. 153, incisos I, II e IV, da Constituição Federal incidentes sobre medicamentos e derivados do tabaco bem como o produto da arrecadação do imposto federal do art. 153, inciso III, da Constituição Federal incidente sobre os lucros apurados das empresas produtoras desses bens sejam vinculados ao Fundo Nacional de Saúde.* **Apreciação adiada** .....

31

### 1.3.7 – Item extrapauta

Projeto de Lei da Câmara nº 39/2016 (nº 7.313/2014, na Câmara dos Deputados), do Deputado Décio Lima, que *confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja.* **Aprovado. À sanção.** .....

31

## 1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

### 1.4.1 – Oradores

Senador Humberto Costa, como Líder – Críticas à proposta do Governo Federal de reforma da previdência; e outros assuntos. ....

33

Senador Jorge Viana – Críticas à falta de divulgação de recente pesquisa segundo a qual houve crescimento do Partido dos Trabalhadores nas intenções de voto para presidente da República. ....

36

### 1.4.2 – Apreciação de requerimento



Nº 922/2016, do Senador Cidinho Santos. <b>Aprovado.</b> .....	36
<b>1.4.3 – Oradores (continuação)</b>	
Senador Paulo Paim – Proposta de instauração de uma CPI para investigar as contas da previdência e críticas à proposta do Governo Federal de reforma da previdência. ....	44
Senador Pedro Chaves, como Líder – Registro da sanção, pelo Presidente Michel Temer, da lei do novo ensino médio. ....	50
Senador Paulo Rocha – Destaque para os entraves ao desenvolvimento no Estado do Pará; e outros assuntos. ....	51
Senadora Gleisi Hoffmann, como Líder – Solidariedade ao movimento Ocupa Paulista e críticas à política habitacional do Governo Federal. ....	54
<b>1.4.4 – Devolução de matéria</b>	
Devolução à Câmara dos Deputados do Projeto de Lei da Câmara nº 80/2016, em atendimento a ordem judicial. ....	58
<b>1.4.5 – Oradores (continuação)</b>	
Senador José Medeiros – Explicações acerca de noticiado encontro de S. Ex <sup>a</sup> com o Senador Wilder Moraes; e outros assuntos. ....	59
Senador Dário Berger – Alerta para a urgência de medidas de fomento ao emprego no Brasil; e outros assuntos. ....	62
Senador Reguffe – Críticas à carga tributária dos medicamentos no Brasil. ....	65
1.5 – ENCERRAMENTO .....	68

## PARTE II

### 2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 10ª SESSÃO

#### 2.1 – EXPEDIENTE

##### 2.1.1 – Comunicações

Da Senadora Kátia Abreu, que justifica a não participação de S. Ex <sup>a</sup> em missão realizada no período de 25 de junho a 3 de julho último ( <b>Memorando nº 10/2017</b> ). ....	71
Da Senadora Kátia Abreu, que justifica a não participação de S. Ex <sup>a</sup> em missão realizada no período de 12 a 18 de novembro último ( <b>Memorando nº 11/2017</b> ). ....	72

##### 2.1.2 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Decreto Legislativo nº 7/2017 (nº 23/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2013</i> . ....	74
Projeto de Decreto Legislativo nº 8/2017 (nº 29/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria, assinado em Brasília, em 11 de março de 2013</i> . ....	77



Projeto de Decreto Legislativo nº 9/2017 (nº 34/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010.</i> .....	86
Projeto de Decreto Legislativo nº 10/2017 (nº 60/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.</i> .....	95
Projeto de Decreto Legislativo nº 11/2017 (nº 85/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo Constituinte do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPECSA), celebrado em São José, Costa Rica, em 18 de fevereiro de 1994.</i> .....	114
Projeto de Decreto Legislativo nº 12/2017 (nº 87/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, celebrado em Brasília, em 29 de julho de 2013.</i> .....	146
Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2017 (nº 89/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.</i> .....	149
Projeto de Decreto Legislativo nº 14/2017 (nº 125/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012.</i> .....	159
Projeto de Decreto Legislativo nº 15/2017 (nº 126/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>aprova o texto da Decisão nº 2/2012 do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas, que decide aprovar o Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, no âmbito do Conselho de Saúde Sul-Americano, adotada na Cúpula de Lima, em 30 de novembro de 2012.</i> .....	168
Substitutivo da Câmara nº 1/2017, ao Projeto de Lei do Senado nº 405/2016 (nº 6.568/2016, na Câmara dos Deputados), da Comissão Diretora, que <i>altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que "dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País".</i> .....	181

### 2.1.3 – Pareceres

Nº 3/2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº "S" 82/2015. <b>Arquivamento do referido Ofício.</b> .....	189
Nº 4/2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Emenda da Câmara nº 2/2014 ao Projeto de Lei do Senado nº 464/2011 .....	190
Nº 5/2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 401/2012 .....	196
Nº 6/2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício nº "S" 28/2014. <b>(conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 3/2017). Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que a matéria seja apreciada pelo Plenário (Ofício nº 3/2017-CCJ).</b> .....	206
Nº 7/2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 214/2014 .....	216



Nº 12/2017-PLEN/SF, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 401/2012 (tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 472/2012). **Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o referido Projeto seja apreciado pelo Plenário (Ofícios nºs 4 e 5/2017-CCJ).** ..... 235

#### 2.1.4 – Requerimentos

Nº 77/2017, do Senador Ataídes Oliveira, de retirada do Requerimento nº 247/2016. **Deferido.** .... 244

Nº 78/2017, do Senadores Fernando Bezerra e Ataídes Oliveira, de adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 147/2015 ..... 245

### 2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

#### 2.2.1 – Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015

Emenda nº 1 ..... 247

Parecer nº 11/2017/PLEN-SF ..... 251

#### 2.2.2 – Projeto de Lei da Câmara nº 39/2016

Matéria aprovada ..... 258

## PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL ..... 259

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA ..... 262

5 – LIDERANÇAS ..... 263

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS ..... 266

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO ..... 271

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES ..... 272

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS ..... 311

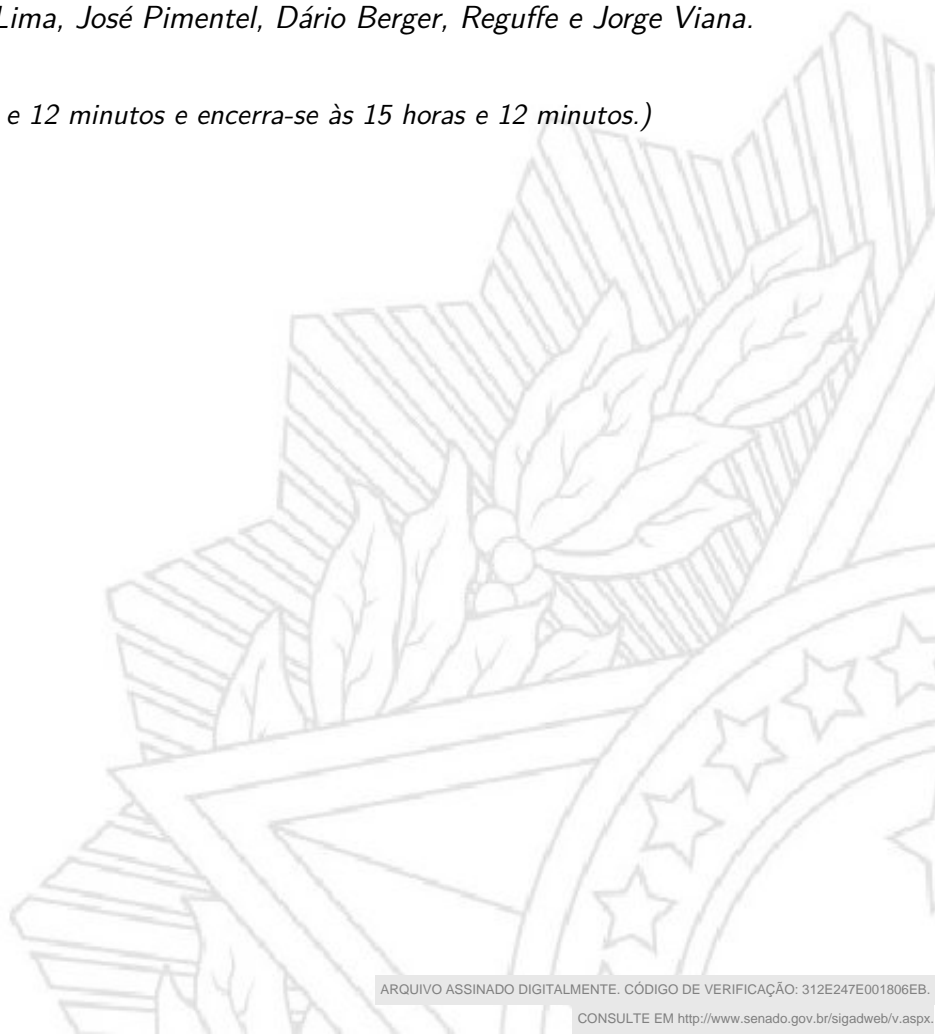


10ª Sessão, Deliberativa Extraordinária,  
em 16 de Fevereiro de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Cássio Cunha Lima, José Pimentel, Dário Berger, Reguffe e Jorge Viana.*

*(Inicia-se a sessão às 11 horas e 12 minutos e encerra-se às 15 horas e 12 minutos.)*







# REGISTRO DE COMPARECIMENTO

## Senado Federal 55ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

**10ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas**  
**Período: 16/02/2017 07:00:00 até 16/02/2017 20:35:00**

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PV	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PR	MT	Cidinho Santos	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X
PMDB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTC	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X
PMDB	DF	Hélio José	X
PT	PE	Humberto Costa	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
PT	AC	Jorge Viana	X
DEM	RN	José Agripino	X
PSD	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PMDB	TO	Kátia Abreu	X
PSD	RS	Lasier Martins	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X
PR	ES	Magno Malta	X
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X
PMDB	SP	Marta Suplicy	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X

Emissão 17/02/2017 08:28:36





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO

## Senado Federal 55ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

### 10ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11 horas

Período: 16/02/2017 07:00:00 até 16/02/2017 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
-	DF	Reguffe	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X
PP	BA	Roberto Muniz	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PTB	RR	Thieres Pinto	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
PP	GO	Wilder Moraes	X
PMDB	MG	Zezé Perrella	X

*Compareceram 65 senadores.*

Emissão 17/02/2017 08:28:37



# ATA



**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa e que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do sumário**)

Nós temos hoje, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores e telespectadores da TV Senado, quatro projetos em pauta: três deles, emendas à Constituição; e outro, um projeto de origem do Senado, de autoria do Senador Otto Alencar.

Nós vamos iniciar a sessão com os oradores inscritos para que possamos ter um maior número de Parlamentares no plenário, de forma a cumprir as sessões de discussões necessárias para a votação das PECs – as propostas de emenda à Constituição ainda não cumpriram o prazo regimental para discussões –, e possamos ter quórum suficiente para o debate, a discussão natural, e para a deliberação sobre o projeto de lei.

Portanto, para que possamos iniciar a ordem de inscritos, tenho, aqui à mesa, a relação dos Senadores inscritos e dos presentes.

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Passo a palavra à Senadora Regina, pela ordem.

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu quero fazer uma justificativa para passar adiante e eu volto outra hora. Eu estou presidindo um debate da Pauta Feminina que está andando. Então, eu abro mão agora e volto para falar depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O.k.

**A SR<sup>a</sup> REGINA SOUSA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sem nenhum problema.

Indago ao Senador Lasier se já deseja fazer uso da tribuna, para que nós possamos ter maior frequência dos Senadores e das Senadoras?

Do contrário, eu poderei ter a opção de suspender momentaneamente a sessão. O problema é que muitos Senadores encontram-se numa solenidade no Palácio do Planalto para sanção do projeto recém-aprovado do novo ensino médio. O próprio Presidente Eunício Oliveira já esteve aqui no plenário – e registro, mais uma vez –, esteve pontualmente para a abertura da sessão, mas S. Ex<sup>a</sup> tinha esse compromisso no Palácio do Planalto e designou-me para abrir a sessão.

Mas já temos na tribuna o Senador Lasier. V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo regimental de 20 minutos – dez minutos, perdão, pois 20 minutos é após a Ordem do Dia –, para que possamos começar a sequência dos oradores e aguardar o maior comparecimento dos Parlamentares em plenário.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra por dez minutos.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, (*Fora do microfone*.) Cássio Cunha Lima.

Srs. Senadores e Senadoras, eu quero primeiro dizer, Presidente, que eu não paro de dar entrevista, desde ontem à noite, sobre um grosseiro erro cometido ontem, ao se assinar uma



proposta de emenda à Constituição que dizia respeito à isenção de responsabilidade dos Presidentes da Câmara e do Senado, com relação a crimes eventualmente cometidos antes de assumirem as respectivas Mesas do Senado e da Câmara. Eu quero dizer que é uma praxe, conhecida dos Senadores, de se assinar, em solidariedade, diplomaticamente, com os companheiros do Senado, apoio aos seus projetos de lei.

E foi o que fiz ontem pela manhã, pois, sem ter dado a devida atenção, mais em solidariedade pela praxe, eu assinei apoio àquela proposta do Senador Romero Jucá, mas, com relação ao mérito, discordando inteiramente. De modo que foi uma precipitação, foi um engano.

Eu passei a receber telefonemas das emissoras de rádio e dos jornais, considerando a posição que eu tenho adotado aqui no Senado com relação à corrupção e ter exatamente apoiado um projeto que tenta dispensar de responsabilização quem cometeu crime antes de assumir a Mesa do Senado ou da Câmara. Então, eu quero dizer ao público telespectador da TV Senado que foi uma medida diplomática dentro de uma praxe reinante aqui no Senado de dar apoio aos colegas que sempre precisam de um mínimo de 28 assinaturas, mas com uma discordância completa com relação ao mérito.

Ainda bem que, à noite, o Senador Jucá, percebendo a contrariedade, a rejeição dos brasileiros com relação àquela proposta, retirou a PEC.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Lasier, dentro do possível, eu quero um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Concedo agora, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Lasier, primeiro, eu quero dar um depoimento. Sei muito bem da sua posição. E algumas pessoas confundem quando um Senador ou um Deputado acaba assinando, em solidariedade ao colega, a tramitação de uma proposta, mas deixando muito claro – e esta eu sei que é a posição de V. Ex<sup>a</sup> – ...

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Obrigado.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que: "Sou contra o mérito e votarei contra". Eu canso de encaminhar projetos no mundo do trabalho e na área social, em que o Senador ou o Deputado me diz: "Paim, eu posso assinar para tramitar, mas não conta comigo na hora do voto, porque eu sou contra". Então, eu acho que é uma sacanagem quando divulgam o nome de algum Senador ou de um Deputado que deixa claro – e a sua história mostra, em todos os temas semelhantes, que sempre votaram contra – que é contra o mérito. Que bom que o Senador Romero Jucá retirou a proposta, porque, ontem, quando me perguntaram – e, por isso, estou falando sobre a sua posição –, eu disse: "Lasier é contra, eu sei a posição dele. Não tenho nenhuma dúvida". Essa proposta não fará 20 votos no plenário. Que bom que ele retirou! Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Estou solidário, porque sei a posição de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Senador Paulo Paim, esse seu apoio moral me fortalece muito, porque saiba V. Ex<sup>a</sup> do abatimento de que fui tomado desde ontem à noite quando as emissoras de rádio do Rio Grande do Sul e os jornais aqui de Brasília começaram a perguntar: "De que modo o senhor foi assinar uma medida que contradiz radicalmente as posições que tem tomado no plenário e nas suas propostas?"

Eu queria dar essa explicação aqui, até porque acabei de dar uma longa entrevista agora há pouco para a Rádio Gaúcha. Recebi críticas contundentes da Rádio Gaúcha, embora tenha



explicado que é uma praxe. Como V. Ex<sup>a</sup> salientou muito bem, nós podemos assinar mas dizendo: "Eu assino em apoio para a discussão, mas discordo inteiramente do conteúdo". E foi exatamente naquele momento um pouco atribulado em que estávamos discutindo tema importante lá na CCJ, em que eu praticamente não tive tempo de pensar no que estava ali, exatamente por alguns colegas que haviam assinado, com os quais tenho muita afinidade, de modo que apus ali a minha subscrição.

Dou essa explicação para dizer que isso não vai se repetir mais. A lição foi duríssima no que aconteceu, Senador Alvaro Dias, mas ninguém está livre disso.

Agora, eu acho que a crítica que estou recebendo, particularmente no Rio Grande do Sul, onde sabem da minha posição, sabem que eu estou aqui, inclusive, com emendas que já registrei tentando reabilitar, resgatar o projeto das dez medidas anticorrupção... Inclusive, estou aqui encaminhando, neste momento, um requerimento ao Presidente dos trabalhos, ao Senador Cássio, com a assinatura de 90% dos Líderes, em que eu estou pedindo calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 35, em que quero discutir com o Plenário o critério de indicação dos Ministros do Supremo, em que tem havido, ultimamente, uma verdadeira politização da Justiça, através da sua instância maior. E o projeto é muito bem conhecido do meu eminente e admirável colega Antonio Anastasia, que foi o Relator da PEC que passou pela CCJ. Enfim, pelas posições, pela coerência que eu tenho mantido aqui... Ontem, houve um lapso, houve um deslize, mas me parece que isso é natural, a falibilidade humana, Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (Bloco Social Democrata/PV - PR) – Senador Lasier, fique tranquilo. O Brasil já conhece o comportamento de V. Ex<sup>a</sup>. É evidente que é praxe aqui na Casa essa assinatura para tramitação de matérias, e, realmente, muitas vezes, nem se lê o conteúdo delas. Essa é uma matéria reprovável.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Exato.

**O Sr. Alvaro Dias** (Bloco Social Democrata/PV - PR) – É surpreendente até que alguém possa apresentar uma proposta dessa natureza, na contramão do que deseja o povo do País. Ao invés de estarmos votando aqui o fim do foro privilegiado, querem o fortalecimento desse instituto reprovável, que possibilita 68% de prescrição das ações no Supremo Tribunal Federal. Apenas 0,74% das ações foram julgadas. Uma proposta dessa natureza é um escárnio, é um acinte que compromete o autor, exatamente porque contraria essa aspiração nacional de ver todos nós iguais perante a lei, art. 5º da Constituição. É lastimável que isso ocorra em um momento tão crucial para o futuro do País como este que estamos vivendo. V. Ex<sup>a</sup> pode estar tranquilo de que não está sob suspeição.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado. Depoimentos como o de V. Ex<sup>a</sup>, quanto o de Paulo Paim me tranquilizam, porque eu quero dizer que vivi horas de muita intranquilidade de ontem para hoje diante daquela assinatura que é muito comum aqui e que, entretanto, atraiu sobre mim críticas pesadíssimas, que eu acho que não merecia, principalmente quando as minhas posições, pouco a pouco, de Senador de poucos anos aqui – apenas dois anos –, vêm sendo conhecidas, sendo contra qualquer tipo de corrupção e tendo pleiteado tanto aqui também o apressamento das delações premiadas, para que sejam reveladas, até porque isso convém a todos, definindo-se quem tem culpa em cartório e quem não tem. Isso é bom também para os implicados, a fim de que se decida se são inocentes ou não. Entretanto, por causa de uma assinatura, caiu o mundo sobre a minha cabeça, Senador Antonio Anastasia.





**O Sr. Antonio Anastasia** (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Muito obrigado, Senador Lasier Martins. Eu gostaria, fazendo coro com meus pares que me antecederam em um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, dizer, de fato, que essas assinaturas – e muitas pessoas não conhecem – se revelam uma prática de cortesia parlamentar. Na medida em que o Regimento determina, assim como a própria norma constitucional, que, para a tramitação e até para a discussão de uma PEC, há necessidade de um terço de assinaturas, é muito comum que isso ocorra. Então, V. Ex<sup>a</sup> está sendo vítima desse sofrimento, porque, de fato, há essa falta de conhecimento dessa cortesia. Eu quero registrar aqui, mais uma vez publicamente, especialmente aos gaúchos que o acompanham e o conhecem tanto, esse seu comportamento sempre muito republicano e muito firme nos seus princípios éticos. Discutimos até na CCJ, anteontem, exatamente temas relativos a esse aspecto, com V. Ex<sup>a</sup> sempre manifestando a sua posição bastante forte nessa mesma vereda e nessa mesma trilha. Então, o esclarecimento que V. Ex<sup>a</sup> faz é bom. É de bom alvitre que o faça, já que ficou de fato aborrecido com essa pressão, mas isso aconteceu em razão exatamente dessa cortesia que se faz entre os pares para que a matéria eventualmente seja discutida. E houve essa assinatura, que V. Ex<sup>a</sup> mesmo acaba de afirmar, que foi motivada exclusivamente com o propósito de permitir isso, sem o conhecimento ou a aprovação do seu conteúdo ou do seu teor. A minha palavra, Senador Lasier, é exatamente para reafirmar não só o apreço da Casa a V. Ex<sup>a</sup>, mas para dizer que todos que o conhecem sabem bem de sua posição muito firme contra qualquer tipo de conduta que possa favorecer impunidade ou algo que o valha no mesmo sentido. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Muito obrigado.

Eu, pouco a pouco, vou recebendo esse conforto moral tão importante, e vão me aliviando os sentimentos de que estou tomado desde ontem. Lamento apenas que críticos, inclusive de uma emissora na qual trabalhei tantos anos, como foi a Rádio Gaúcha, há pouco, tenham reproduzido apenas a parte negativa do acontecimento, quando me parece que isso não é justo, uma vez que dei a explicação de que é uma praxe aqui no Senado, que é uma cortesia, que é a palavra adequada que V. Ex<sup>a</sup> usa, uma cortesia parlamentar, assinar em solidariedade aos colegas, que precisam, no mínimo, de 28 assinaturas. Então, eu me sinto mais aliviado.

E, para arrematar, Senador Presidente Cássio Cunha Lima, eu quero encaminhar a V. Ex<sup>a</sup> um pedido firmado por 90% dos Líderes dos partidos aqui no Senado de um calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 2015, em que proponho a alteração do art. 101 da Constituição Federal, para modificar a forma de escolha dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Desde o meu tempo de jornalista, eu sustentei muitas vezes, em comentários, que não há o preceito constitucional de independência dos Poderes, quando o Poder Judiciário depende tanto do Poder Executivo. É o Poder Executivo que escolhe os Ministros que vão julgá-los mais tarde. Isso está errado e precisa ser discutido.

Eu tenho uma proposta que já está protocolada aqui desde o ano passado, tendo passado pela Comissão de Constituição e Justiça, pela qual estou propondo que o mundo jurídico defina quem deve ir para o Supremo, não quem tenha ligações partidárias ou ligações políticas, e que uma comissão de sete personagens – a saber, o Presidente do Supremo, o Presidente do STJ, os três Presidentes dos Tribunais Superiores, o Militar, o do Trabalho e o Eleitoral, mais o Procurador-Geral de Justiça e o Presidente do Conselho da OAB – se reúna em até um mês da vacância para realizar um lista tríplice de juristas de notório saber jurídico, idade de 35 anos, 15 anos de experiência, ilibada conduta. E eles mandam, então, essa lista tríplice para o Presidente



da República, que vai pinçar um nome, que mandará para a sabatina do Senado. E será mandato de dez anos, não vitaliciedade, o que não é republicano.

Eu quero encaminhar, Presidente, esse requerimento. Já falei, anteontem, na reunião dos Líderes, com o Presidente Eunício, pedindo a marcação de data...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. LASIER MARTINS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – ... para discutirmos, aqui, no Senado, essa PEC.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Lasier, agradeço a contribuição sempre com o tempo, que V. Ex<sup>a</sup> tem, ao ocupar a tribuna.

Permito-me fazer alguns comentários acerca do seu pronunciamento, informando, em primeiro lugar, à Casa que a PEC nº 3, de 2017, foi retirada de tramitação a pedido do próprio autor. O Senador Romero Jucá, autor da PEC nº 3, tomou a iniciativa de pedir a retirada da sua tramitação. Portanto, a matéria já não tramita mais, formalmente, na Casa.

E não custa reforçar aquilo que já foi dito pelo Senador Alvaro, pelo Senador Paim, pelo Senador Anastasia em conforto a V. Ex<sup>a</sup>. Trago também da Presidência o meu testemunho da sua lisura, da sua correção, da sua postura cautelosa e ética, mas este é um momento em que é preciso trazer alguns esclarecimentos para a opinião pública, para aqueles que acompanham a TV Senado. É uma praxe parlamentar, não apenas aqui, mas em qualquer parte do mundo, a assinatura, sem nenhum compromisso com o mérito, para que as matérias tramitem. Nós estamos em um Parlamento, nós estamos em uma Casa legislativa, em que as propostas de emenda à Constituição, exatamente por sua complexidade, exigem um número mínimo de assinaturas, diferentemente de um projeto de lei ordinária – e aí quero ser muito didático nisto –, em que basta a assinatura do autor para a proposta passar a tramitar. Por zelo e por cuidado nas reformas da Constituição, apenas para tramitar a proposta, se faz necessária a assinatura de um terço do Senado Federal. No mínimo, 27 Senadores precisam assinar, para que a proposta tramite. E, muitas vezes, como foi o caso em espécie, a assinatura é feita por cortesia, por gentileza, por coleguismo – para usar uma expressão mais popular: por coleguismo –, para que as matérias possam ter discussão e debate. Não há como você criminalizar o debate, não há como impedir a discussão de qualquer que seja a proposta. Se foi oportuna ou não, são outras questões que serão analisadas, tanto que, dada a própria repercussão, o Senador Romero Jucá, por iniciativa própria, pediu a retirada de tramitação da matéria.

Eu vou dar um outro exemplo que eu acho que é muito representativo, já que o Senador Alvaro Dias falou no foro privilegiado.

Logo que cheguei aqui, Senador Tasso, apresentei uma proposta de emenda à Constituição. Era a PEC nº 10, de 2012. O que propunha essa PEC? O fim do foro privilegiado. Eu fui autor de uma proposta de emenda à Constituição que tinha por objetivo acabar com o foro privilegiado.

Pois bem, tão logo colhi as assinaturas, ato contínuo, semanas após, iniciou-se o julgamento do mensalão. O que fiz, naquele instante? Para não ser acusado de estar tentando beneficiar aqueles que estavam sendo julgados, já no Supremo, pelas acusações do mensalão, retirei a proposta e não a trouxe de volta.

Mas veja como, na política, às vezes, um objetivo tem uma interpretação completamente diversa da sua real intenção.



Hoje se discute, com profundidade, nesta Casa – e é um debate legítimo –, o fim do foro privilegiado. Há três anos, não mais do que três anos, fui o autor de uma PEC – PEC nº 10 – que propunha o fim do foro privilegiado. Tive de retirar porque, do contrário, eu seria acusado de estar tentando manobrar no julgamento do mensalão, impedindo que, com o fim do foro privilegiado, o Supremo pudesse concluir o julgamento.

Então, essas interpretações servem, Senador Lasier, para que V. Ex<sup>a</sup> tenha a tranquilidade e o conforto necessários. Para quem já tem, como eu tenho, trinta anos de mandato, eu já tenho o coro um pouco mais grosso e acostumado a conviver com esse tipo de crítica. V. Ex<sup>a</sup> vai ter que se habituar, naturalmente, com esse tipo de crítica, pois é da natureza da atividade, é da natureza da política. Fique tranquilo. Caminhe com a sua frente erguida, sempre erguida, porque V. Ex<sup>a</sup> é um grande Senador pelo Rio Grande do Sul. Aliás, o Rio Grande do Sul tem uma representação extremamente qualificada nesta Casa, por intermédio do Senador Paim e da Senadora Ana Amélia.

Portanto, nós vamos dar sequência à sessão de hoje com essa matéria já superada, vencida, repetindo o esclarecimento definitivo à opinião pública. A matéria não tramita mais na Casa. Ela foi retirada de tramitação por iniciativa do próprio autor.

Pela ordem, eu escuto, com muito prazer, o Senador Tasso Jereissati.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não poderia, Senador Cássio, Presidente desta sessão, deixar de juntar-me a todos os colegas que deram a palavra em solidariedade ao Senador Lasier. Eu gostaria de também dar o meu testemunho do comportamento absolutamente ético e republicano que o Senador Lasier tem tido aqui, em todos os momentos, inclusive nos momentos mais críticos e mais difíceis de serem enfrentados aqui, nesta Casa.

A assinatura dele, assim como a de outros Senadores, que eu sei, como V. Ex<sup>a</sup> também, que assinaram apenas cumprindo uma praxe que tem, como já foi tão bem explicado aqui por V. Ex<sup>a</sup> e pelo próprio Senador Lasier, de assinar-se qualquer pedido de encaminhamento de uma matéria para que se dê tramitação. Isso se faz praticamente todos os dias e aqui estamos assinando encaminhamento, sem que isso signifique nenhum tipo de apoio ou concordância com o mérito da questão. Às vezes, acontecem mal-entendidos como esse para aqueles que não conhecem a praxe da Casa.

Por isso, eu não poderia deixar de dar o meu testemunho sobre a lisura, sobre o comportamento absolutamente ético e republicano do Senador Lasier, que não merece, nessa questão, nenhum reparo. É isso que eu queria deixar como testemunho.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Esse é o sentimento de toda a Casa, Senador Tasso.

Tenha certeza, Senador Lasier, de que esse episódio já é – para usar também a linguagem parlamentar – matéria vencida. Sendo matéria vencida, já não há mais por que insistirmos na discussão desse tema. Prossiga com o seu mandato, prossiga com o seu trabalho em defesa do Rio Grande do Sul e do Brasil, com a sua coerência, a sua ética, a sua postura. Não se deixe abalar por algo que não tem maior expressão ou significado na vida concreta do povo brasileiro nem do Senado. Apenas fizemos aqui uma praxe, um ato de rotina de fazer com que a matéria pudesse tramitar, e ela já não está tramitando – repito e insisto – a pedido do próprio autor.

Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Romário...



**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE)

– Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... eu tenho muita alegria de registrar a presença... Antes do Senador Romário, eu vou conceder, pela ordem, Senador, a palavra ao Senador Fernando Bezerra. Mas, antes, Senador, quero registrar, com muita alegria, a presença, na galeria de honra, do Prefeito de Caraúbas, no Cariri paraibano, Silvano Dudu, acompanhado do seu secretário, Eduardo Belo, que também está aqui conosco.

Belo, prazer em reencontrá-lo!

O Senado Federal tem sempre muita alegria de receber os prefeitos. Nessas últimas semanas, muitos prefeitos de todos os Estados estiveram nas dependências do Senado visitando os Senadores, uma vez que o trabalho que os Senadores e as Senadoras realizam na defesa dos Municípios brasileiros tem esse reconhecimento pelos prefeitos.

O Senado o acolhe de forma fraterna. É um prazer e um privilégio tê-lo conosco nesta sessão.

Pela ordem, o Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É apenas para fazer o registro da audiência que tive, na manhã de hoje, com o Ministro da Fazenda, Dr. Henrique Meirelles, quando fui levar a ele a sugestão apresentada por técnicos do Banco do Nordeste para a redução dos juros do FNE.

A projeção da inflação já contempla uma taxa, ao final do ano, inferior a quatro pontos percentuais, e os juros que estão fixados para o FNE nas operações a serem contratadas até 31 de março apontam para um juro real que nunca ocorreu na história do FNE. Portanto, é importante, é urgente que o Ministério da Fazenda possa promover as alterações nas taxas de juros cobradas para esse importante fundo constitucional em promoção ao desenvolvimento regional.

Quero aqui registrar que encontrei boa e grande receptividade por parte do Ministro Henrique Meirelles, que determinou à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda que procedesse aos estudos, para que a gente possa ter uma notícia, daqui até o início de março, no sentido de a gente animar os empresários, os pequenos produtores, os comerciantes, aqueles que podem assumir o risco, tomar o dinheiro do banco, para poder gerar emprego, gerar renda e iniciar também a recuperação econômica do Nordeste.

Fiz questão de dizer, Presidente Cássio Cunha Lima, que, quando o Brasil entra em retração, como estamos vivendo, o Nordeste é quem mais sofre. Se o Brasil vai encolher três pontos e meio percentuais do seu PIB, o PIB do Nordeste vai encolher mais de cinco pontos percentuais. É importante, portanto, que o Governo trate, de forma diferenciada, a região Nordeste, e um dos primeiros passos é rever a taxa de juros do FNE.

O Presidente do Senado Federal Eunício de Oliveira já, na manhã de ontem, durante a solenidade da volta do programa do milho para os pequenos produtores rurais do Nordeste, já defendia essa bandeira. E eu sei que V. Ex<sup>a</sup> também defende essa bandeira, como todos os Senadores do Nordeste nesta Casa.

Portanto, vamos acompanhar de forma vigilante para que, até o início de março, possamos ter uma boa notícia, um instrumento valioso, importante, para animar a economia nordestina.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Fernando Bezerra, ontem fiz contato, por telefone, com o Presidente do Banco do Nordeste a respeito rigorosamente desse tema.



Tenho certeza de que não será uma luta apenas da Bancada do Nordeste, mas, também, do Centro-Oeste, que tem o seu fundo próprio de desenvolvimento, uma vez que todas as projeções econômicas – inclusive da Instituição Fiscal Independente do Senado, que passa a ser um órgão que serve de balizamento para as decisões do próprio Senado Federal e que pela credibilidade que será construída pelo trabalho que vem sendo coordenado pelo Dr. Felipe Salto, economista jovem, brilhante, talentoso –, inclusive com essas projeções já começando a ser observadas pelo mercado, além de outras projeções, apontam, como disse V. Ex<sup>a</sup> há poucos instantes, para uma inflação sob controle, terminando o ano em um patamar de 4% e com uma curva descendente da taxa de juros, com projeções para que a própria taxa Selic chegue ao final do exercício abaixo de dois dígitos.

Há uma projeção quase que consensual no mercado de que nós teremos, ao final do ano, uma taxa Selic em torno dos 9%, podendo ser, até quem sabe, um pouco menos, a partir de uma postura um pouco menos conservadora do Banco Central diante de uma inflação absolutamente controlada.

Portanto, este é um momento em que o Ministério da Fazenda... E contaremos com a sensibilidade do Ministro Meirelles e com a unidade da Bancada do Nordeste e do Centro-Oeste, para que essa projeção de curva de controle de inflação e também de redução da taxa Selic nos permita, nos Fundos Constitucionais do Nordeste e do Centro-Oeste, Senadora Lúcia Vânia, uma redução de taxa que estimule o nosso desenvolvimento, que estimule o nosso crescimento.

Eu felicito V. Ex<sup>a</sup> por trazer ao plenário este tema, que estará muito vivo até a sua decisão final, para que nós possamos, mais uma vez, defender o desenvolvimento do Brasil, que corresponde ao desenvolvimento do Nordeste.

Com o tempo regimental de cinco minutos, eu concedo à palavra ao Senador Romário, que fará uma comunicação inadiável.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra por cinco minutos.

**O SR. ROMÁRIO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Bom dia Presidente, bom dia Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, bom dia a todos que nos ouvem e que nos veem.

Sr. Presidente, a crise na economia e a realidade do esporte olímpico no Brasil são os temas deste meu discurso de hoje.

Na última década, o Brasil recebeu os maiores eventos esportivos do mundo. Tratava-se de um plano de governo que prometia gerar lucros através do incentivo ao turismo, de obras públicas e de infraestrutura esportiva que beneficiariam, também, a população. Além disso, a visibilidade das competições ajudaria a fortalecer a imagem do nosso País no exterior.

Dos Jogos Pan e Parapan-Americanos de 2007 aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, sediamos, também, os Jogos Mundiais da Juventude, Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, os Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol. Ao final, diante do sucesso na organização dos eventos, ficamos orgulhosos de termos sido anfitriões à altura da história de cada uma dessas competições.

Mas, apagada a chama olímpica, retornamos à realidade de nossas rotinas e ao compromisso de honrar as faturas. Coincidentemente, agravou-se a crise na economia nacional, e as finanças públicas dos Estados começaram a fazer água, em particular a do Rio de Janeiro.

E só então, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, observamos a dimensão da irresponsabilidade dos governantes que se aventuraram a incentivar o ciclo dos megaeventos esportivos sem o adequado planejamento financeiro.



Um desses irresponsáveis, o ex-Governador Sérgio Cabral, está preso há três meses, envolvido em um fenomenal esquema de corrupção que envolve a sua esposa, Adriana Ancelmo. Já o Ex-Prefeito Eduardo Paes, que gerenciou o projeto da Cidade Olímpica, desde dezembro saiu do circuito e sobre ele não se ouve mais falar.

Foi nessas gestões que se agravaram os problemas nas contas públicas do Rio de Janeiro, e aqui cito apenas um valor que dimensiona o caos: entre 2008 e 2013, Sr. Presidente, o Estado deixou de recolher, em ICMS, R\$138 bilhões, a título de incentivo fiscal para a Copa do Mundo, conforme revelou o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Hoje saiu a notícia de que o meu Estado perde R\$100 milhões por ano com isenção fiscal concedida a produtores de filé *mignon*, picanha e outras carnes nobres. Essas isenções representam quedas nas receitas e ajudam a entender a atual falência financeira do Rio de Janeiro.

O resultado desse desastre nos serviços públicos, todos conhecem. Mas repercute também no nosso principal patrimônio esportivo, o atleta. Desde o final do ano passado há uma fuga de patrocinadores das diferentes modalidades esportivas. Até o Comitê Olímpico do Brasil perdeu seus principais parceiros, Nike, Nissan e Bradesco. Essa debandada compromete o futuro profissional dos nossos competidores.

Diante disso, Sr. Presidente, como os atletas assumirão compromissos para planejar os seus treinamentos aos Jogos de Tóquio, em 2020, sem ter garantia de financiamentos? A natação, por exemplo, que teve investimentos de R\$59 milhões dos Correios, entre 2012 e 2016, contará com apenas R\$11 milhões nos próximos dois anos.

Esse panorama, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, demonstra como ainda somos frágeis no planejamento esportivo a longo prazo, e como o financiamento das confederações unicamente por verbas públicas já não se sustenta mais.

Enfim, e lamentavelmente, desperdiçamos a década dos megaeventos como ponto de partida para transformar o Brasil em uma potência no esporte. E se isso aconteceu, não foi por falta de alertas, é preciso dizer. Críticas à parte, lembro que o primeiro projeto de lei que apresentei como Senador da República, em 2015, era propondo a criação...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROMÁRIO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ...de um Fundo Nacional de Legado Olímpico e Paralímpico, para financiar projetos de acordo com os objetivos e metas do Ministério do Esporte. Os recursos seriam investidos prioritariamente em projetos para a manutenção dos equipamentos esportivos do Parque Olímpico, atualmente abandonado, e do Complexo de Deodoro.

Imediatamente fui à tribuna e proferi meu primeiro discurso no Senado Federal, quando defendi a aprovação do Projeto de Lei do Fundo Nacional do Legado Olímpico e Paralímpico. Na mesma ocasião, alertei para a necessidade de se ficar atento aos empreendimentos bilionários para os Jogos Rio 2016. O objetivo, como disse naquele discurso, era evitar a repetição da corrupção ocorrida na preparação dos Jogos Pan-Americanos de 2007 e na Copa do Mundo de 2014.

Sem exagero, podemos afirmar agora que os dirigentes em geral, os ministros de esporte que se sucederam, a Autoridade Pública Olímpica e o presidente do Comitê Olímpico do Brasil,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROMÁRIO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – ... Carlos Nuzman, relaxaram em suas obrigações, foram reprovados na gestão geral dos megaeventos e estão publicamente desmoralizados, infelizmente.





Exemplo disso é o abandono da maioria das áreas esportivas, entre elas a do Parque Olímpico, o coração dos Jogos Rio 2016.

Naquele parque e nas obras da região, o Governo Federal investiu R\$2 bilhões. Mas, hoje, sem conservação, as estruturas estão se estragando, e até a piscina usada por atletas olímpicos tornou-se um depósito de água parada. Repito: há dois anos alertei para esse gravíssimo risco de perda das instalações para os jogos e apresentei proposta para evitar o caos.

Ainda me lembro das cenas do Parque Olímpico lotado diante dos Jogos Rio 2016. Havia alegria e orgulho dos cariocas e dos visitantes em geral.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROMÁRIO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Hoje, a área está abandonada, e a imagem é desoladora.

O pior é que não se vê nos governantes de agora, como o Ministro do Esporte, Leonardo Picciani, o Prefeito do Rio, Marcelo Crivella, ou o Governador Luiz Fernando Pezão, ações para recuperar o prejuízo e tornar as instalações olímpicas um espaço de real aproveitamento público e centro de rentáveis promoções esportivas.

Já estou terminando, Presidente.

Sobre isso, o Prefeito Crivella poderia ter aproveitado sua recente vinda a Brasília para negociar com o Governo Federal recursos para a conservação e manutenção do Parque Olímpico. Ao contrário, Crivella veio tão somente para defender junto aos ministros do Supremo Tribunal Federal a nomeação do filho dele, Marcelo, para o cargo de Secretário-Chefe da Casa Civil da Prefeitura do Rio de Janeiro. As questões de interesse do Município e da população do Rio ficaram em segundo ou terceiro plano, porque Crivella negocia, prioritariamente, uma nomeação doméstica, que caracteriza um legítimo caso de nepotismo. É uma pena.

A situação das instalações olímpicas é tão grave que até o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Augusto Nardes, ficou impressionado com o que viu, em recente visita ao Rio de Janeiro, e desejou que tanto abandono não repita o destino das instalações dos Jogos de Atenas, que se tornaram inúteis depois dos Jogos de 2004. O Ministro anunciou, inclusive, que responsabilizará os dirigentes e governantes pela explícita omissão.

Mas de onde sairá dinheiro para socorrer o Parque Olímpico se prioridades como as nossas escolas, o sistema hospitalar e a segurança do Rio de Janeiro estão há anos na emergência?

Sr. Presidente, as autoridades governamentais e as das instituições privadas do esporte envolvidas nos megaeventos precisam explicar e ser responsabilizadas por tanto relaxamento e omissão frente à gestão do bem público.

Além do Tribunal de Contas, precisamos de uma investigação rigorosa da Polícia Federal, capaz de dimensionar o que há por trás de tanto desleixo e o real tamanho da corrupção decorrente dos megaeventos esportivos.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROMÁRIO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - RJ) – Tanta omissão levou o País a patinar na mesmice esportiva, no desperdício da verba pública e no comprometimento da carreira de nossos atletas. Quem responderá por isso?

Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Agradeço ao Senador Romário, também com a colaboração habitual do tempo do pronunciamento.



Nós estamos com a lista de oradores. O Senador Paim é o próximo inscrito dos presentes.

Antes de conceder a palavra ao Senador Paulo Paim, eu comunico ao Plenário que, após o pronunciamento do Senador Paim, estaremos abrindo a Ordem do Dia. Então, encareço a todos os Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências da Casa, nos seus gabinetes, que possam comparecer ao plenário.

Como foi dito no início da sessão, nós temos quatro itens na pauta: três PECs que estarão cumprindo prazo de discussão e um projeto de lei sobre cuja matéria há um requerimento de retirada de pauta sobre a mesa, que passo a ler, para que a Casa tome conhecimento:

Requeiro, nos termos do inciso I do art. 279 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2015, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de dezembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências para determinar que o produto da arrecadação dos impostos federais do art. 153, incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal, incidente sobre medicamentos e derivados do tabaco, bem como o produto de arrecadação do imposto federal do art. 153, inciso III, da Constituição Federal, incidente sobre os lucros apurados das empresas produtoras desses bens sejam vinculados ao Fundo Nacional de Saúde.

Para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, CCJ, além da constante no despacho inicial. **(Requerimento nº 78/2017 - Vide item 2.1.4 do sumário)**

O requerimento foi apresentado pelo Senador Fernando Bezerra e pelo Senador Antonio Anastasia.

A matéria, sem dúvida, é salutar, mas o ponto de dúvida que resta é sobretudo a repartição dos recursos para os Estados e os Municípios.

O Senado Federal tem sido absolutamente zeloso e cauteloso na repartição dos recursos com os entes federados, agiu assim na matéria mais recente da repatriação, que foi algo de fundamental importância para que Estados e Municípios pudessem ter um alívio em suas contas. Portanto, o Senado, mais uma vez, por meio do requerimento agora lido, assinado pelos Senadores Fernando Bezerra e Antonio Anastasia, apenas mantém a preocupação com o melhor debate sobre temas que dizem respeito aos entes federados – União, Estados e Municípios.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Sr. Presidente, como a Ordem do Dia, no meu entendimento, é pacífica, tranquila, pergunto se V. Ex<sup>a</sup> concorda em iniciar a Ordem do Dia, pois, daí, eu teria 20 minutos – esta é a questão –, para falar depois da Ordem do Dia, se assim V. Ex<sup>a</sup> concordar. Já que eu vou falar sobre os Municípios, eu precisaria de um pouquinho mais de tempo.

Então, esse é o apelo que eu faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Não por isso, porque eu lhe concederia com toda alegria, diante do número reduzido de Senadores e Senadoras no plenário, os 20 minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – V. Ex<sup>a</sup> é quem manda.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Eu tenho sido tolerante com o tempo, mas façamos o seguinte, se houver concordância de sua parte,



que tem preferência pela ordem de inscrição: a próxima oradora inscrita é a Senadora Lúcia Vânia. Eu poderei conceder a palavra por dez minutos à Senadora Lúcia Vânia, para que possamos ter o pronunciamento da Senadora. É o tempo de esperar um pouco mais de frequência no plenário dos Senadores. Acredito que nós vamos ter uma Ordem do Dia absolutamente tranquila. São apenas prazos de tramitação, de discussão das PECs, e já há o requerimento de retirada de pauta do Item 4.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O.k., Presidente.

Percebi que a Senadora vai nos ajudar.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Havendo concordância de V. Ex<sup>a</sup>, eu concedo, pelo tempo regimental de dez minutos, a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

Enquanto a Senadora Lúcia ocupa a tribuna, convido, mais uma vez, os Senadores e as Senadoras para que compareçam ao Senado, uma vez que, após o pronunciamento da Senadora Lúcia Vânia, nós estaremos abrindo a Ordem do Dia.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pelo tempo de dez minutos, Senadora Lúcia Vânia.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não sou a primeira que subo a esta tribuna, nesta Sessão Legislativa, para tratar do tema de segurança pública no Brasil. Já ouvimos aqui vários outros Senadores abordarem a crise no sistema penitenciário brasileiro, que deixou ao menos 138 mortos, apenas neste ano, no Amazonas, em Roraima e no Rio Grande do Norte.

Não serei eu também a primeira a tratar do aquartelamento da Polícia Militar do Espírito Santo, cuja paralisação seria uma das causas de mais de 140 mortes no Estado e cujo motim ameaça inspirar corporações de outras unidades da Federação.

E não creio que seja necessário que eu repita aqui que o Brasil hoje é um País violento, responsável – sozinho – por 10% de todos os homicídios ocorridos no mundo; que uma mulher brasileira é agredida a cada 15 segundos; que um idoso brasileiro é vítima de violência a cada dez minutos; que 18 mil crianças brasileiras sofrem maus-tratos a cada dia, segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal.

Neste nosso País, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a violência está naturalizada e incorporada à nossa rotina; rouba a vida principalmente dos mais jovens; deixa marcas profundas e de profundo custo social nos mais vulneráveis; restringe nosso direito de ir e vir; compromete nossa saúde mental, tornando-nos, todos, desconfiados; e tem um custo econômico para muito além do que podemos pagar: o BID calculou que a criminalidade custou ao País, em 2014, mais de US\$7 bilhões, ou seja, 3,14% do PIB brasileiro.

Trata-se do dobro da média dos países desenvolvidos, e o valor é equivalente ao total investido em infraestrutura. Dinheiro que poderia ter ido para a educação, dinheiro que poderia ter ido para a saúde, dinheiro que poderia ter sido gasto com o que promove a vida, mas que tivemos de gastar contra essa cultura da morte, protegendo-nos de nós mesmos.

A recente e necessária aprovação da PEC 55, convertida na Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que estabelece um teto para os gastos públicos, obriga-nos, já a partir deste ano, a fazer mais com o mesmo.

O grande mérito da Emenda 95 é evidenciar que a questão-chave não é, ou não pode ser, o aumento do volume de gastos, mas a melhora da qualidade do gasto público. A solução já não



pode ser apenas consignar mais verbas para a segurança. A solução agora é aprender a fazer melhor com o que temos hoje.

Não temos dúvida de que o sistema carcerário brasileiro está caótico, de que as prisões estão superlotadas, de que a ausência do Estado nas penitenciárias frustra qualquer possibilidade de recuperação ou reinserção social.

Mas o problema não é apenas falta de verba; o problema é fazer com que a verba destinada à execução penal, que já não é pequena, chegue efetivamente aos apenados – sem desvios, sem sobrepreços, sem malversação e, sobretudo, com um padrão de gasto mais eficaz e mais eficiente.

Não temos dúvida de que os policiais militares – e também os civis – são mal remunerados, de que muitas vezes não são preparados o suficiente para a tarefa difícil que cumprem, de que trabalham com equipamentos e com uma infraestrutura de apoio ultrapassada e insuficiente.

Em entrevista recente, o Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, reconhece que os salários pagos aos policiais militares do Estado não eram ideais – como não são, aliás, os salários pagos a inúmeras outras categorias de servidores públicos, entre os quais os professores.

O Governador Paulo Hartung pede, no entanto, que o movimento grevista reconheça – e não apenas no Espírito Santo – que a capacidade arrecadatória do Estado não é tão elástica; que um aumento generalizado nos vencimentos conduziria à insolvência do próprio Estado, com o comprometimento da regularidade dos pagamentos; que vivemos hoje um momento de crise nacional, em que os interesses particulares e corporativos devem ser adiados em nome de um interesse maior, que é a viabilidade do Estado e a preservação de toda a sociedade.

A solução, pois, não passa apenas pelo aumento de verba; passa pela reestruturação das polícias, passa pela reorganização de todo o nosso sistema de execução penal, passa pela formulação de uma política pública de segurança que faça com que o dinheiro empenhado, que já não é pouco, seja executado. É esse o desafio de todos os gestores públicos.

Reconheço, porém, que, diante de tantos escândalos de desvio de dinheiro público, diante de tanta notícia sobre apropriação indevida da coisa pública, diante de tantos benefícios e vantagens fiscais concedidos a quem não precisa, fica difícil muitas vezes sustentar, para as lideranças dos movimentos reivindicatórios, o argumento da responsabilidade fiscal e de que falta dinheiro ao Estado. Todavia, essa é a verdade inexorável, que, se não cobra o preço agora, certamente o cobrará logo ali mais tarde. Serve de exemplo a situação atual do Rio de Janeiro, que sofre com uma redução dramática das receitas, com repercussões trágicas sobre a vida de todo o funcionalismo estadual.

Penso que a grande lição da crise atual, que vai ficando cada vez mais evidente, é que o custo social da corrupção é alto demais. Como o preço da corrupção já não pode ser mais pago com o aumento da carga tributária, passará a ser pago com a convulsão social. A limitação dos gastos públicos quebra, assim, o círculo perverso que vigorava neste País, em que as despesas cresciam indiscriminadamente, mascarando o custo dos desvios à custa do aumento da arrecadação.

A partir de agora, o disfarce não estará mais disponível: ou saneamos as contas públicas, melhoramos a qualidade dos gastos e nos livramos de vez da corrupção, ou nos precipitamos no abismo da falência do Estado, da qual colheremos violência e violência, cada vez mais violência, que terminará por nos atingir a todos, por mais que tentemos nos proteger – pais e filhos, velhos e jovens, homens e mulheres, Senadoras e Senadores.

Portanto, quero encerrar minhas palavras dizendo que é preciso que este momento seja reconhecido por todos aqueles que desejam a retomada da normalidade no nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.



Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Lúcia Vânia, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a rigorosa observância do tempo regimental para o pronunciamento realizado há poucos instantes.

Como eu havia anunciado, declaro aberta a

### ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, nós temos quatro itens e, agora, um quinto item extra, que passo à leitura para conhecimento do Plenário, cuja relatoria foi realizada pelo Senador Dalirio.

Projeto de Lei Da Câmara nº 39, de 2016, que confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja.

Parecer favorável, sob o nº 808, de 2016, da Comissão de Educação.

Relator: Dalirio Beber.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Consulto o Plenário sobre a concordância da inclusão extrapauta da presente propositura.

Senadora Gleisi, com a palavra.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Há concordância.

Eu quero a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra para uma questão de ordem.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Formulo a presente questão de ordem, com fulcro no artigo 403 e nos arts. 91, §§3º e 4º, do Regimento Interno, combinados com o artigo 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, para que V. Ex<sup>a</sup> esclareça se e quando, nos termos da Decisão do Ministro Luís Roberto Barroso sobre a matéria, decidirá sobre os recursos apresentados ao PLC 79, de 2016, para que matéria venha ao plenário.

Ato contínuo, requeiro que V. Ex<sup>a</sup> receba e inclua no processado do PLC 79, de 2016, as petições que encaminho, formuladas por cada um dos signatários dos recursos apresentados.

Tais petições ratificam, mais uma vez, suas assinaturas e serão neste ato entregues à Secretaria-Geral da Mesa.

É a questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Gleisi, na próxima semana o Presidente Eunício Oliveira estará realizando – na segunda-feira ou na terça, provavelmente – uma reunião da Mesa Diretora em que estará deliberando sobre a questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup>.

Na semana passada, comunicamos a decisão do Senado Federal de aguardar a devolução do autógrafo por parte da Presidência da República.

Portanto, a questão de ordem de V. Ex<sup>a</sup> será examinada na próxima reunião da Mesa Diretora, com data prevista para o início da próxima semana.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Item 1 da pauta.



Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2016, de iniciativa da Comissão Diretora, que prevê lei complementar para conceituar pequeno Município, disciplinar os princípios da administração pública, as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal e questões em matéria tributária; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de tratamento simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte nas normas de caráter geral das empresas.

Parecer sob nº 951, de 2016, da CCJ. Relator: Senador José Maranhão, favorável à proposta, com Emendas nºs 1 a 6.

(É a seguinte a matéria apreciada:

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2016**

(Calendário Especial - Requerimento nº 855, de 2016)

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2016, da Comissão Diretora, que *altera os arts. 30, 37, 146, 150, 179 e 195 da Constituição Federal para prever que lei complementar conceituará pequeno Município, poderá disciplinar os princípios da Administração Pública e as normas gerais aplicáveis ao processo administrativo fiscal, à substituição tributária, à moralidade tributária, à eficiência tributária e à vedação de confisco, e ao estabelecimento do estatuto de defesa dos direitos contribuintes; dá nova disciplina ao princípio da anterioridade; elimina a exigência de certidão negativa dos débitos previdenciários para participação em procedimentos licitatórios e contratação com o setor público; e fixa a obrigatoriedade de especificação de tratamento diferenciado e simplificado das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das normas de caráter geral aplicáveis às empresas.*

Parecer sob nº 951, de 2016, da CCJ, Relator: Senador José Maranhão, favorável à proposta, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ.)

Consulto o Plenário se algum dos Senadores ou Senadoras deseja discutir a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem deseja discutir, passo ao item 2 da pauta.

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015, tendo como primeira signatária a Senadora Gleisi Hoffmann, que altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.

Parecer sob nº 539, de 2015, da CCJ. Relatora: Senadora Marta Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ.

(É a seguinte a matéria apreciada:

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2015**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2015, tendo como primeira signatária a Senadora Gleisi Hoffmann, que *altera o art. 166 da Constituição Federal, para autorizar a apresentação de emendas ao projeto de lei do orçamento anual diretamente ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e ao Fundo de Participação dos Municípios.*

Parecer sob nº 539, de 2015, da CCJ, Relatora: Senadora Marta Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.)





A Senadora Gleisi está inscrita para discutir a matéria. Tem V. Ex<sup>a</sup> o tempo de dez minutos para a discussão da proposta de autoria de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras; quem nos acompanha pela Rádio Senado, pela TV Senado.

É com muita alegria que eu vejo esse tema ser pautado aqui na Ordem do Dia. É um Projeto de Emenda Constitucional que apresentei em maio de 2015, uma reivindicação – principalmente dos Municípios do meu Estado e também dos Municípios brasileiros – para que nós, Senadores e Senadoras, Deputados Federais e Deputadas Federais, pudéssemos apresentar emendas ao Orçamento da União para beneficiar os Municípios alocando o recurso diretamente no Fundo de Participação dos Municípios e também dos Estados.

Hoje as nossas emendas têm que ser apresentadas para projetos específicos nos diversos ministérios. Nem sempre os programas e projetos que estão à disposição para receber emenda dos Parlamentares são programas e projetos que interessam aos Municípios ou estão naquelas situações em que eles estão precisando de recursos. Portanto, os Municípios têm pedido muito para que a gente pudesse ter um encaminhamento de recursos principalmente para custeio. Já abrimos exceção na saúde, mas a forma encontrada no geral do orçamento seria colocar as emendas dos Parlamentares diretamente para o Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios, sem comprometer o fundo de participação, sem fazer descontos. Ou seja, continua tudo como está, apenas a gente pode aumentar o Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados para que os prefeitos e governadores possam ter uma liberdade maior de alocação desses recursos.

Eu lembro que quando a gente discutiu esse projeto na CCJ –, quero agradecer à Senadora Marta Suplicy, que foi Relatora da matéria – tivemos apoio de quase todos os Senadores e Senadoras presentes, exatamente porque esse tipo de ação – colocando os recursos das emendas dos Parlamentares diretamente nos fundos de participação – agiliza no repasse dos recursos.

Hoje, por exemplo, nós, para fazermos o repasse, o prefeito pede a emenda, nós fazemos a emenda; há um projeto, há um programa do Governo; ele tem que apresentar um projeto para ser liberado; esse recurso muitas vezes vai para a Caixa Econômica Federal; aí depende de uma série de certidões, de uma série de comprovações;

O Município demora. Às vezes leva um ano para que o prefeito ou governador tenha acesso ao recurso da emenda.

Como nós estamos com uma crise muito grande nos Municípios e nos Estados, acho que nada mais justo nós desburocratizarmos esse processo. Portanto, não precisa apresentar projeto, não precisa ter a burocracia para ser ter acesso ao dinheiro. Podemos desburocratizar, agilizar o processo e reduzir custo. Porque hoje, para que o prefeito consiga pegar o dinheiro da emenda, dependendo da área aonde é alocada, ele precisa de técnicos para fazer o projeto, principalmente se for na área de infraestrutura – Ministério das Cidades, por exemplo.

Os pequenos Municípios não têm engenheiros, muitas vezes, capacitados para isso – não têm nem engenheiros, não têm técnicos capacitados. Têm que contratar o serviço, acabam gastando. Então, isso realmente tem prejudicado Estados e Municípios – além da demora e da burocracia, como eu já disse aqui.

Portanto, esse projeto considero de relevância para que a gente possa ajudar – principalmente nesse momento de crise dos Municípios e dos Estados – a agilizar o repasse dos recursos.



E eu fiquei muito feliz, Senador Cássio, porque, ontem, foi realizada uma reunião com os governadores junto com o Presidente da Câmara – eu não sei se o Presidente do Senado participou –, e foram destacados quatro projetos que os governadores pediram para colocar como prioridade na pauta aqui, no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado.

E um desses projetos é exatamente o repasse direto das emendas dos Parlamentares para o FPM e para o FPE. Com certeza, isso vai ajudar e vai agilizar muito o repasse de recursos para os Estados e Municípios que estão em crise.

Concedo um aparte ao Senador Lindbergh.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa. Eu fui prefeito, o Senador Cássio Cunha Lima também foi prefeito e foi governador. A gente sabe como há um processo burocrático quando vai uma emenda parlamentar para um Município; é Caixa Econômica Federal. É um processo muito longo. E a gente está numa crise fiscal violentíssima, que não é só dos Estados. A gente sabe que essa crise fiscal atingiu em cheio os Municípios. Então, acho essa medida importantíssima. Acho que a gente tem que votar como prioridade, ou seja, uma emenda parlamentar ir direto para o Fundo de Participação daquele Município. É um dinheiro que chega imediatamente para o prefeito. E digo mais, até numa situação econômica em que a gente vive, de depressão, uma recessão violentíssima, tem o efeito de o dinheiro chegar mais rápido. Acaba tendo um papel ali de ter dinheiro na mão do prefeito, aquilo estimula a economia do Município. Então, eu quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. Esse projeto, eu acho, tem que ser aprovado com o máximo de velocidade possível.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Senador Jorge Viana.

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora, querida colega, nossa Líder Gleisi, eu queria me somar ao ex-Prefeito e nosso Senador Lindbergh. Eu fui prefeito – o Presidente, também, prefeito, governador mais de uma vez, duas. Nós estamos diante de uma crise. Nesta semana, todos nós recebemos prefeitos. Eu recebi, dos 22 prefeitos do Acre, 14 prefeitos em meu gabinete, de todos os partidos. A crise, que nós estamos vivendo, ganha feição nos Municípios, não é nem nos Estados. Mas eu também – sou irmão do Governador do Acre, Tião Viana, sei do seu esforço, das dificuldades que ele e outros governadores estão vivendo. Conversei, na semana passada, com o Governador do Distrito Federal, o nosso colega Rodrigo Rollemberg. E acho que a sua iniciativa, Senadora Gleisi, é um aperfeiçoamento das políticas para que se atravesse a crise e que se estabeleça uma melhor relação da ação parlamentar com os Executivos. Então, na condição de ex-prefeito e ex-governador, eu devo dizer que esse aperfeiçoamento da legislação nós devemos ter. As emendas parlamentares começaram a ser impositivas. Alguns fizeram para tentar tirar poder do governo, outros por mérito, por acharem que é atividade parlamentar. Eu não quero entrar nessa discussão. Mas como podemos ter uma emenda impositiva que só é liberada no final do ano? A execução orçamentária do Executivo se dá ao longo do ano. Eu acho que este projeto pode ser uma oportunidade de nós aperfeiçoarmos as emendas impositivas, mas especialmente as emendas de Bancada, que, hoje, não são liberadas. E ali tem uma expressão do conjunto da Bancada para o Estado ou para os Municípios. Ontem, nós fizemos reunião da nossa Bancada discutindo isso: queremos uma liberação de uma emenda de Bancada para a área de segurança. O Acre está enfrentando, com ação do governador, das autoridades, mas está tendo uma reação de criminosos, pondo fogo em ônibus, como acontece em



muitos outros Estados. E equipar a polícia, treinar a polícia e dar condição para ela operar é fundamental. Estou dando um exemplo da questão...

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Da segurança.

**O Sr. Jorge Viana** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... da violência hoje. Esse é um tema: se o Brasil inteiro está pedindo, clamando para que se faça um movimento no sentido de dar paz e tranquilidade nas cidades, o que nós Parlamentares podemos fazer? Com a aprovação dessa sua iniciativa, Senadora Gleisi, nós vamos poder estar diretamente contribuindo com o próprio Executivo, mas, essencialmente, com prefeitos, com governadores e com a sociedade brasileira. Por isso que eu queria parabenizá-la. E acho que é muito, muito importante, que aproveemos o quanto antes essa iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Agradeço, Senador Jorge Viana, e, com certeza, o objetivo era esse, de facilitar o repasse de recursos para os Estados e Municípios. E, agora, com essa crise, penso que é uma colaboração que o Senado da República – e depois a Câmara dos Deputados, que a matéria ainda vai para a Câmara dos Deputados – pode dar neste momento de crise, com agilidade, inclusive, para que a gente possa, até para este ano já que entra, 2017, talvez até fazer alteração nas emendas que já apresentamos, para destinar diretamente ao FPE e FPM.

Isso que V. Ex<sup>a</sup> coloca é muito importante: nós teríamos condições de fazer essa execução já no início do ano. Quer dizer, não precisa esperar os prefeitos e governadores apresentarem os projetos, liberarem esses projetos, passar por análise do ministério; aloca o recurso já, o FPM e o FPE, no início do ano, no primeiro semestre. Então, acho que isso é muito importante.

E, para terminar, acho que é importante a gente falar aqui que isso não fere o processo de fiscalização dos recursos. Porque eu tive muitas críticas, inclusive o próprio Tribunal de Contas da União se manifestou de que essa era uma forma de burlar a fiscalização dos recursos. Não é. Não é uma forma de burlar. Até porque o Fundo de Participação dos Municípios e o Fundo de Participação dos Estados têm fiscalização, como qualquer outro dinheiro que é repassado aos Municípios. O que vai acabar é a fiscalização por projeto, é a fiscalização no programa do Orçamento Federal. Agora, a fiscalização da aplicação do dinheiro vai continuar sendo feita, seja pelos Tribunais de Contas estaduais, mesmo pelo Tribunal de Contas da União, pelas Câmaras Municipais, pelas Assembleias Legislativas. Então, esse processo não retira, de maneira nenhuma, a possibilidade de fiscalização e também de acompanhamento para a aplicação rigorosa desses recursos.

Por isso, Sr. Presidente, eu até o consulto: como é uma PEC, nós temos que ter cinco sessões de discussão. Eu não sei se a gente tivesse aqui – como já aconteceu em outras situações, nós já tivemos situações assim em que a matéria tinha aprovação e tinha unanimidade –, se a gente não teria condições de quebrar esses interstícios para que a gente votasse logo essa matéria já na próxima semana.

Eu deixo essa consulta, porque eu acho que é uma forma de agilizar e já ir para a Câmara dos Deputados para que eles possam fazer a apreciação lá.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Gleisi Hoffmann, quanto à solicitação de V. Ex<sup>a</sup> para que tenhamos o regime especial de tramitação, se faz necessária a assinatura de todos os Líderes. Então, a Mesa sugere a V. Ex<sup>a</sup>,



como Autora da proposta... E uma proposta muito bem-vinda por todos os argumentos aqui já trazidos.

Ontem, uma comitiva de governadores se reuniu com o Presidente da Câmara e, na sequência, foram os recebidos os governadores pelo Presidente Eunício Oliveira, e um dos pontos de reivindicação dos governadores foi exatamente a PEC apresentada por V. Ex<sup>a</sup>. Portanto, a Mesa orienta no sentido de que os Líderes possam se manifestar. A manifestação tem que ser unânime para a tramitação do regime especial, para que, na próxima semana, possamos dar a celeridade que a matéria dará para o repasse de recursos para os Estados e para os Municípios – indiscutivelmente todos, em maior ou menor grau, mas vivendo e enfrentando dificuldades –, e facilitando, assim, a aplicação de recursos para a superação dessas dificuldades.

Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa. Saúdo a presença dos governadores no Senado Federal, que é a Casa da Federação, para que nós possamos continuar em sintonia com essa representação que fazemos aqui dos Estados e dos Municípios do Brasil.

A Mesa aguardará, portanto, a apresentação do requerimento de V. Ex<sup>a</sup> para o regime especial.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu agradeço, Sr. Presidente. (*Fora do microfone.*) Só para encerrar: agradeço, Sr. Presidente. E vou falar com os Líderes, na reunião de Líderes que nós temos todas as terças-feiras. Acho que, se tivermos acordo, podemos votar inclusive na terça-feira. E seria uma resposta muito rápida do Senado da República em um dos projetos que os governadores trouxeram até aqui ao nosso Presidente.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Não havendo mais quem queira discutir o item 2 da pauta, item 3.

Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2015, do Senador Renan Calheiros e outros Senadores, que altera o art. 62, §1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias, veda a edição de MP que gere desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

A proposta foi incluída na Ordem do Dia, conforme calendário especial, nos termos do Requerimento nº 854, de 2016.

(*Soa a campanha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Foi protocolizada a Emenda nº 1 de Plenário, que está disponibilizada no *site* da tramitação da matéria.

A matéria depende de parecer da CCJ.

(É a seguinte a matéria apreciada:

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, DE 2015**

(Calendário Especial - Requerimento nº 854, de 2016)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *altera o art. 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias (veda edição de MP que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos).*

Pendente de Parecer da CCJ.)



Foi designado como Relator o Senador Romero Jucá para proferir parecer em substituição à CCJ. O parecer foi encaminhado à Mesa e será publicado nos termos regimentais, e encontra-se disponibilizado no *site* da tramitação da matéria. O parecer é favorável à proposta, nos termos da Emenda 2 do Plenário, substitutivo que foi oferecido. **(Emenda nº 1 e Parecer nº 11/2017-PLEN-SF - Vide item 2.2.1 do sumário)**

Não havendo quem queira...

Prosseguindo – perdão –, completada a instrução da matéria, passa-se à sua apreciação. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir a matéria, vamos para a próxima sessão de discussão. A matéria constará na Ordem do Dia na próxima sessão deliberativa.

Item 4 da pauta.

Projeto de Lei do Senado nº 147, do Senador Otto Alencar, que altera a Lei nº 8.080, de 1990, para determinar que o produto da arrecadação de parte dos impostos federais incidentes sobre medicamentos e derivados do tabaco seja vinculado ao Fundo Nacional de Saúde.

(É a seguinte a matéria apreciada:

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147, DE 2015**

*Discussão, em turno único, do Projeto De Lei Do Senado nº 147, de 2015, de autoria do Senador Otto Alencar, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar que o produto da arrecadação dos impostos federais do art. 153, incisos I, II e IV, da Constituição Federal incidentes sobre medicamentos e derivados do tabaco bem como o produto da arrecadação do imposto federal do art. 153, inciso III, da Constituição Federal incidente sobre os lucros apurados das empresas produtoras desses bens sejam vinculados ao Fundo Nacional de Saúde.*

Parecer nº 896, de 2015 - CEDN, relator Senador Waldemir Moka, favorável.

Sobre a matéria há um requerimento para retirada de pauta. Há, sobre a mesa, esse requerimento já anunciado e já lido pela Presidência do Senador Fernando Bezerra e Anastasia.

Os Senadores e Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria vai ao exame da CAE e da CCJ.

O último item da pauta, fruto do acordo, é um item extrapauta.

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2016, na origem, 7.013, da Câmara, na Casa de origem, que confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja.

Parecer favorável sob o nº 808, de 2016, da Comissão de Educação.

Relator, Dalirio Beber.

(É a seguinte a matéria apreciada:

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2016**



Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2016 (no 7.313/2014, na Casa de origem), que *confere ao Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Cerveja*.

Parecer favorável, sob nº 808, de 2016, da CE, Relator: Senador Dalirio Beber.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão o projeto, em turno único.

**O SR. DALIRIO BEBER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Gostaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Com a palavra, para discutir, o Relator da matéria, o Senador Dalirio Beber.

**O SR. DALIRIO BEBER** (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Na verdade, a iniciativa desse projeto, que busca conferir à cidade de Blumenau o título de Capital Nacional da Cerveja, surgiu na Câmara Federal, por iniciativa do Deputado Federal Décio Lima, que foi prefeito da cidade de Blumenau.

Blumenau, de fato, tem uma identidade com a indústria cervejeira. Blumenau foi fundada em 1850, mas já em 1860 surgia lá a primeira cervejaria. E de lá para cá, com certeza, tivemos vários festivais e as várias cervejarias foram se sucedendo ao longo do tempo. Mas com certeza, a partir criação da Oktoberfest, que é realmente a segunda maior Oktoberfest em nível mundial, ou seja, fora de Munique, o impulso em torno da cultura, das tradições e das próprias cervejarias se intensificou.

Nós teremos nos próximos dias, do dia 8 ao dia 11 de março, o Festival Brasileiro da Cerveja, dentro desse conceito, dessa identificação. E, junto desse festival, nós teremos a realização da Feira Brasileira da Cerveja, exatamente para estimular e fornecer informações a todos aqueles que se dedicam à atividade, para que ela possa cada vez mais ser aprimorada.

Nós temos o Concurso Brasileiro de Cervejas. São mais de 800 rótulos que participam desse concurso.

Nós temos, na cidade de Blumenau, a única Escola Superior de Cerveja e Malte da América Latina, com estudantes que vêm não só do Brasil, dos vários Estados brasileiros, mas também da América Latina, para exatamente buscar nessa escola superior o aperfeiçoamento, o conhecimento em maior profundidade, para que a prática da cerveja artesanal, de fato, tenha um valor econômico e turístico para toda a região.

Nós temos o Museu da Cerveja. Nós temos a preservação de uma das fábricas de cerveja que surgiu em 1890, que ainda está lá preservada.

Por isso, nós pedimos às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que, de fato, acolham esse projeto de lei que visa conferir à cidade de Blumenau o título de Capital Nacional da Cerveja. Agrademos a todos, se puderem, apoiem essa iniciativa, que surgiu na Câmara, e agora está aqui no Senado, a qual tenho a honra de relatar, porque sou da cidade de Blumenau.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Com a palavra, para discutir a matéria, Senador Moka.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou discutir a matéria.

Eu só quero me referir ao projeto que o Plenário já decidiu que ele vai retornar à CAS e à CAE. Eu fui o Relator desse projeto e, aliás, por uma questão de justiça, no dia da discussão, aquela Comissão Especial – e esse projeto deveria realmente tramitar na CAS e na CAE –, mas a Mesa pediu que ele fosse terminativo na Comissão Especial que o Senador Renan Calheiros criou e em que foram aprovados inúmeros projetos.



Mas a Senadora Gleisi Hoffmann alertava, num voto em separado, que essa criação de fundo direcionado poderia..., e já houve decisão, segundo o relatório dela, o voto, de que é uma matéria que poderia ser questionada sua constitucionalidade. Eu confesso que olhei mais, porque se trata de arrecadar recurso da venda do tabaco e de medicamentos, e ajudar nos orçamentos destinados à saúde. E eu me ative mais a essa questão.

Então, quero dizer que foi apresentado um requerimento para que ele tramite na CAS e na CAE. E, eu, embora com relatório favorável, também votei para que esse relatório pudesse fazer essa tramitação, porque achei importante que a gente pudesse discutir, com mais detalhe, principalmente depois desse voto em separado da Senadora Gleisi Hoffmann, que eu faço questão aqui de mencionar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senador Moka, apenas à guisa de esclarecimento, o requerimento aprovado encaminhará a proposta para a CAE e CCJ.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – O questionamento maior é sobre a sua constitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Então, a matéria volta para as duas Comissões.

E posso antecipar que, ouvindo alguns Senadores, a proposta tem acolhida majoritária dos Senadores e Senadoras. Apenas resta uma dúvida que talvez seja essa a necessidade de esclarecimento que V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer como Relator.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – É para a divisão clara da cota-parte dos Estados e Municípios, para que uma interpretação talvez mais abrangente da propositura não permita que a União se aproprie da parcela do Fundo de Participação dos Estados ou dos Municípios, já que estamos tratando de IPI, que compõe esses dois fundos, e que seja, portanto, respeitado o comando constitucional no que diz respeito à cota-parte para os Estados e Municípios. Esclarecido esse ponto tenho certeza de que a matéria tramitará normalmente para a sua aprovação na Casa.

Consulto se algum outro Senador ou Senadora deseja discutir o Projeto de Lei nº 39. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à sanção. **(Matéria aprovada – vide item 2.2.2 do sumário)**

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Nós estamos encerrando a Ordem do Dia neste instante.

Voltando à sequência de oradores, como primeiro orador inscrito, passo a palavra ao Líder Humberto Costa, para que possa realizar o seu pronunciamento. Terá V. Ex<sup>a</sup> o tempo regimental de dez minutos pela Liderança da minoria.

E estaremos, neste instante, transferindo a Presidência da sessão ao Senador José Pimentel, 1º Secretário do Senado Federal.

Tem V. Ex<sup>a</sup>, Senador Humberto Costa, a palavra.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, acabo de



chegar da sede nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, onde se realiza, neste momento, um encontro, envolvendo diversos segmentos dos movimentos sociais, especialmente na área dos trabalhadores rurais, com a presença da Via Campesina e da própria Contag. Lá, estava sendo discutida a proposta de reforma da Previdência. Naturalmente, havia, e há, um consenso generalizado entre todos esses setores de que essa proposta de reforma representa um gigantesco prejuízo aos trabalhadores e às trabalhadoras do Brasil, particularmente aos trabalhadores e às trabalhadoras rurais, que, a partir da vigência dessas regras, que espero não sejam aprovadas, praticamente ficarão impossibilitados de ter acesso aos recursos necessários para manter o mínimo de dignidade durante o final da sua vida.

O mais importante é que este movimento é apenas parte de um processo que vai aglutinar, e está aglutinando, outro conjunto significativo de trabalhadores urbanos também, trabalhadores rurais. O próprio Movimento dos Sem Terra também está engajado nessa luta. E temos absoluta convicção de que vamos travar no Brasil uma verdadeira batalha campal, para impedir que todas essas propostas regressivas, do ponto de vista dos direitos dos trabalhadores, venham a ser aprovadas no Congresso Nacional.

A cada dia que passa, fica absolutamente mais claro o objetivo do golpe parlamentar que foi perpetrado contra a Presidenta Dilma no ano passado. Não se tratava de estabelecer ou restabelecer equilíbrio fiscal, controlar as contas públicas, até porque este Governo está provocando no Brasil uma verdadeira farra fiscal. Elevaram todos os indicadores de déficit público não para reconhecer uma realidade, mas para utilizar o dinheiro público para fazer política, como o faz hoje o Ministério da Educação, o Ministério das Cidades, o Ministério da Saúde e tantos outros.

E o resultado – que diziam ser imediato –, no sentido de restabelecer a confiança na economia brasileira, por parte dos investidores nacionais e internacionais e a rápida retomada do crescimento, é o de que custo do golpe tem sido cada vez maior para a população brasileira.

Hoje mesmo, está divulgada a previsão de que o crescimento do PIB no ano passado será de 4,3% negativos, ou seja, estamos vivendo não mais uma recessão, mas uma verdadeira depressão. E isso aconteceu, porque 2016 foi um ano de sabotagem política e econômica permanente daqueles que hoje estão no Governo para que pudessem ter sucesso na sua empreitada de implantar no Brasil um golpe parlamentar. O desemprego só faz crescer. A queda da atividade econômica é cada dia mais evidente, e este Governo fica comemorando a queda da inflação como se isso fosse resultado de acertos econômicos realizados pelo Governo, quando, na verdade, é apenas o retrato da queda da atividade econômica que se faz de forma absolutamente insuportável para todos os brasileiros.

E o pior: quanto às políticas sociais que terminavam sendo uma válvula de escape para que a população pudesse enfrentar situações como o desemprego, a redução da atividade econômica e a dificuldade de empreender neste País, termina sendo absolutamente esvaziado esse conjunto de políticas sociais. Vejam, por exemplo, que hoje o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto ocupa a Avenida Paulista em São Paulo para exigir do Governo que ele volte a investir na promoção, na produção de moradias para os mais pobres, de baixo custo, com subsídios. O Governo avança para permitir o financiamento de imóveis de até R\$1,5 milhão, quando a grande maioria dos pobres do Brasil, a grande maioria da população brasileira precisa de casa simples, decente, barata, que possa ter saneamento básico, energia e condições mínimas de habitabilidade.

Este é um Governo contra os pobres. Este é um Governo contra o povo sofrido deste País. Durante cinco séculos, eles foram vistos por essa elite perversa que governa o nosso País como um





problema e que viraram, na verdade, uma solução, durante 13 anos de governos do PT de Lula e Dilma.

E não é por acaso, Presidente Pimentel, que a população brasileira já começa a mostrar que entende claramente o que está acontecendo neste País.

Moveu-se uma caçada contra o ex-Presidente Lula sem paralelo na história do Brasil. Sem paralelo! Talvez no segundo governo de Getúlio Vargas possa haver algo comparável ao que acontece hoje. Procuraram de todas as maneiras incriminar o Presidente Lula em atos de corrupção. Envolveram a sua própria família, inclusive sua mulher, que, diante de tanto sofrimento, diante de tanta pressão, diante de tanta exposição, veio a adoecer e falecer. E eles esperavam que, com tudo isso que fizeram, pudessem destruir não somente o Partido que foi criado por Lula, o PT, mas o próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E o que nós vemos hoje – e a população observa claramente – é que isso tudo foi uma grande armação urdida pelas elites deste País, urdida por aqueles que, como disse Lula, ficam muito incomodados com o direito elementar de cada brasileiro de comer três vezes ao dia, que não aceitam isso para a nossa população e que, portanto, quiseram e querem desmontar definitivamente o nosso projeto.

E aí o que acontece? Os pais do golpe, os padrinhos do golpe, especialmente o PSDB – e o seu Presidente, derrotado na campanha de 2014 –, que capitaneou um golpe de Estado, um golpe parlamentar contra a Presidenta Dilma... A população brasileira sabe exatamente o que eles representam. É de rir, Presidente Pimentel, nós olharmos a pesquisa de opinião pública que saiu ontem, em que todos os candidatos tucanos perdem para quem? Para esse fenômeno protofascista ou fascista que é o Deputado Bolsonaro. Vejam aonde eles chegaram com essa política, com essa prática: um Presidente é avaliado positivamente por 10% da população brasileira, e o seu nível de rejeição vai a 66%. E não adianta os tucanos ficarem com o discurso: "Não, nós apoiamos, mas não foi bem assim"; "Colaboramos, mas não entramos"; "Vamos estar aqui, vamos estar...". São os grandes responsáveis por tudo isso que aconteceu. Portanto, Sr. Presidente, é uma lição importante aquilo que nós vimos antes.

Não quer dizer nada. Uma pesquisa de opinião a quase dois anos da eleição não quer dizer nada – nós sabemos perfeitamente disso –, mas pelo menos demonstra claramente que a população brasileira não é boba, que a população brasileira sabe que o discurso farisaico que foi feito aqui, durante um ano e meio...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... do governo da Presidenta Dilma, em defesa da moralidade, pela ética, contra a corrupção... Um Governo cheio de corruptos, em que o Presidente chega ao ponto de dizer: "Vou adotar aqui um critério: quem for citado fica no Governo; se for denunciado, eu tiro do Governo". Já pensou o que é um Presidente da República se preocupar com um assunto desse? Parece que a idoneidade dos integrantes do Governo não deveria ser uma obrigação. Imagine um governo que começasse hoje e já fosse dizendo assim: "Olha, este governo é assim e assado, e, por conta disso, para preservar aqui a ética, quem for réu sai do governo; quem for denunciado fica". Enfim, isso é um verdadeiro escárnio.

Por essa razão, é que neste ano de 2017...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...nós vamos enfrentar este Governo; nós vamos enfrentar as forças que lhe dão sustentação,



para que nós possamos ter uma saída para esta crise. E a saída para esta crise não pode partir de um Governo sem legitimidade, de um Governo sem voto, de um Governo que não tem respaldo da população brasileira, de um Governo mergulhado na corrupção, na incompetência. Não pode ser essa a saída. Nós temos que exigir – o povo brasileiro tem que exigir – eleições diretas para que o povo julgue, julgue Lula, julgue os tucanos, julgue Michel Temer, julgue todos os partidos e decida qual o caminho para que o País volte a ter efetivamente uma perspectiva de futuro, Sr. Presidente.

Eu quero concluir aqui a minha fala...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ...dizendo, em primeiro lugar, que nós estamos associados, irmanados e unidos com todos os movimentos sociais para impedir esse arremedo de reforma da previdência e de reforma trabalhista. Vamos aqui ser a voz desses movimentos. Vamos aqui repercutir aquilo que as ruas vão mostrar e vão dizer. Eu tenho certeza de que aqueles que forem mais ajuizados ou que valorizem o seu futuro político rejeitarão, de maneira bastante clara, tanto essa reforma da previdência quanto essa tentativa de extinção da legislação trabalhista conquistada a duras penas pelo povo pobre brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Pimentel, 1º Secretário.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu que agradeço.

Com a palavra o Senador Jorge...

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente Pimentel, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pois não.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nós temos o Requerimento nº 922/2016, de autoria minha e do Senador Armando Monteiro, que eu gostaria que o senhor colocasse para apreciação e deliberação, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Eu vou pedir à Mesa para providenciar.

Com a palavra o Senador Jorge Viana, pelo prazo regimental, por inscrição regular.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colega José Pimentel, que preside esta sessão, que é o 1º Secretário da Casa, Senadoras, Senadores, eu queria cumprimentar todos que me acompanham pela Rádio e TV Senado e, de modo especial, a população do meu Estado.

Eu quero dizer que estamos passando por um período também de tensão. O Governador Tião Viana, com as autoridades policiais, está muito atento para que não se repita em Rio Branco aquilo que estamos vendo em outras capitais e no nosso Estado aquilo que estamos vendo em muitos outros Estados.



É claro que a situação de violência é no Brasil inteiro. Houve crimes gravíssimos neste começo de ano, e isso, certamente, nos desperta a responsabilidade do que cada instituição pode fazer.

Eu acho que o Senado Federal, volto a repetir, poderia votar o novo Código Penal, tirando-o das gavetas da Comissão de Constituição e Justiça, e dar uma satisfação à sociedade, criando mecanismos legais, atualizando o Código Penal, que é da década de 40, trazendo-o para este século XXI, para que as autoridades do Judiciário e das polícias possam fazer o seu trabalho de maneira mais adequada. Eu sei que não é com pena mais dura que vamos ter a solução, mas é também com penas mais duras, principalmente nos crimes contra a vida, que nós vamos salvar vidas e ajudar o País a se encontrar com um ambiente de paz.

Confio que as autoridades do Estado, os nossos policiais, o Secretário Emylson, o Governador Tião Viana, todos que estão ajudando, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público, o Judiciário, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, vão sair vitoriosos nessa empreitada de combater a criminalidade e essas organizações criminosas que atuam dentro e fora dos presídios no Brasil.

Sr. Presidente, colegas Senadoras e Senadores, fiz minha inscrição para falar da pesquisa que foi divulgada por Confederação Nacional do Transporte e MDA. É uma pesquisa periódica, uma pesquisa que não tem nenhum vínculo com o Partido dos Trabalhadores ou com qualquer movimento social ou sindical. E, estranhamente – no ano que vem, nós já vamos ter eleição –, essa pesquisa desapareceu do noticiário. Eu procurei, hoje, em *O Globo* – rodei, li. Eu pensei: uma matéria tão importante, do ponto de vista jornalístico, do ponto de vista da informação, não ganhou nenhum destaque. Procurei na *Folha de S.Paulo* e percebi a mesma coisa: nenhum destaque, nada. Nós estamos com um Governo que veio de um *impeachment*, Presidente – nós tivemos um golpe parlamentar no Brasil –, e aí sai uma pesquisa que traz a opinião pública, a verdadeira opinião pública, se manifestando sobre as eleições já do próximo ano, e isso não ganha espaço nem nas televisões, nem nos grandes jornais. Eu consegui encontrar um pedacinho no Estadão e uma outra parte mais destacada no *Valor Econômico*. É estranho.

Eu luto, defendo e acho que isto é base de uma democracia de verdade: a liberdade de imprensa, mas fica cada dia mais evidente que, pelo menos, alguns veículos estão cumprindo uma agenda que não é a agenda que o País, que o noticiário, que os fatos colocam. Assim, fica cada vez mais evidente que há outros interesses por trás.

Eu falei aqui, ontem, que essa pesquisa mostra que o povo não é bobo. Vejam: quem, neste País, tem sofrido um massacre, uma perseguição maior do que o ex-Presidente Lula, com um noticiário negativo de manhã, tarde e noite, atingindo o ex-Presidente, sua família, seus parentes, seus amigos, seu Partido, seu movimento, seu legado? Ninguém! Eu acho que, na história do País – nós estamos vivendo a era da revolução tecnológica, Senador Lindbergh –, ninguém nunca sofreu um ataque tão violento, tão continuado, tão longo como o Presidente Lula. Qual é a resposta do povo brasileiro? Faz-se uma pesquisa na véspera da eleição, porque nós já estamos no ano que é véspera do ano da eleição, e quem se destaca, quem cresce? O Presidente Lula.

Sabe por quê, Presidente Pimentel? Porque diante do caos econômico, do caos político, das enganações, o povo não é bobo e lembra-se dos bons tempos, aqueles do Presidente Lula, quando o Brasil tinha prosperidade, quando o aposentado podia se aposentar depois de trabalhar e fazer o seu recolhimento previdenciário. Agora, há uma ameaça de ele trabalhar e não poder se aposentar. Preocupa-me.



A oferta de emprego era tão grande que quem tinha alguma formação, quem tinha muita qualificação escolhia onde queria trabalhar, e aquele que não tinha formação nenhuma também tinha oportunidade de trabalho. Foram gerados, no governo do Presidente Lula e Dilma, 22 milhões de empregos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Senador Jorge Viana, sem querer interromper, mas registrando: a Previdência pública urbana, que é a contributiva, de 2009 a 2015, foi superavitária. O que nós arrecadávamos dava para cobrir todas as despesas e sobrava dinheiro. Em 2007, conforme V. Ex<sup>a</sup> registra, faltaram R\$22,4 bilhões para fechar essa conta; já em 2009, cobriu esse déficit e sobraram R\$3,6 bilhões; em 2012, sobraram R\$33,2 bilhões; em 2015, depois da pauta bomba, sobraram R\$5 bilhões; e, em 2016, isso que era positivo foi transformado num déficit de R\$46 bilhões.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, veja só, Sr. Presidente Pimentel, V. Ex<sup>a</sup> que foi Ministro da Previdência: eles desmontam as indústrias, desmontam as atividades produtivas, desempregam. Aí a Previdência fica deficitária tem R\$47 bilhões, como ocorreu no ano passado, e qual é a solução? Danificar os aposentados, tirar direitos dos aposentados.

É óbvio, em vez de ter R\$22 milhões de empregos com carteira assinada, você oferece o desemprego; em vez de ter um crescimento da nossa indústria, você desmonta a indústria; em vez de ter um crescimento do comércio, você desmonta o comércio. E o resultado que nós temos é que foi divulgado agora o PIB do ano passado, a maior queda do PIB da história do nosso País: 4,6%, oficial do ano passado. Três anos, começou com a recessão, agora vivemos uma depressão econômica. Senador Requião, que trabalha muito esse tema, Senador Lindbergh Farias, uma depressão econômica pode levar ao que nós vimos em Vitória.

O que aconteceu na cidade de Vitória? Estava a Rose aqui, nossa querida Senadora, o Ricardo Ferraço, o Magno Malta. O Ferraço, com quem eu converso muito fala: "Jorge, é uma das mais altas rendas *per capita* do País", ou seja, é a cidade das pessoas mais ricas do Brasil. É um dos Estados mais ricos também pela exportação, pela maneira que trabalha o seu comércio, inclusive o eletrônico, o Espírito Santo. O que aconteceu? A polícia parou, ficou nos quarteis, aquartelada e, em dez dias, nós tivemos mais de 100 assassinatos no meio das ruas, saques em lojas e parecia uma coisa absurda. Isso é resultado do que pode ocorrer se nós não tomarmos uma providência no País que tem mais de 5.500 Municípios, imagine nos lugares de maior dificuldade.

Agora, quem planta vento colhe tempestade. Fizeram uma ação política que rompeu com os fundamentos da democracia, tiraram um Governo legítimo, que enfrentava dificuldade, que cometia erros, que tinha oportunidade de consertar e ser julgado na eleição. Colocaram um Governo e, o mais grave, se não quisesse colocar a avaliação do presidente Lula, que está, na espontânea, com 30% a 32%, dependendo do cenário, veja bem, o outro, grande fiel depositário dos votos da última eleição, Senador Aécio Neves, que junto com seus companheiros e o PMDB articularam o *impeachment*, perdeu o capital político que tinha. Hoje está perdendo para o Bolsonaro, que é representante da – não é da nova direita – direita radicalizada do País, porque agora nós temos uma direita assumida, aquela intolerante, aquela que quer matar, aquela que não admite a controvérsia, que não admite uma convivência democrática, mas o mais grave – para poder dar a palavra ao Lindbergh – é que Aécio perde para o Bolsonaro, o Governador Alckmin perde para o Bolsonaro e da queda da popularidade do Governo Michel Temer ninguém fala. Em outubro de 2016, Michel Temer tinha 14% de aprovação e 36% o desaprovavam. Agora passou para 10% os que o aprovam e passou para 44% os que desaprovam.



Eu não sei se essa base tão grande que nós temos no Congresso de apoio vai se sustentar até o ano que vem, porque a eleição vai ser ano que vem. Eu não sei se a fidelidade vai ser ao Governo que está aí ou ao povo brasileiro, que está dizendo que não quer esse Governo que está aí.

Ouçó o Lindbergh.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jorge Viana, que está comentando, apesar da grande mídia, dos grandes jornais...

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu vou ler aqui algumas matérias, que foram nas colunas do Merval, do Vinicius da *Folha* e também do Toledo, do *Estadão*, que fazem nas suas colunas comentários, mas os jornais, lamentavelmente, não deram importância.

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Pois bem, há essa pesquisa aqui. Eu vou dar só o primeiro cenário: Lula 30,5%, Marina 11,8%, Bolsonaro 11,3%, Aécio 10%. Eu estranhei, hoje pela manhã, porque eu vi um pronunciamento do Senador Aécio, uma entrevista, falando sobre essa pesquisa. Ele dizia duas coisas: que a falta de popularidade do Temer não importa, que isso é irrelevante. Como irrelevante? Eu estou entendendo que, desde o golpe, eles, de fato, desconsideraram o voto popular.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – V. Ex<sup>a</sup> lembra o discurso do Presidente do PMDB aqui?

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Senador Romero Jucá fez um discurso que chocou até o Presidente Renan, que presidia a sessão, eu estava como Vice-Presidente sentado ali. Ele disse que o governo não tinha condição de seguir porque era um governo que estava impopular, que a presidente Dilma não tinha apoio do povo e não tinha mais base aqui no Congresso.

Usou o argumento da impopularidade para justificar o *impeachment* e V. Ex<sup>a</sup>, agora, lembra muito bem que o Aécio está dizendo que isso não tem importância nenhuma. Ou seja, a opinião pública não tem importância nenhuma?

**O Sr. Lindbergh Farias** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Um presidente da República, um governador, um prefeito tem que estar sempre avaliando a voz das ruas, a opinião do povo, mas tem um segundo ponto que, de fato, me espantou. Ele disse o seguinte: que o Lula não era competitivo. Como, Aécio? Lula não é competitivo? Competitivo é Aécio, que está atrás do Bolsonaro? Que está com 10%? Ele tinha 35%, em 2015, entraram nessa aventura do *impeachment*, do golpe, paralisaram o País, criaram essa confusão. A gente sabe a situação da economia, uma recessão profunda, já são 8% em dois anos. Então, ele diz que o Lula não é competitivo? Lula está chegando a mais de 40% no segundo turno. Há um cenário com Lula com 42%. Eu não quero tomar muito tempo de V. Ex<sup>a</sup>, mas queria dizer que o jornal *Valor Econômico* trouxe, também, uma pesquisa qualitativa, que falava de uma saudade, de uma nostalgia do Lula. Isso não é uma saudade abstrata, Senador Jorge Viana. É a memória de um período em que houve inclusão social, em que houve distribuição de renda, em que houve crescimento econômico. Eu encerro dizendo, por exemplo, que agora a Av. Paulista está ocupada. Eu quero trazer a minha solidariedade ao MTST, ao Guilherme Boulos. Por que está ocupada? Porque desvirtuaram o Minha Casa, Minha Vida completamente. Acabaram com a Faixa 1. O Guilherme Boulos ontem dizia: "Transformaram um programa de moradia popular em programa



de crédito imobiliário." Então é por tudo isso, pelo desmonte dos direitos, do Estado de bem-estar social, que o Presidente Lula está crescendo nas pesquisas. Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço e incorporo com muita satisfação o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Eu queria então fazer aqui um rápido comentário sobre a coluna do José Roberto de Toledo no *Estadão*. Ele diz: "A pesquisa foi uma má notícia para Temer e ainda pior para o PSDB." Diz no *Estadão* o colunista: "Tucano mais bem colocado nas intenções de votos para Presidente, Aécio Neves foi ultrapassado por Jair Bolsonaro na pesquisa espontânea (7% a 2%)". Parece até aquele Brasil-Alemanha, 7 a 1. Sete a dois.

É grave, porque V. Ex<sup>a</sup> está falando de 2015, e eu queria falar de 2014. O Senador, nosso colega, cuja ausência eu lamento – mas estamos fazendo aqui um debate puramente político –, teve quase a metade dos votos do Brasil. E para onde foram esses votos? Quase a metade. Entrou, talvez, numa canoa furada. Embarcou num projeto que está sendo um desastre para o País – um desastre para o País –, que é um Governo que não passou nas urnas, que não pode adotar as medidas, e está refém do que se chama de mercado. E olha que eu sempre sou ponderado e serei sempre. Eu quero trabalhar na solução para o nosso País. Nunca vou trabalhar para derrubar governo de ninguém.

Mas eu estou fazendo um registro, porque eu pensava que ia ver no noticiário, porque se fosse o resultado mostrando o crescimento de alguém do PSDB, de alguém do PMDB, de alguém do Democratas, estaria na capa dos jornais. Todos os analistas da GloboNews, todos os comentaristas de tudo que é jornal estariam gastando o dia inteiro fazendo comentário sobre essa pesquisa.

Essa pesquisa foi feita por uma organização, que é a Confederação Nacional do Transporte, que é do Sistema S, mas tem vínculos com esse modelo de política econômica e de governo que está aí. Não é uma pesquisa feita por organizações ligadas à esquerda, ou ao PT, ou mesmo ao movimento sindical ou social.

Aí vem aqui também o Vinicius Torres, da *Folha de S.Paulo* – e eu o cumprimento por pelo menos dedicar uma parte do espaço que tem a comentar a pesquisa –, que diz: "Lula venceria a eleição de Presidente contra qualquer candidato. Aécio Neves, Geraldo Alckmin estão na sombra das trevas de Jair Bolsonaro." Diz o colunista Vinicius Torres: "Lula por ora está mais vivo que os tucanos."

Eu queria aqui ler também o próprio Merval Pereira, que é um importante comentarista, e é quem de certa forma dá o tom no noticiário da Rede Globo de televisão. Ele também faz comentários. Eu acho que é importante que os colunistas possam pôr, e ele faz esse registro. Aqui, no caso, ele fala inclusive que a novidade é que tradicionalmente o adversário do PT, no caso o PSDB, é sempre, tradicionalmente, mas que o Jair Bolsonaro aparece em segundo lugar em todas as pesquisas, empatado com a Marina, que está um pouco à frente. A minha colega e conterrânea, Senadora Marina, aparece sempre à frente um pouquinho, mas, do ponto de vista da margem de erro, ela está tecnicamente empatada com o Bolsonaro, que está tecnicamente empatado ou um pouquinho à frente de Aécio Neves e Geraldo Alckmin. Então, aqui nós temos uma posição do próprio comentarista Merval Pereira, que na sua coluna trata desse assunto.

Eu acho que um assunto como esse – eu registro e parabenizo os colunistas que trataram – deveria receber uma atenção maior da grande imprensa. Esse *impeachment*, dizem, foi feito para atender à opinião pública. Ora, se perguntarem a qualquer brasileiro de qualquer lugar, Senador Paulo Rocha, em que período do Brasil ele lembra que houve prosperidade, que houve geração de



emprego, que houve política de inclusão social, que houve política de crescimento econômico, de desenvolvimento da nossa indústria e do nosso comércio, ele vai dizer: "O governo Lula". Que período você lembra do Brasil em que os mais pobres tiveram, pela primeira vez, uma mão estendida do Governo? "Foi no do Presidente Lula." Em que período do Brasil nós tivemos a escuridão dando lugar ao Luz para Todos, com quase 30 milhões de brasileiros que viviam na escuridão, podendo ter energia elétrica, comprar seu eletrodoméstico, como é o caso do Acre e da Amazônia?

Agora, miraram o PT, tentaram destruir o PT, destruir o Presidente Lula e a Presidente Dilma e acertaram o Brasil – acertaram o Brasil! Agora, a elite que apoiou o golpe parlamentar está demitindo, o valor das suas empresas está pela metade, algumas falindo. E parece que a ficha caiu.

Olha, eu digo – vou ouvir o Senador Requião com muita satisfação – que isso não tem nada a ver com passar panos quentes em combate à corrupção, gente. Está comprovado que todos os esquemas de corrupção começaram antes do governo do PT, mas também está comprovado que o Presidente Lula foi quem mais equipou o aparato, foi quem mais contratou policiais federais, foi quem mais deu apoio ao Ministério Público, foi quem mais, com isenção – ele e a Presidente Dilma –, nomeou Ministros do Supremo e fez a indicação para chefiar o Ministério Público a partir do primeiro nome da lista. Então, por favor, que os que são radicais contra o PT e contra qualquer coisa que a gente fale levem em conta isso. O Presidente Lula aparelhou o Brasil para poder enfrentar e combater, inclusive, a corrupção. Isso a história há de registrar. E os erros do nosso governo, que não foram poucos, não podem também ser jogados para debaixo do tapete.

Eu tenho muita fé que, em uma eventual candidatura do Presidente Lula, que acredito que é um dos grandes líderes junto com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, ele possa vir como um novo Lula, o que vai deixar bem claro para a sociedade brasileira, assumindo erros que cometemos, assumindo o compromisso de combatê-los e não permitir que sejam repetidos. Mas ele pode trazer, com tudo o que já fez pelo País, a esperança de volta, apontando o caminho para o Brasil se reencontrar com o crescimento econômico, com a geração de emprego, com o controle da inflação e com a melhora de vida do nosso povo.

Eu ouço o Senador Requião para poder concluir.

Ouçõ V. Ex<sup>a</sup> com muita satisfação, Senador Requião.

**O Sr. Roberto Requião** (PMDB - PR) – A gente faz um esforço para entender o que está acontecendo. Eu acho, Senador Jorge, que tudo começa com aquele projeto "Ponte para o Futuro", que era o projeto do neoliberalismo absoluto, da barbárie, do capitalismo bárbaro e do dependentismo, aquele dependentismo pregado pelo Fernando Henrique naquele livreto que ele escreveu lá atrás em parceria com o Enzo Faletto, um italiano naturalizado argentino, que era da teoria da dependência como fator de desenvolvimento. Então, na verdade, a ideia é destruir o Estado social no Brasil. A intervenção do Aécio ontem para a imprensa foi pertinente nesse sentido. Ele disse que não tinha importância que o Temer não tivesse popularidade. A intenção é criar esse Estado bárbaro. A intenção é privatizar a educação, a saúde, a Previdência Social, acabar com a soberania brasileira, entregar o petróleo, os bens naturais. A intenção é essa. É um projeto assemelhado, por exemplo, ao projeto de Porto Rico, Estado associado aos Estados Unidos. E nessa divisão de trabalho bolada pelo "Ponte para o Futuro", nós brasileiros ficaríamos como produtores de produtos agrícolas e fornecedores de *commodities*, impostos baixos, salário aviltado, nenhuma garantia social. É uma espécie de um projeto chinês. E nós estaríamos reforçando esse Brasil ruralista de produção intensiva, produção intensiva mecanizada, alta



tecnologia e um nível de empregos muito baixo. Mas eles imaginavam também, pensando no modelo chinês, que, liquidando todos os impostos, eliminando quaisquer barreiras aos lucros, eles teriam um projeto semelhante ao da China e que capitais financeiros norte-americanos viriam para o Brasil e providenciariam, de certa forma, um crescimento rápido de empregos. Mas esse é um projeto que está falido no mundo. Faliu com a vitória do Donald Trump; faliu com o Brexit, com a saída da Inglaterra do Mercado Comum Europeu; faliu quando a Itália derrotou a reforma constitucional que dava poder ao capital financeiro. Aliás, Senador Jorge Viana, eu não falo mais em imperialismo norte-americano, porque os Estados Unidos estão sendo vítimas do imperialismo do capital financeiro, que liquida os seus empregos internos. Então, na verdade, a intenção é esta: a destruição total do Estado brasileiro. Agora isso vem paralelamente com uma situação muito mais grave que é o comportamento do Judiciário, que não segue mais as leis, mas julga em razão da pessoa e da ideologia da pessoa. A impressão que eu tenho é de que se combate a corrupção no Brasil desde que o corrupto seja um nacionalista, uma pessoa preocupada com a solidariedade, com os mais pobres e com o projeto de soberania nacional; senão, existe a absolvição completa, a indulgência plenária. O Lula não podia ser ministro; o Jucá pode.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Moreira pode.

**O Sr. Roberto Requião** (PMDB - PR) – Os sigilos da Dilma e da Marisa podiam ser quebrados com o beneplácito do Judiciário; o da Marcela Temer não pode. É claro que nenhum deles poderia do ponto de vista do direito brasileiro. Então, nós estamos vendo um movimento das pretensas elites para destruir um projeto de soberania nacional. Mas está chegando ao fim: 4,3% de redução do PIB nacional é uma coisa sequer inimaginável há alguns anos, há alguns meses. A coisa está chegando a um ponto em que o que a Globo e a GloboNews vendem na tela da televisão é contestado pela realidade que entra pela porta e pela janela da casa dos brasileiros. Eu aproveito aqui para cumprimentar o Boulos e o seu pessoal, que estão fazendo uma demonstração pacífica de protesto.

*(Soa a campanha.)*

**O Sr. Roberto Requião** (PMDB - PR) – Acredito, Senador Jorge Viana, que esse período está chegando ao fim.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Obrigado, Senador Requião.

Eu peço só um tempinho, porque foi muito importante ouvir o Senador Requião.

Eu queria, Senador Requião, agravar os dados que V. Ex<sup>a</sup> trouxe.

O desmatamento, Senadora Gleisi – que foi Chefe da Casa Civil –, que estava em 5 mil quilômetros quadrados, está chegando a 8 mil quilômetros quadrados. Está afetando as metas que o Brasil assumiu de redução das emissões a partir de políticas públicas de controle do desmatamento, que a Ministra Izabella, que a Ministra Marina, que nossos governos fizeram valer. Até isso.

Agora, o mais grave que eu queria dizer, Senador Requião, Senadora Gleisi, colegas: eu li ontem uma declaração do Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, dizendo que, em 30 dias, o Brasil vai legalizar a venda de terra para estrangeiros.

Olhem: já estão desmontando a Petrobras. Nessa política, estamos há 15 anos. Já fomos os maiores exportadores de diamante do mundo, pedra bruta para as coroas do mundo inteiro. Já fomos os maiores exportadores de madeira, de pau-brasil, de ouro, de tudo. Não deu certo! Agora,





na pior recessão, numa depressão econômica, o Governo Federal, o Ministro da Fazenda está dizendo que vai botar à venda para estrangeiro as terras do Brasil! Não é possível!

Quando você está vivendo uma dificuldade, cidadão comum, você vende o pouco que tem por qualquer preço para poder garantir o de comer naquele dia. É mais ou menos isso que o Brasil vai fazer. Estamos vivendo um momento de maior dificuldade, e o Ministro da Fazenda diz: "Em 30 dias, vamos criar mecanismos para botar à venda as terras brasileiras para estrangeiro". Estão vendendo o Brasil.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Isso é grave, isso é um crime de lesa-pátria.

Eu acho que esse pessoal está brincando com fogo. Plantaram vento e estão colhendo tempestade. Agora, resolveram brincar com fogo.

Espero que a sociedade brasileira se levante contra a retirada de direitos dos trabalhadores, que vem falseada numa reforma trabalhista; levante-se contra uma reforma da previdência, que vem falseada de solução para crise, mas tenta resolver uma crise política e econômica que eles criaram, danificando de morte aqueles que trabalharam a vida inteira.

Eu queria concluir, Sr. Presidente, dizendo que todo esse aparato – que é importante, que devemos apoiar – de combate à corrupção deveria fazer com que o Brasil mudasse de nível. Eu mesmo vou sugerir ao Presidente Lula, vou discutir dentro do meu Partido: deveríamos estar propondo...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... que o Presidente Lula assumisse a sua candidatura, mas uma candidatura que traga solução para a crise em que o País está metido. Por exemplo, combate à corrupção: vamos assumir os erros, mas vamos apresentar uma solução para que o Brasil não venha a repeti-los. Não é só prendendo e rebentando que mudamos as coisas, não.

Por que não construir uma política transparente de nova governança para dinheiro público na relação com as empresas privadas? Esta é uma proposta nova: o Brasil estabelecer, no século XXI, critérios para toda relação de dinheiro público – que é do povo, que é da sociedade – com iniciativa privada em obras ou investimentos; transparência, mecanismos que não permitam que quadrilhas se montem para saquear dinheiro público. É um exemplo. Por que não fazer? Isso seria um legado da Lava Jato, isso seria um legado do País depois desse importante combate à corrupção que nós estamos vivendo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas por que também não fazemos algo na parte política?

Não acredito que o Ministério da Fazenda, que já vai completar um ano, vai encontrar solução para a crise econômica, porque as propostas que eles põem são veneno, não são remédio. Não acredito.

Então, nós deveríamos também trazer a solução para a política. É com uma boa política que nós vamos mudar o Brasil. Foi assim que o Presidente Lula trabalhou e mudou o Brasil para todos – para os adversários, para aqueles que nos traíram –, fez com que todos os setores do País, todas as regiões do País crescessem. No governo do Presidente Lula, o crescimento econômico era



de 7,5% no ano; agora, a queda do PIB é de 4,5% em um único ano. O povo brasileiro não aguenta.

Acho que a parte política cabe a nós. Não dá para viver em um País com 32 partidos desmoralizados e enfraquecidos.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Seria outro legado da Lava Jato, desse tempo que o Brasil está vivendo: por que não fazermos uma radical mudança nas regras políticas do Brasil? Quem sabe com uma Constituinte exclusiva, em que aquele que se candidatar não possa ocupar cargo? E aí faríamos uma mudança, moralizaríamos a política, e a política moralizada e nova faria as mudanças de que o Brasil precisa, com cada Poder no seu espaço, na sua autonomia e com sua força; e não uma transferência, uma desmoralização, porque eu tenho receio de estarem pondo o Presidente Michel Temer de refém. Isso é perigoso.

Eu concluo, Sr. Presidente, agradecendo a oportunidade e dizendo que essa pesquisa faz valer a opinião pública. E muitos agiram, fizeram a maldade, destruíram...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... o nosso governo, tentaram destruir o Presidente Lula, falseando a opinião pública. A opinião pública está se manifestando. Ela não quer este Governo, não quer a forma como estão operando a política no Brasil e ela lembra que Lula é quem pode ser a solução para os problemas que o Brasil enfrenta hoje e que se refletem no dia a dia de cada um dos 200 milhões de brasileiros.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

Antes disso, vou atender o requerimento do Senador Cidinho Santos.

Em sessão anterior, foi lido o Requerimento nº 922, de 2016, do Senador Cidinho Santos e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 17 de abril de 2017, destinada a homenagear o centenário de nascimento de Roberto de Oliveira Campos.

Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador José Pimentel, Presidente da sessão, ex-Ministro da Previdência, V. Ex<sup>a</sup>, por muitas vezes, esteve na Casa, e dialogamos sempre. Tenho muita certeza de que é um grande conhecedor do tema sobre o qual vou falar hoje, novamente.

Quero informar a todos que tivemos hoje uma bela reunião, lá na Câmara dos Deputados, com Parlamentares e entidades civis, centrais, federações, confederações, onde reunimos a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, de que estamos na coordenação, e de lá, Senadores e Senadoras, tiramos alguns encaminhamentos que eu quero destacar aqui.



Primeiro, a realização de debate sobre as reformas da Previdência e trabalhista em todos os Estados, o que já estamos fazendo há um ano, mas vamos intensificar; a formação de comitês municipais em todos os Municípios, por menor que sejam. Como eu dizia para eles, qual o Município que não tem dois, três, quatro, cinco, seis sindicatos? Que não tem os partidos políticos? Nos diálogos que faço, todos, até o momento, mostram que são contra essas reformas. Então, façam comitês municipais suprapartidários e intersindicais, e façam o bom debate sobre a crueldade dessas duas propostas. Pode ser na Câmara de Vereadores, e, se não tiver espaço – acredito que terá, porque estou recebendo manifestações da maioria das Câmaras de Vereadores repudiando essas reformas –, pode-se fazer também na sede de um sindicato que seja democrático.

Falei diversas vezes, aqui, da maldade da reforma, e dizia também que o Governo está afundando, mas, com muita certeza, Sr. Presidente! Ótimo mesmo é 1%. Um por cento! Se colocar ótimo e bom, chega a 10% nas pesquisas. E o Presidente Lula decola.

Um Governo como este, que não tem compromisso nenhum com a população brasileira; um Presidente que disse: "Eu vou fazer sim todas as maldades, porque não sou candidato em 2018; não sou candidato, então vou fazer o que acho que deve ser feito e acabou". Só que os Deputados e os Senadores são candidatos! Eu tenho certeza de que Deputado e Senador bobos não são, senão não chegavam ao cargo, não se elegeriam para Deputado e Senador.

Michel Temer não é mais candidato, mas eles são. E eles estão percebendo que está havendo quase que um tsunami – digamos – de mobilização, de baixo para cima, contra essa reforma.

Eles quase estão fazendo uma provocação ao povo brasileiro, querendo tirar todos os direitos na ótica daqueles que sonham em se aposentar e os direitos de quem está trabalhando, porque são duas reformas muito cruéis: a trabalhista e a previdenciária.

Eu dizia ontem e repito hoje que, quando li desta tribuna a chamada "Uma Ponte para o Futuro", houve quem dissesse: "Não é verdade, Paim! Isso aí não vai acontecer". Eu disse: "O tempo dirá quem está com a razão!"

Está aí a tal de Ponte para o Futuro concretizada e mandada para cá. Eu quero ver explicar na hora do voto para a população: "Olha, você não terá mais direito à aposentadoria." Porque, no fundo, é isso, pessoal. Eu posso detalhar aqui no debate, vamos fazer. Teremos tempo, ninguém vai aprovar isso, não. O senhor, que está assistindo neste momento, pergunta: "Vou encaminhar minha aposentadoria hoje porque em três meses aprovam." Duvido que eles aprovem isso aí em dois ou três meses, como eles estão dizendo. Claro, fique vigilante. Se a sacanagem vier mesmo... É quase um banditismo, considero isso e assumo tudo que eu digo, que é para entregar para os banqueiros, só para o setor financeiro o dinheiro da Previdência, que é um orçamento maior do que de muito país da América Latina, isso, sim, é roubalheira. Se a roubalheira vier, virei à tribuna e direi: "Olha, encaminha tua aposentadoria." E V. Ex<sup>a</sup> era Ministro, se ele encaminhar, nem que eles agendem, como já estão agendando, para 2018 já, para 2019, vale a partir do momento em que ele irá registrar, eles terão que pagar retroativo.

Nós vamos fazer o bom combate, não vai ser assim, não, vocês vão ver que não vai ser: nem na Câmara e nem no Senado. Primeiro, disseram que seria até 15 de março. Deus me livre, data do meu aniversário! Quinze de março, não. Uma praga dessas ser aprovada contra o povo no dia do meu aniversário, não. Agora já mudaram. E, por outro lado, um presente: as centrais, federações, confederações, entidades de todas as áreas civis e militares – porque há a polícia, também, que está contra essa reforma –, todos estão marcando uma grande paralisação para o dia 15 de março. Esse é um presente, espero estar aqui na tribuna comentando o movimento em todo o Brasil contra essas reformas.



Ninguém em sã consciência é favorável a essas reformas. Duvido, duvido! Expliquem-me, como? Ninguém me explica. Expliquem-me como é que se pode ser favorável.

Com essa certeza, Sr. Presidente... Estou procurando aqui não usar a palavra convicção, você sabe por que, não é? Dizem: "Eu tenho convicção... Eu tenho convicção..." Convicção não me diz nada. Tenho certeza e provamos – com provas – o que estamos dizendo: o absurdo dessa reforma.

Mas hoje eu prometi – nem vou falar de 65, de 70 para se aposentar; nem vou falar de 49 anos de forma ininterrupta para poder se aposentar, porque isso eleva para 70, não é?; nem vou falar aqui da forma, da regra de transição; nem vou falar que agora... Alguns falam: "Não, mas com 70 anos, Paim, vai haver integral." Não vai haver integral nem com 70, porque a média, meu Ministro, é a média, e a média cai.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. *Fora do microfone.*) – De 94 para cá.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – De 94 para cá, cai. Não tem nada de integralidade. Nem se você tiver 70 anos e 49 de contribuição, não se aposenta com o salário integral. Não existe essa do dito salário integral.

Mas eu dizia – porque tenho recebido muitos prefeitos neste período aqui, Senador, prefeitos e vereadores –, essa reforma vai explodir a finança dos Municípios. V. Ex<sup>a</sup> sabe mais do que eu, porque conhece o Norte e o Nordeste, naturalmente, porque visitou e conhece toda essa região. Eu fui a um ou a outro Estado. Em 70% dos Municípios – o dado é bem correto –, a maior renda deles é da seguridade, da Previdência, não é, Ministro? Pode confirmar ou não, não é? Tenho os dados aqui dentro. Eles vão ter uma queda. Uma trabalhadora rural mandou um cálculo para mim, com essa história de ela ter que trabalhar mais dez anos, sabe quanto ela vai perder? Cento e cinquenta mil.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Centro e trinta salários mínimos, e não recupera nunca mais.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso, não recupera nunca mais. Em dez anos, o salário mínimo vai estar mais de R\$1 mil, não vai recuperar mais. E são 150 mil por pessoa, que deixaram de entrar no Município.

Então, além de quebrarem a Previdência, querem quebrar os Municípios.

Mas eu vou entrar aqui no documento que foi feito pela Consultoria do Senado: não foi Dieese, não foi CUT, não foi central nenhuma, não foi federação – Consultoria do Senado.

Sr. Presidente, a situação dos Municípios. Quero aqui me referir ao impacto que a reforma da previdência trará sobre a economia dos nossos Municípios. Felizmente, os prefeitos começam a perceber que o que está na PEC 287 prejudica enormemente o povo dos Municípios. Também representa uma fonte de infortúnios para aqueles que naturalmente administram. Prejudica o povo, prejudica o administrador, porque a roda da economia vai girar muito menos no Município se não houver investimento – conforme o tamanho do Município – de milhões e milhões de reais.

Há gente que não sabe, mas a previdência social exerce um papel importantíssimo no processo de distribuição de renda no País, a tal ponto que um dos maiores estudiosos no assunto, o auditor fiscal Álvaro Sólón de França, afirmou, entre aspas:

A Previdência Social pública brasileira é o maior sistema de redistribuição de renda do mundo." [do mundo. Ele foi presidente da Anfip, inclusive]. Não existe um único sistema público de previdência fundado no sistema de repartição em lugar nenhum [...] [da terra] que tenha o efeito redistributivo da nossa previdência [ou seja, a nossa seguridade].



A cada mês, senhoras e senhores, mais de 30 milhões de benefícios, tais como aposentadoria, auxílio desemprego, são pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social em todo o País. Para que se tenha uma ideia do que isso demonstra, basta dizer: em mais de 70% dos Municípios brasileiros, o valor pago em função dos benefícios sociais vem ultrapassando historicamente o valor repassado pelo Fundo de Participação dos Municípios. Ou seja, a Previdência injeta mais dinheiro no Município que o próprio FPM.

Por outro lado, estudo mostra também que cerca de 70% dos recursos originários do pagamento dos benefícios da Previdência são aplicados diretamente na economia do Município, tornando-a mais dinâmica e contribuindo para tornar menos grave processos danosos como, por exemplo, o êxodo rural, a favelização das cidades e o próprio desemprego.

Juntemos as duas informações: o total de benefícios pagos e o fato de que os valores recebidos são direcionados, em sua maior parte, para o consumo local. Essa é a comprovação de que a Previdência é fonte primordial na distribuição de renda, no combate à pobreza. Por isso que todos nós e a sociedade dizemos: essa reforma pega da classe média para baixo, atingindo os mais pobres.

E com isso, pessoal, queiramos ou não, claro que vai aumentar a violência. A pessoa que está morrendo de fome, não tem para onde correr, perdeu o seu benefício – como eles estão fazendo muitos perderem –, ela vai tentar sobreviver. Sabe aquela história – permita, Presidente, que eu diga – que o leão só mata quando está com fome? O leão só mata quando está com fome! Eles estão fazendo aqui, com essas duas reformas, com tanta maldade, que eles podem criar, no País, o que nós não queremos: uma verdadeira convulsão social.

Sr. Presidente, quando a maldosa PEC dispõe, por exemplo, que o produtor, o parceiro, o meeiro, o arrendatário rural, o extrativista, o pescador artesanal e seus respectivos cônjuges ou companheiros e filhos, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, contribuirão de forma individual – individual – para a Seguridade Social, o que quer dizer isso? Na verdade, é dar um golpe de morte nesse processo de distribuição de renda viabilizado hoje pela Previdência.

Todos nós sabemos, Sr. Presidente, das extremas dificuldades enfrentadas pelas pessoas que exercem essas atividades. Como é que eles vão ser contribuintes individuais? Muitas vezes, eles mal conseguem juntar o suficiente, como a gente fala, para colocar feijão, arroz, um peixe, alguma coisa na mesa para a fome dos filhos, ou para os idosos também. Ou o dinheiro do idoso é que serve para botar o pão na mesa, que poderá perder agora.

Por isso, sabiamente – refiro-me mais ao Senador Pimentel, porque ele foi Ministro, e ele sabe e conhece mais que eu o que eu estou aqui falando –, o legislador resolveu que a comprovação do exercício da atividade rural por 15 anos seria a condição suficiente para poder pleitear o direito ao benefício. Agora, são mais dez anos. Calcule mais dez anos com fome! Você está com fome, não tem jeito: "Bom, mas eu tenho esse meio aqui e vou ali pegar o mínimo". Agora não, vai ficar dez anos a mais com fome, isso se conseguir ainda algum tipo de contribuição; se não conseguir, perde tudo pela lei, como eles estão dizendo aqui. Não contribuiu 15, não vai contribuir 25, perde tudo. Bom, fico cansado só de imaginar a situação desse povo.

Agora, além de exigir desses trabalhadores um dinheiro que eles não têm, a PEC 287, como eu dizia, exige, no mínimo, 25 anos de contribuição. Engraçado, não é? Desculpe-me fazer essa vinculação, mas para governador são quatro anos. Nós mesmos, aqui, para o Instituto da Casa, dois mandatos, oito anos. Para o trabalhador, eles querem 25. É proporcional, eu sei que é proporcional – eu sei que é proporcional. Mas, com oito anos dá para encaminhar. Nós temos que discutir isso. Por que a gente não rediscute toda a questão do Executivo, do Legislativo e do



Judiciário? Os altos salários que ultrapassam 30 mil, para depois discutir a situação de quem ganha o teto da Previdência, que não chega a dez salários mínimos, que é de dez salários mínimos para baixo.

Eu quero aqui, Sr. Presidente, eu vou para finalizar. Eu recebi, no meu gabinete, o Prefeito Neco, lá de Travesseiro, Município lá bem do interior do meu Rio Grande, a 130km de Porto Alegre.

Ele me dizia das suas preocupações e desse prejuízo que terá o seu Município. E foi ele que me deu este exemplo: o prejuízo é de R\$150 mil que a trabalhadora rural terá se ela tiver que trabalhar mais dez anos. "Todos perdem!", dizia ele. Perde o comércio; perde a família; perdem os pobres, principalmente; perde a arrecadação municipal; e perde a própria classe média – a classe média que tem o seu negocinho ali e tal, sua loja, não compra. E não é só alimentação: como é que vai comprar camisa, calça, roupa, sapato?

Sr. Presidente – fechando –, a intenção do Governo todos nós sabemos: ele está pagando a conta, porque este Governo se comprometeu com o setor financeiro. E a ordem do setor financeiro, que ajudou que ele chegasse lá – todo mundo sabe aonde, não precisa dizer, e por isso houve o afastamento da Presidenta –, a intenção do Governo é privatizar a Previdência, pessoal! Não há outra explicação. É só ver os fundos de pensão privada: o quanto cresceram de um período para cá – e estão crescendo –, e as propagandas que estão fazendo, dizendo que a opção agora é o fundo de pensão privada, porque a Previdência vai falir.

A intenção do Governo é privatizar a Previdência: atende o mercado financeiro, usa a tática de matar dois coelhos com uma cajadada só. De um lado, sufoca ainda mais os trabalhadores e as trabalhadoras do País, penaliza, enfim, o trabalho; pelo outro lado, sufoca também a imensa maioria dos Municípios brasileiros, cujas economias são bastante dependentes, como vimos, dos recursos da Previdência.

É por esses motivos e por outros, sobre os quais voltaremos a falar aqui desta tribuna e nos debates nas Comissões que haveremos de fazer, que a Proposta de Emenda à Constituição 287 não pode – não pode! – e não deve ser aprovada!

Senador Pimentel, desculpe-me, mas eu entendo que os Parlamentares haverão de aceitar essa questão, porque não pode. Quando as crianças são pequenas, a gente aprendeu a dizer para elas: "Não pode! Isso não pode!" E a criança ia vendo que não podia mesmo e acabava não fazendo, não é? Então a gente dizia: "Não pode! Não pode!". Será que os Senadores, homens preparados, escolados, forjados na vida, não sabem que isso aqui que eu estou falando é verdade? Porque está aqui e eu não sou nenhum inconsequente de apresentar por escrito tudo o que está no papel se eles não puderem olhar aqui e depois contestarem, se acharem que não é verdade.

Sr. Presidente, a reforma é nociva para o Brasil, é nociva para os Estados, é nociva para os Municípios, é nociva para as pessoas. A gente fala tanto nas pessoas: se nós olharmos para as pessoas, para o povo brasileiro, nós rejeitamos essa reforma.

É fundamental que a nossa gente, o povo brasileiro, como eu dizia no início, entre em estado de alerta. Criem comissões municipais. Convoquem os Deputados e Senadores, não importa o Partido, para debater a reforma. Que eles vão lá explicar essa reforma. Esses fóruns podem ter a participação, sim, de prefeitos, secretários, vereadores, empresários, sindicalistas, trabalhadores, donas de casa, estudantes, associação de bairro, clube de mães, clube de pais, tudo, pois a questão é suprapartidária.

Finalizo, Sr. Presidente. Lembro que estamos coletando assinaturas... E V. Ex<sup>a</sup> tem nos ajudado muito, foi um dos primeiros, quando levantamos esse tema, casualmente juntos, a dizer:



"Não! Vamos começar a coletar assinaturas para uma CPI para investigar as contas da Previdência."

Eu vi hoje o incidente que aconteceu com o Senador Lasier. Estava sendo muito criticado, porque assinou, só assinou para tramitar uma PEC, e quanto ao mérito ele era contra. Então, eu uso o mesmo princípio: se você tem dúvida – Deputado ou Senador – em relação à Previdência, assine a PEC que nós estamos apresentando, nós, porque não é só eu. O que nós estamos apresentando não é uma PEC; é uma proposta para uma CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as contas da Previdência.

E ninguém está dizendo que tem que ser só esse um ano. Podem-se pegar os últimos 20 anos – não importa, não importa! Querem pegar os últimos 20, os últimos dez para investigar as contas da Previdência? Nós temos a convicção de que uma CPI vai mostrar que a Previdência não é deficitária, que não é preciso fazer a reforma. Por que ter medo da CPI? Quem não deve não teme.

Então, eu faço um apelo aqui – nós já estamos em torno de 20 assinaturas – para que os Senadores assinem a CPI para ela tramitar. Quanto ao mérito, o debate se fará no momento adequado. Mas não tenham receio de assinar a CPI. Nós não somos carimbadores aqui, nem do Palácio, nem de ninguém. Se não é carimbador, assine a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a Previdência!

Se há déficit ou não. Se roubaram, quem roubou? Se houve sonegação, quem sonegou? Quem são os maiores devedores. Vai aparecer. Claro que os grandes grupos econômicos, porque eles é que são os maiores devedores. O trabalhador é descontado em folha. O senhor, a senhora que estão me ouvindo são descontados em folha. Todos que estão aqui são descontados em folha.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quem está em casa também é descontado diretamente na fonte pagadora, senão perde o direito. Agora, quem são os grandes devedores? Quem são os maiores 500? Vai aparecer lá. E, como há gente que não tem interesse que isso apareça, vai ao seu Senador e diz: "Não assina essa CPI, porque vai aparecer lá o nome de grandes grupos econômicos" – de grandes grupos econômicos de todas as áreas.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Os grandes jornais, inclusive.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu já tenho a lista de todas as áreas pela informação que a gente tem.

Presidente, quero ficar nos meus 20 minutos. Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, porque eu disse que queria falar depois da Ordem do Dia, e V. Ex<sup>a</sup> me concedeu esse tempo, tanto V. Ex<sup>a</sup> como o Presidente que o antecedeu. Porque eu queria falar sobre esses temas e dizer, num apelo final: vamos, vamos assinar a CPI para provar a quem tem dúvidas quem está mentindo! Eu não sou dono da verdade,...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ...mas a Comissão Parlamentar de Inquérito vai mostrar isso. Serão chamados todos os envolvidos para debater o tema. Vamos ver quem é quem.

Eu estou mais do que convicto, tenho certeza de que não há necessidade nenhuma dessa reforma. Até porque aquela reforma que V. Ex<sup>a</sup> já ajudou a construir, dos 85/95, resolve tudo. O



que é que resolve? Tempo de contribuição vinculado à idade, e ainda, a cada dois anos, aumenta-se um ano. Até fomos contra na época, mas resolve, pronto, resolve. Eu fico com aquilo, mas não quero essa bomba.

Vocês todos que me conhecem sabem o que eu briguei nesses 30 anos contra o fator previdenciário. Senador Pimentel, agora sou obrigado a dizer: se é para vir essa bomba aí, que fique até o tal de fator, pois, pelo menos, quem quiser vai para o fator; quem não quiser se aposenta pelos 85/95, que é o que eu faria se eu estivesse na fábrica. Eu vou optar sempre pelo 85/95 que significa mulher...

*(Interrupção do som.)*

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A lei hoje é assim: mulher, com 30 anos de contribuição e 55 de idade se aposenta, aí, sim, com o princípio da integralidade; homem, com 35 de contribuição e 60 de idade, se aposenta com o princípio da integralidade, e, a cada dois anos, aumenta um ano ainda.

Eu digo isso, Presidente, para concluir, porque eles dizem que não há idade mínima. Como que não há? Há idade mínima, sim. Se quiserem se aposentar com o fator, aí despenca, mas, com essa proposta, despenca o dobro do próprio fator. Veja a maldade: despenca o dobro do próprio fator previdenciário. Eu não quero o fator, como não quero essa proposta. Fico, então, com a fórmula que aqui expliquei.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Pedro Chaves, pela Liderança do PSC, pelo prazo regimental.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PEDRO CHAVES** (Bloco Moderador/PSC - MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, com muita alegria, participei hoje de manhã, juntamente com o Ministro de Estado de Educação, Mendonça Filho, e do Presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, no Palácio do Planalto, da cerimônia na qual S. Ex<sup>a</sup> o Presidente Michel Temer sancionou a lei do novo ensino médio.

Minha história pessoal sempre esteve ligada à educação. E, como educador e empreendedor da área, pude contribuir na formação de milhares de estudantes. E agora, como Senador da República, tive a honra de ser o Relator desta essencial reforma do ensino médio.

Para desenvolver um trabalho responsável, procurei me cercar dos mais conhecidos ideólogos e especialistas do assunto na área da educação. Escutei e aprendi com todos os palestrantes que manifestaram suas opiniões nas diversas audiências públicas que realizamos na Comissão Mista do Congresso que analisou a medida provisória enviada pelo Governo. Aceitei sugestões e críticas, sempre com base no mais profundo espírito republicano.

Adequamos à nossa realidade exemplos de sucesso introduzidos por outros países. Nesse tema, não tínhamos mais tempo a perder. Estou convencido que de todas as reformas que deveremos enfrentar neste ano, iniciamos pela mais importante, que é a reforma do ensino médio.

Agradeço a todos os envolvidos nesta produção legislativa. Primeiramente, ao Presidente Michel Temer, pela confiança em nosso trabalho, e ao Ministro da Educação, Mendonça Filho, e toda sua equipe, que sempre estiveram dispostos a um debate responsável, com foco na construção de um modelo moderno e eficiente.





Quero registrar a iniciativa do Presidente e do Ministro da Educação sobre a importância que o atual Governo sempre deu à tão carente educação do nosso País, reformando o ensino médio, com a flexibilização curricular, além de proporcionar aos nossos jovens o protagonismo na escolha de seu próprio futuro. Esta, a meu ver, é a característica mais importante do novo ensino médio. Com a reforma, o aluno passa a decidir aquilo que quer estudar, a carreira que pretende seguir, de acordo com seus próprios interesses, como sempre acontece nos países mais desenvolvidos. Com isso, será possível extrair maior proveito do talento de cada estudante, e isso, sem sombra de dúvida, interessa a todo o nosso País.

Na figura do Presidente da Comissão Mista, Deputado Izalci Lucas, fiz questão de agradecer aos Parlamentares, Deputados e Senadores, que contribuíram com o aperfeiçoamento do projeto de lei de conversão, nos oferecendo centenas de emendas para aperfeiçoar a proposta inicial da Medida Provisória nº 746/16.

Ressalto, também, o papel dos ilustres membros do Conselho Nacional de Educação, que engrandeceram o projeto nas produtivas reuniões de trabalho que realizamos.

É fundamental destacar as sugestões colhidas nas audiências públicas realizadas aqui no Congresso Nacional e nos Estados do Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Tocantins, sempre com a vibrante participação de professores, estudantes, formadores de opinião das mais variadas correntes ideológicas e setores da sociedade civil. A contribuição dos senhores foi essencial ao desenvolvimento de nosso trabalho. Recebemos a todos e fortalecemos o espírito republicano, que deve ser a nota maior deste Congresso, principalmente numa visão suprapartidária, em assunto tão importante como a educação. O Poder Executivo, juntamente com o Congresso Nacional, deverá emanar políticas que tenham no interesse público a sua base de conformação e limites.

Senhoras e Senhores, hoje oferecemos ao povo brasileiro a arma mais poderosa que se pode utilizar no combate à desigualdade, ao preconceito e à falta de oportunidade. Tenho convicção de que o investimento em educação é o caminho mais eficaz para a erradicação da pobreza, a redução das desigualdades, a diminuição da necessidade de políticas assistencialistas e a formação de um povo politizado e crítico na escolha e cobrança de seus representantes. Como sabiamente disse Nelson Mandela, a educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo.

Muito obrigado.

Era isso.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Com a palavra o Senador Paulo Rocha, como inscrito.

**O SR. PAULO ROCHA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, colegas Srs. Senadores e Senadoras, também vou contribuir para o horário de almoço do Presidente. Vou falar, também, aqui, bem rápido. Espero que os outros colegas...

Mas, eu queria, na verdade, eu me inscrevi, aqui, para falar sobre os problemas da minha terra, os problemas lá do Estado, mas eu queria... É rapidinho. Inclusive, vou dar como..., para registrar meu pronunciamento. Mas eu queria só estabelecer o diálogo com aqueles que me antecederam no debate que aqui trouxeram.

A população já percebeu o que aconteceu no Brasil, nos últimos tempos, o que reflete exatamente na pesquisa – agora comentado pelos companheiros que me antecederam –, no resultado das pesquisas.



O que foi que aconteceu no Brasil? Nos últimos tempos, nós estávamos construindo o processo de consequência da democracia que construímos no País, enfrentando governos autoritários. É uma geração que construiu, que tinha como base fundamental que, para se construir uma sociedade justa, uma sociedade em que todos têm a oportunidade de produzir, de estudar, de ter acesso à saúde, à cidadania, à dignidade... Entendíamos que a democracia é uma base fundamental para construir uma sociedade assim.

E foi isto que a nossa geração, ao fundar o Partido dos Trabalhadores, estabeleceu como base fundamental: essa democracia – um debate muito duro na chamada esquerda da época, porque havia várias saídas para enfrentar, inclusive, a ditadura militar, etc.

Construímos esse processo democrático, com a tática do acúmulo de força, de organizar o povo, de tomar a consciência dos direitos. Fomos para dentro do movimento sindical, organizamos um sindicato que tivesse como base a organização por meio das fábricas, da roça, dos escritórios. E construímos um movimento sindical muito forte, para processar a defesa dos interesses imediatos da classe trabalhadora.

Ao fundar o Partido dos Trabalhadores, nós construímos exatamente esse instrumento político. Naquela época – o Senador Pimentel, que também é um dos fundadores, se lembra disto –, a nossa primeira palavra de ordem era: "É a nossa vez, é a nossa voz!" Ou seja, nós criamos um instrumento político, para dar vez e voz àqueles que não têm vez e voz no País. E fomos construindo isso, um instrumento político.

Já havíamos construído um movimento sindical forte como instrumento de defesas imediatas e econômica dos trabalhadores, mas entendíamos que, ao criar o Partido dos Trabalhadores, esse era um instrumento político fundamental para construir a democracia, para construir uma sociedade em que houvesse oportunidade para todos, justiça, dignidade. E processamos isso. Eu acho que o Partido dos Trabalhadores cumpriu essa tarefa.

E, quando, em 1º de janeiro de 2003, o Presidente Lula recebe a faixa como Presidente da República, lá, na nossa geração, os trabalhadores resgataram para si a possibilidade de intervir nos destinos do País.

E foi através das ações e das políticas públicas que nós mudamos o destino de milhões e milhões de famílias brasileiras, de trabalhadores, consolidando a democracia e construindo um País com uma economia que desse oportunidade para todos, saindo daquela economia que concentrava a riqueza na mão de poucos e a pobreza, na mão de muitos. Por isso, nós tivemos a política de diminuição não só da desigualdade entre o rico e o pobre, mas também a diminuição entre as regiões mais ricas e as mais pobres. Criamos políticas públicas de oportunidade, como o fortalecimento do Pronaf, investindo na agricultura familiar e compensando o processo da visão desenvolvimentista, que foi criada desde a ditadura militar, em que se pensava desenvolver o País ou as nossas regiões a partir dos grandes projetos econômicos, a partir do grande grupo econômico, a partir do rico, aumentando, assim, cada vez mais essa desigualdade.

Aliás, o resultado das pesquisas da economia mundial reflete exatamente ainda esta visão: no Brasil, cerca de 8 pessoas detêm a riqueza da metade da população. Em 100 milhões de brasileiros, apenas 8 detêm essa riqueza. No mundo, há essa mesma concentração. Então, mesmo com esse processo feito nos governos Lula e Dilma, ainda falta muito a fazer.

O que foi que nós fizemos? Uma economia que fortalecia o processo produtivo, portanto, as políticas de distribuição de renda, ou seja, crescer com distribuição de renda. Saímos daquela visão antiga da ditadura militar que dizia ser preciso fazer com que o bolo cresça, para depois dividi-lo. O resultado foi o crescimento econômico e a diminuição das desigualdades. O aumento do salário



mínimo vai ao encontro dessa política da distribuição de renda. As políticas distributivas e de compensação, como Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida, Luz para Todos, tudo isso faz parte dessa política distributiva de crescer dividindo, de crescer distribuindo, de crescer dando oportunidade para todos.

O que aconteceu ao longo desse tempo? A elite se reorganizou. Como ela não conseguia ganhar mais dentro do processo democrático, eles construíram o golpe a partir do Congresso Nacional – o chamado golpe parlamentar –, combinado com o processo midiático que se estabeleceu para que se pudesse criminalizar, criar uma opinião pública de terra arrasada, como foi processado o ambiente do *impeachment*, que era exatamente essa combinação midiática de uma maioria Parlamentar que foi se construindo com uma parte do Judiciário para poder criminalizar o político e, principalmente, aqueles que estavam no poder. Conseguiram levar o País à quebra da democracia.

E agora nós estamos vendo aí o caos: a retirada de direitos, o desmonte do Estado social que nós estávamos construindo, e a nossa economia totalmente arrasada, sem possibilidade de continuar a resolver os problemas graves das nossas regiões, do nosso povo e da nossa gente.

Nesse sentido, Presidente, é fundamental agregar a todo esse debate a intervenção do Senador Requião, quando ele coloca exatamente isto: o que se processou? Foi o desmonte de um Estado social, voltando ao velho... Aliás, isso está se contrapondo ao mundo desenvolvido, pois estão fugindo da chamada globalização e do chamado desenvolvimento só a partir do capital financeiro. E aqui os golpistas tentam voltar a esse processo de construção de um Estado a partir do capital financeiro. Isso não dá conta de resolver os problemas do nosso País e levou, inclusive, à quebraadeira na Europa, levou à quebraadeira nos Estados Unidos. Portanto, é isto que está acontecendo, então, no nosso País: uma quebraadeira de empresas, uma quebraadeira de emprego, uma quebraadeira de setores importantes que nós construímos, através do PAC, com o fortalecimento do setor produtivo, principalmente na construção civil, e, com a questão da descoberta do pré-sal, no alavancamento da indústria naval, que gera muito emprego, que gera divisas para o País e que cria condições de soberania no controle da nossa riqueza, principalmente o pré-sal. Isso tudo foi colocado em xeque e está sendo colocado nesse processo de quebraadeira do nosso País, e, por isso, é fundamental.

Esse grupo que deu o golpe no nosso País está com tanta fome de destruição do Estado que, em uma tacada só, ele quer acabar com as conquistas da CLT, as conquistas da Constituição e o legado dos governos democráticos que, nos últimos tempos, implantamos no nosso País.

É fundamental a nossa população perceber que esse debate e essas informações não saem nos grandes jornais. Então, é preciso acompanhar esse debate através da TV Senado e da Rádio Senado, em que setores importantes que construímos neste País têm o poder de voz de democratizar as informações e colocar o debate real, democrático, para que a nossa população comece a perceber o que está sendo construído no nosso País.

E é isto que reflete a pesquisa da CNT: a opinião pública está se apercebendo do que aconteceu, no nosso País. O reflexo na figura do Lula resume tudo isso que aconteceu no nosso País e contra o qual a opinião pública agora começa a reagir.

Por isso, é fundamental estar atento. Só, de novo, a mobilização de rua, a mobilização do povo organizado, a mobilização dos setores organizados vai corrigir esse rumo, na medida em que se recupera a democracia, na medida em que se recupera o processo que vinha sendo construído no nosso País. Só um governo saído das urnas tem legitimidade para poder resolver o problema da crise econômica, social e política que está estabelecida no nosso País.



Eu queria registrar aqui, Sr. Presidente, por último, que, lá no meu Estado, eu tenho dedicado muito o meu mandato a debater a questão do desenvolvimento. O meu Estado é um dos mais ricos do nosso País e tem uma concentração de riqueza, quiçá a mais rica do mundo, em reservas minerais. Lá estão as grandes reservas mundiais de níquel, de cobre, de ferro, enfim, as principais reservas de estratégia do desenvolvimento mundial, mas é um Estado pobre, com um povo pobre. Nós temos a região do Marajó, que tem um dos menores IDHs do País.

Isso é consequência desse desenvolvimento de que acabei de falar há pouco. Pensou-se em desenvolver a Amazônia e o Pará a partir dos grandes grupos econômicos, a partir dos grandes projetos minerais, a partir dos grandes grupos agropecuários, o que apenas resolveu o problema de alguns, com o acúmulo de riqueza na mão de poucos e a pobreza na mão de muitos. Por isso, estou convencido de que a saída para os nossos Estados, especialmente os Estados grandes, é que haja um projeto de desenvolvimento capaz de dar oportunidade para todos, com um desenvolvimento que dialogue com as regiões mais pobres, que dialogue com as microrregiões.

Os rios da Amazônia têm um papel fundamental nesse processo de desenvolvimento, com as chamadas bacias hidrográficas. Então, eu estou provocando esse debate lá, no incentivo de discutir o desenvolvimento a partir das bacias hidrográficas, com a perspectiva do manejo da água. A água na Amazônia serve não só para transportes, com as grandes vias de escoamento das produções, mas também para a questão do clima do Planeta, a questão da floresta. Enfim, o manejo da água atende fundamentalmente a qualquer política de desenvolvimento local. Quero registrar, portanto, aqui no Senado, que estou apoiando essa visão. A própria sociedade se mobiliza em torno disso. Esse processo nasceu do desejo das comunidades rurais, motivadas pelos conflitos que envolvem a destruição das nascentes, a pesca predatória, a poluição dos afluentes, os desmatamentos, os assoreamentos, a extração desordenada de areia, de minérios. Se a gente pensar em um projeto de desenvolvimento que agregue não só a preservação, mas também uma política de desenvolvimento econômico para as sociedades nativas, a gente acaba resolvendo o problema do desenvolvimento local, criando oportunidades para o desenvolvimento social e econômico das comunidades.

Por isso, eu queria registrar aqui que há um movimento muito forte nessas questões. Eu, em função disso, até publiquei, com o apoio aqui do Senado, uma cartilha que agrega esse debate.

E quero registrar também que amanhã, nesse processo de debate do desenvolvimento regional, estarei na região da Ilha do Marajó, que agrega cerca de 16 Municípios. Nós vamos fazer um debate com os setores empresariais, os prefeitos, os trabalhadores, as comunidades nativas, para provocar esse debate, para apresentar para as futuras candidaturas de governantes, que se propõem a governar o nosso Estado, a vontade da sociedade paraense, para, de uma vez por todas, resolver o problema do desenvolvimento do nosso Estado e acabar com a miséria que ainda existe nas regiões mais distantes do nosso Estado. Nosso Estado é um Estado rico e, portanto, tem condições de dar dignidade e oportunidade para que todos conquistem essa dignidade.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Pimentel. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, a Senadora Gleisi Hoffmann, pelo prazo regimental.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu ocupo mais uma vez a tribuna no dia de hoje, agora para manifestar a minha solidariedade – e não só a minha solidariedade, mas também a de toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores – ao Movimento Ocupa Paulista.



É uma mobilização liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), um acampamento que foi iniciado na noite de ontem, quarta-feira, na Avenida Paulista. Aliás, a Avenida Paulista é o símbolo do poder econômico, do capital financeiro, da elite no Brasil. E o acampamento é uma forma de protesto dos trabalhadores sem teto e de resistência contra o desmonte das políticas habitacionais que vinham dando certo no Brasil. É uma resistência ao desmonte do Minha Casa, Minha Vida, programa lançado pelo Presidente Lula em 2009 e continuado pela Presidenta Dilma. E agora este Governo, que tirou a Presidenta Dilma do poder e assumiu, está acabando com o Programa Minha Casa, Minha Vida.

É importante, em primeiro lugar, entender o que é o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST), que está fazendo essa ocupação na Avenida Paulista. Eles não são baderneiros, eles não são pessoas de desestabilização social. Eles são uma organização que reúne 50 mil famílias em todo o Brasil, gente que trabalha, que ganha pouco e que precisa do apoio do Governo para ter seu canto, para ter seu teto, para ter seu lar. É isto que eles são: trabalhadores, gente mais pobre, lutando pelo direito de moradia e lutando em defesa de um programa que o Brasil estava desenvolvendo e que agora foi suspenso, que é o Minha Casa, Minha Vida.

Em São Paulo, o MTST mantém 30 ocupações. O movimento ocupa terrenos, principalmente na periferia da cidade – terrenos que ficam lá, parados para especulação financeira, esperando valorização, quando poderiam ser usados para construir casas para as pessoas.

Aliás, em Curitiba, o movimento também tem ocupações e exatamente com terrenos com essas características, terrenos da periferia da cidade, que ficam para especulação imobiliária.

Para vocês terem uma ideia, quem está nos ouvindo, se nós formos falar em déficit habitacional – vamos pegar só o exemplo de São Paulo, já que o movimento tem uma concentração grande lá –, hoje nós temos em São Paulo um déficit de moradia de 1,8 milhão de casas – habitações, casas, apartamentos –, ou seja, 1,8 milhão de famílias que teriam que ter direito à casa, à moradia e não têm, porque não têm renda suficiente para adquirir, não têm renda suficiente para fazer um financiamento e ficam sem casa.

Ontem, duas marchas do Movimento dos Sem Terra saíram dos seus lugares de moradia, de ocupação, reunindo integrantes de 20 grandes ocupações e encontraram-se na Praça da República e no Largo da Batata, em São Paulo, e de lá saíram. Os manifestantes foram para a Avenida Paulista e eles vão ficar na Avenida Paulista até o Governo de Michel Temer atender as reivindicações. E as reivindicações deles são simples e, aliás, são de absoluto direito deles. O que eles querem? Eles querem que sejam garantidas a construção das moradias que já estavam contratadas no Minha Casa, Minha Vida. Já tem o terreno, já tem projeto, já tem alvará, já tem tudo. Seria iniciada a construção quando tiraram a presidenta Dilma. O que fez o Governo? Cancelou. Então as pessoas ficaram sem ter casa. Elas já estavam no cadastro, as coisas já estavam feitas, era só liberar o dinheiro. E o que o Governo do Michel Temer fez? Cancelou. Por quê? Disse ele que precisava reavaliar o programa.

O programa Minha Casa, Minha Vida é um programa reconhecido internacionalmente, ganhou diversos prêmios. Aliás, vem gente do mundo inteiro aqui, ao Brasil, para saber como que esse programa foi feito. Como que em tão pouco tempo, sete anos, de 2009 a 2011, foram entregues 2,760 milhões de casas? É isso que o pessoal quer saber. Como em tão pouco tempo entregaram?

É o programa de maior sucesso da habitação brasileira. Nós tivemos alguma coisa semelhante, Senador Dário, na época do BNH, o Banco Nacional de Habitação, lembra? Mas, na época do BNH, foram construídas 4,5 milhões de casas, mas no período de 22 anos. No Minha



Casa, Minha Vida nós construímos 2,7 milhões, entregamos, no período de sete anos. É quase o dobro do que foi feito com o BNH.

E sabe qual é a maldade? Estavam contratadas, junto com essas que foram entregues, 4,280 milhões de moradias. Muitas como essa que foram prometidas ao MTST, em São Paulo. Já com terreno, com alvará, com projeto. O Governo do Michel Temer simplesmente suspendeu, para dizer que precisava reavaliar o programa, um programa de sucesso! Os prefeitos têm ido ao meu gabinete para dizer: "Senadora, nós temos terreno lá, a gente precisa que libere, a gente já mandou o projeto para a Caixa". Um programa de sucesso. Eles suspenderam. Suspenderam por quê? Porque não queriam mais dar o subsídio para a faixa 1.

Por que esse programa é de sucesso? Porque atende aos mais pobres. Atende prioritariamente àqueles que tinham renda de até R\$1.800,00 por mês por família. E aí o Governo fazia o quê? Havia o dinheiro do FGTS, que o Governo remunerava, emprestava esse dinheiro, e com ele e com recursos do Tesouro, subsidiava praticamente 90% da moradia, porque uma família que ganha R\$1.800,00 por mês não consegue financiar um apartamento, nem que seja de R\$90 mil. É muito caro neste País.

Então o que o Governo fez? Subsidiava. Então o custo da faixa 1, por exemplo, de um apartamento, uma casa de R\$96 mil, o Governo subsidiava R\$86 mil. A família tinha que pagar o resto em dez anos, com prestações de R\$50,00, R\$70,00 por mês. Fizemos muitas casas. Foi por isso que o mercado da construção civil no Brasil teve um *boom*, avançou. A construção empregou um monte de gente, consumiu material de construção. Aí o Governo que tirou a Dilma para melhorar a situação do povo – esse foi o discurso – mandou parar.

E agora o que o Governo faz? Anunciou um outro Minha Casa, Minha Vida. Mas sabe para quem vai ser esse outro Minha Casa Minha Vida? A faixa 1 vai congelar, não há como fazer, porque diz que o Governo não tem dinheiro, já até aprovou a PEC nº 55, não vai mais subsidiar. E não quer usar o FGTS para fazer esse financiamento, porque diz que é dinheiro do trabalhador, tem que ficar aplicado. Ora, o Governo pode emprestar e remunerar.

Não, eles só vão fazer financiamento para a faixa 3, quem ganha até R\$9 mil por mês, família que ganha até R\$9 mil. Essas podem ir ao mercado financeiro e contratar. Aí, para isso eles vão liberar o FGTS, porque aí o contrato do FGTS é com o banco.

E hoje o Ministro da Fazenda informou que também vai liberar o FGTS para aquelas famílias que querem adquirir um imóvel até R\$1,5 milhão. Quem é que vai comprar imóvel de R\$1,5 milhão neste País hoje, gente? Quem é que tem dinheiro para isso? O pessoal do sistema financeiro? O pessoal que é rico? Os grandes empresários? Tem que ser, porque nem a classe média alta vai se dispor a comprar, porque está com medo da crise.

Essa gente do Governo está louca? Em que País eles estão vivendo? Aí cortam o Minha Casa Minha Vida e cortam coisas que já estavam contratadas. Não é possível que a gente tenha esse tipo de cabeça governando o Brasil!

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Portanto, eu quero aqui reafirmar novamente o meu apoio ao MTST. Tem que ficar na paulista, sim, ficar um mês, dois meses, três meses. Mostrar para aquela gente rica, que não depende de salário mínimo, aquela gente rica, que não precisa de subsídio para financiar casa, aquela gente rica, que aplica no mercado financeiro, que há pobre neste País, que este País tem gente que



trabalha e que precisa da ajuda de Governo, porque Governo é para ajudar os pobres. Governo não é para ajudar os ricos.

Agora, esse Governo que está aí é um Governo dos ricos. E a sopa governista que virou este Congresso também é para proteger os mais ricos, porque aprovaram a PEC nº 55 aqui, vão agora aprovar a reforma da previdência, para tirar direito do trabalhador. É o pobre que tem que pagar a conta? Por que não paga a conta o sistema financeiro, que ganha dinheiro na operação no mercado? Por que tem que ser o pobre? Por que tem que cortar o Minha Casa. Minha Vida para quem ganha menos? Por que tem que fazer a reforma da previdência?

Na crise de 2008/2009, o Lula tomou uma série de medidas para enfrentar a crise e pôs dinheiro na mão do povo. O que ele fez? Aumentou o salário mínimo mais do que a variação do PIB, deu um aumento real maior para irrigar a economia, aumentou as parcelas do seguro-desemprego. Nós estamos com 13 milhões de pessoas desempregadas neste País. Este Governo não se toca? Como essa gente está vivendo? Está tendo renda de onde? É óbvio que a miséria está aumentando. Sabe o que tinha que fazer? Aumentar a parcela do seguro-desemprego – em vez de três, quatro parcelas, dar dez parcelas para as pessoas terem renda –, diminuir a carência para conseguir o seguro-desemprego, aumentar o Bolsa Família, colocar mais famílias e aumentar o dinheiro. "Ah, mas isso aumenta a dívida". Matar o pobre pode, mas aumentar a dívida não pode. Quantas vezes nós já tivemos aumento de dívida e é sazonal? A dívida do Brasil está controlada. O Lula e a Dilma a deixaram controlada. Agora estamos tendo uma crise porque o PIB não cresce, e a gente não tem receita, mas, se a gente colocar dinheiro na economia, a economia vai melhorar. Aí o PIB cresce. Aí você tem receita, você arrecada. Aí melhora o seu perfil da dívida. Aí você faz economia para pagar a dívida. Nós fizemos economia para pagar a dívida por dez anos neste País. Por que agora a gente não pode gastar um pouco mais para poder ajudar as pessoas que mais precisam? Que lógica é essa, gente? É uma lógica perversa. É a lógica de dar mais a quem tem mais. Não é de distribuir a renda.

Pois bem, o Lula tomou todas as medidas em 2009. Aí gozavam dele porque ele disse assim: "Essa crise é uma marolinha." Para nós, foi, porque nós colocamos dinheiro na economia e protegemos os mais pobres. Então, nós não sofremos a crise.

Em 2009, ele lançou o Minha Casa, Minha Vida, que era para ajudar as pessoas a adquirirem a casa que precisavam, principalmente as pessoas mais pobres, mas era para dar emprego para as pessoas, porque a construção civil é a área que mais dá emprego, principalmente quando você não tem grande qualificação no mercado de trabalho. Veja: só se emprega pedreiro, mestre de obras, carpinteiro, ajudante de pedreiro. É isso tudo. E vai trabalhar, vai ganhar dinheiro. Além disso, você fomenta o mercado da construção civil, vende telha, vende cimento, vende tijolo, vende cal; movimentam o mercado imobiliário, porque os terrenos que estão vazios passam a ter função social, que é de ter casa construída. Foram investidos no Minha Casa, Minha Vida desse período, de 2009 até 2011, R\$300 bilhões – R\$300 bilhões! Por isso, nós estávamos com a economia boa e estávamos pagando a dívida. Não venham dizer que a dívida aumentou, porque nós fizemos superávit primário em todos esses anos – todos esses anos! O único ano em que não fizemos primário foi 2015. Então, em todos os outros anos nós fizemos primário. Então, não venham aqui dizer que estava endividando e estava gastando mais do que arrecadava. Quem gasta mais do que arrecada não faz superávit primário. O que é o superávit primário? É o total das suas receitas menos as suas despesas.

Então, eu desafio qualquer Senador a vir aqui e me mostrar que não houve superávit primário. Desafio. Vai ter que vir a este plenário e dizer: não, vocês não fizeram superávit



primário. Porque está lá registradinho no Banco Central, tudo anotadinho. Fizemos superávit primário neste País por dez anos consecutivos. Vou repetir: o primeiro ano em que tivemos déficit foi 2015 e por problema na economia. E já fiz autocrítica aqui, que foi 2015, também com a Presidenta Dilma, de que erramos na política econômica colocando Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, fazendo a política de arrocho fiscal, porque, se não tivéssemos feito aquela política de arrocho fiscal, a economia não tinha caído. Aí, fizemos aquela política de arrocho fiscal, demos um freio na economia...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Tiraram a Presidenta Dilma, entrou este Governo, que é de quinta e que está fazendo o que está fazendo: tirando dos pobres para dar para os ricos. É isso. Eu não consigo me conformar de parar o Minha Casa, Minha Vida, coisas contratadas, que já estavam na mão das pessoas. Não é possível que um programa de sucesso, reconhecido, seja travado desse jeito. Não é possível!

Por isso eu quero aqui manifestar de novo a minha solidariedade ao MTST. Há que se ocupar a Paulista, sim. Os pobres devem ir para a Paulista para que aqueles banqueiros vejam que há pobres neste País, porque, senão, no Governo, aqui, viram estatística, gente. Viram número vazio, porque quem faz política de gabinete, quem não pisa o pé na terra do Brasil não sabe como as pessoas vivem. Então, ficam nos gabinetes ditando ordens, estabelecendo regras. Não é possível isso, não.

Pobre vai para a Paulista agora. Vai ficar tudo na Paulista, para rico ver. Para ver como os pobres estão sofrendo neste País.

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Há 13 milhões de desempregados e um Governo frouxo – frouxo! – que cede aos interesses do capital financeiro, que traz reformas sem-vergonha para esta Casa, como é a reforma da Previdência, como quer fazer a reforma trabalhista, que acaba com os programas sociais, que acaba com o Minha Casa, Minha Vida. Está acabando com os outros programas. Que tipo de Governo é este? É uma vergonha para o Brasil. E uma vergonha nós termos este Governo. Uma vergonha!

Eu sinto muito pelos programas que estão sendo desmanchados. Foi para isso que tiraram a Dilma. Agora pelo menos deem resposta decente. Não desmontem o que havia. Protejam os mais pobres. Protejam aqueles que não têm renda. É o mínimo que se espera de um Governo que deu um golpe neste País para dizer que precisava melhorar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso da Sr<sup>a</sup> Gleisi Hoffmann, o Sr. José Pimentel, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Eu que cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador José Medeiros.

Antes, porém, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, Senador José Medeiros, vou proceder à leitura de uma comunicação ao Plenário sobre a devolução à Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 80, de 2016, por meio do Ofício nº 93, de 2017, em atendimento à ordem judicial constante da concessão de medida liminar nos autos do Mandado de Segurança nº 34.530, em trâmite no Supremo Tribunal Federal.





A Presidência comunica ainda que informou o relator do mandado de segurança, Ministro Luiz Fux, por meio do Ofício nº 94, de 2017, o cumprimento da determinação judicial.

Agora, com muito prazer, passo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os Senadores e Senadoras que estão aqui presentes, todos os que nos acompanham pela Rádio e pela TV Senado.

Sr. Presidente, no último discurso que o Senador Luiz Henrique fez aqui desta tribuna, ele disse: "a política é como uma rosa, mas, como uma rosa, também tem seus espinhos". O Senador Luiz Henrique era um homem muito culto, um Senador de fina estirpe, um político que dava gosto escutar. Tinha conteúdo, já indo para seus 80 anos. Era um compulsivo leitor. No seu último discurso, ele fez essa fala referindo-se à questão de a política às vezes trazer infortúnios, trazer dissabores. Ele dizia isso porque fora arrolado numa questão que não tinha nada a ver com ele, e seu nome havia parado nas páginas dos jornais.

Abriu-se inquérito no Supremo Tribunal Federal, sem que ele tivesse relação nenhuma com os fatos ali apresentados. Pois bem, Senador Dário Berger – essa história V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem, porque é conterrâneo do saudoso Senador Luiz Henrique –, até hoje ninguém fez nenhuma retratação, nem o Ministério Público, nem ninguém por terem cometido aquele terrível erro com o Senador Luiz Henrique.

Senador, hoje é Dia do Repórter, e aproveito para parabenizá-los, mas, às vezes, o repórter também tem um poder devastador. O mesmo poder que cria lendas, que cria personalidades, por vezes, destrói vidas.

Neste Dia do Repórter, quero conclamar todos os repórteres para, a cada vez em que forem escrever, pensarem, porque, às vezes, duas, três linhas acabam com uma vida inteira.

Digo isso, Senador, porque eu estava, nessa semana, representando o Senado Federal na Assembleia Geral da ONU e, olhando as notícias brasileiras, vi algumas sobre o Senador Wilder Moraes, nosso colega aqui da Casa. Eu vejo várias notas depreciativas sobre o Senador Wilder pelo fato de ele ser um multimilionário. Talvez as pessoas não conheçam a história, mas o Senador Wilder é um rapaz que nasceu na roça, filho de vaqueiro – quase não escapa, teve uma grave doença na infância –; foi taxista; montou uma escola de datilografia com três máquinas de escrever; conseguiu estudar; passou no vestibular da PUC; foi ser engenheiro; com alguns colegas de faculdade, montou uma construtora – antes trabalhou em construção também –; e se tornou um dos grandes milionários deste País, trabalhando, sem nunca pegar uma obra pública. Então, não há de se falar: "Olhe, ele enriqueceu com dinheiro público." Não, enriqueceu trabalhando. Um goiano que representa realmente a fibra daquele povo.

Multimilionário hoje, ele continua com a mesma simplicidade. Pude ver isso. Ele construiu aqui no lago praticamente uma casa. Poderia ter comprado um iate, mas não: ele construiu uma casa sobre a água e, como cozinha muito bem, de vez em quando, convida alguns Senadores para ir ao seu barco. Inclusive, eu, minha esposa e meus filhos sempre vamos lá, junto com o Senador Petecão. É um ambiente familiar. Uma pessoa que sempre está ao lado da sua mãe. É incrível! Uma coisa que eu admiro nele é o carinho com que ele trata a mãe. Ele mantém as raízes, mantém a essência de quando era uma pessoa sem posses.

Mas, a cada vez em que falam sobre esse barco dele, tentam criar uma lenda. Já apelidaram o barco dele até de "*love boat*". Dizem que é o barco do amor.



Eu estou dizendo isso aqui – parece um assunto menor, mas é bom que se diga –, porque a honra da pessoa não tem preço, Senador Dário Berger. Rotulam as pessoas, e isso depois é usado em campanhas políticas contra a pessoa. Fui criticado lá em Mato Grosso por ter participado de um jantar no barco do Senador Wilder. Eu digo e repito: fui, com muita honra e, se ele me convidar, irei outra vez, porque é uma pessoa da mais alta honradez, uma pessoa de família. Além disso, a minha esposa adora a mãe dele, que é uma pessoa extraordinária, sem falar no bom gosto musical – eu sou mato-grossense, e ele gosta de música sertaneja.

Senador Dário Berger, como é de costume, toda vez que é indicado um ministro para o STF, eles conversam com cada Senador. Foi assim com o Ministro Luiz Fachin, foi assim com todos. Eles conversam com os Senadores. Na semana passada, alguns Senadores iam viajar – eu, por exemplo, ia para a Assembleia Geral da ONU –, e o Senador Wilder resolveu fazer um jantar e convidar o Ministro Alexandre de Moraes para que conversasse com os Senadores. Houve uma conversa para lá de formal; um jantar em que mais se conversou do que se juntou. O ministro ficou pouco tempo e foi embora.

Liga-me um repórter perguntando se eu tinha participado. Eu falei que participei. Não fiz nada escondido e não vejo demérito algum em que um Senador possa ouvir um ministro. Se um Senador da República tem um grau de desconfiança tão grande que não possa se reunir com um ministro, porque pode parecer algo, ele não poderia nem estar aqui.

Isso não significa que quem juntou com o ministro, Senador Dário Berger, vá votar nele. O voto é secreto, e cada um vai ter sua convicção a partir da sabatina que vai haver.

De lá para cá, o ministro já se reuniu – se não me engano – ontem com a Bancada do PMDB, e não vi nenhuma nota desabonadora. Já se reuniu com outros também.

Mas eu vi que tentaram dar conotação de que teria sido... Eu vi um folhetim – cujo nome não vou citar, porque não merece – dizendo que foi uma noitada, que foi uma balada. Por vezes, a maldade das pessoas na hora de escrever, no intuito de ganhar mais leitores, acaba denegando a imagem das pessoas.

E eu queria fazer este pronunciamento não para me defender, porque não tenho do que me defender. Fui, conversei com o ministro e conversaria de novo. E, sobre esta discussão de se ele vai ser ou não vai ser, é o voto dos Senadores aqui no plenário que dirá. As condições, ele preenche: notório saber jurídico e conduta ilibada parece-me que estão sobejamente satisfeitas. Aliás, para quem não sabe, o Ministro do Supremo Tribunal Federal não precisa nem ter curso de Direito; não precisa ter diploma de Direito. Nós já tivemos ministros que eram médicos. Basta que tenha notório saber jurídico. Pois bem, no meu entender, essas condições o ministro reúne. Podem não gostar dele ou dizer que não pode ser por isso ou aquilo. Pode haver críticas, mas nada desabona até agora a sua conduta.

Eu vi que tentaram atingir o ministro tentando desconstruir a pessoa do Senador Wilder, um Senador extremamente trabalhador. Ele não é de fazer muita fala na tribuna, mas é um Senador que contribui muito para o Brasil quando se trata das questões econômicas, quando se trata da questão da geopolítica brasileira, porque ele entende. É um Senador que conhece o mundo inteiro e que se preocupa, até porque é empresário, com a economia do País.

Eu tinha de fazer esse depoimento aqui, Senador Dário Berger, por uma medida de justiça, em respeito à mãe do Senador Wilder, que é uma pessoa humilde. Tenho certeza de que, se os repórteres que escreveram essas críticas tivessem a oportunidade de comparecer à casa do Senador Wilder – digo casa porque, geralmente, ele dorme mais lá do que no apartamento dele –, veriam que não é um ambiente de festas.



"Ah, o Senador empresta o barco." Sim! Quando minha família veio do Mato Grosso, certa feita, ele me emprestou o barco e fiquei o dia inteiro ali, porque é praticamente uma cozinha. O barco dele é só uma mesa e uma cozinha. Aliás, ele cozinha muito bem e faz a boa mesa ali.

Então, essas explicações são necessárias, porque muita gente leu essas críticas e acaba ficando com essa pseudoverdade. Eu tinha de fazer essas explicações aqui em respeito à amizade que tenho pelo Senador Wilder, em respeito à sua mãe e a sua imagem, que, com certeza, foi injustamente tratada.

Um Deputado teria dito: "A casa de fulano" – não sei quem, um outro Deputado – "parece uma igreja, perto do barco". Eu digo que isso é despeito, porque o Senador Wilder convida poucos para ir lá. Ele é um homem não de poucos amigos, mas leva a sua turma e justamente não é de muita festa. É um sujeito quieto, fica no canto dele, de um jeito goiano, que parece com o mineiro.

Eram essas as explicações, porque penso que, aqui no Brasil, às vezes, as pessoas são criticadas não por terem feito alguma coisa. Parece-me que existe algo contra as pessoas que têm algum dinheiro. Eu vim de uma família pobre, mas meu pai me ensinou a não odiar as pessoas que têm dinheiro. Aliás, ele me ensinou a admirar a luta daqueles que conseguem galgar a vida. Eu admiro a luta e a história do Senador Wilder. E mais: para gerar emprego neste País, precisamos que o Brasil tenha muitos "Wilders Moraes", que o Brasil tenha muitas pessoas empregando neste País.

Então, nessa linha, Senador, eu vejo que há muita gente que implica com o Senador Wilder porque ele anda de helicóptero. Ora, ele tem, ele lutou por isso, ele merece andar de helicóptero. "Ah, porque ele tem um jatinho!" Ele merece andar num jatinho. A área da construção é a que mais emprega.

O Hotel Nacional, no Rio de Janeiro, estava às moscas, um grande projeto de Oscar Niemeyer, parado há décadas. Ele foi lá e o reconstruiu. Ele é um empresário brasileiro. Está lá o hotel hoje, cinco estrelas, padrão internacional, e os brasileiros podem ver aquela obra monumental de Oscar Niemeyer revivida.

Esse é o perfil de Wilder Moraes. Não sei por que tentam desconstruir essa imagem de um grande brasileiro, de um grande goiano. Há pouco tempo, ele chegou a uma reunião em seu helicóptero, e escreveram: "Humilder", fazendo um trocadilho com o seu nome.

Em Mato Grosso, temos, por exemplo, o Senador Blairo Maggi, um multimilionário, da mesma forma que o Wilder. Nós temos orgulho dele, do grande ministro que é. No Mato Grosso, estamos de braços abertos para receber grandes empresários e quem queira investir no nosso Estado. Penso que é esse o tratamento que devemos dar aos grandes brasileiros que geram emprego neste País.

Encerrando este tema, Senador Dário Berger, e já baixando para o final, só queria falar sobre o que disse a Senadora Gleisi Hoffmann, há pouco, porque ela disse que em todos os anos houve superávit primário. É verdade. Agora, é verdade também que a Presidente foi cassada. Sabe por quê? Porque os balanços eram maquiados.

A empresa Enron, nos Estados Unidos, aquela da energia, todos os anos tinha superávit nos seus balanços. Depois, descobriram que era furada. O presidente foi cassado porque maquiava, e havia um rombo monumental nas contas.

Eu vejo indignação, agora, da Senadora dizendo que é pelos pobres, que este Governo está acabando com os pobres. Não! Os pobres que estão desempregados são do governo deles. O Projeto Minha Casa Minha Vida, Senador: as empresas que o pegaram quebraram todas. Todas! Porque não recebiam.



Então, dar bom dia, ajudar os pobres com chapéu alheio é muito fácil. Mostrar indignação aqui nesta tribuna dizendo que os pobres estão arrebatados é uma coisa, mas, quando estavam no governo, ninguém conseguia conversar com essa gente. Aliás, conseguiam: o Marcelo Odebrecht, os *players* nacionais, os campeões.

Fizeram o pior tipo de capitalismo que há no mundo, que é o capitalismo de Estado. Sabe que capitalismo é esse? É aquele em que eu chamo minha patota, distribuo as obras para cada um e o resto que se lasque! No meu Estado, as plantas frigoríficas acabaram todas. Sabe por quê? Porque esse capitalismo de Estado financiou, o BNDES financiou o JBS, que comprou todas as plantas de frigoríficos; comprou e fechou. Esse é o tipo de economia que foi feita. Agora, lógico, na velha... É a ética petista e o espírito capitalista deles. Faz o quê? Esqueça tudo que fez de errado, jogue para o outro; e joga-se a bomba. Agora ninguém presta e tudo que se fez de bom neste País foi do Partido dos Trabalhadores.

Eu tinha de fazer essa ressalva aqui, porque não dá para ouvir calado que tudo era bom no passado, e agora essa coitada que foi retirada da Presidência da República era uma inocente. Não era!

Ah, estão entregando para o capital estrangeiro a Petrobras. A Petrobras? A Petrobras foi... Gente, não vou usar o termo aqui. A Petrobras foi tomada de assalto! Eu não gosto de ficar apontando o dedo, mas como têm coragem de falar da Petrobras aqui? Os aposentados! Como têm coragem de falar dos aposentados, quando os fundos de pensão foram todos tungados? Então, não vou nem continuar nesse assunto para não estragar o final de semana dos brasileiros que estão aqui, porque todo mundo já sabe dessa cantilena; mas a gente tem de lembrar, senão essas mentiras acabam virando verdades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dário Berger. PMDB - SC) – Bem, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> e me solidarizo com o discurso de V. Ex<sup>a</sup>. Peço, na medida do possível, se V. Ex<sup>a</sup> puder...

Senador Reguffe. Enquanto passo a Presidência para o ilustre Senador Reguffe, aproveito a oportunidade para registrar aqui a presença dos meus prefeitos de Santa Catarina: Prefeito Derli de Oliveira, de Tigrinhos; Prefeito Valdir, de Romelândia; Prefeito Jean e seu Vice-Prefeito Roberto, de Iraceminha; o Vice-Prefeito Alencar, de Cunha Porã; e também do Vereador Iraci, que é o Presidente da Câmara de Iraceminha.

*(O Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Reguffe.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Convido para fazer uso da palavra o Senador Dário Berger.

**O SR. DÁRIO BERGER** (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Reguffe, que preside os trabalhos desta quinta-feira, meus cumprimentos. Cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>, cumprimentos aos Senadores e às Senadoras. Cumprimento também, como já o fiz, os nossos prefeitos e vereadores do Estado de Santa Catarina que nos prestigiam nesta quinta-feira.

Faço alguns registros aqui, Sr. Presidente. O primeiro registro é de que nós estamos atravessando a mais séria, a mais ampla e mais amarga crise da história brasileira. Temos mais de 12 milhões de desempregados, a recessão vem destruindo os orçamentos domésticos, os orçamentos públicos e os orçamentos privados. Os Estados e os Municípios, à beira da falência; os empresários não investem; o desemprego não cede; os juros não baixam naquela velocidade em que deveriam baixar; a segurança jurídica não se consolida; o País não cresce, não se desenvolve e, com isso, o



desemprego aumenta e a crise política não passa, não acaba, não termina, o que é muito sério neste País. Porque, invariavelmente, penso eu, os graves problemas que o Brasil enfrenta hoje só serão resolvidos através da política. E quando a crise política se instala, as demais crises são decorrentes dela.

E, lamentavelmente, estou aqui entrando para o terceiro ano do meu mandato de Senador representando o Estado de Santa Catarina e, durante esses dois anos que nos antecederam, Senador Reguffe, o que eu pude perceber e acompanhar foi que a crise política, em vez de ir amainando e se resolvendo, foi cada vez mais se agravando.

Isso é extremamente preocupante à medida que o Brasil enfrenta, como falei, a mais amarga crise da sua história. Essa crise destrói as pessoas, sobretudo as mais pobres, que perdem seu emprego e, perdendo seu emprego, perdem a sua dignidade, a sua honra, pois não têm mais condições e capacidade para sustentarem suas famílias.

Com isso, o que nós estamos vendo, na prática, é aumentar a crise da segurança pública – como é público e notório, as rebeliões acabaram acontecendo –, em que se destacou o Estado do Espírito Santo, especialmente a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, que foi acometida por um período dramático e violento que vitimou centenas de pessoas naquele Estado.

A crise na saúde é muito grave, é muito problemática. E é muito triste para mim, como Senador, ler as matérias nos jornais, os noticiários na televisão, dando conta de que faltam remédios, de que faltam componentes, enfim, faltam insumos para pessoas que têm câncer continuarem o seu tratamento. E muitas delas, inclusive, interrompendo o tratamento e vindo a óbito.

É muito triste ver os hospitais com os corredores abarrotados de brasileiros e brasileiras esperando atendimento.

É muito triste não conseguir, por mais que queiramos e desejamos, enxergar um horizonte capaz de transformar e alterar essa triste realidade que nós estamos vivendo no presente.

A situação se agrava na medida em que muitos pontos precisam ser atacados de forma breve e objetiva, porque nós temos pressa, o Brasil tem pressa, os brasileiros e as brasileiras têm pressa. E nós não estamos conseguindo ver esse horizonte que gostaríamos de enxergar.

O que estamos vendo é que, muito embora 2017 tenha começado com um viés que parecia que ia trazer um impulso capaz de melhorar a economia, com a redução pequena, mas com indício de que poderia melhorar, com a redução dos juros, porque a inflação vem caindo sistematicamente e, com isso, dizem os economistas – eu não sou economista – que os juros só podem baixar se a inflação estiver sob controle e se estiver baixa.

Eu sempre entendi que a inflação se aplicava no Brasil... Aliás, foge do controle por vários aspectos certamente. E quero destacar um. O primeiro é a demanda reprimida dos preços públicos que, quando você tem que reajustar os preços, evidentemente tende a aumentar a inflação. E o outro é o excesso de consumo: quanto maior for o consumo, maior, vamos dizer assim, é a capacidade de a inflação se instalar.

Ora, se nós temos 12 milhões de desempregados hoje, se nós temos mais oito milhões de pessoas subempregadas, que não estão trabalhando na sua plenitude, isso soma 20 milhões de brasileiros e brasileiras. Se multiplicarmos esses 20 milhões de brasileiros e brasileiras por quatro, que é o número médio da família brasileira, nós vamos chegar a 80 milhões de brasileiros – quase 50% da população brasileira, que hoje vive em dificuldade neste País.



Por isso que nós temos que ter pressa. Por isso que nós temos que ter atitude para enxergar essa triste realidade e avançar num pacto nacional capaz de escrever uma nova página na história do Brasil.

É isso que estou a imaginar, a pressionar, a exigir, a pedir: que as nossas autoridades, que o Presidente Michel Temer, debrucem-se sobre isso, que peçam mais agilidade, para que possamos sair o mais rapidamente possível dessa crise, não de forma tão lenta com esses pequenos indícios que acabaram nos dando um alento, um entusiasmo, mas, efetivamente, parece-me muito pouco ainda para o momento. Essa que é a grande realidade.

Senador Reguffe, outro aspecto que eu queria destacar é um projeto de lei, como eu sei de tantos projetos de lei que V. Ex<sup>a</sup> também apresentou nesta Casa, e que, muitas vezes, ficam dormindo nas comissões, porque o próprio Senado, as maiores lideranças do Senado não têm interesse de colocar em discussão, porque não é interesse do momento para o Senado Federal, mas, com certeza, seria de interesse especial para a sociedade brasileira. Dentre eles, eu quero destacar um projeto de lei, ou melhor, uma PEC, uma Proposta de Emenda Constitucional, de minha autoria, que, evidentemente, fui o primeiro signatário, com o apoio de V. Ex<sup>a</sup> e de mais quase 50 Senadores, que é a PEC que determina o teto salarial do funcionalismo das estatais tal qual o teto dos demais servidores públicos do Brasil.

Na verdade, apresentei a Proposta de Emenda Constitucional nº 58/2016, porque os salários pagos a empregados e a ocupantes de cargos nas empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias devem ficar sujeitos também aos limites impostos às remunerações dos servidores públicos.

Portanto, eu considero inaceitável que as estatais, muitas vezes detentoras de monopólios e abastecidas por verbas eminentemente públicas, tenham uma política salarial desatrelada das normas que regulamentam a remuneração dos servidores da Administração Pública brasileira.

A Constituição Federal estabelece, como teto para o salário de servidores públicos federais, a remuneração mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal; nos Estados, o salário do governador; e, nos Municípios, o salário do prefeito.

A cultura da inesgotabilidade dos recursos públicos empurrou a gestão administrativa dessas entidades aos limites da irresponsabilidade remuneratória, permitindo a captura da estrutura por poderosas corporações de empregados, transformando os meios em fins, em inaceitável inversão de valores e finalidades. Essa é uma grande realidade que também precisa ser observada.

A proposta altera a redação do § 9º do art. 37 da Constituição Federal, removendo expressão redutora segundo a qual os limites remuneratórios do setor público aplicam-se também às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias, que recebem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para pagamento das suas despesas de pessoal e do custeio em geral.

Para minha satisfação, essa PEC tramita na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania e já teve o apoio do Relator, Senador Ataídes Oliveira, do PSDB, do Tocantins. Ele classifica como irreais os padrões salariais praticados nas estatais brasileiras, mesmo com as restrições orçamentárias enfrentadas pelo Governo Federal e pelas administrações municipais e estaduais. "Tal providência saneadora, como pretendida pela proposição da qual ora ocupamos, é, a meu juízo, uma exigência moral, ética e que já vem tarde." Isso é enfatizado pelo Senador Ataídes Oliveira em seu voto favorável à proposta.

Portanto, após ser examinada essa proposta na Comissão de Constituição e Justiça – que já tem parecer, mas ainda não foi examinada –, ela segue o seu trâmite para as demais comissões. E



eu espero que essa seja uma PEC que possa também seguir com a rapidez tal qual outras PECs aqui já foram aprovadas por este Senado Federal.

Além disso, como ainda tenho mais alguns minutos, Senador Reguffe, peço a paciência de V. Ex<sup>a</sup> para fazer um relato sobre as principais obras do PAC em Santa Catarina. E adivinhe como elas estão? Atrasadas, como estão atrasadas obras do PAC em todo o Território nacional.

O PAC, um dos mais ambiciosos planos de infraestrutura e logística do Planeta – o programa conhecido como aceleração do crescimento –, acaba de completar dez anos, no mesmo – e sobretudo lamentável – ritmo em que se encontra a economia brasileira: ou seja, estagnado.

Em Santa Catarina, todos os nove principais projetos contemplados pelo programa – adivinhe – estão atrasados. Em alguns casos, esse período chega a quase cinco anos. Isso sem contar as obras – como a duplicação da BR-280 e da BR-470 – que levaram décadas para sair do papel e que vão levar décadas para serem concluídas.

Portanto, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma década depois, com 40% desses valores desembolsados o Governo do Presidente Temer pretende mudar o nome do programa e investir apenas nas obras que podem ser concluídas até o final do seu mandato. Isso é muito preocupante para Santa Catarina porque, com isso, não devem receber grandes volumes de recursos as duplicações das BRs 470 e 280 do meu Estado, ambas previstas para serem concluídas em 2021 e 2022.

Portanto, se em 2016, as verbas foram destinadas apenas para projetos pequenos, ou seja, limitados a aproximadamente R\$10 milhões para os próximos dois anos, o objetivo é focar em obra significativa que representa um legado da administração do Presidente Temer, na qual, eu solicito aqui que se inclua, nessa prioridade, no mínimo, a BR-470, BR-280, BR-282 e também parte da BR-101, que precisa ser definitivamente entregue aos catarinenses.

Portanto, eram esses, Sr. Presidente, os três registros que eu gostaria de fazer.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Reguffe. S/Partido - DF) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Dário Berger.

Transfiro agora a Presidência ao Senador Jorge Viana para que eu possa falar como orador inscrito.

*(O Sr. Reguffe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Queria cumprimentar o Senador Dário Berger pelo pronunciamento e endossar a defesa que V. Ex<sup>a</sup> faz de Santa Catarina, do nosso saudoso Luiz Henrique. Eu assino embaixo.

Passo imediatamente a palavra para o querido amigo Senador pelo Distrito Federal, Senador Reguffe. V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, eu protocolei, logo que tomei posse na Câmara dos Deputados como Deputado Federal, em 2011, uma proposição para proibir a tributação sobre remédios de uso humano no Brasil. Quando cheguei nesta Casa, na primeira semana como Senador, protocolei a PEC 2, de 2015, que proíbe a tributação sobre remédios de uso humano. É absolutamente inaceitável o que ocorre neste País com a tributação sobre remédios.

A tributação tem que ser sobre o consumo supérfluo, e não sobre algo que as pessoas dependem para a sua saúde, para poder viver. Eu não tenho como concordar com isso. É



absolutamente inaceitável essa ganância do Estado, tributando remédios de uso humano neste País. A Inglaterra não cobra impostos sobre remédios; o Canadá não cobra impostos sobre remédios; a Colômbia não cobra impostos sobre remédios; e, no Brasil, 35,7% do preço de um remédio são apenas impostos!

Eu já vim a esta tribuna diversas vezes falar sobre isso. Só que eu falo, e não há consequência, ninguém me ouve. Mas eu tenho obrigação de falar, e todas as vezes aqui vou falar sobre isso. Eu não tenho como concordar, não posso crer que isso seja justo. Volto a dizer, a Inglaterra não cobra impostos sobre remédios; o Canadá não cobra impostos sobre remédios; a Colômbia não cobra impostos sobre remédios; e, no Brasil, 35,7% do preço de um remédio são apenas impostos!

Outra distorção também difícil de entender é que um medicamento de uso veterinário, para animais, tem uma tributação, no Brasil, de 14,3%; um remédio de uso humano, 35,7%! Por que que um medicamento de uso veterinário – nada contra animais; muito pelo contrário –, mas por que um medicamento de uso veterinário tem uma tributação de 14,3% e o medicamento de uso humano tem uma tributação de 35,7%? Difícil de entender, difícil de compreender!

Fiz um requerimento formal de informações ao Ministério da Fazenda, solicitando o impacto financeiro e orçamentário dessa medida de se retirarem os impostos sobre remédios no Brasil. A retirada de todos os impostos sobre remédios acarretaria uma renúncia fiscal de R\$5 bilhões. Pois bem, R\$5 bilhões em remédios para uso humano não é possível, mas aí o Governo passado editou uma medida provisória que deu uma renúncia fiscal de R\$20 bilhões para as montadoras de automóveis – quatro vezes mais do que se tivessem retirado todos os impostos de remédios no Brasil.

"Ah!, mas vamos supor que haja uma crise!" E temos uma crise, temos uma crise grave. Ora, aumentem impostos em outras áreas; aumentem os de bebida, aumentem os de cigarro, aumentem os de automóvel, de lancha, de avião, mas não de remédios, que ninguém compra, porque quer; a pessoa compra, porque precisa.

Se retirassem todos os impostos de remédios no Brasil, de acordo com uma resposta formal do Ministério da Fazenda, o impacto seriam R\$5 bilhões. Ora, para as montadoras de automóveis a renúncia fiscal do Governo foi de R\$20 bi. Isso é a corrupção das prioridades; é algo, na minha concepção, absolutamente revoltante e inaceitável.

E outro dado: dessa renúncia fiscal para as montadoras de automóveis uma parte foi para o preço e outra parte foi para o lucro das montadoras. Agora, para remédio, no Brasil, existe controle de preço sobre medicamento. Se qualquer um entrar no *site* da Anvisa, há lá o nome de todos os remédios e, ao lado, o preço máximo que pode ser cobrado ao consumidor final de cada um. Ou seja, havendo a isenção, seria só reduzir esse preço máximo na mesma proporção da isenção, e nós ainda teríamos a garantia de que toda isenção seria revertida diretamente para o consumidor final. Então, é algo que para mim é inaceitável. E a minha PEC aqui nesta Casa, a PEC 2, de 2015, infelizmente não é votada. E essa distorção continua.

Existem famílias que pagam mais de R\$3 mil por mês com medicamentos de uso contínuo – essa é a vida real das pessoas. O correto seria o Governo distribuir medicamentos gratuitos para toda a população, e, quando alguém precisasse de um remédio, a pessoa teria acesso ao medicamento. Mas, na impossibilidade de o Governo distribuir remédios gratuitamente para toda a população, o mínimo que o Estado brasileiro deveria fazer seria não tributar esses medicamentos, mas, não, continua tudo do jeito que está, e a população sofrendo e pagando 35,7% do preço de um medicamento em impostos. Alguns deixam de comprar remédios que precisam,





porque não conseguem arcar com os remédios, principalmente remédios de uso contínuo, porque alguns são caros e alguns o Governo não fornece nas farmácias.

Então, eu espero que isso traga a sensibilidade do Poder Público para esse tema, que é tão importante e de que eu, mais uma vez, estou falando aqui. E não vou me cansar de falar, e vou falar outras vezes também. Porque eu entrei na política para defender o que é justo, e ninguém vai conseguir me convencer de que é justo cobrar e dar, por exemplo, uma renúncia fiscal de R\$20 bi para montadoras de automóveis, e não poder tirar R\$5 bi de impostos sobre remédios para que as pessoas possam comprar remédios por um preço mais acessível; ninguém vai conseguir me convencer de que é justo medicamentos de uso veterinário no Brasil terem uma tributação de 14,3%, e medicamento de uso humano, de 35,7%; ninguém vai conseguir me fazer entender isso.

E eu gostaria que os Parlamentares aqui, todos eleitos pela população, tivessem a sensibilidade que esse tema merece, que esse tema precisa, porque hoje existem pessoas que precisam comprar remédios, e que não estão comprando, em função do preço do remédio que é cobrado deles nas farmácias. Então, se o Governo não consegue distribuir gratuitamente, o mínimo que o Governo deveria fazer seria não tributar esses remédios.

Era isso que eu tinha a dizer Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, Senador Reguffe.

E queria parabenizá-lo, porque se fala muito em reforma tributária, mas nós temos uma injustiça tributária no Brasil, primeiro, porque a carga tributária é mais difícil de pagar. E o problema, às vezes, é mais difícil para uma empresa, porque, pela quantidade de impostos que paga, ela fica inadimplente e depois vai pagar multas.

E há essas distorções, ou essas injustiças que V. Ex<sup>a</sup> estava pondo. Como que pode um produto veterinário ter uma carga tributária bem menor? Eu não estou comparando mal, não, não tenho nada contra, acho que a produção animal é importantíssima para a economia do País, para a geração de emprego, mas tem uma carga tributária bem menor do que a de um remédio para criança, um remédio para idoso, um remédio para qualquer um de nós.

Do mesmo jeito que eu falo, nós temos distorções no Código Penal, que é dos anos 40. A pena para quem maltratar um animal é bem maior do que para quem maltratar uma criança. Então, veja, Senador Dário, nós fomos fazendo umas colchas de retalhos.

Então, acho que a reforma tributária primeiro teria que ser feita para haver justiça tributária: cobrar mais até de alguns – porque, quando eu fui prefeito, eu fiz isso, com o meu IPTU, havia fila para pagar –; cobrar mais de quem pode, e menos de quem não pode, e até nada de quem não pode nada. Mas no Brasil não é bem assim. Na telefonia mesmo, o minuto pré-pago é mais caro do que o pós-pago, que nós pagamos. Quer dizer, o que pode menos paga mais; o que pode mais paga menos.

Então, parabéns! Eu queria parabenizar V. Ex<sup>a</sup>. E estamos falando de medicamento, de vida do cidadão – não é possível! Então, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns.

Eu queria dizer que não há mais oradores presentes que estejam inscritos.

Declaro, então, encerrada a presente sessão desta quinta-feira, agradecendo a todos que acompanharam pela Rádio e TV Senado, a todos que trabalham, também, nas redes sociais, aqui, no Senado, que nos acompanham, e a todos os servidores do plenário da Casa e que dão suporte na área de jornalismo.

Muito obrigado.



Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 15 horas e 12 minutos.)*



# **MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 10ª SESSÃO**

**EXPEDIENTE**

**Comunicações**



A Presidência do Senado Federal recebeu o Memorando nº 0011/2017-GSKAAB, da Senadora Kátia Abreu, por meio do qual comunica a impossibilidade de participar da delegação brasileira à Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – COP 22, em Marrakesh, Marrocos, no período de 12 a 18 de novembro de 2016, conforme Requerimento nº 780, de 2016.

O Memorando vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

A Presidência do Senado Federal recebeu o Memorando nº 0010/2017-GSKAAB, da Senadora Kátia Abreu, por meio do qual comunica a impossibilidade de participar da visita técnica à região belga de Wallonia, a fim de conhecer a infraestrutura das vias navegáveis, transporte intermodal e toda a logística local, na Bélgica, no período de 24 de junho a 03 de julho de 2016, conforme Requerimento nº 418, de 2016.

O Memorando vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

São os seguintes os memorandos:





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete da Senadora Kátia Abreu**

**Memorando nº 0010/2017–GSKAAB**

Brasília, 13 de fevereiro de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador **Eunício Oliveria**  
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Cancelamento de viagem à Bélgica**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, comunico que não realizei viagem à Bélgica, a convite da Universidade de Liege para visita técnica à região belga de Wallonia, a fim de conhecer a infraestrutura das vias navegáveis, transporte intermodal e toda a logística local.

A viagem ocorreria no período de **25 de junho a 2 de julho de 2016**, porém, estive impossibilitada por questões médicas.

Respeitosamente,

**Senadora KÁTIA ABREU**  
**PMDB-TO**

Recebido em 16/02/17  
Hora 16h  
*Pauline*  
Ilina S. D. Koenigkan - Mat. 2408  
Senado Federal

Senado Federal – Anexo I – 6º Andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2708 – Fax: +55 (61) 3303-2990





**SENADO FEDERAL**  
**Gabinete da Senadora Kátia Abreu**

**Memorando nº 0011/2017–GSKAAB**

Brasília, 13 de fevereiro de 2017.

Ao Excelentíssimo Senhor  
Senador **Eunício Oliveria**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto: Comunicado de viagem não realizada a Marrakesh**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, comunico que não realizei viagem a Marrakesh, no **período de 12 a 18 de novembro de 2016**, em razão da designação do Presidente Renan Calheiros, em 10/11/16, tornando-me relatora da Comissão “para analisar a efetividade do limite remuneratório imposto pelo teto constitucional aos agentes públicos e com a finalidade de vedar a vinculação remuneratória automática entre subsídios” - o chamado Extrateto (Conforme Ato do Presidente nº 24, de 2016), e determinando o prazo de 20 dias para que a Comissão completasse todos os trabalhos.

Respeitosamente,

**Senadora KÁTIA ABREU**  
**PMDB-TO**

Recebido em 16/02/17  
Hora           :  
*Pauline*  
Sra. S. D. Koenigkan - Mat. 240841  
Senado Federal



Senado Federal – Anexo I – 6º Andar  
Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF  
Telefone: +55 (61) 3303-2708 – Fax: +55 (61) 3303-2990



# Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2017

(nº 23/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2013.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1311141&filename=PDC-23-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1311141&filename=PDC-23-2015)

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)



Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Macedônia, assinado em Brasília, em 22 de abril de 2013.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 2017

(nº 29/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria, assinado em Brasília, em 11 de março de 2013.

**AUTORIA:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1314386&filename=PDC-29-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1314386&filename=PDC-29-2015)

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Parte integrante do Avulso do PDS nº 8 de 2017.



Aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria, assinado em Brasília, em 11 de março de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria, assinado em Brasília, em 11 de março de 2013.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente

Parte integrante do Avulso do PDS nº 8 de 2017.



Mensagem nº 346

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Educação, o texto do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria, assinado em Brasília, em 11 de março de 2013.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

\*46890048\*  
46890048



EMI nº 00087/2014 MRE MEC

Brasília, 19 de Fevereiro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo texto do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e Educação Superior entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo da República da Áustria, assinado em Brasília, em 11 de março de 2013, pelo Secretário-Executivo do Ministério da Educação, José Henrique Paim Fernandes, e pelo Ministro Federal da Ciência e Pesquisa da Áustria, Karlheinz Töchterle.

2. O referido Acordo é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, e estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países, com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades.

3. A cooperação poderá incluir, de forma não exaustiva, o intercâmbio de professores, pesquisadores, leitores, estudantes e gestores educacionais, além de programas e projetos desenvolvidos pelos Ministérios de Educação de ambas as Partes, incluindo programas de bolsas de estudos oferecidos de acordo com as legislações internas.

4. A assinatura do referido Acordo está em consonância com a promoção do desenvolvimento por meio do estímulo à educação de qualidade, à pesquisa científica e tecnológica e à promoção da língua portuguesa.

5. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo em seu formato original.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado , José Henrique Paim Fernandes*

\*46890048\*

46890048



**ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS DA EDUCAÇÃO E DA  
EDUCAÇÃO SUPERIOR ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA  
REPÚBLICA DA ÁUSTRIA**

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da  
República da Áustria (doravante denominados "Partes"),

No intuito de reforçar as relações de amizade entre ambos os países, e

Desejando intensificar contatos no campo da educação e da ciência

Acordam o seguinte:

**Artigo 1º**

1. As Partes encorajarão a cooperação direta nos campos do ensino e pesquisa entre suas universidades e instituições científicas, bem como entre suas agências de promoção e mobilidade.
2. As Partes estimularão a realização de estudos no território da outra Parte. No que diz respeito a mensalidades, as disposições legais da respectiva Parte serão aplicadas.
3. As Partes acolhem contatos, cooperação e intercâmbio de estudantes, graduandos, docentes e pesquisadores da outra Parte e os convidarão a candidatar-se aos programas de bolsas existentes.
4. As Partes encorajarão os representantes da outra Parte a participar de congressos, seminários e simpósios e a realizar tais eventos conjuntamente.
5. As Partes encorajarão a cooperação entre instituições de ensino superior da Áustria e do Brasil no âmbito dos programas de cooperação educacional e de pesquisa da União Europeia.

**Artigo 2º**

1. Sujeito à disponibilidade orçamentária, as Partes apoiarão a cooperação nos campos da educação geral, profissional e de adultos especialmente mediante as seguintes ações:
  - a) intercâmbio de especialistas, informações, documentos e literatura especializada, em particular sobre as novas tendências no campo da educação geral e

**\*46890048\***

**46890048**



profissional, ressaltados informações e documentos protegidos por sigilo, nos termos da legislação nacional correspondente;

- b) atividades e iniciativas no campo de treinamento de professores;
  - c) medidas no campo de capacitação continuada de professores para aprofundar o conhecimento da língua, para realizar estudos regionais e culturais de uma respectiva Parte no território da outra;
  - d) atividades nas áreas de parcerias entre escolas e cooperação entre instituições educacionais.
2. A implementação dessas ações ocorrerá por acordo entre as Partes. Os detalhes serão estabelecidos por programas da Comissão Mista (Art. 3.1.).

### Artigo 3º

1. Para a execução deste Acordo, uma Comissão Mista será constituída de pelo menos dois representantes dos órgãos responsáveis de cada uma das Partes. As reuniões da Comissão Mista acontecerão ordinariamente a cada 3 anos e, caso seja necessário, poderá ser convocada reunião por qualquer das Partes durante o intervalo mencionado. A Comissão Mista se reunirá, alternadamente, na República da Áustria e na República Federativa do Brasil. A presidência será ocupada pelo chefe da delegação da Parte em cujo território ocorrerá a reunião.
2. A Comissão Mista avaliará o intercâmbio e outras ações conjuntas realizadas sob este Acordo e submeterá recomendações e sugestões para futura cooperação, incluindo propostas relativas a assuntos organizacionais e financeiros.
3. Cada Parte comunicará à outra a composição de sua delegação para a Comissão Mista e mudanças subsequentes por via diplomática.
4. As conclusões da Comissão Mista serão registradas sob a forma de ata das reuniões da Comissão, cujo texto tenha sido acordado por ambas as delegações.

### Artigo 4º

Em seu território soberano, cada Parte protegerá os direitos de propriedade intelectual da outra Parte em concordância com a legislação vigente. Caso acordos, programas ou projetos específicos afetem a propriedade intelectual, ambas as Partes redigirão acordos separados em concordância com suas respectivas legislações.

### Artigo 5º

\*46890048\*

46890048





1. As disposições deste Acordo serão aplicadas em concordância com as respectivas leis das Partes e as normas de Direito Internacional.
2. Os custos associados a atividades sob este Acordo serão arcados conforme as respectivas disponibilidades orçamentárias das Partes e por consentimento mútuo no âmbito da Comissão Mista.

### Artigo 6º

O reconhecimento e a revalidação, em uma das Partes, de diplomas e títulos acadêmicos outorgados por instituições de ensino superior da outra estarão sujeitos à legislação nacional correspondente.

### Artigo 7º

1. Este Acordo permanecerá vigente por um período de 5 (cinco) anos. Sua vigência será prorrogada por um período adicional de 5 (cinco) anos, salvo se uma das Partes informar à outra, por escrito e por via diplomática, 6 (seis) meses antes da data de renovação, sua decisão de não prorrogar o Acordo. Durante o período adicional de 5 (cinco) anos, cada Parte pode denunciar o Acordo, por escrito e por via diplomática, com 6 (seis) meses de antecedência.
2. Por consentimento mútuo, o Acordo pode ser emendado por troca de Notas.
3. A denúncia deste Acordo não afetará a implementação de projetos e atividades que já tenham sido iniciadas, salvo se as Partes convierem diversamente.
4. Este Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que as Partes informarem, por escrito e por via diplomática, que os procedimentos internos para sua entrada em vigor foram cumpridos.
5. Todas as controvérsias serão resolvidas amigavelmente entre as Partes.

Assinado em Brasília, em 11 de março de 2013, em dois exemplares originais, nos idiomas português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
DA ÁUSTRIA

José Henrique Fernandes Paim

Karlheinz Törchterle

\*46890048\*

46890048



Secretário Executivo do MEC

Ministro Federal da ciência e Pesquisa

\*46890048\*  
46890048



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

Parte integrante do Avulso do PDS nº 8 de 2017.





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 2017

(nº 34/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010.

**AUTORIA:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1319337&filename=PDC-34-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1319337&filename=PDC-34-2015)

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Parte integrante do Avulso do PDS nº 9 de 2017.



Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente

Parte integrante do Avulso do PDS nº 9 de 2017.



Mensagem nº 369

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Ciência, Tecnologia e Inovação, o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010.

Brasília, 12 de novembro de 2014.

**\*27A72419\***  
27A72419



EMI nº 00043/2014 MRE MCTI

Brasília, 6 de Maio de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010, e assinado pelo então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e por seu homólogo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Madické Niang.

2. Trata-se de instrumento marco que contribuirá para expandir e fortalecer os laços entre as comunidades científicas dos dois países, por meio do estabelecimento de condições favoráveis para atividades de cooperação.

3. O Instrumento contém disposições sobre a organização de eventos bilaterais, o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, o custeio de atividades e a facilitação do trânsito de pessoal e equipamentos necessários à pesquisa conjunta, entre outras. Sua assinatura é fruto da convergência de interesses entre os dois países no campo da ciência e da tecnologia, e da percepção comum da necessidade de concertação diplomática para a consecução de metas em setores prioritários da pesquisa e do desenvolvimento.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado , Clelio Campolina Diniz*

\*27A72419\*

27A72419



**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DA REPÚBLICA DO SENEGAL PARA COOPERAÇÃO  
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Senegal  
(doravante denominados as “Partes”),

Considerando que o desenvolvimento das relações científicas e tecnológicas é mutuamente benéfico para ambos os países;

Desejosos de reforçar a cooperação entre os dois países, particularmente nos domínios da ciência e da tecnologia; e

Considerando as relações de amizade existentes entre os dois países,

Acordam o seguinte:

**Artigo 1**  
Objetivos

As Partes promoverão o desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica entre ambos os países com base nos princípios de igualdade e benefício mútuo.

**Artigo 2**  
Modalidades de Cooperação

A cooperação entre as Partes nos domínios da ciência e da tecnologia poderá ser desenvolvida por meio de:

- a) intercâmbio de cientistas, pesquisadores, peritos, bolsistas e participantes de cursos, colóquios ou qualquer outro evento na área científica;
- b) comunicação, troca de informações e de documentação científicas e tecnológicas;
- c) organização, no plano bilateral, de fóruns, de seminários e de cursos científicos e tecnológicos nos domínios de interesse mútuo; e
- d) identificação de problemas científicos e tecnológicos, formulação e implementação de programas conjuntos de pesquisa, aplicação dos resultados de pesquisas na economia, na indústria, na agricultura, na medicina e em outros domínios de atividade acordados pelas Partes, bem como o intercâmbio da experiência e do conhecimento adquiridos nesses domínios.

**Artigo 3**  
Ajustes Complementares

1. As Partes assinarão Ajustes Complementares que sejam necessários para a implementação do presente Acordo, em conformidade com as respectivas legislações nacionais de cada Parte e com suas obrigações internacionais.

**\*27A72419\***

**27A72419**





2. As Partes promoverão, no âmbito do presente Acordo, a cooperação entre suas instituições governamentais, empresas, instituições de pesquisa, universidades e outras instituições acadêmicas de pesquisa e desenvolvimento.

3. Os Ajustes Complementares ao presente Acordo incluirão, em conformidade com as respectivas legislações nacionais das Partes e suas obrigações internacionais, dispositivos sobre aquisição, proteção, intercâmbio, transferência e autorização da propriedade intelectual, bem como sobre arranjos financeiros pertinentes e outras questões correlatas.

4. Os Ajustes Complementares ao presente Acordo incluirão programas de cooperação no âmbito dos quais serão elaborados relatórios a cada dois anos ou em outro prazo acordado pelas Partes, com vistas a apresentar em detalhes as ações de cooperação.

#### **Artigo 4** Autoridades Competentes

As autoridades competentes encarregadas da execução do presente Acordo serão:

- a) pelo Governo da República do Senegal, o Ministério encarregado da Pesquisa Científica ou altos funcionários que o representem; e
- b) pelo Governo da República Federativa do Brasil, o Ministério da Ciência e Tecnologia ou altos funcionários que o representem.

#### **Artigo 5** Equipamentos

1. As condições de fornecimento e de entrega dos equipamentos requisitados para as atividades de cooperação em matéria de pesquisa conjunta e estudo de projetos desenvolvidos no âmbito do presente Acordo serão acordadas por escrito entre as Partes, em conformidade com suas respectivas legislações nacionais.

2. A entrega dos equipamentos e dos aparelhos de uma Parte à outra, no âmbito do presente Acordo, será realizada em conformidade com os termos e condições acordados entre as Partes.

#### **Artigo 6** Intercâmbio de informações

As Partes incentivarão a cooperação entre bibliotecas científicas, centros de informação científica e tecnológica e instituições científicas para o intercâmbio de livros, publicações periódicas e bibliografias, e particularmente para o intercâmbio de informações e de documentos completos por meio de redes de comunicação e informação eletrônica.

#### **Artigo 7** Propriedade intelectual

1. As Partes adotarão as medidas adequadas para proteger os direitos de propriedade intelectual resultantes da aplicação do presente Acordo, em conforme suas respectivas legislações nacionais e as obrigações internacionais.

\*27A72419\*

27A72419



2. As condições para aquisição, gestão e exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual sobre os eventuais produtos ou processos obtidos no âmbito deste Acordo serão definidas em projetos, contratos ou programas de trabalho específicos.

3. Os projetos, contratos ou programas de trabalho específicos determinarão as condições de confidencialidade de informações cuja revelação ou divulgação poderão trazer risco à aquisição, gestão ou exploração comercial dos direitos de propriedade intelectual sobre eventuais produtos ou processos obtidos no âmbito deste Acordo.

4. Os projetos, contratos ou programas de trabalho estabelecerão, se possível, as regras e procedimentos para a solução de controvérsias em matéria de propriedade intelectual no âmbito deste Acordo, em conformidade com as respectivas legislações nacionais e obrigações internacionais das Partes.

### **Artigo 8**

#### **Partes não-signatárias**

1. Uma Parte não poderá divulgar, a uma terceira parte, as informações a que ela ou seu pessoal tenham acesso no âmbito deste Acordo sem o consentimento, por escrito, da outra Parte.

2. Cientistas, pesquisadores, especialistas, técnicos, intelectuais e instituições de terceiros países ou de organizações internacionais poderão ser convidados, com o consentimento de ambas as Partes, a participar dos projetos e programas implementados no âmbito deste Acordo. O custo dessa participação ficará a cargo da terceira parte, salvo se acordado em contrário pelas Partes, em conformidade com suas respectivas legislações nacionais.

### **Artigo 9**

#### **Questões Financeiras**

1. As despesas de viagem, entre os dois países, de cientistas e especialistas estarão a cargo da Parte que os envia. Outras despesas serão financiadas conforme os termos e condições mutuamente acordados, por escrito, entre as Partes, em conformidade com suas respectivas legislações nacionais.

2. As despesas relativas à cooperação entre as organizações, empresas e instituições das Partes, nos termos do Artigo 3, parágrafo 2, do presente Acordo, serão administradas conforme os termos e condições mutuamente acordados entre as referidas organizações, empresas e instituições.

### **Artigo 10**

#### **Questões Médicas**

Todos os funcionários ou especialistas de uma Parte em visita à outra deverão ter contratado um seguro de saúde para o tempo de sua estada no território da outra Parte. Na hipótese de o seguro ser contratado especialmente para o período de estada do funcionário ou especialista, a Parte ou entidade de cooperação que o envia deverá comprometer-se a reembolsá-lo no montante equivalente ao valor desse seguro, em conformidade com sua respectiva legislação nacional.

### **Artigo 11**

#### **Entrada em Vigor, Vigência, Avaliação e Denúncia**

1. Este Acordo entrará em vigor na data da segunda notificação, por via diplomática, em que as Partes se informam do cumprimento de seus respectivos requisitos internos para a entrada em vigor

**\*27A72419\***

**27A72419**



deste Acordo.

2. O presente Acordo terá vigência de cinco (5) anos, sendo renovado automaticamente por iguais períodos sucessivos, salvo manifestação contrária de qualquer das Partes, por via diplomática, com antecedência de seis (6) meses de sua expiração.

3. As Partes avaliarão o estágio de implementação do presente Acordo após período de três (3) anos a contar de sua entrada em vigor.

4. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, notificar à outra, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Acordo. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação e não afetará as atividades que estiverem em execução, salvo se acordado em contrário pelas Partes.

#### **Artigo 12**

##### **Emendas**

Este Acordo poderá ser emendado por consentimento mútuo das Partes, por via diplomática.

#### **Artigo 13**

##### **Solução de Controvérsias**

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo será resolvida por negociação direta entre as Autoridades Competentes ou entre as Partes, por via diplomática.

Feito em Brasília, em 21 de maio de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL**

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA DO  
SENEGAL**

\_\_\_\_\_  
**Celso Amorim**  
Ministro das Relações Exteriores

\_\_\_\_\_  
**Madické Niang**  
Ministro dos Negócios Estrangeiros

**\*27A72419\***

**27A72419**



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

Parte integrante do Avulso do PDS nº 9 de 2017.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2017

(nº 60/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.

**AUTORIA:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1329541&filename=PDC-60-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1329541&filename=PDC-60-2015)

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Parte integrante do Avulso do PDS nº 10 de 2017.



Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente

Parte integrante do Avulso do PDS nº 10 de 2017.



Mensagem nº 341

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Previdência Social, o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Grão-Ducado de Luxemburgo, assinado em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

\*97E6635D\*  
97E6635D



EMI nº 00385/2013 MRE MPS

Brasília, 7 de Outubro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo Projeto de Mensagem, que encaminha o texto do Acordo de Previdência Social, assinado em Luxemburgo, no dia 22 de junho de 2012, pelo Embaixador não-residente do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, André Mattoso Maia Amado, e pelo Ministro da Seguridade Social de Luxemburgo, Mars Di Bartolomeo.

2. No contexto do crescente fluxo internacional de trabalhadores e da transformação do Brasil de país de destino em país de origem de imigrantes, tornam-se ainda mais relevantes as iniciativas destinadas a proteger os trabalhadores brasileiros no exterior e de oferecer essa mesma proteção aos estrangeiros radicados em nosso País.

3. Além de estender aos trabalhadores de cada país residentes no território do outro o acesso ao sistema de previdência local, o Acordo de Previdência Social deverá aproximar e intensificar as relações bilaterais na medida em que institua mecanismos de cooperação e coordenação entre ministérios, agências e institutos do Brasil e de Luxemburgo.

4. A aprovação do instrumento em anexo ajudaria a sinalizar, de forma definitiva, a prioridade que os governos dos dois países dão à assistência às suas comunidades expatriadas, especialmente diante da recente crise que atinge, com intensidade variada, os países europeus.

5. Negociado pelos ministérios responsáveis pela Seguridade Social e pelas Chancelarias dos dois países, esse Acordo foi firmado com o objetivo principal de permitir que os trabalhadores que contribuíram para os dois sistemas somem os períodos de contribuição para atingirem o tempo mínimo necessário à obtenção de aposentadorias e demais benefícios previdenciários. Cada sistema pagará ao beneficiário, pelos dispositivos do acordo, montante em sua própria moeda equivalente ao período de contribuição efetuado no respectivo país (pro rata tempore).

6. Trata-se, portanto, de instrumento que objetiva corrigir situação de flagrante injustiça, qual seja, a pura e simples perda dos recursos investidos em um dos sistemas e o acréscimo, em anos, do tempo mínimo de contribuição necessário à obtenção da aposentadoria.

7. O instrumento institui ainda, no que concerne ao acesso aos sistemas previdenciários, o princípio da igualdade de tratamento entre cidadãos brasileiros e luxemburgueses, que veda a esses

\*97E6635D\*

97E6635D





sistemas o estabelecimento de qualquer espécie de discriminação ou favorecimento baseado na nacionalidade. Trata-se, portanto, de cláusula que favorece a ampliação da cidadania e a integração dos trabalhadores emigrados.

8. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Garibaldi Alves Filho, Luiz Alberto Figueiredo Machado*

**\*97E6635D\***

**97E6635D**



## ACORDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GRÃO-DUCADO DE LUXEMBURGO

A República Federativa do Brasil

e

o Grão-Ducado do Luxemburgo

Motivados pelo desejo de regular relações recíprocas entre os dois Estados  
na área da Previdência Social,

Decidiram firmar um acordo de previdência social e acordaram o seguinte:

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artigo 1 Definições

1. Para a aplicação do presente Acordo, os termos abaixo terão o significado a seguir:
  - a) “legislação” - as leis e os regulamentos de que trata o parágrafo 1 do Artigo 2 do presente Acordo;
  - b) “autoridade competente”:  
  
em relação ao Brasil, o Ministro de Estado da Previdência Social; e  
  
em relação ao Luxemburgo, o ministro tendo em suas atribuições a seguridade social;
  - c) “instituição competente” - órgão ou autoridade encarregada de aplicar, no todo ou em parte, as legislações mencionadas no parágrafo 1 do Artigo 2 do presente Acordo;
  - d) “**organismo de ligação**” - órgão de coordenação e de informação entre as instituições competentes das Partes Contratantes que intervém na aplicação do presente Acordo e na informação das pessoas interessadas sobre direitos e obrigações decorrentes dele;

\*97E6635D\*

97E6635D



- e) “**prestação**” - qualquer pensão, renda ou outra prestação em espécie, inclusive complementos, atualizações, aumentos ou indexações decorrentes da aplicação das legislações mencionadas no parágrafo 1 do Artigo 2 do presente Acordo;
- f) “**período de seguro**” - período de contribuição ou como tal reconhecido pela legislação sob a qual esse período tenha sido cumprido, bem como qualquer período reconhecido por essa legislação como equivalente a período de seguro;
- g) “**dependente**” - qualquer pessoa definida ou admitida como tal pela legislação das Partes a título das prestações que são oferecidas.

2. Os demais termos usados no presente Acordo possuirão o significado que lhes é atribuído pela legislação aplicável.

## Artigo 2

### Campo de aplicação material

1. Este Acordo aplicar-se-á:

I – para o Brasil, às legislações que regem o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social de Servidores Públicos, no que se refere aos seguintes benefícios:

- a) aposentadoria por idade;
- b) aposentadoria por invalidez; e
- c) pensão por morte;

II – para o Luxemburgo, às legislações relativas a:

- a) seguro pensão em caso de velhice, invalidez e sobrevivência; e
- b) somente em relação ao Título II do presente Acordo, seguro saúde, seguro para acidentes do trabalho e doenças profissionais e prestações de seguro desemprego.

2. O presente Acordo aplicar-se-á igualmente a todas as leis e a todos os regulamentos que modifiquem, complementem ou substituam as legislações mencionadas no parágrafo 1 do presente Artigo.

3. Este Acordo aplicar-se-á a todas as leis e a todos os regulamentos futuros que estendam as legislações mencionadas no parágrafo 1 a novas categorias de beneficiários se, no prazo de até seis meses a partir da data de publicação oficial desses atos, a Parte Contratante que modificou sua legislação não comunicar à outra Parte Contratante que o Acordo não lhes é

\*97E6635D\*

97E6635D



aplicável.

4. O presente Acordo não se aplicará nem às prestações de assistência social, nem às prestações em favor das vítimas da guerra e nem aos seguros complementares privados.

### **Artigo 3**

#### **Campo de aplicação pessoal**

As disposições do presente Acordo serão aplicáveis às pessoas que estiverem ou tenham estado submetidas à legislação de uma ou ambas as Partes Contratantes bem como a seus dependentes legais.

### **Artigo 4**

#### **Igualdade de tratamento**

As pessoas de que trata o Artigo 3 estarão sujeitas às obrigações e serão admitidas nos benefícios da legislação de cada Parte Contratante nas mesmas condições que os nacionais dessa Parte.

### **Artigo 5**

#### **Anulação da cláusula de residência**

1. As aposentadorias por idade ou invalidez ou a pensão por morte adquiridas nos termos da legislação de uma Parte Contratante não poderão sofrer qualquer redução ou modificação, nem suspensão ou supressão, pelo fato de que o beneficiário resida ou faça estada no território da outra Parte Contratante.

2. As aposentadorias por idade ou invalidez ou a pensão por morte devidas em virtude da legislação de uma das Partes Contratantes serão pagas aos cidadãos da outra Parte Contratante que residem no território de um terceiro Estado, nas mesmas condições que aos cidadãos da primeira Parte Contratante.

### **Artigo 6**

#### **Cláusulas de redução ou de suspensão**

1. As cláusulas de redução ou de suspensão previstas na legislação de uma Parte Contratante, em caso de acúmulo de uma prestação com outras prestações de seguridade social ou com renda proveniente do exercício de atividade profissional, serão oponíveis aos beneficiários, mesmo nos casos de prestações adquiridas em virtude de regime da outra Parte Contratante ou de renda obtida de atividade profissional exercida no território da outra Parte.

2. Contudo, para a aplicação do parágrafo 1 deste Artigo, não se deve considerar prestações de igual natureza que são liquidadas pelas instituições competentes das duas Partes Contratantes, conforme as disposições do Capítulo II do Título III deste Acordo.

\*97E6635D\*

97E6635D



**Artigo 7**

## Admissão ao seguro facultativo contínuo

1. Se a legislação de uma Parte Contratante condiciona a admissão ao seguro facultativo contínuo à residência no território dessa Parte, as pessoas que residem no território da outra Parte Contratante poderão ser admitidas ao seguro facultativo contínuo se elas foram submetidas, em algum momento de sua atividade passada, à legislação da primeira Parte Contratante na qualidade de trabalhador.
2. Se a legislação de uma Parte Contratante condiciona a admissão ao seguro facultativo contínuo ao cumprimento de períodos de seguro, os períodos de seguro cumpridos sob a legislação da outra Parte Contratante serão considerados, na medida necessária, como se fossem períodos de seguro cumpridos sob a legislação da primeira Parte Contratante.

**TÍTULO II**

## DISPOSIÇÕES RELATIVAS À LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**Artigo 8**

## Regra geral

A legislação aplicável será determinada de acordo com as disposições a seguir:

- a) trabalhadores assalariados empregados no território de uma das Partes Contratantes, no que diz respeito a essa atividade, permanecerão submetidos à legislação exclusivamente dessa Parte Contratante;
- b) trabalhadores não assalariados que exerçam sua atividade profissional no território de uma Parte Contratante estarão submetidos à legislação dessa Parte mesmo se residirem no território da outra Parte Contratante;
- c) marinheiros que exerçam sua atividade profissional a bordo de navio arvorando pavilhão de uma Parte Contratante estarão submetidos à legislação dessa Parte;
- d) servidores públicos e pessoal equiparado estarão submetidos à legislação da Parte Contratante cuja administração os emprega.

**Artigo 9**

## Regras especiais

1. Os princípios indicados nas alíneas (a) e (b) do Artigo 8 do presente Acordo terão as exceções abaixo:

\*97E6635D\*

97E6635D



- a) trabalhadores assalariados que exerçam atividade no território de uma Parte Contratante e que sejam deslocados pelo empregador do qual dependam normalmente para o território da outra Parte Contratante no intuito de realizar trabalho para seu empregador permanecerão submetidos à legislação da primeira Parte se o prazo previsto desse trabalho não exceder vinte quatro meses;
- b) pessoas que normalmente exerçam atividade não assalariada no território de uma Parte Contratante e que realizem trabalho no território da outra Parte Contratante permanecerão submetidas à legislação da primeira Parte Contratante se a duração prevista desse trabalho não exceder vinte e quatro meses;
- c) se a duração mencionada nas alíneas (a) e (b) extrapolar vinte e quatro meses, a legislação da primeira Parte continuará aplicável para um novo período de doze meses no máximo, se a autoridade competente da segunda Parte ou o organismo designado por essa autoridade o tenha deferido antes do final do primeiro período de vinte e quatro meses;
- d) trabalhadores assalariados a serviço de empresa de transportes aéreos que tenha sede no território de uma das Partes Contratantes e que trabalhem na qualidade de pessoal de bordo estarão submetidos à legislação da Parte em cujo território a empresa tem sua sede. Todavia, no caso de a empresa possuir no território da outra Parte sucursal ou representação permanente, os trabalhadores a serviço dessa empresa estarão submetidos à legislação da Parte em cujo território a sucursal ou representação permanente se encontra;
- e) nacionais de uma das Partes Contratantes que sejam empregados pelo Governo dessa Parte no território da outra Parte Contratante, mas que não estejam isentos da legislação da outra Parte Contratante por força das Convenções mencionadas na alínea (a) do Artigo 10, estarão submetidos exclusivamente à legislação da primeira Parte Contratante.

### Artigo 10

#### Missões diplomáticas ou postos consulares

Aos membros das missões diplomáticas ou dos postos consulares aplicar-se-ão às seguintes disposições:

- a) este Acordo não afetará as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 18 de abril de 1961, ou da Convenção de Viena sobre as Relações Consulares de 24 de abril de 1963;
- b) as disposições da alínea (a) do Artigo 8 serão aplicáveis aos empregados domésticos a serviço dos membros de missões diplomáticas ou consulares. Todavia, esses empregados poderão optar pela aplicação da legislação do país de envio se forem nacionais desse país. Essa opção deverá ser feita em prazo de seis meses a partir da entrada em serviço.

\*97E6635D\*

97E6635D



### **Artigo 11**

#### **Derrogações**

Mediante pedido fundamentado do trabalhador ou do empregador, as autoridades competentes das Partes Contratantes poderão, de comum acordo, autorizar exceções especiais.

## **TÍTULO III**

### **DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES**

#### **Capítulo I**

##### **Prestações de cuidados com a saúde**

#### **Artigo 12**

##### **Prestações de cuidados com a saúde para os beneficiários de aposentadoria ou pensão**

1. Beneficiários de aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez ou pensão por morte baseada somente na legislação do Luxemburgo, residentes no Brasil, terão direito às prestações de cuidados com a saúde de acordo com a legislação brasileira, como se fossem titulares de aposentadoria ou pensão correspondente nos termos da legislação do Brasil.
2. Beneficiários de aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez ou pensão por morte baseada unicamente na legislação brasileira, residentes no Luxemburgo, terão direito de contratar seguro saúde voluntário contínuo, de acordo com as disposições da legislação do Luxemburgo.

#### **Capítulo II**

##### **Aposentadorias por idade ou invalidez e pensão por morte**

#### **Seção I - Disposições comuns**

#### **Artigo 13**

##### **Assimilação de fatos e eventos**

Se, em virtude da legislação de uma Parte Contratante, efeitos jurídicos forem atribuídos à ocorrência de certos fatos ou eventos, essa Parte considerará tais fatos ou eventos ocorridos no território da outra Parte Contratante como se tivessem ocorrido em seu próprio território.

\*97E6635D\*

97E6635D



**Artigo 14**

## Totalização dos períodos de seguro

Se a legislação de uma Parte Contratante condiciona a aquisição, a manutenção ou a recuperação do direito às prestações ao cumprimento de períodos de seguro, a instituição competente considerará, na medida do necessário, períodos de seguro cumpridos sob a legislação da outra Parte Contratante, desde que esses períodos não se sobreponham.

**Artigo 15**

## Totalização de períodos de seguro cumpridos em terceiro Estado

Se uma pessoa não tiver direito a uma prestação tendo como base períodos de seguro cumpridos sob as legislações das duas Partes Contratantes, totalizados como previsto no Artigo 14 do presente Acordo, o direito a tal prestação será determinado pela totalização desses períodos com os períodos cumpridos sob a legislação de um terceiro Estado ao qual as duas Partes Contratantes estejam vinculadas por acordo bilateral ou multilateral de seguridade social, que preveja regras sobre totalização de períodos de seguro.

**Artigo 16**

## Cálculo de aposentadorias/pensões

1. Se uma pessoa tiver direito a uma aposentadoria ou pensão em virtude da legislação de uma das Partes Contratantes sem que seja necessário aplicar os Artigos 14 e 15 do presente Acordo, a instituição calculará, de acordo com as disposições da legislação que aplica, a aposentadoria ou pensão correspondente à duração total dos períodos de seguro a serem considerados em virtude dessa legislação.

Essa instituição procederá também ao cálculo da aposentadoria ou pensão que seria devida em aplicação das disposições do parágrafo 2 do presente Artigo.

O montante mais elevado será o único considerado.

2. Se uma pessoa tiver direito a uma aposentadoria ou pensão da qual somente faz jus devido à totalização dos períodos previstos nos Artigos 14 e 15 do presente Acordo, as regras a seguir serão aplicáveis:

- a) a instituição calculará o montante teórico da aposentadoria ou pensão à qual o requerente teria direito como se todos os períodos de seguro cumpridos em virtude das legislações das duas Partes tivessem sido cumpridos exclusivamente sob sua própria legislação;
- b) para a determinação do montante teórico de que trata a alínea (a) anterior, as bases de cálculo serão estabelecidas levando em conta apenas os períodos de seguro cumpridos sob a legislação que a instituição competente aplicar;

\*97E6635D\*

97E6635D





- c) sobre a base desse montante teórico, a instituição competente fixará, então, o montante efetivo da aposentadoria ou pensão pró-rata da duração dos períodos de seguro cumpridos sob a legislação que ela aplicar em relação à duração total dos períodos de seguros cumpridos sob as legislações das duas Partes Contratantes. Essa duração total será limitada à duração máxima eventualmente exigida pela legislação que se aplica com vista a uma prestação completa.

3. Se uma pessoa tiver direito a uma aposentadoria ou pensão somente pelo que dispõe o Artigo 15 do presente Acordo, os períodos de seguro cumpridos sob a legislação de uma terceira Parte serão considerados para a aplicação do parágrafo anterior.

### **Artigo 17**

#### **Período mínimo para totalização**

Se a duração total dos períodos de contribuição cumpridos de acordo com a legislação de uma das Partes Contratantes for inferior a um ano e se, levando em conta esses períodos, nenhum direito a prestação existir de acordo com a legislação dessa Parte, a instituição competente dessa Parte não será obrigada a pagar uma prestação com relação a esses períodos em virtude deste Acordo. Contudo, esses períodos de contribuição serão levados em consideração pela instituição competente da outra Parte Contratante para determinar a prestação devida nos termos da legislação dessa Parte.

## **Seção II – Disposição especial relativa às prestações do Luxemburgo**

### **Artigo 18**

#### **Período de seguro a partir do nascimento**

Se a condição de duração de seguro prévio para a contabilização do período de seguro a partir do nascimento de um indivíduo não for preenchida com base apenas na legislação do Luxemburgo, serão considerados os períodos de seguro cumpridos pelo interessado nos termos da legislação brasileira. A aplicação da disposição que precede estará condicionada ao fato de o interessado ter cumprido, por último, períodos de seguro nos termos da legislação do Luxemburgo.

## **Seção III – Disposição especial relativa às prestações brasileiras**

### **Artigo 19**

#### **Prestações mínimas**

O valor do montante teórico mencionado na alínea (a) do parágrafo 2 do Artigo 16 não poderá, sob nenhuma circunstância, ser inferior ao benefício mínimo garantido pela legislação do Brasil.

\*97E6635D\*

97E6635D



## **TÍTULO IV**

### **Disposições Diversas**

#### **Artigo 20**

##### **Medidas de aplicação**

1. As autoridades competentes comunicarão entre si todas as informações relativas às medidas tomadas para a aplicação do presente Acordo e todas àquelas relativas às modificações de sua legislação que possam afetar sua aplicação.
2. As autoridades competentes fixarão as modalidades de aplicação do presente Acordo em Ajuste Administrativo.
3. As autoridades competentes designarão organismos de ligação para facilitar a aplicação do presente Acordo.

#### **Artigo 21**

##### **Auxílio administrativo**

1. Para a aplicação do presente Acordo, a autoridade e a instituição competente de uma Parte colaborarão com aquelas da outra Parte como se estivessem, elas próprias, aplicando sua legislação. O auxílio administrativo dessas autoridades e instituições competentes será gratuito.
2. Para a aplicação do presente Acordo, as autoridades e instituições competentes das Partes Contratantes estarão habilitadas a manter contato direto entre si, assim como com qualquer pessoa interessada, independentemente de seu local de residência.
3. Exames médicos de pessoas que tiverem seu local de residência ou estada no território da outra Parte Contratante serão realizados pela instituição do local de residência ou estada a pedido e sob as expensas da instituição competente. Gastos com exames médicos não serão reembolsados se tiverem sido efetuados no interesse das instituições das duas Partes Contratantes.
4. As modalidades de controle médico dos beneficiários do presente Acordo serão estabelecidas no Ajuste Administrativo previsto no parágrafo 2 do Artigo 20, do presente Acordo.

#### **Artigo 22**

##### **Regime dos idiomas**

1. Comunicados endereçados às autoridades ou instituições competentes das Partes Contratantes, na aplicação do presente Acordo, serão redigidos em francês ou em português.
2. Nenhum pedido ou documento poderá ser rejeitado se tiver sido redigido no idioma oficial da outra Parte Contratante.

\*97E6635D\*

97E6635D



**Artigo 23**

## Taxas e legalização

1. Todas as isenções ou reduções de taxas previstas pela legislação de uma das Partes Contratantes, relacionadas à emissão de atestado ou documento exigido na aplicação dessa legislação, serão igualmente concedidas a atestados ou documentos exigidos na aplicação da legislação da outra Parte Contratante.
2. Todos os documentos exigidos na aplicação do presente Acordo serão isentos de legalização pelas instâncias competentes.

**Artigo 24**

## Prazos

1. Pedidos, declarações ou recursos que devam ser apresentados para fins de aplicação da legislação de uma das Partes Contratantes, em prazo determinado, junto a uma instância de recurso ou a uma autoridade ou instituição competente dessa Parte Contratante, serão admitidos se apresentados, no mesmo prazo, junto à instância de recursos ou à autoridade ou instituição competente correspondente da outra Parte Contratante.
2. A instância de recurso, a autoridade ou instituição competente à qual o pedido, a declaração ou o recurso escrito tiver sido apresentado transmitir-lo-á, sem demora, à instituição competente da outra Parte Contratante, indicando a data de recebimento do documento.
3. A data em que esses pedidos, declarações ou recursos tiverem sido apresentados a uma instância da outra Parte Contratante será considerada como a data de apresentação à instância competente.

**Artigo 25**

## Pagamento das prestações

1. Prestações devidas em conformidade com o presente Acordo serão pagas pelos órgãos devedores, com efeito de quitação, na moeda de seu país.
2. Modalidades práticas para o pagamento de prestações serão estabelecidas no Ajuste Administrativo de que trata o parágrafo 2 do Artigo 20 do presente Acordo.

**Artigo 26**

## Solução de controvérsias

Divergências relativas à interpretação ou à aplicação deste Acordo deverão ser resolvidas de comum acordo entre as autoridades competentes.

\*97E6635D\*

97E6635D



## **TÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

#### **Artigo 27**

Eventos anteriores à entrada em vigor deste Acordo

1. O presente Acordo aplicar-se-à igualmente a eventos ocorridos antes de sua entrada em vigor.
2. Qualquer período de seguro cumprido sob a legislação de uma Parte Contratante antes da data de entrada em vigor do presente Acordo será considerado na determinação do direito a prestações, em conformidade com as disposições do presente Acordo.
3. O presente Acordo não gera qualquer direito a pagamento de prestações para período anterior à data de sua entrada em vigor.

#### **Artigo 28**

Revisão de prestações

1. Qualquer prestação que não tenha sido liquidada ou que tenha sido suspensa em razão da nacionalidade do interessado ou do fato de seu local de residência no território da Parte Contratante ser diferente de onde se encontra a instituição de débito, ou por qualquer outro óbice imposto pelo presente Acordo, será, a pedido do interessado, liquidada ou restabelecida a partir da entrada em vigor do presente Acordo, salvo se os direitos anteriormente liquidados deram origem a pagamento único ou a restituição das contribuições vertidas.
2. Os direitos de interessados que tenham feito jus à liquidação de uma aposentadoria ou pensão, anteriormente à data de entrada em vigor do presente Acordo, serão revisados mediante solicitação do interessado ou de ofício, tendo em vista as disposições deste Acordo. Em nenhuma circunstância, tal revisão poderá reduzir direitos anteriores dos interessados.

#### **Artigo 29**

Prazos de prescrição

1. Se o pedido de que trata o Artigo 28 do presente Acordo for apresentado em prazo de dois anos a partir da data de entrada em vigor do presente Acordo, os direitos criados conforme as disposições deste Acordo serão adquiridos a partir dessa data sem que as disposições previstas pelas legislações das Partes Contratantes relativas à prescrição dos direitos sejam oponíveis aos interessados.
2. Se o pedido de que trata o Artigo 28 do presente Acordo for apresentado em mais de dois anos após da data de entrada em vigor do presente Acordo, os direitos não prescritos serão adquiridos a partir da data do pedido, observadas as disposições mais favoráveis da legislação de uma Parte Contratante.

\*97E6635D\*

97E6635D



**Artigo 30**

## Duração do Acordo

O presente Acordo terá duração indeterminada. Poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes, a qualquer momento, por via diplomática. A denúncia terá efeito após decorridos seis meses.

**Artigo 31**

## Garantia de direitos adquiridos ou em via de aquisição

1. Em caso de denúncia do presente Acordo, qualquer direito adquirido em aplicação de suas disposições será mantido.
2. Direitos em via de aquisição relativos a períodos de seguro cumpridos anteriormente à data na qual a denúncia terá efeito não se extinguirão pelo fato da denúncia; sua preservação será determinada de comum acordo para um período posterior ou, na falta de tal acordo, pela legislação nacional.

**Artigo 32**

## Disposições ab-rogatórias

1. A Convenção sobre a Seguridade Social entre o Grão Ducado do Luxemburgo e os Estados Unidos do Brasil, de 16 de setembro de 1965, perderá seus efeitos nas relações entre o Grão Ducado do Luxemburgo e a República Federativa do Brasil quando o presente Acordo entrar em vigor.
2. Os direitos liquidados ao amparo da Convenção de 16 de setembro de 1965, mencionada no parágrafo 1 do presente Artigo, permanecerão adquiridos dentro dos limites que lhes são aplicáveis.
3. Os pedidos formulados antes da entrada em vigor do presente Acordo pendentes de decisão serão examinados com base nas regras deste Acordo, exceto se as disposições do Acordo anterior forem mais favoráveis ao interessado.

\*97E6635D\*

97E6635D



**Artigo 33**  
Entrada em Vigor

Cada Parte Contratante notificará à outra sobre o cumprimento de seus procedimentos constitucionais e legais respectivos, requeridos para a entrada em vigor do presente Acordo. Este Acordo entrará em vigor no primeiro dia do terceiro mês subsequente à data da última notificação.

Em testemunho do que, as Partes Contratantes, devidamente representadas por suas autoridades, assinam o presente Acordo.

Feito em Luxemburgo, em 22 de junho de 2012, em dois originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DO GRÃO-DUCADO  
DO LUXEMBURGO

\_\_\_\_\_  
**André Mattoso Maia Amado**  
Embaixador do Grão-Ducado do  
Luxemburgo

\_\_\_\_\_  
**Mars Di Bartolomeo**  
Ministro da Seguridade Social

**\*97E6635D\***  
**97E6635D**



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

Parte integrante do Avulso do PDS nº 10 de 2017.





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2017

(nº 85/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo Constituinte do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA), celebrado em São José, Costa Rica, em 18 de fevereiro de 1994.

**AUTORIA:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1334228&filename=PDC-85-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1334228&filename=PDC-85-2015)

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Parte integrante do Avulso do PDS nº 11 de 2017.





Aprova o texto do Acordo Constituinte do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA), celebrado em São José, Costa Rica, em 18 de fevereiro de 1994.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Constituinte do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA), celebrado em São José, Costa Rica, em 18 de fevereiro de 1994.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente

Parte integrante do Avulso do PDS nº 11 de 2017.



Mensagem nº 377

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado, das Relações Exteriores e do Senhor Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, o texto do Acordo Constituinte de Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA), celebrado em São José, Costa Rica, em 18 de fevereiro de 1994.

Brasília, 13 de novembro de 2014.

\*88E039B\*  
88E039B



EMI nº 00009/2014 MRE MPA

Brasília, 17 de Junho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha a proposta de adesão ao Acordo Constituinte de Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA), ato internacional adotado sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), em 18 de fevereiro de 1994.

2. A criação do referido Centro é parte do esforço da FAO e dos Países signatários em favor da adoção de instrumentos que possam contribuir para o desenvolvimento do setor pesqueiro, em paralelo com a busca de maior equilíbrio no fornecimento de produtos com preços mais vantajosos.

3. O referido Acordo tem por objetivo prover os Estados Parte com informações sobre a comercialização e o processamento de produtos pesqueiros e sobre os requisitos de qualidade exigidos pelos mercados consumidores.

4. O Acordo é compatível com os interesses e a atuação do Brasil no comércio de produtos pesqueiros, em particular no que se refere à necessidade de dotar os países produtores de maior informação e controle sobre o comércio internacional. Contribui, ainda, no processo de avaliação das novas e constantes exigências dos compradores internacionais quanto à sanidade, qualidade e sustentabilidade dos produtos comercializados, de modo que os Países-Membros possam adequar-se às normas cabíveis e evitar que medidas unilaterais sem respaldo científico se transformem em barreiras comerciais.

5. À luz do exposto, e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo, com a sugestão de adesão por parte do Governo brasileiro.

Respeitosamente,

\*88E039B\*

88E039B



*Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado , Eduardo Benedito Lopes*

**\*88E039B\***

**88E039B**



**\*Tradução livre realizada pelo INFOPESCA, avaliada, corrigida e aprovada pela Assessoria Internacional do Ministério da Pesca e Aquicultura e restrita a fins administrativos das repartições públicas concernentes – 01 de abril de 2010.**

**ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DO CENTRO PARA OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E  
ASSESSORAMENTO SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS PESQUEIROS NA  
AMÉRICA LATINA E NO CARIBE**

**(INFOPESCA)**

**SÃO JOSÉ, COSTA RICA  
17 E 18 DE FEVEREIRO DE 1994**

**ATO FINAL**

**\*88E039B\***  
**88E039B**



### Ato Final

1. Em cumprimento às decisões tomadas pela Consulta Governamental sobre o futuro de INFOPESCA que foi realizado em Santiago, Chile, em 30 de Novembro de 1992, o Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) convocou para a Assembleia Constituinte para analisar e adotar a minuta de Constituição do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA).
2. A Assembleia Constituinte foi realizada em São José, Costa Rica, nos dias 17 e 18 de fevereiro de 1994 ao convite do Governo de Costa Rica.
3. Os Governos dos seguintes países estavam presentes:  
  
Belize, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Peru, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.
4. Os Governos dos seguintes países estavam representados como observadores:  
  
Argentina, Chile e Colômbia.
5. O Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação esteve representado pelo Sr. Constantino Tapias, Representante da FAO na Costa Rica.
6. Sr. Herbert Nanne, Diretor interino da Divisão de Recursos Pesqueiros e Aquicultura do Ministério da Agricultura e Recursos Naturais discursou para a Assembleia em sua cerimônia inaugural.
7. A Assembleia elegeu o Sr. Sergio Pacheco Echandi, representante da Costa Rica, como Presidente e os representantes da Argentina, do México e de Trinidad e Tobago como Vice-Presidentes.
8. A Assembleia estabeleceu o Comitê de Credenciais composto por:  
  
Belize, Costa Rica, Guatemala, Uruguai, e Venezuela.
9. A Minuta de Constituição referida no primeiro parágrafo deste Ato Final, preparada pelo Secretariado da FAO, foi amplamente discutida e adotada pela Assembleia Constituinte, como reproduzido no Anexo I deste Ato Final. A Constituição foi aberta para assinaturas em 18 de fevereiro de 1994.
10. A Assembleia Constituinte adotou igualmente as resoluções reproduzidas como Anexos II, III e IV a este Ato Final.

**Em testemunho de que** os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse efeito, assinaram a presente Constituição.

\*88E039B\*

88E039B



## ANEXO II AO ATO FINAL

## RESOLUÇÃO 1

A Assembleia Constituinte do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA)

**Havendo adotado** a Constituição do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA);

**Ciente da** necessidade de implementar as providências da Constituição imediatamente após o término do projeto INFOPESCA em 31 de março de 1994;

**Ciente ainda dos** especiais esforços realizados pelo Governo do Panamá e pela FAO em favor do projeto INFOPESCA;

**Considerando** as dificuldades que serão encontradas durante o período de startup do Centro;

**Igualmente ciente da** experiência auferida pela FAO no estabelecimento de organizações similares em outras regiões:

**Recomenda:**

- a) À FAO seguir com todos os passos necessários para o efetivo estabelecimento do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA) e submeter à primeira sessão de sua Assembleia Geral uma minuta de texto sobre todos os regulamentos e outros instrumentos legais providos a na Constituição de INFOPESCA assim como uma minuta de programa de trabalho e a minuta orçamento;
- b) À FAO, em cooperação com outros Estados, Organizações Intergovernamentais, ou outras instituições, tomar parte ativa no estabelecimento do Centro e prover para o seu total apoio.
- c) À FAO considere a conclusão de um acordo de cooperação com INFOPESCA sob a égide do Artigo XIII da Constituição da FAO.

\*88E039B\*

88E039B



## ANEXO III AO ATO FINAL

## RESOLUÇÃO 2

A Assembleia Constituinte do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA),

**Ciente dos** esforços empenhados pelo Governo da República Oriental do Uruguai, que se ofereceu para País Sede do INFOPESCA.

**Deseja agradecer e congratular** o Governo da República Oriental do Uruguai por sua proposta de ser o País Sede do Centro.

\*88E039B\*  
88E039B





## ANEXO IV AO ATO FINAL

## RESOLUÇÃO 3

A Assembleia Constituinte do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA),

**Levando em consideração** que os esforços de organizações intergovernamentais regionais de pesca com metas e objetivos comuns deverão ser unificados;

**Reconhecendo** o desafio que a normalização e aplicação das etapas para promover o comércio pesqueiro internacional impõem aos países da América Latina e do Caribe,

**Ciente** da tarefa realizada pelas organizações internacionais, regionais e nacionais nesse campo,

**Recomenda:**

Ao INFOPESCA trabalhar em harmonia e cooperação com todas as organizações e instituições que tenham projetos ou programas similares ou que estejam em sintonia com aqueles dispostos nos objetivos do INFOPESCA.

\*88E039B\*  
88E039B



\*Tradução livre realizada pelo INFOPESCA, avaliada, corrigida e aprovada pela Assessoria Internacional do Ministério da Pesca e Aquicultura e restrita a fins administrativos das repartições públicas concernentes – 01 de abril de 2010.

## ANEXO I DA ATA FINAL

### **CENTRO PARA OS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E ASSESSORAMENTO SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS PESQUEIROS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE (INFOPESCA)**

## CONSTITUIÇÃO

### PREÂMBULO

As Partes Contratantes,

**conscientes** da grande importância da pesca e da aquicultura para o desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe;

**reconhecendo** que a maior parte dos países da América Latina e do Caribe obteriam grandes benefícios do desenvolvimento de seus setores pesqueiros, e que isso dependeria em parte do estabelecimento de um serviço de informação e de assessoramento sobre o mercado internacional de produtos pesqueiros que permita conseguir uma situação mais equilibrada dos fornecimentos nos mercados, promovendo uma estrutura mais benéfica de preços e fomentando o aproveitamento mais apropriado dos recursos pesqueiros;

**conscientes** de que a promoção e o êxito de tais resultados podem ser facilitados mediante a cooperação regional;

**considerando** que a melhor forma de conseguir esta cooperação é o estabelecimento de uma organização intergovernamental que leve a cabo suas atividades em colaboração com Estados, outras organizações intergovernamentais, organizações não-governamentais, instituições e também empresas privadas que possam oferecer apoio financeiro e técnico;

**acordaram** em estabelecer o Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe, doravante denominado "INFOPESCA", que se organizará e funcionará em conformidade com a presente Constituição:

## ARTIGO 1

### Definições

\*88E039B\*

88E039B



- b) assessorar sobre as especificações técnicas, os métodos de beneficiamento e as normas de qualidade dos produtos, em conformidade com os requisitos do mercado, de acordo com as solicitações de seus Membros;
- c) promover o intercâmbio de experiências entre países regionais e não regionais sobre avanços tecnológicos e de comercialização;
- d) pesquisar e desenvolver novas oportunidades comerciais para espécies e produtos pesqueiros não utilizados ou subutilizados;
- e) ajudar no planejamento e na execução de atividades nacionais e regionais de pesquisa e de informação sobre o mercado pesqueiro;
- f) capacitar o corpo oficial e os funcionários dos Estados Membros, assim como o pessoal dos Membros Associados do INFOPESCA, no desenvolvimento da comercialização, e fortalecer as instituições associadas a este setor.

## ARTIGO 4

### Sede

1. A sede do Centro se encontrará no país indicado no Acordo de Sede, anexado a esta Constituição. No entanto, se na data de entrada em vigor da presente Constituição, o Estado Sede ainda não fizer parte da mesma, a Sede do Centro será determinada pela Assembleia Geral pela maioria de dois terços de seus Estados Membros.
2. A Assembleia Geral poderá decidir sobre a conveniência de estabelecer escritórios sub-regionais ou representações em outros países diferentes ao Estado Sede, de acordo com o estabelecido no Artigo 10 (r).

## ARTIGO 5

\*88E039B\*  
88E039B



### Estado jurídico, privilégios e imunidades

1. INFOPESCA será uma organização intergovernamental independente, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e capacidade para praticar todos os atos legais pertinentes aos seus objetivos ou à execução de tarefas no âmbito dos poderes conferidos por esta Constituição, incluindo a capacidade de contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis próprios, e ser parte em processos legais.
2. Cada Estado Membro do INFOPESCA concederá:
  - a) ao Centro e a seus bens, fundos e posses, os privilégios, imunidades e facilidades necessárias para a realização de suas atividades; e
  - b) aos representantes dos Estados Membros que desempenhem funções oficiais a cargo do Centro e ao Diretor e pessoal do INFOPESCA, os privilégios, imunidades e facilidades apropriadas para que possam desempenhar suas funções oficiais.
3. Sem prejuízo do estabelecido no parágrafo 2, o Estado Sede se comprometerá a conceder os privilégios, imunidades e facilidades estipuladas no Acordo de Sede, anexo à presente Constituição. Além disso, o Estado Sede colocará a disposição do Centro um aporte financeiro anual, tal como descrito no Acordo de Sede, para cobrir os gastos com instalações dos serviços necessários para o ótimo funcionamento do Centro. Esta contribuição será administrada pelo INFOPESCA.
4. Toda controvérsia concernente a qualquer acordo, incluídas as modalidades e condições de emprego, concertadas entre o Centro e qualquer pessoa física ou jurídica que não possa ser resolvida por negociação ou conciliação e em relação com a qual o Centro não tenha renunciado à sua imunidade de jurisdição, será, a não ser que as partes convenham outra forma de solução, submetida à arbitragem em conformidade com as normas que a Assembleia Geral estabeleça para esse efeito.
5. A renúncia de qualquer imunidade outorgada a uma pessoa em virtude do presente Artigo ou do Anexo a esta Constituição será feita de acordo com a prática internacional estabelecida.

### ARTIGO 6

#### Membros

1. Haverá duas categorias de Membros do INFOPESCA: Estados Membros e Membros Associados.
2. Os Estados Membros serão Estados da América Latina e do Caribe que tenham assinado a Constituição ou tenham aderido a esta mediante depósito de instrumento de adesão enviado ao Depositário, bem como os Estados não regionais admitidos segundo o procedimento previsto no parágrafo 5 deste Artigo.

\*88E039B\*

88E039B



3. Poderá ser Membro Associado:

- a) toda organização internacional intergovernamental diretamente interessada;
  - b) todo instituto de ensino ou de pesquisa que atue no setor da pesca e da aquicultura;
  - c) todo banco ou instituição financeira, tanto nacional como regional, que intervenha ou possa intervir ativamente no financiamento de programas ou projetos relacionados à pesca, à indústria pesqueira e aquícola;
  - d) toda organização regional relacionada com a pesquisa, assistência técnica, ajuda financeira ou ações de desenvolvimento no setor da pesca e da aquicultura;
  - e) toda pessoa jurídica que opere ou tenha vinculação com o setor da pesca e da aquicultura na América Latina e no Caribe;
  - f) toda instituição pública ou privada, tanto nacional como regional, com vínculo reconhecido no desenvolvimento do comércio pesqueiro.
4. Os membros fundadores do INFOPESCA deverão ser os Estados da América Latina e do Caribe que tenham participado na Assembleia Constituinte do INFOPESCA, que tenham assinado a presente Constituição ou que tenham aderido a esta.
5. A Assembleia Geral do Centro poderá, por maioria de dois terços dos Estados Membros presentes e votantes, autorizar qualquer Estado não regional a assinar a Constituição ou a apresentar sua adesão a esta ou admitir como Membro Associado a qualquer entidade do tipo especificado pelo parágrafo 3 acima que tenha apresentado uma solicitação de admissão.

## ARTIGO 7

### Direitos e obrigações dos Membros

1. Todos os Membros terão o direito de:

- a) participar das sessões da Assembleia Geral e de qualquer outra reunião convocada pelo INFOPESCA com o fim de discutir os objetivos e funções do Centro;
- b) ter direito a fazer uso da palavra e a formular observações nas reuniões da Assembleia Geral e em qualquer outra reunião convocada pelo INFOPESCA;
- c) solicitar e receber, no âmbito do INFOPESCA, informações sobre assuntos de seu interesse e relevância para INFOPESCA;
- d) receber as publicações e ter acesso às informações compiladas por INFOPESCA.

2. Todos os Membros deverão:

- a) cumprir com seus compromissos financeiros com INFOPESCA;

\*88E039B\*

88E039B



- b) colaborar na constituição dos órgãos subsidiários do INFOPESCA;
- c) responder prontamente às solicitações de informação formuladas pelo INFOPESCA;
- d) levar a cabo qualquer missão a eles confiada pela Assembleia Geral;
- e) colaborar com INFOPESCA no alcance de seus objetivos e no desempenho de suas funções.

## ARTIGO 8

### Órgãos Constitutivos

1. INFOPESCA deverá ser composto pelos seguintes órgãos:
  - a) a Assembleia Geral;
  - b) o Comitê Executivo;
  - c) o Comitê Consultivo;
  - d) os órgãos subsidiários estabelecidos pela Assembleia Geral ou pelo Comitê Executivo.
2. Os Estatutos do Centro, que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral em conformidade com o Artigo 11(d), deverão, entre outras coisas, estabelecer os regulamentos dos diversos órgãos do INFOPESCA.

## ARTIGO 9

### A Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral deverá ser integrada por todos os Membros do INFOPESCA. Cada um dos Membros será representado, na Assembleia Geral, por um delegado, que poderá ser assistido por técnicos e assessores. Os Estados Membros se esforçarão a incluir em suas delegações representantes do setor privado.
2. A Assembleia Geral manterá reuniões ordinárias uma vez a cada dois anos, em data e local por ela determinados.
3. Poderão ser convocadas sessões extraordinárias da Assembleia Geral, em conformidade com os Estatutos do INFOPESCA.
4. A Assembleia Geral elegerá um Presidente entre os Estados Membros do INFOPESCA. O Vice-presidente, que terá direito a voz e voto, será também eleito pela Assembleia Geral e deverá ser um representante dos Membros Associados. Caso não haja candidaturas para tal função, a Assembleia Geral elegerá o Vice-Presidente entre os Estados Membros. O mandato do Presidente e do Vice-Presidente será de dois anos, renovável somente uma vez.
5. Cada Estado Membro terá um voto, enquanto os Membros Associados terão somente direito a voz. A não ser que estejam expressamente previstas de outro modo nesta Constituição,

\*88E039B\*

88E039B



todas as decisões da Assembleia Geral serão adotadas por maioria simples de votos emitidos. A maioria simples dos Estados Membros constituirá o quórum.

## ARTIGO 10

### Funções da Assembleia Geral

A Assembleia Geral deverá:

- a) nomear o Diretor do Centro;
- b) nomear um Auditor cujo mandato durará até a subsequente reunião ordinária da Assembleia Geral;
- c) eleger os membros do Comitê Executivo;
- d) aprovar os Estatutos do Centro, o Regulamento Financeiro e o Regulamento dos funcionários, estabelecendo as condições gerais de emprego de seu pessoal;
- e) determinar a política do Centro e aprovar seu Programa de Trabalho e Orçamento;
- f) examinar o relatório de atividades do Centro;
- g) examinar e aprovar o relatório financeiro do Centro;
- h) examinar e aprovar o relatório do Auditor;
- i) aprovar a admissão de novos Membros do Centro, segundo o disposto no Artigo 6.5;
- j) examinar e aprovar normas e regulamentos sobre as atividades do Centro e de seus órgãos;
- k) determinar as quotas de admissão, as quotas anuais e as contribuições anuais a serem pagas pelos Membros do Centro;
- l) aprovar os acordos especiais com governos, organizações internacionais e outras instituições;
- m) emendar, quando necessário, esta Constituição e o Acordo de Sede, em anexo, de acordo às condições estabelecidas no Artigo 19;
- n) adotar normas que regulamentem a solução de controvérsias referida no Artigo 20;
- o) examinar e decidir qualquer tema que o Comitê Executivo possa apresentar-lhe;
- p) examinar outras matérias relacionadas com os objetivos e atividades do Centro que considere oportunas;
- q) estabelecer ou aprovar o estabelecimento dos órgãos subsidiários que considere necessários para alcançar os objetivos ou para realizar as funções do Centro;
- r) estabelecer os escritórios sub-regionais ou representações que considere necessárias para alcançar os objetivos ou realizar as funções do Centro;
- s) decidir sobre qualquer projeto de fusão do INFOPESCA com outra organização intergovernamental que tenha objetivos similares. Toda decisão deste tipo terá que ser por uma maioria de três quartos dos votos emitidos, sempre que esta maioria for superior à metade do número de Estados Membros do Centro.

## ARTIGO 11

### Funções do Presidente

O Presidente presidirá as reuniões da Assembleia Geral e do Comitê Executivo. Em ausência ou incapacidade do Presidente, o Vice-presidente exercerá as funções do Presidente.

\*88E039B\*

88E039B



**ARTIGO 12****Comitê Executivo**

1. O Comitê Executivo estará integrado pelo Presidente e o Vice-presidente da Assembleia Geral, bem como por representantes de outros três Membros, eleitos pela Assembleia Geral por um período de dois anos, renovável somente uma vez. Até dois membros do Comitê Executivo poderão ser representantes dos Membros Associados. O Comitê Executivo realizará ao menos uma sessão regular por ano e as sessões extraordinárias que considere apropriadas. Também realizará uma sessão imediatamente antes e outra depois de cada Assembleia Geral.
2. Os membros não governamentais do Comitê Executivo deverão ser pessoas especializadas em temas relacionados com a comercialização e o comércio de produtos pesqueiros.
3. Os representantes dos Membros Associados junto ao Comitê Executivo terão direito a voto nas reuniões do Comitê Executivo. O Diretor do INFOPECA participará também das reuniões do Comitê Executivo.
4. O Comitê Executivo terá a faculdade de examinar as solicitações de admissão como Membros Associados do Centro e de admitir novos Membros, sujeitos à aprovação da Assembleia Geral em sua próxima sessão.
5. Nos períodos compreendidos entre as sessões da Assembleia Geral, o Comitê Executivo se encarregará de dirigir as atividades do Centro. Com este fim, deverá:
  - a) assessorar o Diretor do Centro sobre a aplicação da política e das decisões adotadas pela Assembleia Geral;
  - b) reunir-se ao menos uma vez ao ano e decidir sobre as questões apresentadas pelo Diretor do Centro. Quando uma questão requeira decisão urgente, o Presidente poderá apresentá-la aos membros do Comitê Executivo por correspondência ou por outro meio rápido de comunicação a fim de efetuar uma votação por correspondência;
  - c) adotar medidas e regulamentos necessários para a realização do trabalho do Centro e de seus órgãos subsidiários, desde que tais medidas e regulamentos estejam em conformidade com esta Constituição, Estatutos e outras normas ou regulamentos aprovados pela Assembleia Geral;
  - d) providenciar as disposições necessárias e convenientes para o financiamento e funcionamento do Centro;
  - e) examinar as atividades do Centro;

\*88E039B\*

88E039B





- f) estabelecer, sob reserva da aprovação da Assembléia Geral, os órgãos subsidiários que considere necessários para alcançar o objetivo ou realizar as funções do Centro;
  - g) convocar reuniões extraordinárias da Assembleia Geral;
  - h) apresentar à Assembleia Geral um relatório das atividades realizadas pelo Centro e os resultados obtidos;
  - i) fazer recomendações à Assembleia Geral sobre os temas relacionados com as funções da Assembleia Geral;
  - j) desempenhar outras funções solicitadas pela Assembleia Geral.
6. Todas as decisões do Comitê Executivo deverão ser adotadas por maioria simples dos votos emitidos. Dois terços dos membros do Comitê Executivo constituirão quórum.

### ARTIGO 13

#### Comitê Consultivo

1. O Comitê Consultivo será composto por seis membros eleitos pela Assembleia Geral em função de suas capacidades pessoais e por suas altas competências no setor pesqueiro e aquícola, os quais terão um mandato de dois anos.
2. Os Membros do Comitê Consultivo deverão ser nacionais dos Estados Membros e representantes dos Membros Associados.
3. O Comitê Consultivo realizará uma reunião cada vez que seja convocada pela Assembleia Geral, ou pelo Comitê Executivo ou mesmo pelo Diretor do Centro.
4. Em cada uma de suas reuniões, o Comitê Consultivo elegerá um Presidente entre seus membros. O Presidente ficará em função até a seguinte reunião do Comitê.
5. Os gastos de viagens e diárias dos membros, quando assistirem às sessões do Comitê Consultivo, estarão a cargo do Centro.
6. O Comitê Consultivo assessorará sobre todos os assuntos técnicos do setor pesqueiro e aquícola que lhe forem enviados pela Assembleia Geral, pelo Comitê Executivo ou pelo Diretor do Centro.
7. O Presidente do Comitê Consultivo preparará depois de cada reunião um relatório sobre as deliberações e conclusões da mesma.

### ARTIGO 14

#### Diretor e Pessoal

\*88E039B\*  
88E039B



1. O Centro terá um Diretor nomeado pela Assembleia Geral nas condições que esta determine. A nomeação para o cargo de Diretor terá uma duração de quatro anos. Seu mandato poderá ser renovado por decisão da Assembleia Geral. O Diretor poderá não possuir a nacionalidade de um Estado Membro.
2. O Diretor será o representante legal do INFOPESCA. Dirigirá os trabalhos do INFOPESCA em conformidade com a política e as decisões adotadas pela Assembleia Geral, e sob a orientação do Comitê Executivo.
3. O Diretor, por intermédio do Comitê Executivo, apresentará à Assembleia Geral em cada reunião ordinária:
  - a) um relatório sobre o trabalho do INFOPESCA, bem como as contas correspondentes; e
  - b) uma proposta de programa de trabalhos do INFOPESCA e um projeto de orçamento, sujeitos a análise prévia do Comitê Executivo.
4. O Diretor preparará e organizará as sessões da Assembleia Geral e do Comitê Executivo em coordenação com o Presidente, bem como as reuniões do Comitê Consultivo e todas as demais reuniões do Centro. Facilitará serviços de secretaria para tais reuniões e terá direito a participar delas.
5. O Diretor comunicará aos Membros Associados todas as informações que forem proporcionadas aos Estados Membros pelo Depositário, em relação à assinatura, à adesão à Constituição e às propostas de emendas, entre outros.
6. A Assembleia Geral, caso considere útil, poderá aceitar que o Diretor e o pessoal técnico e de apoio do INFOPESCA sejam pessoas colocadas à disposição do Centro por um Estado, uma organização internacional ou outra instituição.
7. Os membros do pessoal do INFOPESCA deverão ser nomeados pelo Diretor em conformidade com a política, normas gerais e orientações estabelecidas pela Assembleia Geral. Ao nomear o pessoal do INFOPESCA, o Diretor deverá garantir os máximos níveis de eficiência, competência profissional e integridade, e conceder preferência aos nacionais dos Estados Membros.
8. O pessoal do INFOPESCA deverá se reportar ao Diretor. O pessoal não buscará nem receberá instruções sobre o desempenho de suas funções de nenhuma autoridade externa ao INFOPESCA. Nenhum membro do pessoal poderá dedicar-se a atividades comerciais externas relacionadas com a exploração, aproveitamento e comércio dos produtos pesqueiros nem a nenhuma outra atividade que possa ser incompatível com a independência, autonomia e integridade que suas funções no INFOPESCA requeiram.

\*88E039B\*

88E039B



**ARTIGO 15****Finanças**

1. Os recursos para o financiamento das instalações e do funcionamento do Centro poderão provir das seguintes fontes:
  - a) a contribuição anual dos Estados Membros ao orçamento do Centro e as quotas de admissão de novos Estados Membros;
  - b) as quotas de admissão e as quotas anuais que deverão ser pagas pelos Membros Associados;
  - c) os rendimentos obtidos da prestação de serviços remunerados, em particular:
    - assinaturas das publicações do Centro;
    - a venda de informação;
    - os anúncios pagos nas publicações do Centro;
    - as taxas correspondentes aos seus serviços técnicos; e
    - os rendimentos derivados de conferências, reuniões ou fóruns patrocinados pelo Centro;
  - d) as contribuições voluntárias dos Membros;
  - e) as subvenções dos Estados, organizações internacionais, instituições, fundações e de indivíduos;
  - f) as doações e legados, sempre que a aceitação destes seja compatível com os objetivos do Centro;
  - g) outros recursos aprovados pela Assembleia Geral e compatíveis com os objetivos do Centro.
2. Os Estados Membros e os Membros Associados que se incorporem posteriormente à constituição do INFOPESCA como organização intergovernamental independente pagarão uma quota de admissão que será fixada pela Assembleia Geral.
3. Os Membros se comprometerão a pagar as contribuições anuais, as quotas de admissão, as quotas anuais e todas as quantias devidas ao Centro em moeda livremente convertível.
4. Em cada sessão, a Assembleia Geral deverá aprovar, por maioria de dois terços dos votos emitidos e que representem não menos da metade dos Estados Membros do Centro, o Orçamento do INFOPESCA, e determinará as quotas de admissão, as quotas anuais, bem como a quantia total das contribuições para o biênio seguinte.
5. A Assembleia Geral estabelecerá uma escala de contribuições anuais para os Estados Membros, aprovada por maioria de dois terços de votos emitidos e que representem não menos da metade dos Estados Membros do Centro, tendo em conta o valor total das exportações e importações de pescados e mariscos de cada Estado Membro

\*88E039B\*

88E039B



reportadas nas estatísticas anuais da FAO. Estas contribuições anuais compreenderão quatro categorias:

- a) Aqueles países cujo valor total de exportações e de importações de pescado e mariscos some mais de USD 500 milhões. A quota dos países desta categoria será de USD 15.000,00.
- b) Aqueles países cujo valor total de exportações e de importações de pescado e mariscos some entre USD 250 milhões e USD 500 milhões. A quota dos países desta categoria será de USD 10.000,00.
- c) Aqueles países cujo valor total de exportações e de importações de pescado e mariscos some entre USD 100 milhões e USD 250 milhões. A quota dos países desta categoria será de USD 5.000,00.
- d) Aqueles países cujo valor total de exportações e de importações de pescado e mariscos some menos de USD 100 milhões. A quota dos países desta categoria será de USD 3.000,00. \*

6. A Assembleia Geral determinará as quotas anuais e de admissão para os Membros Associados, de acordo com a classificação mencionada no Artigo 6.3.

## ARTIGO 16

### Observadores

1. A pedido da Assembleia Geral ou do Comitê Executivo, o Diretor convidará Estados não membros e organizações e instituições regionais ou mundiais a participar das reuniões da Assembleia Geral, do Comitê Executivo e dos órgãos subsidiários na qualidade de observadores
2. Toda instituição, pública ou privada, nacional, regional ou mundial, poderá, mediante pedido por escrito ao Comitê Executivo, ser autorizada a participar das reuniões da Assembleia Geral, do Comitê Executivo e dos órgãos subsidiários na qualidade de observadores.
3. Os observadores não terão direito a voto e somente poderão tomar a palavra nas matérias relacionadas com suas próprias competências, e por convite do Presidente da correspondente reunião. \*

## ARTIGO 17

### Acordos e relações com os Estados, organizações internacionais e outras instituições

\* Estes valores foram modificados pela Assembleia Geral em sua 1ª reunião extraordinária realizada em Santo Domingo, de 5 a 7 de setembro de 1995, passando a ser: a) USD 20.000,00; b) USD 15.000,00; c) USD 10.000,00; d) USD 5.000,00.

\*88E039B\*

88E039B



**Na presente Constituição, entender-se-á por:**

- a) "Membros", os Estados Membros, bem como os Membros Associados mencionados no Artigo 6;**
- b) "Estatutos", os estatutos do Centro que sua Assembleia Geral aprove;**
- c) "Presidente", o Presidente da Assembleia Geral e do Comitê Executivo;**
- d) "Instituição", qualquer órgão nacional ou internacional ou outro organismo público relacionado com a pesca e aquíicultura;**
- e) "Região" (ou "regional"), a Região constituída pela América Latina e o Caribe.**

## **ARTIGO 2**

### **Objetivos**

Os objetivos do INFOPESCA serão a prestação de serviços de informação e assessoramento sobre a comercialização dos produtos pesqueiros da América Latina e do Caribe para que seus Membros consigam uma participação mais benéfica no mercado mundial dos produtos pesqueiros; a assistência no processamento e no controle de qualidade de acordo com as exigências do mercado; bem como o melhoramento da qualidade dos produtos.

## **ARTIGO 3**

### **Funções**

Para conseguir atingir seus objetivos, INFOPESCA deverá:

- a) facilitar a seus Membros a informação sobre as oportunidades de comercialização e as perspectivas de fornecimento de produtos pesqueiros dentro e fora da América Latina e do Caribe;**

**\*88E039B\***

**88E039B**



1. INFOPESCA procurará estabelecer um acordo com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e uma estreita relação de trabalho com as Redes Regionais de Serviços de Informação Comercial para Produtos Pesqueiros da FAO.
2. INFOPESCA deverá permitir a participação de um representante da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, nomeado por seu Diretor Geral, que participará em todas as reuniões do INFOPESCA sem direito a voto.
3. Procurar-se-á estabelecer uma cooperação entre INFOPESCA e outras instituições internacionais do setor da pesca e da aquicultura que possam contribuir para o trabalho do INFOPESCA, e com toda instituição ou organismo governamental e não governamental cujos interesses e atividades sejam compatíveis com os objetivos do INFOPESCA.
4. O Diretor, atuando sob a autoridade do Comitê Executivo, poderá estabelecer relações de trabalho com tais instituições ou organismos e adotar todas as medidas necessárias para assegurar uma cooperação eficaz. Todo acordo oficial que se estabeleça com estas instituições e organismos deverá ser submetido à consideração e, se for o caso, à aprovação da Assembleia Geral.

## ARTIGO 18

### Estatutos e regulamentos especiais

- 1) Para o desempenho das funções do INFOPESCA, tal como se descreve nesta Constituição, a Assembleia Geral adotará Estatutos que regulamentem, em particular, as seguintes matérias:
  - a) os regulamentos da Assembleia Geral, do Comitê Executivo, do Comitê Consultivo e dos órgãos subsidiários estabelecidos pela Assembleia Geral ou pelo Comitê Executivo;
  - b) o procedimento para a eleição do Presidente e do Vice-presidente da Assembleia Geral, bem como o procedimento para a eleição dos membros do Comitê Executivo e do Comitê Consultivo;
  - c) o procedimento para a nomeação do Diretor;
  - d) a gestão financeira;
  - e) os procedimentos de auditoria de contas e o procedimento para a nomeação de um auditor;
  - f) as emendas aos Estatutos;
  - g) as modalidades de pagamento das quotas de admissão, das quotas anuais e das contribuições anuais dos membros.
- 2) Os Estatutos deverão ser complementados com o Regulamento Financeiro e o Regulamento

\*88E039B\*  
88E039B



de Pessoal, bem como com regulamentos especiais que deverão ser aprovados pelo Comitê Executivo quando necessário e que regulamentarão as seguintes matérias:

- a) a administração de pessoal do INFOPESCA, em particular seu recrutamento e sua promoção;
- b) a gestão financeira, em particular matérias como a abertura de uma conta bancária, preparação de contas e balanços financeiros e os subsídios para viagens;
- c) os procedimentos para estabelecer contratos e acordos com outras instituições;
- d) o procedimento para a aceitação de doações.

## ARTIGO 19

### Emendas

1. A Assembleia Geral poderá emendar a presente Constituição por uma maioria de três quartos dos votos emitidos desde que a mencionada maioria seja superior à metade do número de Estados Membros.
2. As propostas de emenda à presente Constituição poderão ser apresentadas pelo Comitê Executivo ou por qualquer Estado Membro do INFOPESCA, neste último caso mediante comunicação dirigida ao Depositário. O Depositário notificará, prontamente, a todos os Membros e ao Diretor do Centro as propostas de emenda. No programa da Assembleia Geral, não constará nenhuma proposta de emenda a não ser que o Depositário a tenha assinalado ao atendimento dos Membros do INFOPESCA ao menos 60 dias antes da sessão de abertura da Assembleia Geral. A aprovação de qualquer emenda será notificada quanto antes ao Depositário.
3. As emendas entrarão em vigor, com respeito aos Membros, na data determinada pela Assembleia Geral no momento de sua aprovação.
4. O Anexo à presente Constituição poderá emendar-se unicamente de forma prevista no mesmo.

## ARTIGO 20

### Interpretação e solução de controvérsias

Toda controvérsia que surja entre os Membros do INFOPESCA com respeito à interpretação e aplicação das disposições da presente Constituição e que as partes interessadas não tenham podido resolver por negociação, conciliação ou outro procedimento análogo, deverá ser apresentada à Assembleia Geral, cuja decisão será definitiva.

## ARTIGO 21

\*88E039B\*

88E039B



### **Retirada, suspensão, exclusão e dissolução**

1. Todo Membro poderá retirar-se do INFOPESCA um ano depois da data de sua incorporação por meio de uma notificação de retirada enviada ao Depositário. A retirada será efetiva um ano depois da data de recebimento da notificação escrita.
2. Todo Membro do INFOPESCA com dois anos de atraso no pagamento das contribuições ou das quotas anuais ficará suspenso enquanto não cobrir a totalidade de seus atrasos.
3. Todo Membro que persista no descumprimento de qualquer das obrigações contraídas em virtude da presente Constituição poderá ser suspenso temporariamente do INFOPESCA por decisão da Assembleia Geral.
4. A Constituição do INFOPESCA poderá ser denunciada e o Centro poderá ser dissolvido por decisão de uma maioria de três quartos de seus Estados Membros.
5. O quanto antes, depois da dissolução do INFOPESCA, e uma vez satisfeitas todas as obrigações do INFOPESCA e devolvido ao doador o possível saldo não utilizado dos fundos doados, seus ativos serão distribuídos entre os Membros, no momento da dissolução, na proporção das contribuições e quotas anuais efetuadas no ano em que tiver efeito a dissolução. Caso os ativos do INFOPESCA, excluído o saldo dos fundos não utilizados que serão devolvidos aos doadores, sejam insuficientes para atender as obrigações do INFOPESCA, todos os Membros serão responsáveis pela liquidação das obrigações pendentes na mesma proporção acima mencionada.

## **ARTIGO 22**

### **Assinatura, adesão e entrada em vigor**

1. Os Estados da América Latina e do Caribe poderão chegar a ser partes da presente Constituição mediante:
  - a) a assinatura da Constituição; ou
  - b) o depósito de um instrumento de adesão.
2. A presente Constituição deverá ser aberta para assinaturas em São José, Costa Rica, em 18 de fevereiro de 1994, e a partir de então assim permanecerá na Sede da FAO em Roma.
3. Os instrumentos de adesão deverão ser depositados junto ao Diretor-Geral da FAO.
4. A presente Constituição entrará em vigor para todos os Estados que a tenham assinado ou à qual tenham aderido, na data em que os Governos de pelo menos cinco Estados da América Latina e do Caribe a tenham assinado ou tenham depositado seus instrumentos de adesão. Qualquer outro Estado será parte da Constituição na data em que assine a mesma ou deposite seu instrumento de adesão.

\*88E039B\*  
88E039B





## ARTIGO 23

### Depositário

1. O Diretor-Geral da FAO será o Depositário da presente Constituição.

O Depositário:

- a) enviará cópias certificadas da presente Constituição aos Governos de América Latina e do Caribe, e a qualquer outro Governo que a solicite;
- b) providenciará o registro da presente Constituição, quando entre em vigor, no Secretariado das Nações Unidas, em conformidade com o disposto no Artigo 102 da Carta das Nações Unidas; e
- c) informará aos Estados da América Latina e do Caribe a respeito:
  - i) da assinatura da presente Constituição e do depósito de instrumentos de adesão, em conformidade com o Artigo 22.1;
  - ii) da data de entrada em vigor da presente Constituição, em conformidade com o Artigo 22.4;
  - iii) das propostas de emenda à presente Constituição e da aprovação das emendas, em conformidade com o Artigo 19;
  - iv) das notificações de retirada do Centro, de conformidade com o Artigo 21.1.

2. O original da presente Constituição será depositado nos arquivos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) em Roma.

## ARTIGO 24

### Idiomas

Os idiomas oficiais do Centro serão o espanhol, o francês e o inglês. O idioma de trabalho será o espanhol.

## ARTIGO 25

### Anexo

O Acordo de Sede em anexo constituirá parte integrante da presente Constituição.

\*88E039B\*

88E039B



Feito em São José, Costa Rica, em 18 de fevereiro de 1994, em um único exemplar nos idiomas espanhol, francês e inglês, sendo os textos igualmente autênticos.

## ANEXO À CONSTITUIÇÃO DO INFOPESCA ACORDO DE SEDE

Reconhecimento do Centro para os Serviços de Informação e Assessoramento sobre a  
Comercialização dos Produtos Pesqueiros na América Latina e no Caribe (INFOPESCA) e  
concessão de privilégios e imunidades pelo Estado Sede

### INTRODUÇÃO

Segundo o previsto no Artigo 5º, parágrafo 3 da presente Constituição e sem prejuízo do estabelecido no parágrafo 2 do Artigo 5º, no presente Anexo são enunciados os direitos e obrigações adicionais do Estado Sede. Aplicar-se-á ao Estado indicado na Parte B enquanto este Estado for o Estado Sede.

### PARTE A

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Seção 1: Privilégios, imunidades e facilidades outorgadas ao INFOPESCA

1. Sem prejuízo do disposto no Artigo 5º, parágrafo 3 da presente Constituição, o Estado Sede se compromete a conceder os seguintes privilégios, imunidades e facilidades ao INFOPESCA e a seus bens, fundos e ativos, qualquer que seja o lugar em que se encontrem neste Estado:

- a) imunidade de jurisdição, salvo na medida em que, em algum caso particular, INFOPESCA tenha renunciado expressamente a ela;
- b) imunidade contra todo registro, requisição, confisco, expropriação e qualquer outra forma de ingerência;
- c) liberdade para ter fundos ou divisas de todo tipo, possuir suas contas em qualquer moeda, transferir fundos ou divisas dentro do Estado Sede ou fora dele, e converter moeda estrangeira em qualquer outra moeda;
- d) sem prejuízo de qualquer medida apropriada de segurança que se adote por mútuo acordo entre o Estado Sede e INFOPESCA, isenção de censura da correspondência oficial e de outras comunicações oficiais;

\*88E039B\*

88E039B



- e) isenção de todo imposto direto ou indireto sobre os bens, rendimentos e transações oficiais do INFOPESCA, salvo os impostos que só constituem direitos por serviços prestados;
- f) isenção de obrigações de alfândega e de proibições e restrições à importação e exportação, com respeito aos artigos importados ou exportados por INFOPESCA, ou às publicações enviadas por INFOPESCA com fins oficiais.

2. O Estado Sede exercerá a devida diligência para garantir que não sejam perturbadas, de maneira alguma, a segurança e a tranquilidade nos locais do INFOPESCA e, a pedido do Diretor do INFOPESCA, proporcionará adequada proteção policial, quando necessário.

3. Para suas comunicações oficiais, o INFOPESCA desfrutará de um trato não menos favorável do que o concedido a quaisquer outras organizações ou governos; incluídas as missões diplomáticas de tais outros governos no Estado Sede, quanto às prioridades e às tarifas para serviços postais, telegráficos, telefônicos e outros meios de comunicação.

Seção 2: Privilégios, imunidades e facilidades que serão concedidas aos representantes oficiais, ao Diretor e aos demais membros do quadro de pessoal do INFOPESCA, e aos especialistas e consultores

1. Sem prejuízo do estabelecido no Artigo 5º, parágrafo 2(b), da presente Constituição, o Estado Sede se compromete a conceder os seguintes privilégios, imunidades e facilidades:

- a) aos representantes de qualquer Estado Membro ou Membro Associado do INFOPESCA e de qualquer organização ou instituição internacional no desempenho de suas funções oficiais em relação aos trabalhos do INFOPESCA:
  - i) imunidade contra detenção ou prisão pessoal, exceto em caso de flagrante delito, e contra o embargo de sua bagagem pessoal e, a respeito de todos seus atos executados enquanto exercem suas funções oficiais, inclusive de suas palavras e escritos, imunidade total de jurisdição;
  - ii) inviolabilidade de todos os papéis e documentos;
  - iii) isenção, para os próprios e seus cônjuges, de toda medida restritiva em matéria de imigração, das formalidades de registo de estrangeiros e das obrigações relativas **ao serviço nacional**;
  - iv) as mesmas isenções, em matéria de restrições monetárias e cambiais, que se outorgam aos representantes de governos estrangeiros em missão oficial temporária.
- b) ao Diretor e a outros membros do quadro de pessoal, técnicos e consultores do INFOPESCA:
  - i) imunidade de jurisdição de todos os atos executados por eles, em sua capacidade oficial, incluídas suas palavras e escritos;

\*88E039B\*

88E039B



- ii) isenção de impostos sobre os salários e emolumentos recebidos do INFOPESCA;
- iii) imunidade, para eles e seus cônjuges e seus dependentes legais, contra as medidas restritivas em matéria de imigração e das formalidades de registro de estrangeiros;
- iv) em tempo de crise, juntamente com seus cônjuges e dependentes legais, as mesmas facilidades de repatriação que aos oficiais de missões diplomáticas de posições equivalentes;
- v) desde que não sejam nacionais do Estado Sede, o direito a importar, livre de impostos, seu mobiliário e bens pessoais; incluído um automóvel, quando tomarem posse de seu cargo pela primeira vez no INFOPESCA, bem como a substituição de tais móveis e bens pessoais, incluído o automóvel, por intervalos que, de comum acordo, INFOPESCA e o Governo do Estado Sede decidirem.

2. Além dos privilégios e imunidades mencionadas no parágrafo 1, o Diretor e outros membros do pessoal, especialistas e consultores do INFOPESCA, desde que não sejam nacionais do Estado Sede, desfrutarão dos mesmos privilégios em matéria de facilidades de câmbio que se conceda aos membros de missões diplomáticas de categoria similar.

3. Sob reserva da aplicação das medidas para a manutenção da saúde e a segurança pública que acordem o Estado Sede e INFOPESCA, o Estado Sede não porá nenhum impedimento à entrada e estadia em seu território, nem à saída do mesmo, dos representantes dos Estados Membros ou dos Membros Associados do INFOPESCA e das organizações ou instituições internacionais mencionadas no parágrafo 1(a) nem de seus cônjuges, nem do Diretor ou outros membros do pessoal, especialistas e consultores do INFOPESCA, nem de seus cônjuges e dependentes legais, ou de qualquer outra pessoa que visite a INFOPESCA em relação com o trabalho do mesmo.

4. Os vistos que as pessoas mencionadas no parágrafo 3 precisem serão concedidos ou renovados com rapidez e gratuitamente.

### Seção 3: Aplicação da legislação do Estado Sede

INFOPESCA cooperará com as autoridades competentes do Estado Sede para facilitar a boa administração da justiça, assegurar a observância dos regulamentos de polícia e evitar quaisquer abusos que possam ser cometidos em relação aos privilégios, imunidades e facilidades outorgadas em virtude do Artigo 5º, parágrafo 2 da presente Constituição ou em virtude do presente Anexo. INFOPESCA examinará, sem demora, as solicitações de renúncia à imunidade apresentadas pelo Estado Sede.

### Seção 4: Emenda a esta Parte

1. Sob reserva do disposto no parágrafo 2, a presente Parte A deste Anexo poderá ser emendada na forma estabelecida no Artigo 19 da presente Constituição.

\*88E039B\*  
88E039B



2. Não obstante qualquer outra disposição da presente Constituição, incluído o presente Anexo, não se poderá aprovar nenhuma emenda a esta Parte sem o consentimento expresso do Estado Sede.

## **PARTE B**

### **DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS REFERENTES AO ESTADO SEDE**

#### **Seção 1: Locais do INFOPESCA e serviços correspondentes**

1. A sede do INFOPESCA estará localizada em Montevidéu, República Oriental do Uruguai.
2. Em cumprimento de suas obrigações em virtude do Artigo 5º, parágrafo 3 da Constituição do INFOPESCA, o Estado Sede se compromete a prover:

#### **SEDE**

Locais e serviços com as comodidades necessárias para o pessoal e adequadas às tarefas a serem desenvolvidas. Situados em lugar acessível e representativo da Cidade de Montevidéu.

#### **PESSOAL**

Dez (10) funcionários que serão: um contraparte entre o Governo do Uruguai e INFOPESCA, dois técnicos (um tecnólogo pesqueiro e um técnico em comercialização), dois operadores de computação, um secretário bilíngue, dois secretários administrativos, um bibliotecário, uma pessoa de serviços gerais.

#### **EQUIPAMENTO**

US\$ 10,000.00 (Dez mil dólares americanos) destinados para: mobiliário de escritório, fotocopadora, impressora, telefone, telefax, computadores etc.

#### **CONTRIBUIÇÃO**

US\$ 35,000.00 (Trinta e cinco mil dólares americanos) anuais para cobrir gastos com manutenção de sede, portaria, limpeza do edifício, energia, água, gás, calefação, comunicações, e outros apoios às atividades do futuro organismo.

#### **Seção 2: Privilégios, imunidades e facilidades**

1. Nos impostos mencionados na Seção 1, parágrafo 1(e), da Parte A, serão incluídos os direitos e impostos de alfândega correspondentes aos veículos, móveis e equipamento do

\*88E039B\*

88E039B



Centro. Igualmente, os legados e doações, e, em particular, o que INFOPESCA considere necessário para seu estabelecimento ou para o alcance de seus objetivos, estarão também isentos desses impostos e direitos.

2. Os fundos ou bens transferidos por INFOPESCA com fins educativos ou científicos, a qualquer pessoa física ou a qualquer organização sem fins lucrativos, estarão isentos do pagamento de impostos por parte da mencionada pessoa ou organização.
3. Os membros do pessoal do INFOPESCA, incluído o Diretor, poderão, desde que não sejam nacionais do Estado Sede, manter capitais fora do Estado Sede e estarão isentos de toda forma de imposto sobre a renda obtida com tais meios fora do Estado Sede ou sobre os bens situados fora do Estado Sede. Estarão também isentos das obrigações relativas ao serviço nacional.
4. O Estado Sede adotará a legislação necessária para fazer efetiva a capacidade jurídica do INFOPESCA e os privilégios, imunidades e facilidades mencionadas na presente Constituição, incluído o presente Anexo.

### **Seção 3: Emenda a esta Parte**

1. Sob reserva do disposto no parágrafo 2, a presente Parte B deste Anexo poderá ser emendada na forma estabelecida no Artigo 19 da presente Constituição.
2. Não obstante qualquer outra disposição da presente Constituição, incluído o presente Anexo, não poderá aprovar-se nenhuma emenda a esta Parte sem o consentimento expresso do Estado Sede.

Feito em São José, Costa Rica, em 18 de fevereiro de 1994, em um único exemplar nos idiomas inglês, francês e espanhol, sendo os textos igualmente autênticos.

Em testemunho de que os abaixo assinados, devidamente autorizados para esse efeito, assinaram a presente Constituição.

**\*88E039B\***  
88E039B



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

Parte integrante do Avulso do PDS nº 11 de 2017.





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2017

(nº 87/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, celebrado em Brasília, em 29 de julho de 2013.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1334232&filename=PDC-87-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1334232&filename=PDC-87-2015)

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)





Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, celebrado em Brasília, em 29 de julho de 2013.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares, celebrado em Brasília, em 29 de julho de 2013.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 2017

(nº 89/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

**AUTORIA:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1334236&filename=PDC-89-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1334236&filename=PDC-89-2015)

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Parte integrante do Avulso do PDS nº 13 de 2017.



Aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,                      de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente

Parte integrante do Avulso do PDS nº 13 de 2017.



Mensagem nº 337

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e da Senhora Ministra de Estado da Cultura, o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Brasília, 3 de novembro de 2014.

\*4C18C031\*  
4C18C031



EMI nº 00079/2013 MRE MinC

Brasília, 19 de Dezembro de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do “Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia”, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010, por mim, então Ministro, interino, das Relações Exteriores, e pelo então Primeiro-Ministro de Santa Lúcia, Stephenson King, por ocasião da Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM).

2. O Acordo em apreço tem como objetivo promover valores culturais e estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre Brasil e Santa Lúcia. Convencidos de que a cooperação contribuirá não somente para o progresso das nações, mas também para o conhecimento cada vez mais amplo da cultura dos países, as Partes acordaram em fixar um marco geral que ordena, fortalece e incrementa suas relações no campo cultural.

3. Como forma de atingir seus objetivos, o Acordo prevê intercâmbio de experiências e realizações na área cultural, destacando o conceito de patrimônio cultural, a importância da cooperação nos campos da cinematografia, artes plásticas, teatro e música, e as facilidades para a pesquisa em institutos, arquivos, bibliotecas e museus. As Partes concordaram, além disso, em criar uma Comissão Mista para acompanhar a execução do referido Acordo.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo em seu formato original.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Marta Teresa Suplicy, Luiz Alberto Figueiredo Machado*

\*4C18C031\*

4C18C031



## **ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DE SANTA LÚCIA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo de Santa Lúcia  
(doravante denominados as "Partes"),

Convencidos de que a cooperação cultural pode contribuir significativamente para o fortalecimento das relações de amizade e para o entendimento mútuo entre os dois países, assim como para elevar o nível de conhecimento entre si;

Reconhecendo a importância de promover valores culturais em ambos os países;

Guiados pelo desejo de melhorar o relacionamento no campo da cultura,

Acordam o seguinte:

### **Artigo I**

As Partes estimularão a cooperação entre suas instituições culturais, públicas e privadas, com o objetivo de desenvolver atividades que possam contribuir para melhorar do conhecimento recíproco e para a difusão das respectivas culturas.

### **Artigo II**

As Partes envidarão esforços para melhorar e para aumentar o nível de conhecimento e o do ensino da cultura em geral de cada um dos países, levando em conta os conceitos de diversidade cultural, étnica e linguística.

### **Artigo III**

As Partes estimularão o intercâmbio de experiências nos campos das artes visuais, da música, da dança, do audiovisual, e da educação cultural, encorajando a participação

**\*4C18C031\***

**4C18C031**



de artistas do Brasil e de Santa Lucia em festivais, oficinas, exposições e eventos internacionais a serem realizados no território da outra Parte.

#### **Artigo IV**

As Partes promoverão contatos diretos entre seus respectivos museus, com o objetivo de fomentar a difusão e o intercâmbio de suas respectivas coleções.

#### **Artigo V**

As Partes, reconhecendo a importância do patrimônio cultural, encorajarão o intercâmbio de experiências e a cooperação nos campos da restauração, proteção e conservação do mencionado patrimônio.

#### **Artigo VI**

As Partes colaborarão na preservação do patrimônio cultural imaterial e convidarão grupos artísticos tradicionais para participar de festivais internacionais organizados em cada um dos países, assim como encorajarão o intercâmbio de especialistas para participar de seminários e oficinas de arte amadora.

#### **Artigo VII**

As Partes encorajarão iniciativas visando à promoção de suas produções literárias por meio do estímulo a projetos de tradução de livros, a programas de intercâmbio de escritores e à participação em feiras de livros nos dois países.

#### **Artigo VIII**

1. As Partes estimularão a cooperação entre suas bibliotecas e arquivos, por meio do intercâmbio de informações, livros e publicações.
2. Ademais, as Partes promoverão o intercâmbio de experiências na conservação, restauração e difusão do patrimônio bibliográfico, na manutenção e restauração de manuscritos e documentos antigos, e na área de novas tecnologias de informação.

**\*4C18C031\***

**4C18C031**





### **Artigo IX**

As Partes estimularão a cooperação nos campos da transmissão radiofônica, cinema e televisão, com o objetivo de disseminar informações sobre produções recentes e de apoiar a difusão da cultura dos dois países.

### **Artigo X**

As Partes tomarão as medidas apropriadas para prevenir a importação, exportação e transferência ilegal de bens que são parte de seus respectivos patrimônios culturais, de acordo com suas legislações nacionais e na aplicação dos tratados de que são partes.

### **Artigo XI**

As Partes promoverão o intercâmbio de informações e a colaboração na área de direitos autorais e direitos conexos. As Partes proverão os meios e procedimentos para a devida obediência aos direitos autorais e aos direitos conexos, de acordo com suas legislações nacionais e as convenções internacionais relacionadas às quais são partes.

### **Artigo XII**

As Partes fortalecerão o intercâmbio de informações sobre suas respectivas instituições culturais e promoverão o desenvolvimento de projetos conjuntos entre elas.

### **Artigo XIII**

1. Será estabelecida uma Comissão Mista para o devido acompanhamento da execução do presente Acordo. A Comissão Mista será coordenada, no Brasil, pelo Ministério das Relações Exteriores e, em Santa Lúcia, pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Relações Exteriores.
2. A Comissão Mista será constituída por representantes dos dois países, reunidos pelas Partes quando necessário, alternativamente no Brasil e em Santa Lúcia.
3. A Comissão Mista terá as seguintes funções:

**\*4C18C031\***  
4C18C031



- a) analisar, revisar, aprovar, acompanhar e avaliar os programas de cooperação cultural;
- b) supervisionar o andamento do presente Acordo, assim como a execução de projetos acordados, e submeter às Partes qualquer recomendação que possa considerar relevante.

#### **Artigo XIV**

Cada Parte garantirá as facilidades para a entrada, a permanência e a saída de participantes oficiais em projetos de cooperação. Esses participantes submeter-se-ão aos dispositivos migratórios, sanitários e de segurança nacional válidos no país receptor e não se dedicarão a qualquer atividade alheia às suas funções sem a prévia autorização das autoridades competentes.

#### **Artigo XV**

As Partes garantirão as facilidades administrativas e de inspeção necessárias para a entrada e a saída de quaisquer equipamentos e materiais que serão utilizados para o cumprimento dos projetos, de acordo com as legislações nacionais. Os bens consignados a exposições culturais podem ser importados sob um sistema de admissão temporária específico. As facilidades de imigração, importação e exportação estabelecidas no presente Acordo serão limitadas às leis presentemente válidas nos territórios das Partes.

#### **Artigo XVI**

Todas as divergências que possam surgir entre as Partes referentes à interpretação e à implementação desse Acordo serão solucionadas pela via diplomática.

#### **Artigo XVII**

1. Cada Parte notificará a outra, pelos canais diplomáticos, do cumprimento de todas as formalidades legais internas necessárias para a aprovação deste Acordo, o qual entrará em vigor na data de recepção da última notificação.
2. O presente Acordo terá vigência inicial de cinco (5) anos, renovável automaticamente por iguais períodos, a menos que uma das Partes o denuncie, por escrito, pelos canais diplomáticos, mediante aviso prévio de seis (6) meses.

**\*4C18C031\***  
**4C18C031**



3. O presente Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, por via diplomática.
4. A denúncia do presente Acordo não afetará a conclusão dos programas e projetos em andamento.

Assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos igualmente autênticos.

**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL**

**PELO GOVERNO DE SANTA LÚCIA**

\_\_\_\_\_  
**Antonio Patriota**  
Ministro, interino, das Relações Exteriores

\_\_\_\_\_  
**Stephenson King**  
Primeiro-Ministro

**\*4C18C031\***  
**4C18C031**



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

Parte integrante do Avulso do PDS nº 13 de 2017.





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2017

(nº 125/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012.

**AUTORIA:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1350802&filename=PDC-125-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1350802&filename=PDC-125-2015)

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Parte integrante do Avulso do PDS nº 14 de 2017.



Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente

Parte integrante do Avulso do PDS nº 14 de 2017.



Mensagem nº 385

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012.

Brasília, 17 de novembro de 2014.

\*987033C2\*  
987033C2



EM nº 00045/2014 MRE

Brasília, 3 de Fevereiro de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica da Mauritânia sobre Trabalho Remunerado por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico, celebrado em Nouakchott, em 26 de abril de 2012, pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação da Mauritânia, Hamadi Ould Baba Ould Hamadi, e por mim.

2. O presente Acordo, semelhante aos assinados com mais de trinta países ao longo das duas últimas décadas, reflete a tendência atual de estender aos dependentes dos agentes das Missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional.

3. Com efeito, torna-se prática generalizada na vida internacional, proporcionar um espaço profissional próprio para dependentes de membros do serviço exterior, cônjuges em especial, que lhes possibilite o exercício de atividades outras que a mera função de acompanhamento de funcionário transferido para outro país.

4. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto a Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado*

\*987033C2\*  
987033C2





**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O  
GOVERNO DA REPÚBLICA ISLÂMICA DA MAURITÂNIA SOBRE TRABALHO  
REMUNERADO POR PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL DIPLOMÁTICO,  
CONSULAR, MILITAR, ADMINISTRATIVO E TÉCNICO**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Islâmica da Mauritânia  
(doravante denominados “Partes”),

Desejosos de aprofundar o entendimento existente entre os dois Estados; e

No intuito de estabelecer novos mecanismos para o fortalecimento das suas relações  
diplomáticas;

Acordaram o seguinte:

**Artigo I**

1. Os dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico de cada uma das Partes, designado para exercer missão oficial na outra como membro de Missão diplomática, de Repartição consular ou de Missão Permanente perante Organização Internacional, sediada no Estado acreditado e por ele reconhecida, poderão ser autorizados a exercer atividade remunerada no território da Parte acreditada, em conformidade com o presente Acordo e com base no princípio da reciprocidade.
2. Para fins deste Acordo, entende-se como “pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico” os membros das missões oficiais oriundos de uma das Partes – com exceção do pessoal de apoio –, designados para exercer missão oficial em Missão diplomática, Repartição consular ou Missão junto a Organismo Internacional.
3. Para fins deste Acordo, são considerados dependentes:
  - a) o cônjuge;
  - b) os filhos solteiros menores de 21 anos;
  - c) os filhos solteiros menores de 25 anos, que estejam estudando em universidade ou centro de ensino superior reconhecido por cada Estado; e
  - d) os filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

\*987033C2\*

987033C2



## Artigo II

1. Para qualquer dependente que deseje exercer atividade remunerada, a Embaixada deverá apresentar, por escrito e por via diplomática, pedido oficial ao Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores da outra Parte. O pedido deverá incluir informação que comprove a condição de dependente da pessoa em questão e uma breve explanação sobre a atividade remunerada que se desempenhará. Após verificar se a pessoa cumpre os requisitos do presente Acordo e os dispositivos legais internos, o Cerimonial do Estado acreditado informará à Embaixada ou Missão da outra Parte, por escrito e com a brevidade possível, se o dependente está autorizado a exercer atividade remunerada. Da mesma forma, a Embaixada ou Missão do Estado acreditante deverá informar o Cerimonial do Estado acreditado a respeito do término da atividade remunerada exercida pelo dependente, bem como deverá submeter nova demanda caso o dependente decida exercer outra atividade remunerada.

## Artigo III

No caso em que o dependente autorizado a exercer atividade remunerada gozar de imunidade de jurisdição no território do Estado acreditado, conforme os Artigos 31 e 37 da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, ou qualquer outro tratado internacional aplicável:

- a) fica acordado que tal dependente não gozará de imunidade de jurisdição civil ou administrativa no Estado acreditado, em ações contra ele iniciadas por atos diretamente relacionados com o desempenho da referida atividade remunerada; e
- b) fica acordado que o Estado acreditante considerará seriamente qualquer pedido do Estado acreditado no sentido de renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente acusado de haver cometido delito criminal no decurso do exercício da referida atividade remunerada. Caso não haja a renúncia da imunidade e, na percepção do Estado acreditado, o caso seja considerado grave, o Estado acreditado poderá solicitar a retirada do país do dependente em questão.

## Artigo IV

A autorização para o exercício de atividade remunerada terminará tão logo cesse a condição de dependente do beneficiário da autorização, na data em que as obrigações contratuais tiverem sido cumpridas, ou, em qualquer hipótese, ao término da missão do indivíduo de quem a pessoa em questão é dependente. Contudo, o término da autorização levará em conta o prazo razoável do decurso previsto na Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 18 de abril

\*987033C2\*  
987033C2



de 1961, sem exceder três meses.

### **Artigo V**

A autorização para que um dependente exerça atividade remunerada, em conformidade com o presente Acordo, não concederá à pessoa em questão o direito de continuar no exercício da atividade remunerada ou de residir no território da Parte acreditada, uma vez terminada a missão do indivíduo de quem a pessoa é dependente.

### **Artigo VI**

Nada neste Acordo conferirá ao dependente o direito a emprego que, de acordo com a legislação da Parte acreditada, somente possa ser ocupado por nacional desse Estado, ou que afete a segurança nacional.

### **Artigo VII**

Este Acordo não implicará o reconhecimento automático de títulos ou diplomas obtidos no exterior. Tal reconhecimento somente poderá ocorrer em conformidade com as normas em vigor que o regulamentam no território do Estado acreditado. No caso de profissões que requeiram qualificações especiais, o dependente deverá atender às mesmas exigências impostas a um nacional da Parte acreditada, candidato ao mesmo emprego.

### **Artigo VIII**

1. Os dependentes que exerçam atividade remunerada estarão sujeitos ao pagamento no território da outra Parte de todos os impostos relativos às rendas auferidas em decorrência do desempenho dessa atividade e de acordo com as leis tributárias locais.
2. Os dependentes que exerçam atividade remunerada nos termos deste Acordo estarão sujeitos à legislação de previdência social do Estado acreditado.

### **Artigo IX**

1. Qualquer controvérsia que surja da interpretação ou execução deste Acordo será dirimida entre as Partes por via diplomática.
2. Este Acordo poderá ser emendado de comum acordo entre as Partes, por troca de notas

\*987033C2\*  
987033C2



diplomáticas. A entrada em vigor das emendas obedecerá ao mesmo processo disposto no Artigo 10.

### **Artigo X**

Este Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de recebimento da notificação, pelas Partes, do cumprimento dos respectivos requisitos legais internos. Em caso divergência quanto à interpretação, a versão em francês prevalecerá.

### **Artigo XI**

Este Acordo permanecerá em vigor por tempo indeterminado. Cada uma das Partes poderá denunciá-lo mediante notificação escrita à outra Parte, por via diplomática. Nesse caso, a denúncia terá efeito noventa (90) dias após a data de tal notificação.

Feito em Nouakchott, em 26 de abril de 2012, em dois exemplares originais, nos idiomas português, árabe e francês, todos os textos sendo igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
ISLÂMICA DA MAURITÂNIA

**Antonio de Aguiar Patriota**  
Ministro das Relações Exteriores

**Hamadi Ould Baba Ould Hamadi**  
Ministro dos Negócios Estrangeiros e da  
Cooperação

**\*987033C2\***  
987033C2



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

Parte integrante do Avulso do PDS nº 14 de 2017.





## SENADO FEDERAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2017

(nº 126/2015, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Decisão nº 2/2012 do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas, que decide aprovar o Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, no âmbito do Conselho de Saúde Sul-Americano, adotada na Cúpula de Lima, em 30 de novembro de 2012.

**AUTORIA:** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1351209&filename=PDC-126-2015](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1351209&filename=PDC-126-2015)

**DESPACHO:** À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

Parte integrante do Avulso do PDS nº 15 de 2017.



Aprova o texto da Decisão nº 2/2012 do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas, que decide aprovar o Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, no âmbito do Conselho de Saúde Sul-Americano, adotada na Cúpula de Lima, em 30 de novembro de 2012.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Decisão nº 2/2012 do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas, que decide aprovar o Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, no âmbito do Conselho de Saúde Sul-Americano, adotada na Cúpula de Lima, em 30 de novembro de 2012.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Decisão, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente

Parte integrante do Avulso do PDS nº 15 de 2017.



Mensagem nº 387

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado das Relações Exteriores, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Saúde, o texto da Decisão Nº 2/12 do Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas decide aprovar o Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, no âmbito do Conselho de Saúde Sul-Americano, adotada na Cúpula de Lima, em 30 de novembro de 2012.

Brasília, 17 de novembro de 2014.

\*1D3C35B\*  
1D3C35B





EMI nº 00273/2014 MRE MP MS

Brasília, 9 de Julho de 2014

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o texto da Decisão Nº 2/12 do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), adotada na Cúpula de Lima, em 30 de novembro de 2012, e assinada pelo Senhor Vice-Presidente da República, Michel Temer, que aprova o Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS).

2. Em 2009, o Brasil propôs a criação de um Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, com sede no Rio de Janeiro, que aproveitaria a experiência de instituições nacionais, como a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e o Instituto Nacional do Câncer. Em 2011, o Estatuto, que regulamenta a estrutura e o funcionamento do Instituto, foi aprovado pelo Conselho de Saúde Sul-Americano, bem como pelo Conselho de Ministros das Relações Exteriores da UNASUL.

3. A missão do ISAGS é produzir estudos na área de gestão da saúde pública e apoiar os países da UNASUL no fortalecimento das capacidades de seus sistemas públicos de saúde. Na busca de tais objetivos, o Instituto deve priorizar em seus trabalhos a formação de recursos humanos e a gestão da informação e do conhecimento nas áreas de governança da saúde pública, políticas públicas relacionadas aos determinantes sociais da saúde e gestão dos sistemas universais de saúde, por meio da articulação com instituições nacionais dos Estados Membros e centros multilaterais de formação e pesquisa, de modo a fortalecer a integração em redes das instituições estruturantes dos sistemas de saúde. O Instituto deve examinar, igualmente, temas relacionados à capacidade produtiva de medicamentos e insumos nos países sul-americanos.

4. De acordo com seu Estatuto, o ISAGS está subordinado à estrutura da UNASUL, mais especificamente ao Conselho de Saúde Sul-Americano, que designa o Diretor-Executivo e os membros do Conselho de Administração. A Decisão dos Chefes de Estado e de Governo da UNASUL deve ser incorporada ao ordenamento jurídico interno brasileiro a fim de garantir o pleno funcionamento do ISAGS, sobretudo no que tange às contribuições financeiras dos Estados Partes.

5. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Art. 49, inciso I, combinado com o Art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, submetemos a Vossa Excelência o anexo Projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do texto da Decisão Nº 2/12.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Luiz Alberto Figueiredo Machado , Miriam Aparecida Belchior,*

\*1D3C35B\*  
1D3C35B



*Ademar Arthur Chioro dos Reis*

\*1D3C35B\*  
1D3C35B



**UNASUL/CCEG/DECISÃO/Nº 2/2012****PELA QUAL O CONSELHO DE CHEFAS E CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS DECIDE APROVAR O ESTATUTO DO INSTITUTO SUL-AMERICANO DE GOVERNO EM SAÚDE, NO ÂMBITO DO CONSELHO DE SAÚDE SUL-AMERICANO.****VISTO:**

Que o artigo 6º, inciso c, do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) estabelece, entre as atribuições do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, decidir sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores;

**CONSIDERANDO:**

Que o Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS) foi criado por decisão do Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, em 16 de dezembro de 2008;

Que, pela Resolução 5/2009, o Conselho de Saúde Sul-Americano aprovou a criação do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS);

Que a Reunião de Consulta sobre Estrutura e Programa do ISAGS, realizada em novembro de 2010, no Rio de Janeiro, recomendou a aprovação do Estatuto do ISAGS, definindo sua missão e estrutura institucional;

A Resolução 2/2011 do CSS, pela qual se aprova o Estatuto do ISAGS;

A Resolução nº 4, de 17 de março de 2012, por meio da qual o Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores da UNASUL resolve propor ao Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo o projeto de Decisão para a aprovação do Estatuto do ISAGS, disposto no âmbito do CSS, na cidade de Montevidéu, Uruguai, em 14 de abril de 2011;

**O CONSELHO DE CHEFAS E CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS****DECIDE:**

**Artigo 1.** Aprovar o Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde, adotado no âmbito do Conselho de Saúde Sul-Americano, na cidade de Montevidéu, Uruguai, em 14 de abril de 2011, que consta como anexo e forma parte da presente Decisão.

Lima, 30 de novembro de 2012.

\*1D3C35B\*

1D3C35B



**Estatuto do Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS)****Texto final aprovado pela Resolução número 02 de 2011, do Conselho Sul-Americano de Saúde****Artigo I - Personalidade jurídica**

O Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) é um órgão de caráter intergovernamental, público, integrante e pertencente ao Conselho Sul-Americano de Saúde, estabelecido em conformidade com o disposto nos Artigos 5, 12 e 13 do Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e com sede na cidade de Rio de Janeiro, onde atua com base em um Acordo de Sede assinado entre a UNASUL e o Governo da República Federativa do Brasil.

O ISAGS está ligado programaticamente ao Conselho Sul-Americano de Ministros da Saúde da União de Nações Sul-Americanas, pelo qual suas atividades deverão fazer parte do Plano de Trabalho do Conselho de Ministros da Saúde e renderá contas ao mesmo durante as reuniões ordinárias nas áreas de desenvolvimento de recursos humanos, assistência técnica, pesquisa, informação e comunicação e mobilização de recursos. Suas atividades relacionadas a programas e instituições nacionais serão realizadas em coordenação com os Ministérios da Saúde dos países.

O ISAGS gozará de capacidade jurídica para executar e celebrar todos os tipos de atos e contratos; adquirir, possuir, administrar ou dispor de qualquer classe de direitos e bens móveis, em conformidade com as normas da UNASUL e os regulamentos feitos a este respeito. Também poderá comparecer perante autoridades judiciais, administrativas ou de qualquer outra ordem e em geral, realizar as ações e gestões que sejam condizentes ao cumprimento de seus fins ou necessárias à execução de suas atividades.

A representação legal do ISAGS corresponderá ao Diretor Executivo do Instituto ou a quem exerce suas funções, podendo ser delegada esta autoridade exclusivamente para efeitos de representações judiciais.

**Artigo II - Objetivo**

O ISAGS tem como objetivo se constituir como um centro de altos estudos e debate de políticas para o desenvolvimento de lideranças e de recursos humanos estratégicos em saúde, voltado para o fomento da governança e liderança em saúde nos países da América do Sul e oferecendo subsídios para articular a atuação regional em saúde global.

O ISAGS orientará suas ações institucionais segundo os princípios, valores e linhas estratégicas do Conselho Sul-Americano de Saúde e promoverá o conceito de trabalho em rede, envolvendo as instituições associadas e/ou congêneres.

**Artigo III - Funções**

Para atingir seu objetivo, o ISAGS cumprirá as funções a seguir:

1. Identificar necessidades, desenvolver programas e apoiar processos de formação e capacitação de recursos humanos estratégicos e de liderança em saúde para os Países-Membro em articulação com instituições congêneres nacionais e internacionais;
2. Organizar o conhecimento existente e realizar pesquisas sobre políticas de saúde e governança em saúde, recursos humanos e outros temas pertinentes, que possam ser instruídos pelo Conselho Sul-Americano de Saúde, em articulação com instituições congêneres nacionais e internacionais;
3. Sistematizar, organizar, difundir e transmitir informação científico-técnica em saúde global e regional, com o propósito de apoiar a tomada de decisões dos centros de condução, fortalecer os processos de desenvolvimento da liderança em saúde, promovendo a participação da sociedade e informando sobre os processos de governo e governança em saúde;
4. Assessorar na formulação de políticas externas comuns da UNASUL para fundamentar a negociação de temas vinculados à saúde nas agendas internacionais globais e regionais;

\*1D3C35B\*  
1D3C35B



5. Assessoramento Técnico às instituições nacionais de saúde, através de novos enfoques metodológicos e de avaliação, a fim de promover a aplicação e transferência de conhecimento, a educação a distância, e, por sua vez, desenvolver modelos para avaliar os produtos, causas e efeitos desta cooperação.

#### Artigo IV - Adesão

São membros do ISAGS as entidades definidas a seguir, de acordo com as categorias seguintes: Países-Membro e Organizações Associadas;

1. Países-Membro do ISAGS: Todos os Países-Membro da UNASUL. Outros Países poderão adquirir a qualidade de Membro, uma vez que tenham aderido à UNASUL nos termos do Artigo 20 do Tratado Constitutivo. Os Membros têm direito à voz e voto durante as deliberações das reuniões do Conselho Consultivo e do Conselho de Administração.
2. Organizações Associadas: Poderão ser Instituições Associadas, as organizações cuja missão seja convergente com a visão e missão do ISAGS, e cujo pedido e adesão tenham sido aprovadas pelo Conselho Sul-Americano de Saúde, mas sem direito de voto. As Instituições Associadas poderão solicitar participação nas reuniões dos órgãos do ISAGS, desde que haja prévia aprovação de tais órgãos.

Todo Membro do ISAGS, a fim de garantir para si os direitos e benefícios inerentes a sua condição de tal, cumprirá de boa-fé as obrigações contraídas em conformidade com o presente Estatuto. Do mesmo modo, prestará todo tipo de ajuda em qualquer ação que o ISAGS exerça de acordo ao presente.

Qualquer Organização Associada ao ISAGS poderá se retirar, dando aviso por escrito à Direção, a qual comunicará ao Conselho de Administração das notificações de retirada que receba. Após seis meses, contados a partir da data de recebimento da notificação de retirada, cessarão seus efeitos respeito da Organização Associada e esta ficará desligada do ISAGS, devendo cumprir com os compromissos financeiros e outras obrigações oriundas do presente documento até a data de sua retirada.

#### Artigo V - Estrutura

O ISAGS estará conformado pelos seguintes órgãos:

- (1) Conselho de Administração
- (2) Conselho Consultivo
- (3) Direção Executiva

#### Artigo VI - Conselho de Administração

O Conselho de Administração é um órgão permanente do ISAGS e cumpre funções diretivas junto do Conselho Sul-Americano de Saúde.

O Conselho de Administração do ISAGS estará constituído pelos Delegados designados pelos Ministros de Saúde dos Países-Membro.

O Conselho de Administração zelará pelo funcionamento do ISAGS dentro do marco de seu objetivo e políticas institucionais e segundo as disposições do presente Estatuto.

Corresponderá ao Conselho de Administração do ISAGS:

1. Definir e orientar a ação e as políticas gerais do ISAGS;
2. Realizar uma reunião ordinária anual e celebrar reuniões extraordinárias, quando necessário;
3. Adotar um Regulamento Interno de funcionamento que será aprovado por todos seus Membros em reunião ordinária;
4. Aprovar os planos, programas e projetos do ISAGS;
5. Aprovar a política financeira, o orçamento do ISAGS e propor os aportes financeiros dos Países-Membro;
6. Aprovar os relatórios do trabalho institucional;
7. Aprovar os estatutos, normas e regulamentos do ISAGS;

\*1D3C35B\*

1D3C35B



8. Defender, perante autoridades nacionais e regionais, o cumprimento do trabalho do ISAGS em apoio à solução dos problemas identificados pelos Países-Membro;
9. Estabelecer vínculos de cooperação técnica com a institucionalidade sul-americana e os organismos de cooperação internacional;
10. Apresentar anualmente ao Conselho Sul-Americano de Saúde (UNASUL-Saúde), para sua aprovação, um relatório de planejamento e orçamento, também como um relatório de gestão;
11. Propor à aprovação do Conselho Sul-Americano de Saúde a designação do Diretor Executivo do ISAGS, em conformidade com os regulamentos e estatutos.

A sede da reunião ordinária anual do Conselho de Administração do ISAGS será rotativa, coincidindo com o local estabelecido para as reuniões ordinárias do Conselho Sul-Americano de Saúde, a menos que o Conselho decida fazê-lo em outro lugar.

A Reunião ordinária anual, também como as extraordinárias do Conselho de Administração do ISAGS, serão presididas pelo país que exerça a Presidência Pro Tempore da UNASUL-Saúde.

Cada Membro do Conselho de Administração do ISAGS terá direito a um voto. As decisões serão tomadas por consenso.

O programa de cada reunião será proposto pelo Diretor Executivo e deverá ser enviado à Presidência Pro Tempore e Membros do Conselho de Administração com uma antecedência de pelo menos trinta dias da reunião, juntamente com a chamada. No caso das reuniões extraordinárias, devem ser convocadas com a suficiente antecedência para garantir a participação dos Países-Membro.

O relatório final das reuniões será elaborado pela Direção Executiva e enviado a cada um dos Membros dentro de um mês da realização da reunião.

#### **Artigo VII - Conselho Consultivo**

O Conselho Consultivo é um órgão permanente do ISAGS e cumpre funções consultivas para a Direção Executiva do ISAGS.

O Conselho Consultivo estará conformado pelos Coordenadores Titulares dos Grupos Técnicos de UNASUL-Saúde, além de especialistas indicados pelo Diretor Executivo e aprovados pelo Conselho de Administração do ISAGS. Caso seja assim decidido, o Conselho Consultivo poderá incorporar nas suas reuniões os representantes das diferentes redes que se conformem ao interior do Conselho Sul-Americano de Saúde.

O Conselho Consultivo funcionará de acordo com regulamento interno, aprovado pelo Conselho de Administração. Corresponderá ao Conselho Consultivo do ISAGS, o seguinte:

1. Realizar pelo menos uma reunião ordinária anual e celebrar reuniões extraordinárias, quando necessário;
2. Propor linhas de ação estratégicas para o programa do trabalho do ISAGS;
3. Formular recomendações relativas ao planejamento, gestão, execução e avaliação dos programas desenvolvidos pelo Instituto;
4. Sugerir a realização de novos programas e projetos, de acordo com o contexto;
5. Apoiar o ISAGS na identificação de oportunidades e na mobilização de recursos;
6. Pronunciar-se sobre qualquer outro assunto que seja submetido à sua consideração.

#### **Artigo VIII - Direção Executiva**

Sujeito à autoridade geral e às decisões do Conselho Sul-Americano de Saúde, a Direção Executiva é um órgão permanente do ISAGS e o ente responsável pela gestão e execução técnica e administrativa do Programa de Trabalho e Orçamento do ISAGS de acordo com as normas e procedimentos da UNASUL e do país Sede.

A Direção Executiva estará composta pelo Diretor Executivo do ISAGS e o pessoal técnico e administrativo necessário, segundo determine o Conselho de Administração e sujeito à disponibilidade de recursos econômicos.

\*1D3C35B\*

1D3C35B



O Diretor Executivo do ISAGS será indicado pelo Conselho Sul-Americano de Saúde, de acordo com as normas e procedimentos da UNASUL.

A seleção do pessoal do ISAGS se realizará segundo um regulamento para este fim e que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração do ISAGS.

Os funcionários que ocuparão os cargos no ISAGS serão designados de acordo com as normas e procedimentos da UNASUL.

O Diretor Executivo do ISAGS será responsável junto ao Conselho Sul-Americano de Saúde pela gestão executiva do ISAGS, de acordo com as normas e procedimentos da UNASUL, e a ele cabe:

1. Administrar o Instituto de acordo com seu objetivo, funções, políticas, planos, programas e projetos determinados e aprovados pelo Conselho de Administração do ISAGS;
2. Designar técnicos, científicos e administrativos, em conformidade com as disposições e a legislação vigente, e supervisionar seu ótimo funcionamento e desenvolvimento para cumprir com o plano de trabalho do ISAGS;
3. Convocar as reuniões do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo e atuar como Secretário Ex-Ofício nas mesmas;
4. Preparar a proposta de programa e orçamento do ISAGS para consideração e revisão pelos Membros do Conselho de Administração, com uma antecedência de pelo menos um mês antes da reunião ordinária do mesmo;
5. Apresentar, na reunião ordinária do Conselho de Administração, o relatório anual de atividades e as demonstrações financeiras do ano anterior e os planos, programas, projetos e orçamento para curto, médio e longo prazo. O Diretor apresentará relatórios adicionais sempre que solicitado por qualquer Membro ou quando considerado necessário;
6. Submeter à consideração do Conselho de Administração os estatutos, normas e regulamentos que sejam necessários para a organização e administração do Instituto;
7. Cumprir e fazer cumprir, dentro do âmbito de sua competência, os estatutos, normas e regulamentos;
8. Cumprir as funções que lhe sejam delegadas pelo Conselho de Administração e, em geral, empreender e realizar quantas ações considere necessárias, em conformidade com o presente;
9. Promover junto às autoridades nacionais, regionais e internacionais a procura de soluções em apoio ao melhoramento dos compromissos do ISAGS;
10. Manter e fortalecer vínculos de cooperação técnica com a institucionalidade sul-americana e os organismos de cooperação internacional;
11. Submeter ao Conselho de Administração a proposta de configuração organizacional interna, a fim de concretizar a gestão e funcionamento do ISAGS.

#### Artigo IX - Finanças

Os recursos para o financiamento regular do ISAGS provirão dos aportes regulares dos Países-Membro para o orçamento anual de funcionamento da UNASUL. O orçamento do ISAGS será definido pelo Conselho Sul-Americano de Saúde e sujeito à aprovação pelo Conselho de Ministros das Relações Exteriores da UNASUL, de acordo com o Art. 8, f) do Tratado Constitutivo.

O Conselho de Administração estabelecerá o procedimento aplicável aos países em atraso há mais de dois anos de suas contribuições, e as possíveis excepcionalidades para o mesmo.

O Instituto poderá receber contribuições extraordinárias dos países, bem como recursos financeiros provenientes de doadores, das agências internacionais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Sul-Americano de Saúde.

Todas as contribuições anuais serão pagáveis a partir do 1º de janeiro de cada ano e deverão ser finalmente pagas no máximo em 30 de junho do mesmo ano.

Os fundos e ativos do ISAGS serão tratados como fundos fiduciários da UNASUL e serão administrados de acordo com suas normas financeiras.

Será criado um Fundo de Trabalho em nome do ISAGS em conformidade com as normas e os

\*1D3C35B\*

1D3C35B



procedimentos da UNASUL

#### **Artigo X - Privilégios e imunidades**

Os privilégios e imunidades do ISAGS no Brasil, como Instituto especializado da UNASUL, bem como as responsabilidades financeiras do Governo do Brasil, quanto à manutenção do ISAGS em conformidade com o artigo IX do presente Estatuto, devem ser estipulados em um convênio específico entre a UNASUL e o governo brasileiro.

#### **Artigo XI - Instalações**

Os arranjos relacionados às instalações físicas e outros serviços proporcionados ao ISAGS – cuja sede se encontra na cidade de Rio de Janeiro – devem ser estipulados em um acordo entre a UNASUL e o Governo do Brasil.

#### **Artigo XII - Modificações**

As modificações ao presente Estatuto, que sejam recomendadas pelo Conselho de Administração do ISAGS entrarão em vigor após sua aprovação pelo Conselho Sul-Americano de Saúde.

#### **Artigo XIII - Entrada em vigor**

As disposições deste Estatuto vigorarão a partir da data de sua aprovação pelo Conselho Sul-Americano de Saúde

#### **Artículo XIV - Disposições Gerais**

O cumprimento do presente Estatuto será avaliado pelo menos a cada cinco anos como base para propor possíveis modificações que se adaptem à realidade do desenvolvimento dos Países-Membro.

Se o número de Países-Membro é reduzido para um, como resultado das separações, o ISAGS será liquidado e o rendimento dos bens pertencentes a ele será dividido por acordo entre os Países que eram Membros.

#### **XV - Disposição Transitória**

Para a consolidação da implementação do Instituto, a República Federativa do Brasil terá a prerrogativa de apresentar ao Conselho Sul-Americano de Saúde a indicação do primeiro Diretor Executivo do ISAGS.

Instituído o mandato de três (3) anos para o primeiro período do Diretor Executivo.

O Conselho de Ministros da Saúde de UNASUL proporá o tempo de mandato para futuros Diretores.

\*1D3C35B\*  
1D3C35B





# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso I do artigo 49

Parte integrante do Avulso do PDS nº 15 de 2017.



As matérias vão à CRE, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre as matérias, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.





## SENADO FEDERAL

### SUBSTITUTIVO DA CÂMARA Nº 1, DE 2017, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 405, DE 2016

(nº 6.568/2016, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que “dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País”.

**AUTORIA:** Câmara dos Deputados

**DOCUMENTOS:**

- Texto do substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei do Senado
- Legislação citada

Texto aprovado pelo Senado

<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3947083>

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



**SCD 1/2017**  
**00001**

Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 6.568 de 2016 do Senado Federal (PLS Nº 405/16 na Casa de origem), que altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que "dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País".

Dê-se ao projeto a seguinte redação:

Altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que "dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País".

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

.....

§ 4º-A O RERCT aplica-se, também, ao espólio cuja sucessão tenha sido aberta até a data de adesão ao RERCT.

....." (NR)

"Art. 5º .....



§ 1º O cumprimento das condições previstas no *caput* antes de decisão criminal extinguirá, em relação a recursos, bens e direitos a serem regularizados nos termos desta Lei, a punibilidade dos crimes a seguir previstos, praticados até a data de adesão ao RERCT:

..... " (NR)

"Art. 9º .....

.....

§ 3º A declaração com incorreção em relação ao valor dos ativos não ensejará a exclusão do RERCT resguardado o direito da Fazenda Pública de exigir o pagamento dos tributos e acréscimos legais incidentes sobre os valores declarados incorretamente, nos termos da legislação do imposto sobre a renda.

§ 4º Somente o pagamento integral dos tributos e acréscimos de que trata o § 3º no prazo de trinta dias da ciência do auto de infração extinguirá a punibilidade dos crimes praticados pelo declarante previstos no § 1º do art. 5º relacionados aos ativos declarados incorretamente." (NR)

Art. 2º O prazo para adesão ao RERCT de que trata a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, será reaberto por cento e vinte dias, contados da data da regulamentação para a declaração voluntária da situação patrimonial em 30 de junho de 2016 de ativos, bens e direitos existentes em



períodos anteriores a essa data, mediante pagamento de imposto e multa.

§ 1º Para as adesões efetuadas nos termos deste artigo, altera-se:

I - a referência a "31 de dezembro de 2014" constante da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para "30 de junho de 2016";

II - a referência a "mês de dezembro de 2014" constante da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para "mês de junho de 2016";

III - a referência a "no ano-calendário de 2015" constante do § 7º do art. 4º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, para "a partir de 1º de julho de 2016".

§ 2º Os bens ou direitos de qualquer natureza regularizados nos termos deste artigo e os rendimentos, frutos e acessórios decorrentes do seu aproveitamento, no exterior ou no País, obtidos a partir de 1º de julho de 2016, deverão ser incluídos na:

I - declaração de ajuste anual do imposto de renda relativa ao ano-calendário de 2016, ou em sua retificadora, no caso de pessoa física;

II - declaração de bens e capitais no exterior relativa ao ano-calendário de 2016, no caso de pessoa física e jurídica, se a ela estiver obrigada; e

III - escrituração contábil societária relativa ao ano-calendário da adesão e posteriores, no caso de pessoa jurídica.



§ 3º Às adesões efetuadas nos termos deste artigo não se aplica o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

§ 4º Aos rendimentos, frutos e acessórios de que trata o § 2º deste artigo incluídos nas declarações nele indicadas aplica-se o disposto no art. 138 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), inclusive com dispensa do pagamento de multas moratórias, se as inclusões forem feitas até o último dia do prazo para adesão ao RERCT ou até o último dia do prazo regular de apresentação da respectiva declaração anual, o que for posterior.

§ 5º Às adesões ocorridas no período previsto neste artigo aplica-se a alíquota do imposto de renda de que trata o art. 6º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016.

§ 6º Em substituição à multa a que se refere o *caput* do art. 8º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, sobre o valor do imposto apurado na forma do § 5º deste artigo incidirá multa administrativa de 135% (cento e trinta e cinco por cento).

§ 7º Do produto da arrecadação da multa prevista no § 6º a União entregará 46% (quarenta e seis por cento) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios na forma das alíneas *a*, *b*, *d* e *e* do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

Art. 3º As adesões realizadas com base no § 4º-A do art. 1º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, submetem-se aos requisitos do art. 2º desta Lei.



5

Art. 4º É facultado ao contribuinte que aderiu ao RERCT até 31 de outubro de 2016 complementar a declaração de que trata o art. 5º da Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, obrigando-se, caso exerça esse direito, a pagar os respectivos imposto e multa devidos sobre o valor adicional e a observar a nova data fixada para a conversão do valor expresso em moeda estrangeira, nos termos do art. 2º desta Lei.

Art. 5º O disposto nesta Lei será regulamentado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em até trinta dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS,        de fevereiro de 2017.

RODRIGO MAIA  
Presidente





## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 13.254, de 13 de Janeiro de 2016 - Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13254.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13254.htm)

- Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172.htm)



## Pareceres





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 3, DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo OFÍCIO "S" nº82, de 2015, que Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 658.026 publicado no Diário da Justiça Eletrônica em 31 de Outubro de 2014, mediante o qual o Plenário declarou a inconstitucionalidade do inciso III, do art. 192, da Lei nº. 509/1999, do Município de Bertópolis/MG.

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão

**RELATOR:** Senadora Simone Tebet

15 de Fevereiro de 2017



**PARECER N° , DE 2016**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Ofício “S” nº 82, de 2015 (nº 2.823, de 2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que *encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 658.026 publicado no Diário da Justiça Eletrônica em 31 de Outubro de 2014, mediante o qual o Plenário declarou a inconstitucionalidade do inciso III, do art. 192, da Lei nº 509/1999, do Município de Bertópolis/MG.*

RELATORA: Senadora **SIMONE TEBET**

**I – RELATÓRIO**

Chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Ofício “S” (OFS) nº 82, de 2015 (nº 2.823, de 2015, na origem), do Supremo Tribunal Federal (STF), que *encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário nº 658.026 publicado no Diário da Justiça Eletrônica em 31 de Outubro de 2014, mediante o qual o Plenário declarou a inconstitucionalidade do inciso III, do art. 192, da Lei nº 509/1999, do Município de Bertópolis/MG.*

Acompanham o Ofício, ainda, cópias da referida legislação, dos pareceres da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da certidão de trânsito em julgado.



SF/16052.98151-27



---

2<sup>3</sup>

O Recurso Extraordinário (RE) nº 658.026, que teve repercussão geral admitida pelo STF, foi interposto pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, contra acórdão da Corte Superior do Tribunal de Justiça daquela mesma unidade da Federação proferido, por maioria de votos, nos autos de ação direta de inconstitucionalidade na qual se arguia o citado inciso III do art. 192, da Lei nº 509, de 1999, do Município de Bertópolis, *in verbis*:

**Art. 192.** Consideram-se como necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

.....

III – suprir necessidades de pessoal na área do magistério;

.....

O Excelso Pretório declarou o dispositivo inconstitucional por entender que ele se choca com o que estabelecem os incisos II e IX do art. 37 da Constituição Federal, que, conforme jurisprudência da Corte, exigem que, *para que se considere válida a contratação temporária, é preciso que: a) os casos excepcionais estejam previstos em lei; b) o prazo de contratação seja predeterminado; c) a necessidade seja temporária; d) o interesse público seja excepcional; e) a necessidade de contratação seja indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes do Estado, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração.*

Nesse sentido, conforme se decidiu no julgamento da matéria:

O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, deu provimento ao recurso para julgar procedente a ação e declarar a inconstitucionalidade do inciso III, do art. 192, da Lei nº 509/1999, do Município de Bertópolis/MG, vencido o Ministro Roberto Barroso, que dava parcial provimento para dar interpretação conforme. Por maioria, o Tribunal, nos termos do voto do Relator, modulou os efeitos da declaração de inconstitucionalidade para preservar os contratos já firmados até a data deste julgamento, não podendo os referidos contratos excederem a 12 (doze) meses de duração, vencido o Ministro Marco Aurélio que não modulava a decisão.

gf2016-03108



SF/16052.98151-27



## II – ANÁLISE

Compete privativamente a esta Casa, de acordo com o inciso X do art. 52 da Carta Magna, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.

Por sua vez, o art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) dispõe que a comunicação encaminhada pelo Presidente do STF acerca de declaração de inconstitucionalidade será, após leitura em plenário, enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que formulará projeto de resolução para suspender a execução da lei, no todo ou em parte.

A competência dada ao Senado Federal, desde a Constituição de 1934 (salvo durante a vigência da Constituição de 1937), de suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário, tem como finalidade dar à decisão efeito *erga omnes*, isto é, estendê-la a todos que não fizeram parte da demanda apreciada pela Corte Suprema.

Trata-se de procedimento que é conseqüência do sistema de controle difuso de constitucionalidade, no qual a jurisdição constitucional é feita a partir da discussão de casos concretos e da declaração incidental da inconstitucionalidade das normas.

Nesse sistema, como as decisões são feitas em casos concretos, a declaração de inconstitucionalidade das normas pelo Poder Judiciário nunca tem efeito *erga omnes*. Assim, o papel do Senado Federal é, exatamente, o de, mediante a edição de uma resolução, conferir esse efeito às decisões judiciais.

O sistema de controle difuso de constitucionalidade foi o único adotado no Brasil até a edição da Emenda Constitucional nº 16, de 26 de novembro de 1965, que deu competência ao Supremo Tribunal Federal para julgar *a representação contra inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa, federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador-Geral da República*.

gf2016-03108



SF/16052.98151-27



Com isso, implantou-se, em nosso ordenamento jurídico, em funcionamento concomitante com o sistema difuso, o sistema concentrado de controle de constitucionalidade, no qual se atribui competência a um determinado órgão – no caso o Supremo Tribunal Federal – para conhecer da arguição de norma em tese frente à Constituição.

Nesse sistema, o objeto da decisão judicial é a própria norma e, se considerada inconstitucional, será derrubada com efeito *erga omnes*, tornando dispensável a participação do Senado Federal no processo.

Com a Constituição de 1988, ampliou-se o alcance do controle concentrado, com a instituição da ação direta de inconstitucionalidade e da ação de descumprimento de preceito fundamenta,l e, com a Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, da ação declaratória de constitucionalidade.

Em todos esses casos, igualmente, dispensa-se a participação do Senado Federal para dar efeito *erga omnes* à decisão.

Entretanto, se é fato que essas mudanças mitigaram a importância do papel do Senado Federal, não nos parece que se possa afirmar, de forma categórica, que o eliminam totalmente, uma vez que continua em vigor o sistema difuso de controle de constitucionalidade.

Assim, em tese, esta Casa mantém o seu papel de dar efeito *erga omnes* a decisões judiciais que declaram, de forma incidental, em caso concreto, a inconstitucionalidade de norma. É o caso, como regra, do recurso extraordinário, ação judicial objeto do OFS nº 82, de 2015.

Conforme o art. 102, III, da Constituição:

**Art. 102.** Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

.....  
III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

gf2016-03108



SF/16052.98151-27



- a) contrariar dispositivo desta Constituição;
  - b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
  - c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição;
  - d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- .....

O Recurso Extraordinário nº 658.026, entretanto, não tem como objeto uma querela concreta, na qual emergiu a declaração incidental da inconstitucionalidade de dispositivos da Lei nº 509, de 1999, do Município de Bertópolis, mas a discussão desses próprios dispositivos em tese, uma vez que se origina de recurso contra decisão tomada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Trata-se, efetivamente, da forma como leis municipais podem ser discutidas, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, uma vez que a Carta Magna não prevê a possibilidade da impetração de ação direta de inconstitucionalidade ou de ação declaratória de constitucionalidade contra norma municipal perante a Suprema Corte.

Trata-se de entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, que tem como *leading case* a Reclamação nº 383, julgada em 11 de junho de 1992. É a seguinte a ementa do acórdão, da lavra do seu eminente relator, o Ministro MOREIRA ALVES:

Reclamação com fundamento na preservação da competência do Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade proposta perante Tribunal de Justiça na qual se impugna Lei municipal sob a alegação de ofensa a dispositivos constitucionais estaduais que reproduzem dispositivos constitucionais federais de observância obrigatória pelos Estados. Eficácia jurídica desses dispositivos constitucionais estaduais. Jurisdição constitucional dos Estados-membros. Admissão da propositura da ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, com possibilidade de recurso extraordinário se a interpretação da norma constitucional estadual, que reproduz a norma constitucional federal de observância obrigatória pelos Estados, contrariar o sentido e o alcance desta. Reclamação conhecida, mas julgada improcedente.





Comentando esse julgado, o atual Ministro GILMAR FERREIRA MENDES, em palestra proferida no dia 23 de outubro de 1998, no “I Congresso Brasiliense de Direito Constitucional: Os 10 anos da Constituição Federal em Debate”, realizado no Auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, sobre o tema *O Controle de Constitucionalidade do Direito Estadual e Municipal na Constituição Federal de 1988*, afirmou:

Não há dúvida, pois, de que será cabível o recurso extraordinário contra a decisão do Tribunal de Justiça que, sob pretexto de aplicar o direito constitucional estadual, deixar de aplicar devidamente a norma de reprodução obrigatória por parte do Estado-membro.

É interessante notar que a decisão proferida em sede de recurso extraordinário no Supremo Tribunal que implique o reconhecimento da procedência ou da improcedência da ação direta proposta no âmbito estadual será igualmente dotada de eficácia *erga omnes*, o que ressalta uma outra peculiaridade dessa situação de inevitável convivência entre os sistemas difuso e concentrado de controle de constitucionalidade no direito brasileiro.

Assim, o recurso extraordinário contra a decisão da Justiça Estadual em sede de ação direta de inconstitucionalidade é, efetivamente, uma forma de controle concentrado de constitucionalidade, com efeito *erga omnes*, dispensando, desta forma, a intervenção do Senado Federal para determinar a sustação da vigência da norma atacada.

A atuação desta Casa nesse tipo de situação pode, até mesmo, gerar controvérsia sobre o momento em que ocorre a perda da eficácia da norma impugnada (a data do trânsito em julgado da decisão judicial ou da publicação da resolução respectiva).

Ademais, o Excelso Pretório chega até a admitir, nesses casos, a modulação de efeitos, que é totalmente incompatível com a participação do Senado Federal.

gf2016-03108



SF/16052.98151-27



Isso ocorreu no Recurso Extraordinário sob exame, cuja decisão, já transcrita, deixa claro o seu alcance, corroborando as observações feitas acima.

Do exposto, concluímos que não cabe a participação do Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição, para editar resolução com a finalidade de *suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal*, no caso de recurso extraordinário contra a decisão da Justiça Estadual em sede de ação direta de inconstitucionalidade – como ocorre no OFS nº 82, de 2015 –, uma vez que essa ação é, efetivamente, uma forma de controle concentrado de constitucionalidade, com efeito *erga omnes*.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 82, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

gf2016-03108



SF/16052.98151-27





Senado Federal

9

**Relatório de Registro de Presença**  
**CCJ, 15/02/2017 às 10h - 3ª, Ordinária**  
 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
EDUARDO BRAGA	3. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA PRESENTE
MARTA SUPLCY PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS
JOSÉ MARANHÃO	7. HÉLIO JOSÉ PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
JORGE VIANA PRESENTE	1. ANGELA PORTELA
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA	3. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. PAULO ROCHA PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. REGINA SOUSA
ACIR GURGACZ	6. VAGO

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
AÉCIO NEVES PRESENTE	1. JOSÉ ANÍBAL
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
ALOYSIO NUNES FERREIRA PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
MARIA DO CARMO ALVES	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
LASIER MARTINS PRESENTE	1. IVO CASSOL
BENEDITO DE LIRA PRESENTE	2. ROBERTO MUNIZ
WILDER MORAIS	3. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO CARLOS VALADARES PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA
ROBERTO ROCHA PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE	3. VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES
EDUARDO LOPES PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES PRESENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR



10

---

## DECISÃO DA COMISSÃO

### OFS 82, de 2015

Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o relatório da Senadora Simone Tebet, que passa a constituir o Parecer da CCJ, pelo arquivamento do Ofício "S" nº 82, de 2015.



Parecer nº 3-CCJ-2017, sobre o Ofício nº S/82, de 2015, que conclui pelo arquivamento da matéria.

A matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação ao Supremo Tribunal Federal.





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 4, DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS A PROJETO DE LEI DO SENADO nº2, de 2014, que Acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos.

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão

**RELATOR:** Senador Jorge Viana

15 de Fevereiro de 2017



## PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Emenda da Câmara dos Deputados nº 2, de 2014, ao Projeto de Lei do Senado nº 464, de 2011 (nº 3.673, de 2012, na Câmara dos Deputados), do Senador Humberto Costa, que *acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos.*



SF/16625-46494-18

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

### I – RELATÓRIO

Esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examina a Emenda da Câmara dos Deputados (ECD) nº 2, de 2014, ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 464, de 2011 (PL nº 3.673, de 2012, naquela Casa), de autoria do Senador Humberto Costa, que *acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos e correlatos.*

A Emenda altera o art. 1º do PLS para acrescentar que o prazo máximo de noventa dias de interdição de estabelecimento previsto no § 4º do art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, também não se aplica na hipótese de apuração de falsificação de **produtos de higiene pessoal e perfumaria** previstos no inciso XXVIII do art. 10 da referida Lei.

A matéria foi despachada exclusivamente à CCJ, tendo sido distribuída à nossa Relatoria. Na oportunidade, apresentamos Relatório em 12 de setembro de 2014, que não chegou a ser apreciado por esta Comissão.

fg2016-07306



Mantida a tramitação da emenda, a proposição foi novamente distribuída a esse Relator.

## II – ANÁLISE

Quanto à constitucionalidade, não observo quaisquer vícios materiais ou formais na proposição sob exame. Afinal, a Emenda da Câmara ao PLS nº 464, de 2011, apenas amplia as hipóteses legais nas quais a apuração da falsificação do produto pode gerar a interdição do estabelecimento pelo tempo necessário à realização de testes, provas, análises ou outras providências requeridas, e não apenas por noventa dias.

Tampouco há óbices quanto à juridicidade da Emenda, que inova o ordenamento jurídico por meio do instrumento adequado, qual seja, projeto de lei ordinária.

Relativamente à regimentalidade e à técnica legislativa, o trâmite da matéria segue os preceitos dos artigos 285 a 287 do Regimento Interno do Senado Federal e os dispositivos da proposição observam as normas da Lei Complementar nº 95, de 14 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Considero oportuno, todavia, proceder a um ajuste na redação do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, para conferir maior clareza à ementa do PLS, especificando-se as hipóteses nas quais a interdição cautelar de estabelecimento não estará sujeita ao prazo máximo de noventa dias, inclusive aquelas inseridas pela ECD ora examinada.

Por fim, quanto ao mérito, vai ao encontro do interesse público a inclusão das hipóteses anteriormente explicitadas nos dispositivos legais em voga. Afinal, é notório o benefício social que advirá da implementação de normativo legal capaz de coibir a falsificação de itens de higiene pessoal e perfumaria, uma vez que a pirataria e a adulteração de tais produtos, destinados ao consumo, continua a crescer em nosso País, o que faz urgir a necessidade de se estancar a impunidade dos infratores.

## III – VOTO

*fg2016-07306*



SF/16625-46494-18





Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, quanto ao mérito, pela aprovação da ECD nº 2, de 2014, ajustando-se a redação da ementa do PLS nº 464, de 2011, para: *acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, produtos de higiene pessoal, perfumaria, cosméticos e saneantes.*



SF/16625-46494-18

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

fg2016-07306





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**CCJ, 15/02/2017 às 10h - 3ª, Ordinária**  
 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
EDUARDO BRAGA	3. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA PRESENTE
MARTA SUPLCY PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS
JOSÉ MARANHÃO	7. HÉLIO JOSÉ PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
JORGE VIANA PRESENTE	1. ANGELA PORTELA
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA	3. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. PAULO ROCHA PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. REGINA SOUSA
ACIR GURGACZ	6. VAGO

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
AÉCIO NEVES PRESENTE	1. JOSÉ ANÍBAL
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
ALOYSIO NUNES FERREIRA PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
MARIA DO CARMO ALVES	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
LASIER MARTINS PRESENTE	1. IVO CASSOL
BENEDITO DE LIRA PRESENTE	2. ROBERTO MUNIZ
WILDER MORAIS	3. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO CARLOS VALADARES PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA
ROBERTO ROCHA PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE	3. VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES
EDUARDO LOPES PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES PRESENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR



## DECISÃO DA COMISSÃO

### ECD 2, DE 2014

Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Relatório do Senador Jorge Viana, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável à ECD nº 2, de 2014, ajustando-se a redação da ementa do PLS nº 464, de 2011, para: acrescenta §§ 5º e 6º ao art. 23 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, para tratar da interdição cautelar do estabelecimento envolvido na prática de infrações sanitárias relativas à falsificação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, produtos de higiene pessoal, perfumaria, cosméticos e saneantes. A Comissão aprova o Requerimento nº 1, de 2017-CCJ, de autoria do Senador Humberto Costa, de URGÊNCIA para a matéria





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 5, DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo PROJETO DE LEI DO SENADO nº401, de 2012, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública.

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão

**RELATOR:** Senador Antonio Anastasia

15 de Fevereiro de 2017



**PARECER N° , DE 2016**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o **Projeto de Lei do Senado n° 401, de 2012**, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que *altera a Lei n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública*, e sobre o **Projeto de Lei do Senado n° 472, de 2012**, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera a Lei n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios*, que tramitam em conjunto.



SF/16097.40006-43

**RELATOR: Senador ANTONIO ANASTASIA****I – RELATÓRIO**

Vêm à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, nos termos do art. 101, incisos I e II, alínea g, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 401, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, que *altera a Lei n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública*, e



---

2<sup>3</sup>

o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 472, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, *que altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios.*

Referidos projetos de lei tramitam em conjunto.

O **PLS nº 401, de 2012**, é composto de dois artigos.

O **art. 1º** propõe alterações aos arts. 2º e 10 da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

A atual redação do inciso I, do § 4º, do art. 2º da Lei nº 11.079, de 2004, veda a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a vinte milhões de reais.

A redação proposta pelo PLS nº 401, de 2012, pretende desmembrar o dispositivo citado (art. 2º, § 4º, I) em duas hipóteses (alíneas *a* e *b*): *i*) a alínea *a* estabelece que quando o contratante for município de até um milhão de habitantes ou ente de sua administração indireta, fica vedada a celebração do contrato de parceria público-privada com valor inferior a quinze milhões de reais; *ii*) a alínea *b*, por seu turno, veda a celebração do contrato de parceria público-privada com valor inferior a vinte milhões de reais para os demais casos.

O PLS nº 401, de 2012, objetiva, ainda, a alteração da redação do § 3º do art. 10 da Lei nº 11.079, de 2004.

O art. 10 da referida Lei trata do procedimento licitatório prévio e obrigatório à contratação da parceria público-privada, que será realizada na modalidade de concorrência.

Seu § 3º estabelece que as concessões patrocinadas – aquelas que envolvem, além da cobrança da tarifa dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público – em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

Pela proposta de alteração contida no PLS nº 401, de 2012, as concessões patrocinadas em que mais de 50% (cinquenta por cento) da

rj2016-00897



remuneração do parceiro privado seja paga pela administração pública dependerão de autorização legislativa específica.

O **art. 2º do PLS nº 401, de 2012**, veicula a cláusula de vigência imediata da Lei que resultar da eventual aprovação da proposição.

O **PLS nº 472, de 2012**, por seu turno, é composto de um único artigo, o **art. 1º**, que propõe nova redação ao inciso I do § 4º do art. 2º da Lei nº 11.079, de 2004.

A proposição desmembra em três a regra atual que, como visto, veda a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a vinte milhões de reais: *i)* pela alínea *a*, é vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a vinte milhões de reais no âmbito da União; *ii)* pela alínea *b*, a celebração contratual de que trata o § 4º do art. 2º é vedada quando o valor do contrato for inferior a dez milhões de reais no âmbito dos Estados e do Distrito Federal; *iii)* por fim, pela alínea *c*, é vedada a celebração contratual cujo valor seja inferior a cinco milhões de reais no âmbito dos Municípios.

Quando tramitavam autonomamente, os dois projetos de lei foram distribuídos à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e à CCJ, cabendo a esta a decisão terminativa em ambos os casos.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas aos projetos.

Em 12 de setembro de 2013, foi aprovado pela Mesa Diretora o Requerimento nº 951, de 2013, do então Senador Sérgio Souza, que solicitava a tramitação conjunta dos PLS nº 401 e 472, de 2012.

Em face do deferimento da tramitação em conjunto, a CAE se manifestou, em 3 de dezembro de 2013, sobre as duas proposições e o fez no sentido de aprovar, nos termos do relatório do então Senador Sérgio Souza, o PLS nº 401, de 2012, e de rejeitar o PLS nº 472, de 2012.

Em 19 de junho de 2015, tive a honra de ser designado relator da matéria nesta CCJ.

## II – ANÁLISE

*rj2016-00897*



SF/16097.40006-43



Cabe à CCJ, nos termos regimentais, manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito das proposições.

No âmbito da constitucionalidade, não há reparos a fazer às proposições. A matéria tratada – normas gerais de contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública – integra o rol de competências legislativas atribuídas de forma privativa à União pelo art. 22, inciso XXVII, obedecido ainda o disposto no art. 37, inciso XXI, e, para as empresas públicas e sociedades de economia mista, o art. 173, § 1º, inciso III, todos da Constituição Federal (CF).

Por ser competência da União, cabe ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48 da CF, com a sanção da Presidente da República, dispor sobre a matéria.

Nem se alegue que o inciso I do § 4º do art. 2º da Lei nº 11.079, de 2004 – que veda a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a vinte milhões de reais e é objeto das proposições analisadas –, é inconstitucional, pois não veicula norma geral de competência legislativa da União, mas, sim, norma específica usurpando, de forma inconstitucional, competência legislativa suplementar dos entes federados subnacionais (Estados Distrito Federal e Municípios), consoante o disposto no art. 24, §§ 1º e 2º; art. 25, § 1º; e art. 30, inciso II, todos da CF.

Para que a PPP seja efetivada é necessária a cooperação entre o ente estatal respectivo e o setor privado, consoante se deduz da lógica interna da Lei nº 11.079, de 2004, que prevê, entre outras, as seguintes características: *i)* a constituição de sociedade de propósito específico para implantar e gerir o objeto da parceria; *ii)* o detalhamento das contraprestações do parceiro público; e *iii)* a instituição de garantias das obrigações pecuniárias contraídas pela administração pública.

A matéria tratada pelos PLS nº 401 e 472, ambos de 2012, não é marcada pela reserva de iniciativa legislativa de que cuida o § 1º do art. 61 da CF, razão pela qual é legítima a iniciativa parlamentar no caso.

No campo da juridicidade, da mesma forma, nada há a objetar. As inovações que se pretende implementar no ordenamento jurídico são



SF/16097.40006-43





veiculadas pelas espécies legislativas adequadas – projetos de lei ordinária nacionais – e almejam alterar Lei específica existente.

Importante consignar a existência de crítica doutrinária minoritária de que o inciso I, do § 4º, do art. 2º da Lei nº 11.079, de 2004, veicula regra de direito financeiro e não norma geral de contratação. Nesse sentido, a espécie legislativa adequada para tratar do tema seria lei complementar, conforme o previsto no art. 163, inciso I, da CF.

Entendemos, todavia, como todas as escusas merecidas pelos que pensam de forma diversa, que o objeto central da lei é a instituição de espécie de contrato administrativo de concessão – cujas regras devem ser veiculadas por lei ordinária – da qual a fixação de limites mínimos é parte essencial.

As proposições adéquam-se às prescrições regimentais e são vazadas em boa técnica legislativa, ressalvada a inexistência de cláusula de vigência no PLS nº 472, de 2012.

Quanto ao mérito, vale salientar que ambas as proposições objetivam fazer oportunas alterações nas normas de regência do contrato de parceria público-privada, tendo em vista o porte do órgão público contratante, alterando inciso I do § 4º do art. 2º da Lei nº 11.079, de 2004, em vigor, que veda a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a vinte milhões de reais.

Os autores do PLS nº 401, de 2012, e do PLS nº 472, de 2012, perceberam, em boa hora, que essa vedação não poderia ser aplicada de forma linear à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Isso porque, apesar de indesejados, fortes traços de desigualdade marcam nossa federação, especialmente no que concerne à ocupação populacional e ao desenvolvimento econômico.

O PLS nº 401, de 2012, propõe um corte fundado no número de habitantes do Município. Em outras palavras, nos municípios com menos de um milhão de habitantes reduz-se de vinte para quinze milhões o valor mínimo dos contratos, abaixo do qual não se admite a adoção da parceria público-privada. Em todas as outras hipóteses – Municípios acima de um milhão de habitantes, Estados, Distrito Federal e União – o piso para a celebração da parceria público-privada permanece de vinte milhões de reais.

*rj2016-00897*



SF/16097.40006-43



De outra sorte, o PLS nº 472, de 2012, propõe que a fixação de parâmetros mínimos de valor para a celebração de contratos de parceria público privada obedeça à estrutura de nossa federação: assim, na União o piso seria de vinte milhões de reais; nos Estados e Distrito Federal, de dez milhões de reais; e nos Municípios, de cinco milhões de reais.

Parece-nos que a fórmula engendrada pelo PLS nº 401, de 2012, não é a mais adequada, que, ao estabelecer valor mínimo tão elevado, de quinze milhões de reais, ainda implica inviabilizar a realização de PPP pela maioria dos municípios do País.

Não se nega que a redução do piso para a celebração de contratos de parceria público-privada preconizada pelo PLS nº 401, de 2012, é meritória, porém, não tem o condão de viabilizar o acesso de pequenos e médios municípios a essa forma de contratação.

Além disso, a opção de conduzir algum empreendimento por meio de PPP deve estar fundada em critérios objetivos e técnicos, sendo indispensável demonstrar a razão pela qual se optou por essa forma de contratação, notadamente pelo fato de que há obrigação de que seja demonstrada a viabilidade econômica, cabendo, entretanto, a cada ente federado aferir esses critérios junto aos eventuais parceiros privados.

Registre-se que, na hipótese de o objeto da contratação envolver quantia inferior ao mínimo fixado na Lei das PPPs, deverá ser celebrado contrato de obra ou de serviço (regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993) ou contrato de concessão comum (regido pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).

Nesse sentido, diversamente do que entendeu a Comissão de Assuntos Econômicos, compreendemos que o PLS nº 472, de 2012, propõe critérios mais adequados e compatíveis à realidade dos entes federados, especialmente os municípios.



8

7

### III – VOTO

Em face do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa das proposições analisadas e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 472, de 2012, e pela rejeição do PLS nº 401, de 2012.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



*rj2016-00897*





Senado Federal

9

**Relatório de Registro de Presença**  
**CCJ, 15/02/2017 às 10h - 3ª, Ordinária**  
 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
EDUARDO BRAGA	3. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA PRESENTE
MARTA SUPLCY PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS
JOSÉ MARANHÃO	7. HÉLIO JOSÉ PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
JORGE VIANA PRESENTE	1. ANGELA PORTELA
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA	3. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. PAULO ROCHA PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. REGINA SOUSA
ACIR GURGACZ	6. VAGO

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
AÉCIO NEVES PRESENTE	1. JOSÉ ANÍBAL
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
ALOYSIO NUNES FERREIRA PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
MARIA DO CARMO ALVES	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
LASIER MARTINS PRESENTE	1. IVO CASSOL
BENEDITO DE LIRA PRESENTE	2. ROBERTO MUNIZ
WILDER MORAIS	3. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO CARLOS VALADARES PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA
ROBERTO ROCHA PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE	3. VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES
EDUARDO LOPES PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES PRESENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

### **PLS 401, DE 2012**

### **Tramita em conjunto com o PLS 472/2012**

Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o PLS nº 472, de 2012, e rejeita o PLS nº 401, de 2012, relatados pelo Senador Antonio Anastasia.





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 6, DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o processo OFÍCIO "S" nº28, de 2014, que Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão

**RELATOR:** Senador Antonio Carlos Valadares

15 de Fevereiro de 2017



**PARECER Nº , DE 2016**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Ofício “S” (OFS) nº 28, de 2014, do Supremo Tribunal Federal, que *encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).*



RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

**I – RELATÓRIO**

Por meio do Ofício “S” (OFS) nº 28, de 2014 (nº 3.972/P, de 2014, na origem), o Egrégio Supremo Tribunal Federal (STF) encaminhou ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário (RE) nº 567.935, publicado no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), em 4 de novembro de 2014.

Nesse acórdão, o Plenário daquela Corte reconheceu a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, com a redação conferida pelo art. 15 da Lei nº 7.798, de 10 de julho



---

2<sup>3</sup>

de 1989, no tocante à regra de inclusão, na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dos valores atinentes aos descontos incondicionais concedidos relativamente às operações de saída de produtos.

Acompanharam o Ofício, ainda, cópias da referida legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da certidão de trânsito em julgado.

O RE nº 567.935 foi interposto pela União, em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região. Alegou-se no RE que a decisão recorrida transgrediu os arts. 146, inciso III, alínea “a”, e 150, inciso I, da CRFB, pois seria possível que lei ordinária versasse sobre os elementos integrantes do conceito de valor da operação (base de cálculo prevista no Código Tributário Nacional – CTN para o IPI).

Em síntese, o art. 15 da Lei nº 7.798, de 1989 – que foi originada da Medida Provisória (MPV) nº 69, de 19 de junho de 1989 –, entre outras alterações, modificou o § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502, de 1964, para estabelecer que os descontos incondicionais não poderiam ser deduzidos do valor da operação para fins de apuração do IPI.

O STF, ao julgar o RE em questão, entendeu que a base tributável do IPI está definida no art. 47, inciso II, alínea “a”, do CTN, que possui *status* de lei complementar. Nesse dispositivo, o valor da operação seria a base de cálculo, de modo que a lei ordinária não poderia impedir a dedução dos descontos incondicionais que compõem aquele valor.

## II – ANÁLISE

De acordo com o inciso X do art. 52 da CRFB, é competência privativa do Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF, para que esse ato tenha efeito *erga omnes*, isto é, seja estendido a todos que não fizeram parte da demanda apreciada pela Corte Suprema.

Por sua vez, o art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) dispõe que a comunicação encaminhada pelo Presidente do STF





acerca de declaração de inconstitucionalidade será, após leitura em plenário, enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que formulará projeto de resolução para suspender a execução da lei, no todo ou em parte.

Depreende-se da leitura dos dispositivos (Textos Constitucional e Regimental), que a resolução do Senado Federal não anula nem revoga a lei declarada inconstitucional, apenas suspende a sua execução – mesmo porque, para revogar o ato legislativo, haveria também necessidade de intervenção da Câmara dos Deputados e da sanção da Presidente da República, por meio da elaboração de nova lei. Desse modo, o ato do Senado interfere no plano da eficácia da norma, e não nos planos da existência ou validade, gerando efeitos *ex nunc*, sem retroagir.

Ao receber a comunicação do STF, o primeiro ponto que deve ser enfrentado pelo Senado Federal é se a suspensão da execução da norma declarada inconstitucional terá alguma repercussão efetiva. Nessa hipótese, elabora-se então o projeto de resolução para apreciação pelo Plenário desta Casa Legislativa.

Com a introdução da sistemática de processamento dos recursos repetitivos no âmbito do STF (arts. 543-B do antigo CPC<sup>1</sup> e 1.036 do atual CPC<sup>2</sup>) e por força do § 4º do art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que veda a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de constituir os créditos tributários relativos às matérias decididas de modo desfavorável à Fazenda Nacional em conformidade com o art. 543-B do antigo CPC, foi reduzida a necessidade de o Senado Federal estender os efeitos das decisões da Suprema Corte no reconhecimento da inconstitucionalidade incidental envolvendo tributos. Contudo, o julgado no RE nº 567.935, por si só, não impede que a RFB constitua créditos fundamentados na norma declarada inconstitucional, pois não foi submetido à sistemática dos recursos repetitivos.

<sup>1</sup> Código de Processo Civil – Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

<sup>2</sup> Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.



SF/16781.95981-76



Apesar de não submetido à aplicação dos recursos repetitivos, por meio da Nota PGFN/CRJ/Nº 492, de 2015, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional incluiu o tema julgado pelo RE nº 567.935 na lista de dispensa de contestar ou recorrer, em conformidade com a Portaria PGFN nº 294, de 2010. Assim, não em decorrência dos recursos repetitivos, mas em obediência ao § 4º do art. 19 da Lei nº 10.522, de 2002, a RFB não poderá constituir os créditos tributários relativos à matéria.

Uma vez que a extensão dos efeitos do julgado do STF decorre de um ato administrativo da PGFN, a fim de não restar qualquer dúvida em relação à não aplicação do dispositivo da Lei nº 4.502, de 1964, e resguardar qualquer mudança de entendimento futura, ainda resta o interesse na preservação da competência constitucional do Senado Federal, cabendo a esta Casa Legislativa, exclusivamente, a análise política da conveniência da edição de medida para suspender a eficácia do ato normativo. Mesmo diante da intenção em suspender o ato, é necessário verificar se a norma, por qualquer razão, não está a produzir efeitos, como na revogação tácita, na alteração superveniente ou na extinção do dispositivo. Em tais situações, é evidente que o Senado Federal não deve editar uma resolução para suspender algo que não mais persiste.

No caso concreto, o STF reconheceu não ser possível impedir a dedução dos descontos incondicionais da base tributável do IPI (conforme previsto no § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502, de 1964). Como não houve qualquer modificação posterior desse dispositivo, é possível a sua suspensão.

Tal suspensão, como analisado, se mostra legítima para conferir isonomia entre os contribuintes e impedir que eventual mudança de interpretação pelos órgãos fazendários gere novas demandas, sobrecarregando, ainda mais, o Poder Judiciário.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela propositura do seguinte Projeto de Resolução do Senado:



SF/16781.95981-76



## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 3, DE 2017

Suspende, nos termos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, a execução do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, com a redação conferida pela Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, resultado da conversão da Medida Provisória nº 69, de 19 de junho de 1989.



O SENADO FEDERAL, nos termos do disposto no art. 52, inciso X, da Constituição Federal e considerando a declaração de inconstitucionalidade de dispositivo legal, conforme decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário nº 567.935, RESOLVE:

**Art. 1º** É suspensa a execução do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502, de 30 de novembro de 1964, com a redação conferida pelo art. 15 da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Senador José Maranhão, Presidente

Senador Antonio Carlos Valadares, Relator





Senado Federal

7

**Relatório de Registro de Presença**  
**CCJ, 15/02/2017 às 10h - 3ª, Ordinária**  
 Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB)	
TITULARES	SUPLENTES
JADER BARBALHO	1. ROBERTO REQUIÃO
EDISON LOBÃO PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ
EDUARDO BRAGA	3. RENAN CALHEIROS
SIMONE TEBET PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA PRESENTE
MARTA SUPLCY PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS
JOSÉ MARANHÃO	7. HÉLIO JOSÉ PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA PRESENTE	1. ANGELA PORTELA
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA	3. HUMBERTO COSTA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS	4. PAULO ROCHA PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	5. REGINA SOUSA
ACIR GURGACZ	6. VAGO

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
AÉCIO NEVES PRESENTE	1. JOSÉ ANÍBAL
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
ALOYSIO NUNES FERREIRA PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
MARIA DO CARMO ALVES	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
LASIER MARTINS PRESENTE	1. IVO CASSOL
BENEDITO DE LIRA PRESENTE	2. ROBERTO MUNIZ
WILDER MORAIS	3. SÉRGIO PETECÃO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
TITULARES	SUPLENTES
ANTONIO CARLOS VALADARES PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA
ROBERTO ROCHA PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE
RANDOLFE RODRIGUES PRESENTE	3. VANESSA GRAZZIOTIN

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES
EDUARDO LOPES PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES PRESENTE
MAGNO MALTA PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR



## DECISÃO DA COMISSÃO

### OFS 28, DE 2014

Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer ao OFS nº 28, de 2014, relatado pelo Senador Antonio Carlos Valadares.



A Presidência recebeu o Ofício nº 3, de 2017, do Presidente da CCJ, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Ofício nº S/28, de 2014, concluindo pelo Projeto de Resolução nº 3, de 2017.

Com referência ao Projeto de Resolução nº 3, de 2017, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que seja apreciado pelo Plenário.





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 3/17-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Resolução oferecido como conclusão do Parecer da CCJ ao Ofício "S" nº 28, de 2014 que "Encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no Recurso Extraordinário nº 567.935, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 04 de novembro de 2014, mediante o qual o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou incidentalmente a inconstitucionalidade do § 2º do art. 14 da Lei nº 4.502/1964, com a redação dada pelo art. 15 da Lei 7.798/89, apenas quanto à previsão de inclusão dos descontos incondicionais na base de cálculo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)", de autoria do Supremo Tribunal Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EDISON LOBÃO**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
OFS Nº 28 DE 14  
fl(s). 60 W





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

PARECER Nº 7, DE 2017

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2014, do Senador Armando Monteiro, que *racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências.*

RELATORA: Senadora GLEISI HOFFMANN

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 214, de 2014, de autoria do Senador Armando Monteiro, com o objetivo de racionalizar e simplificar atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União.

Nesse sentido, pelo seu **art. 1º** a proposição dispõe que a lei que se quer adotar racionalizará atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, mediante a supressão ou simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude.

O **art. 2º** estatui que os órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, em todos os Poderes, observarão em sua relação com o cidadão os seguintes princípios: I – presunção de boa fé; II – presunção de veracidade, até prova em contrário; III – redução dos custos da Administração Pública; IV – racionalização e simplificação dos métodos de controle; V – supressão das

Recebido em 22/02/2016  
Hora: 19:23  
Roberta Romanini - Matr. 268395  
CCJ-SF

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania  
PLS Nº 214 DE 2014  
fl(s). 25 vj



Página: 1/8 22/02/2016 19:10:46

15f6797cfa440a9e95364d3ca504686942276902

SF/16965.89928-57





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

exigências cujos custos econômicos ou sociais superem os riscos existentes; VI – implementação de soluções tecnológicas que simplifiquem o atendimento ao cidadão; VII – substituição do controle prévio de processos pelo controle posterior para identificação de fraudes e correção de falhas.

Por sua vez, o **art. 3º, caput**, estipula que na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União com o cidadão, fica dispensada a exigência de: I – reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com o documento de identidade do signatário ou estando este presente, lavrar sua autenticidade no próprio documento; II – autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade; III – juntada de documento pessoal do usuário, podendo substituí-lo por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo; IV – apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de exercício de profissão, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público; V – apresentação de título de eleitor, exceto no ato de votar ou de registro de candidatura; VI – presença, no cartório, do proprietário de veículo automotor no ato de reconhecimento de sua firma, em documento de transferência do veículo – DUT; VII – apresentação de autorização com firma reconhecida para viagem de menor, se os pais estiverem presentes ao embarque.

Já o § 1º do art. 3º veda a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido; e o § 2º prevê que, quando a obtenção de documento comprobatório de regularidade não for possível diretamente junto ao órgão ou entidade responsável por motivo não imputável ao solicitante, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

Por sua vez, o § 3º preceitua que os órgãos e entidades integrantes de Poder da União não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidões ou documentos expedidos por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses: I – comprovação de antecedentes criminais; II – informações sobre pessoa jurídica; e III – outras situações expressamente previstas em lei.

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania  
PLS Nº 214 DE 2014  
fl(s). 26 07



SF/16965.89928-57

Página: 2/8 22/02/2016 19:10:46

15f6797cfa440a9e95364d3ca504686942276902





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

De outra parte, o *caput* do **art. 4º** da iniciativa em tela estabelece que os órgãos da Administração Pública Federal deverão disponibilizar em seus sítios eletrônicos mecanismo próprio para a apresentação de requerimentos pelo cidadão relativos a seus direitos, e o parágrafo único consigna que os requerimentos em questão tramitarão, eletrônica ou materialmente, sendo que eventuais exigências ou diligências serão comunicadas mediante mensagem pela rede mundial de computadores ou por via postal.

O **art. 5º** preceitua que os Poderes da União poderão criar grupos setoriais de trabalho que terão por principal objetivo identificar, nas respectivas áreas, dispositivos legais ou regulamentares que resultem em exigências descabidas ou exageradas, procedimentos desnecessários ou redundantes, bem como sugerir as medidas legais ou regulamentares que visem a eliminar o excesso de burocracia.

Por fim, o **art. 6º** estipula que a comunicação entre o Poder Público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio, inclusive comunicação verbal, direta ou telefônica, e correio eletrônico, devendo a circunstância ser registrada quando necessário e o **art. 7º** traz a cláusula de vigência a partir da publicação.

Entre outras ponderações a justificação da iniciativa registra que a burocracia está arraigada na cultura e nos costumes do brasileiro e se funda na crença de que é mais fácil criar diversas exigências e requisitos para a prática de qualquer ato público do que fiscalizar ou coibir eventuais desvios ou fraudes.

A justificação também pondera que é ilusão acreditar que a apresentação prévia de documentos, certidões, atestados e autenticações evitará que o cidadão venha, no futuro, a cometer algum ilícito.

Outrossim, recorda-se que a legislação aprovada em nível federal, estadual e municipal é caracterizada pelo excesso de exigências e formalismos e que a nossa absurda burocracia acha-se tão entranhada na administração pública que fracassaram todas as tentativas de reduzi-la, exceção feita à Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, que obteve razoável sucesso em melhorar o ambiente dos pequenos negócios no País.

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PLS Nº 214 DE 2014  
fl(s). 27 e



SF/16965.89928-57

Página: 3/8 22/02/2016 19:10:46

1516797cfa440a9e95364d3ca504686942276902





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

A justificação consigna, ainda, que as diversas tentativas de diminuir a burocracia ao longo das últimas décadas não têm obtido êxito e que o presente Projeto de Lei tem o objetivo de contribuir para a maior celeridade do processo administrativo, com menor custo para o Estado e para o cidadão.

Até o presente momento não foram apresentadas emendas à iniciativa.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidir terminativamente sobre o presente projeto de lei, nos termos do previsto no art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal (CF) e dos arts. 91 e 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Com relação à constitucionalidade e juridicidade, registramos que a Constituição Federal de 1988 contém diversos dispositivos que consignam a preocupação do constituinte com o tema do burocratismo estatal e do abuso do poder público e que dão base a medidas legislativas que objetivem a superação desses problemas.

Nesse sentido, cabe fazer referência ao disposto no inciso XXXIII no art. 5º da Lei Maior, que arrola os direitos e deveres individuais e coletivos e que estabelece que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja indispensável à segurança da sociedade e do Estado.

A propósito, devemos ainda registrar que esse importante direito só foi efetivamente regulamentado pela Lei nº 15.257, de 18 de novembro de 2011, chamada “Lei do Acesso à Informação”, portanto, vinte e três anos após a promulgação da Constituição Federal, o que demonstra, entre outros fatores, a resistência de amplos setores da burocracia estatal e de setores da própria sociedade civil (por exemplo, empresas e escritórios especializados em obter informações e agilizar processos junto ao governo) em tornar mais democráticos e públicos os processos e procedimentos administrativos referentes às relações entre os cidadãos ou empresas e o Poder Público.

Comissão de Constituição, Justiça,  
e Cidadania.  
PLS Nº 214 DE 2014  
fl(s). 23 u



SF/16965.89928-57

Página: 4/8 22/02/2016 19:10:46

1516797c1a440a9e95364d3ca504886942276902





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

Cumpre, também, recordar o previsto no inciso XXXIV do mesmo art. 5º da Lei Maior, que estipula que são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: *a)* o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; e *b)* a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

Esse dispositivo encontra-se regulamentado mediante a Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe, no seu art. 1º, que as certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão ser expedidas no prazo improrrogável de quinze dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor.

Devemos, ademais, fazer referência ao art. 37, *caput*, da Lei Maior, que preceitua que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Municípios obedecerá, entre outros, aos princípios da publicidade e da eficiência.

Ainda no que diz respeito à constitucionalidade do presente projeto de lei, cabe anotar que nos termos do art. 48, *caput*, da CF, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União, cabendo a qualquer membro do Congresso Nacional a iniciativa das leis, ressalvadas as que disponham sobre determinadas matérias, entre as quais não se inclui (art. 61, *caput* e § 1º, da CF) a proposta de racionalizar e simplificar e conferir maior eficiência, portanto, às relações entre a cidadania e a administração pública, que é o objeto da presente iniciativa.

Desse modo, cumpre consignar que os dispositivos constitucionais acima citados conferem amplo fundamento constitucional ao projeto de lei que ora analisamos. Portanto, no que diz respeito à constitucionalidade entendemos que não há óbice que impeça a livre tramitação do PLS nº 214, de 2014.

Aliás, cabe ponderar que embora a proposição esteja restrita à União, entendemos que ela pode ser estendida aos Estados, Municípios e o Distrito Federal, uma vez que os normativos constitucionais que a fundamentam se

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PLS Nº 214 DE 2014  
fl(s). 29



SF/16965.89928-57

Página: 5/8 22/02/2016 19:10:46

15f6797cfa440a9e95364d3ca504686942276902





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

aplicam a todos os entes federados, sendo que os dispositivos da presente proposição dizem respeito a normas gerais aplicáveis a todos eles. E para ampliar o alcance da presente iniciativa para todos os entes federados, estamos apresentando emendas, conforme a conclusão do presente relatório.

Por outro lado, no que diz respeito ao mérito, somos favoráveis à aprovação da presente iniciativa, pois ela vai ao encontro das aspirações e reclamos da cidadania, que no dia a dia do seu relacionamento com a administração pública sofre os males do burocratismo.

Com efeito, apesar do reconhecimento pelas próprias instituições governamentais de que é necessário desburocratizar os processos administrativos, permanece vigendo no País toda uma sorte de procedimentos desnecessários que atrapalham e dificultam a vida do cidadão no que diz respeito às suas relações com o poder público.

A esse respeito, a justificação da proposição bem registra que através dos anos diversas medidas têm sido adotadas para diminuir a burocracia e modernizar a administração. Todavia, não se logrou ainda resultado plenamente satisfatório. Daí a necessidade de permanente atuação, inclusive por parte do legislador, no que se refere a essa matéria.

Enfim, à guisa de conclusão, registramos que nos parece positiva a iniciativa concretizada no PLS nº 214, de 2014, que confere mais base legal para o administrador público desburocratizar, agilizar e conferir maior eficiência aos serviços prestados pela administração pública.

Fazemos apenas uma ressalva quanto ao mérito da proposição no que diz respeito ao disposto no art. 2º, inciso VII, que estatui que os órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, em todos os Poderes, observarão em sua relação com o cidadão o princípio da substituição do controle prévio de processos pelo controle posterior, para identificação de fraudes e correção de falhas.

Ademais de não nos parecer exatamente um princípio, e embora seja certo que por vezes haja iniciativas de controle prévio que são abusivas, parece-nos que não seria adequado afastar totalmente a possibilidade do controle prévio,

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PLS Nº 214 DE 2014  
fl(s). 30 u



SF/16965.89928-57

Página: 6/8 22/02/2016 19:10:46

15f6797cfa440a9e95364d3ca504686942276902





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

pois em certas circunstâncias tal controle pode ser benéfico tanto para a administração como para o cidadão. Assim, estamos apresentando emenda para suprimir tal dispositivo.

Ao longo do processo de discussão da matéria foram apresentadas duas emendas de autoria do Senador Antonio Anastasia com objetivo de aperfeiçoar a proposição. A Emenda nº 1-CCJ propõe a supressão do inciso VI do art. 3º do projeto, mantendo, portanto, a exigência da presença do proprietário do veículo no ato de reconhecimento de sua firma no documento de transferência do veículo – DUT. E a Emenda nº 2-CCJ ressalva os casos que impliquem imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades daqueles previstos no art. 6º do PLS, em que a comunicação entre o Poder Público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio. Ambas emendas mereceram acolhida por esta Relatora.

### III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2014, com as emendas abaixo, e pelo acolhimento das emendas nº 1-CCJ e 2-CCJ de autoria do senador Antonio Anastasia.

### EMENDA Nº 3 , CCJ

Dê-se a seguinte redação à ementa do PLS nº 214, de 2014:

*Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.*

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania  
PLS Nº 214 DE 2014  
fl(s). 314



SF/16965.89928-57

Página: 7/8 22/02/2016 19:10:46

1516797cfa440a9e95364d3ca504686942276902





SENADO FEDERAL  
GABINETE DA SENADORA GLEISI HOFFMANN

**EMENDA Nº 4 , CCJ**

No art. 1º; art. 2º, *caput*; art. 3º, *caput* e § 3º; e art. 5º, acrescente-se, após a expressão “União,” a expressão “Estados, Distrito Federal e Municípios,”.



SF/16965.89928-57

**EMENDA Nº 5 , CCJ**

No art. 4º, *caput*, acrescente-se, após a expressão “Federal,” a expressão “, Estadual, Municipal e do Distrito Federal,”.

**EMENDA Nº 6 , CCJ**

Suprima-se o inciso VII do art. 2º.

Sala da Comissão, 15 de fevereiro de 2017.

, Presidente

, Relatora

Página: 8/8 22/02/2016 19:10:46

1516797c1a440a9e95364d3ca504886942276902

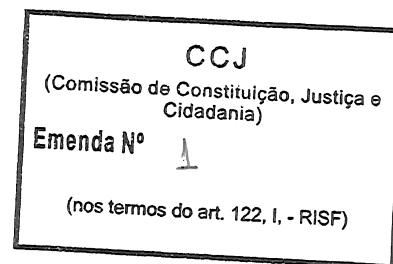
Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PLS Nº 214 DE 2014  
fl(s). 32 4





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

**EMENDA Nº 1 - CCJ**  
(ao PLS nº 214, de 2014)



Suprima-se o inciso VI do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2014, renumerando-se os demais.

**JUSTIFICAÇÃO**

A exigência da presença, em cartório, do proprietário do veículo no ato de reconhecimento de sua firma no documento de transferência do veículo - DUT - é instrumento que inibe a rede de criminalidade existente em torno do roubo de veículos em nosso País.

Como se sabe, essa atividade criminosa, funciona como “moeda de troca” para o tráfico de entorpecentes, armas e outras atividades ilícitas, sendo impossível, portanto, desconsiderar a interdependência existente entre o roubo e o furto de veículos e a atuação do crime organizado.

De sorte que, ao dispensarmos essa exigência poderemos estar criando incentivo perigoso, razão pela qual sugerimos a supressão do dispositivo.

Sala das Sessões,

  
Senador ANTONIO ANASTASIA

Recebido em 27/10/2015  
Hora: 16:30 Roberta  
Roberta Romanini - Matr. 268395  
CCJ-SF

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PLS Nº 214 DE 2014  
fl(s). 33







SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

**EMENDA Nº 2 - CCJ**  
(ao PLS nº 214, de 2014)

<b>CCJ</b> (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) <b>Emenda Nº 2</b> (nos termos do art. 122, I, - RISF)
---

Modifique-se o art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2014, para conferir-lhe a seguinte redação:

“Art. 6º Ressalvados os casos que impliquem imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades, a comunicação entre o Poder Público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio, inclusive comunicação verbal, direta ou telefônica, e correio eletrônico, devendo a circunstância ser registrada quando necessário.” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

Não obstante o objetivo meritório da proposição, é preciso resguardar que a inovação legislativa não venha a colocar em risco o direito dos administrados, sendo necessário, portanto, determinar as hipóteses em que um meio de comunicação, ainda que mais célere, não poderá ser utilizado.

Por essa singela razão, contamos com o apoio dos Pares para aprovação desta emenda.

Sala das Sessões,

  
Senador ANTONIO ANASTASIA

Recebido em 27 / 10 / 2015  
Hora: 16 : 30 Roberta  
Roberta Romanini - Matr. 268395  
CCJ-SF

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania  
PLS Nº 214 DE 2014  
Art. 344





## Senado Federal

## Relatório de Registro de Presença

CCJ, 15/02/2017 às 10h - 3ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Maioria (PMDB)			
TITULARES		SUPLENTE	
JADER BARBALHO		1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO	PRESENTE	2. ROMERO JUCÁ	
EDUARDO BRAGA		3. RENAN CALHEIROS	
SIMONE TEBET	PRESENTE	4. GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	5. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
MARTA SUPLICY	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	
JOSÉ MARANHÃO		7. HÉLIO JOSÉ	PRESENTE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. ANGELA PORTELA	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN	PRESENTE
FÁTIMA BEZERRA		3. HUMBERTO COSTA	PRESENTE
LINDBERGH FARIAS		4. PAULO ROCHA	PRESENTE
PAULO PAIM	PRESENTE	5. REGINA SOUSA	
ACIR GURGACZ		6. VAGO	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
AÉCIO NEVES	PRESENTE	1. JOSÉ ANÍBAL	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM	PRESENTE
RONALDO CAIADO		4. DAVI ALCOLUMBRE	
MARIA DO CARMO ALVES		5. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
LASIER MARTINS	PRESENTE	1. IVO CASSOL	
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	2. ROBERTO MUNIZ	
WILDER MORAIS		3. SÉRGIO PETECÃO	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. VANESSA GRAZZIOTIN	

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	1. WELLINGTON FAGUNDES	
EDUARDO LOPES	PRESENTE	2. VICENTINHO ALVES	PRESENTE
MAGNO MALTA	PRESENTE	3. FERNANDO COLLOR	

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania  
PLSNº 214 DE 14  
fl(s). 35

15/02/2017 12:51:16

Página 1 de 1



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – PLS 214/2014.

TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO (PMDB)				1. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
EDUARDO BRAGA (PMDB)				3. RENAN CALHEIROS (PMDB)			
SIMONE TEBET (PMDB)	X			4. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)			
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			5. WALDEMIR MOKA (PMDB)			
MARTA SUPLICY (PMDB)	X			6. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)				7. HÉLIO JOSÉ (PMDB)	X		
TITULARES – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)				1. ÂNGELA PORTELA (PT)			
JOSÉ PIMENTEL (PT)	X			2. GLEISI HOFFMANN (PT)(RELATOR)	X		
FÁTIMA BEZERRA (PT)				3. HUMBERTO COSTA (PT)	X		
LINDBERGH FARIAS (PT)				4. PAULO ROCHA (PT)	X		
PAULO PAIM (PT)				5. REGINA SOUSA (PT)			
ACIR GURGACZ (PDT)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES (PSDB)				1. JOSÉ ANÍBAL (PSDB)			
ANTONIO ANASTASIA (PSDB)	X			2. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			3. EDUARDO AMORIM (PSDB)			
RONALDO CAIAO (DEM)				4. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LASIER MARTINS (PSD)	X			1. IVO CASSOL (PP)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				2. ROBERTO MUNIZ (PP)			
WILDER MORAIS (PP)				3. SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			1. LÍDICE DA MATA (PSB)			
ROBERTO ROCHA (PSB)				2. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	X			3. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
TITULARES – Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			1. WELLINGTON FAGUNDES (PR)			
EDUARDO LOPES (PRB)	X			2. VICENTINHO ALVES (PR)			
MAGNO MALTA (PR)				3. FERNANDO COLLOR (PTC)			

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
215ª Sessão  
14 de Fevereiro de 2017  
pág. 36



Quórum: 16  
Votação: TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABS 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 15/02/2017

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

  
**Senador EDISON LOBÃO**  
Presidente

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania  
PLS Nº 274 DE 14  
Reg. 374



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Emendas nºs 1-CCJ a 6-CCJ ao PLS 214/2014.

TITULARES – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Maioria (PMDB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JADER BARBALHO (PMDB)				1. ROBERTO REQUIÃO (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)				2. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
EDUARDO BRAGA (PMDB)				3. RENAN CALHEIROS (PMDB)			
SIMONE TEBET (PMDB)	X			4. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)			
VALDIR RAUPP (PMDB)	X			5. WALDEMIR MOKA (PMDB)			
MARTA SUPLICY (PMDB)	X			6. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
JOSÉ MARANHÃO (PMDB)				7. HÉLIO JOSÉ (PMDB)	X		
TITULARES – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JORGE VIANA (PT)				1. ÂNGELA PORTELA (PT)			
JOSÉ PIMENTEL (PT)	X			2. GLEISI HOFFMANN (PT)(RELATOR)	X		
FÁTIMA BEZERRA (PT)				3. HUMBERTO COSTA (PT)	X		
LINDBERGH FARIAS (PT)				4. PAULO ROCHA (PT)	X		
PAULO PAIM (PT)				5. REGINA SOUSA (PT)			
ACIR GURGACZ (PDT)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES (PSDB)				1. JOSÉ ANÍBAL (PSDB)			
ANTONIO ANASTASIA (PSDB)	X			2. CÁSSIO CUNHA LIMA (PSDB)			
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	X			3. EDUARDO AMORIM (PSDB)			
RONALDO CAIAADO (DEM)				4. DAVI ALCOLUMBRE (DEM)			
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				5. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LASIER MARTINS (PSD)	X			1. IVO CASSOL (PP)			
BENEDITO DE LIRA (PP)				2. ROBERTO MUNIZ (PP)			
WILDER MORAIS (PP)				3. SÉRGIO PETECÃO (PSD)			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PPS, PSB, PCdoB, REDE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			1. LÍDICE DA MATA (PSB)			
ROBERTO ROCHA (PSB)				2. JOÃO CAPIBERIBE (PSB)			
RANDOLFE RODRIGUES (REDE)	X			3. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)			
TITULARES – Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE – Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			1. WELLINGTON FAGUNDES (PR)			
EDUARDO LOPES (PRB)	X			2. VICENTINHO ALVES (PR)			
MAGNO MALTA (PR)				3. FERNANDO COLLOR (PTC)			

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
214/2014  
14  
35  
14



Quórum: 16  
Votação: TOTAL 15 SIM 15 NÃO 0 ABS 0  
\* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3, EM 15/02/2017

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

  
Senador EDISON LOBÃO  
Presidente

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania  
PLS Nº 216 DE 14  
Reg. 39143



## DECISÃO DA COMISSÃO

### PLS 214, DE 2014

Na 3ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Comissão aprova o Projeto e as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, relatados pela Senadora Gleisi Hoffmann.





**SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL  
Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 2014  
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta Lei racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mediante a supressão ou simplificação de formalidades ou exigências desnecessárias ou superpostas, cujo custo econômico ou social, tanto para o erário como para o cidadão, seja superior ao eventual risco de fraude.

**Art. 2º** Os órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em todos os Poderes, observarão em sua relação com o cidadão os seguintes princípios:

- I – presunção de boa fé;
- II – presunção de veracidade, até prova em contrário;
- III – redução dos custos da Administração Pública;
- IV – racionalização e simplificação dos métodos de controle;
- V – supressão das exigências cujos custos econômicos ou sociais superem os riscos existentes;
- VI – implementação de soluções tecnológicas que simplifiquem o atendimento ao cidadão;

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PLS Nº 214 DE 14  
fl(s). 40 12





**Art. 3º** Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o cidadão, fica dispensada a exigência de:

I – reconhecimento de firma, devendo o agente administrativo, confrontando a assinatura com o documento de identidade do signatário ou estando este presente, lavrar sua autenticidade no próprio documento;

II – autenticação de cópia de documento, cabendo ao agente administrativo, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade;

III – juntada de documento pessoal do usuário, podendo substituí-lo por cópia autenticada pelo próprio agente administrativo;

IV – apresentação de certidão de nascimento, que poderá ser substituída por cédula de identidade, título de eleitor, identidade expedida por conselho regional de exercício de profissão, carteira de trabalho, certificado de prestação ou de isenção do serviço militar, passaporte ou identidade funcional expedida por órgão público;

V – apresentação de título de eleitor, exceto no ato de votar ou de registro de candidatura;

VI – apresentação de autorização com firma reconhecida para viagem de menor, se os pais estiverem presentes ao embarque.

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando a obtenção de documento comprobatório de regularidade não for possível diretamente junto ao órgão ou entidade responsável por motivo não imputável ao solicitante, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de um Poder da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidões ou documentos expedidos por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I – comprovação de antecedentes criminais;

II – informações sobre pessoa jurídica; e

III – outras situações expressamente previstas em lei.

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
P.C.S. Nº 214 DE 14  
fl(s). 6142



**Art. 4º** Os órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, deverão disponibilizar em seus sítios eletrônicos mecanismo próprio para a apresentação de requerimentos pelo cidadão relativos a seus direitos.

*Parágrafo único.* O requerimento a que se refere este artigo tramitará, eletrônica ou materialmente, sendo que eventuais exigências ou diligências serão comunicadas mediante mensagem pela rede mundial de computadores ou por via postal.

**Art. 5º** Os Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, poderão criar grupos setoriais de trabalho que terão por principal objetivo identificar, nas respectivas áreas, dispositivos legais ou regulamentares que resultem em exigências descabidas ou exageradas, procedimentos desnecessários ou redundantes, bem como sugerir as medidas legais ou regulamentares que visem a eliminar o excesso de burocracia.

**Art. 6º** Ressalvados os casos que impliquem imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades, a comunicação entre o Poder Público e o cidadão poderá ser feita por qualquer meio, inclusive comunicação verbal, direta ou telefônica, e correio eletrônico, devendo a circunstância ser registrada quando necessário.” (NR)

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de fevereiro de 2017.



Senador **EDISON LOBÃO**, Presidente

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PLS Nº 214 DE 14  
fl(s). 6267





## SENADO FEDERAL

### PARECER N° 12, DE 2017-PLEN-SF

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre os Projetos de Lei do Senado n° 401, de 2012, do Senador Antonio Carlos Rodrigues, e n° 472, de 2012, do Senador Antonio Carlos Valadares, em tramitação conjunta, que alteram dispositivos da Lei n° 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública.

RELATOR: Senador **SÉRGIO SOUZA**

#### I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) n° 401, de 2012, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues, e o PLS n° 472, de 2012, do Senador Antonio Carlos Valadares, que alteram dispositivos da Lei 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da Administração Pública.

Inicialmente, quando ainda tramitavam de forma autônoma, os referidos projetos haviam sido distribuídos a esta Comissão e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cabendo à última decisão terminativa sobre a matéria.





**SENADO FEDERAL**  
**GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA**

Na CAE, fui designado relator do PLS nº 401, de 2012, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira do PLS nº 472, de 2012. Apresentamos relatórios favoráveis aos projetos, que não foram submetidos à deliberação da Comissão.

Por regularem a mesma matéria, apresentei o Requerimento nº 951, de 2013, propondo a sua tramitação conjunta, tendo sido ele aprovado pela Mesa, em reunião de 12 de setembro de 2013.

Os projetos em exame propõem nova redação ao inciso I do § 4º do art. 2º da Lei 11.079, de 2004, que estabelece o limite mínimo de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) a ser observado na celebração dos contratos de PPP.

O PLS nº 401, de 2012, oferece ainda nova redação ao seu art. 10, ampliando os casos em que a celebração de PPP dependerá de prévia e específica autorização legislativa.

Nos prazos regimentais, não foram oferecidas emendas aos projetos.

## **II – ANÁLISE**

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAE o exame dos aspectos econômicos e financeiros das matérias que lhe sejam submetidas.

Concordamos com os autores das proposições, quando enfatizam o potencial das PPP's como importante instrumento para a alavancagem de investimentos e seus efeitos positivos para o desenvolvimento econômico, tornando inegável o mérito da matéria em análise.





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA

Entendemos também que o limite mínimo atualmente definido na Lei 11.079, de 2004, a ser observado de forma geral, independentemente da situação econômico-financeira de cada ente da Federação, deve ser diferenciado, considerando-se o porte do contratante.

Nesse aspecto, os dois projetos apresentam limites diferentes: o PLS 401, de 2012, reduz para R\$ 15 milhões o limite para o caso de Município com população de 1.000.000 de habitantes, mantendo-o em R\$ 20 milhões para os demais casos; já o PLS 472, de 2012, propõe os limites de R\$ 20 milhões para a União, R\$ 10 milhões para os Estados e o Distrito Federal; e R\$ 5 milhões para os Municípios, independente do tamanho de sua população.

Todavia, julgamos que o PLS 401, de 2012, fixa esse limite de forma mais adequada, pois o principal fator na sua definição é o porte ou a dimensão econômica do ente da Federação, o que pode ser auferido pelo tamanho de sua população.

Além do limite, o PLS 401, de 2012, altera a redação do § 3º do art. 10 da Lei 11.079, de 2004, determinando que as concessões em que mais de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do parceiro privado seja paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica. Atualmente, este percentual está fixado em 70% (setenta por cento).

Uma maior participação do Poder Legislativo nos processos envolvendo grandes ações e projetos da administração pública é algo bastante salutar, pois proporcionará maior controle, transparência e comprometimento dos poderes públicos, sendo, portanto, meritória.





SENADO FEDERAL  
GABINETE DO SENADOR SÉRGIO SOUZA

### III – VOTO

Diante do exposto, manifestamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2012, e pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2012.

Sala da Comissão, em 3 de dezembro de 2013.

Senador JOSÉ PIMENTEL, Presidente Eventual

Senador SÉRGIO SOUZA, Relator





**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 401, de 2012, QUE TRAMITA EM CONJUNTO COM: PLS 472/2012**

ASSINAM O PARECER, NA 76ª REUNIÃO, DE 03/12/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

SEN. JOSÉ PIMENTEL - PRESIDENTE EVENTUAL

**RELATOR:** \_\_\_\_\_

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PCdoB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT)
José Pimentel (PT)	3. Anibal Diniz (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PCdoB)	8. Inácio Arruda (PCdoB)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Casildo Maldaner (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	6. Clésio Andrade (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	7. Ana Amélia (PP)
Ivo Cassol (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	9. Benedito de Lira (PP)
Kátia Abreu (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB)
Osvaldo Sobrinho (PTB)	5. Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PRB, PSC, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Gim (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Alfredo Nascimento (PR)
Blairo Maggi (PR)	3. Eduardo Amorim (PSC)
Antonio Carlos Rodrigues (PR)	4. João Ribeiro (PR)



Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado n°s 472, de 2012 (tramita em conjunto com o PLS 401/2012); e 214, de 2014, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3° a 5°, do Regimento Interno (Ofícios n°s 4 e 5, de 2017, da CCJ).







SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 04 /2017–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 472, de 2012, que “Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados e Municípios”, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, e pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 401, de 2012 – tramita em conjunto –, que “Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, para estabelecer novo valor mínimo do contrato de parceria público-privada e condicionar à autorização legislativa as concessões patrocinadas em que mais da metade da remuneração do parceiro privado provenha da Administração Pública”, de autoria do Senador Antonio Carlos Rodrigues.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EDISON LOBÃO**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CCJ  
Fl. 38





SENADO FEDERAL  
SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 5 /2017–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de fevereiro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, com as Emendas nºs 1 a 6 – CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2014, que “Racionaliza e simplifica atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União e dá outras providências”, de autoria do Senador Armando Monteiro.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **EDISON LOBÃO**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Comissão de Constituição, Justiça  
e Cidadania.  
PLS Nº 214 DE 14  
fl(s). 4318



# Requerimentos





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador ATAÍDES OLIVEIRA

DEFIRO  
EM 16/02/2017  
*[Assinatura]*

REQUERIMENTO Nº 17 DE 2017

Senhor Presidente,

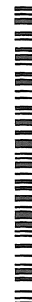
Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 247, de 2016, <sup>CCJ</sup> que requer, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Caixa Econômica Federal, Miriam Aparecida Belchior, informações sobre os quadros “Outros créditos – Rendas a Receber Administração de Fundos e Programas Sociais” e “Outros créditos - diversos - Valores a receber - adm. de fundos e programas sociais”, registrados no balanço da CAIXA de 2013 e 2014, além dos mesmos dados relativos ao ano de 2015, caso já estejam consolidados.

Sala das Sessões,

*[Assinatura]*  
Senador ATAÍDES DE OLIVEIRA

Recebido em 07 / 02 / 17  
Hora: 16:33

*[Assinatura]*  
Renato Bressan Saldanha - Mat. 315749  
SGM/SLSF



SF/17208.01811-58

Página: 1/1 06/02/2017 09:32:50

eda1a8bfade4fa90dd02cafd0fc5f1471995e5e



Aprovado,

em 16/02/2017

Mo. Banez

## REQUERIMENTO Nº 78 , DE 2017

Requeiro, nos termos do inciso I, do art. 279, do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2015, que “*Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para determinar que o produto da arrecadação dos impostos federais do art. 153, incisos I, II e IV, da Constituição Federal incidentes sobre medicamentos e derivados do tabaco bem como o produto da arrecadação do imposto federal do art. 153, inciso III, da Constituição Federal incidente sobre os lucros apurados das empresas produtoras desses bens sejam vinculados ao Fundo Nacional de Saúde*”, para audiência da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, além da constante do despacho inicial.

Sala das Sessões, em 16 de Fevereiro de 2017.



Senador  
FERNANDO BEZERRA

M. F. 1/14

ATAÍDES OLIVEIRA



SF/17743.93584-58

Página: 1/1 16/02/2017 11:18:53

ee9789d6673db019d781d1bet13ca63efed7becb



## DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

### **Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015**





## SENADO FEDERAL

## EMENDA nº 1 - PLEN

(Emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2015)

Dê-se ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte §13:

‘Art. 37.....

§13 É assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos em decorrência de desequilíbrios causados pela Administração Pública ou em virtude de alterações legislativas.’

## Justificação

A presente Proposta de Emenda à Constituição busca inserir inciso no § 1º do art. 62 da Constituição Federal tema atinente aos contratos administrativos, inclusive nas hipóteses de concessão de serviços públicos e de parceria público-privada, conforme destacado no Substitutivo da CCJ do Senado, apresentado pelo Senador Romero Jucá.

O tema referente à competência para legislar a respeito de normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, é da competência privativa da União, conforme prevê o art. 22, XXVII, da Constituição Federal.

Em suma, o Poder Executivo, por expressa previsão constitucional, é competente para legislar sobre as matérias constantes da PEC nº 111, de 2015. Por conseguinte, o estabelecimento de previsão de vedação de edição de Medida Provisória nos assuntos referidos no texto legislativo, acaba ceifando competências conferidas ao Poder Executivo pelo próprio texto constitucional.

De outro lado, cabe destacar que o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos já se encontra resguardado pelo inciso XXI do art. 37 da CRFB, de 1988, que trata sobre licitações e contratos com a administração pública.

Sobre ele, recentemente manifestou-se o Supremo Tribunal Federal, ao afirmar que "o princípio constitucional da estabilidade econômico-financeira seria uma das expressões do princípio da segurança jurídica. Por meio desse princípio, buscar-se-ia conferir maior segurança ao negócio jurídico - administrativo, garantindo à empresa contratada, tanto quanto possível, a

Recebido em 13/12/16  
Hora: 15:03

Renato Brunetta - Mat. 315749  
SGM/SLSF



SF/16926.52660-44

Página: 1/4 12/12/2016 11:11:09

5384a6760f1dac46e9400a2223db00dac03a1b9

**SENADO FEDERAL**

permanência das circunstâncias e das expectativas que a animaram a assumir a execução, por sua conta e risco, no interesse público, de atribuições que competiriam a pessoa jurídica de direito público." (RE 571.969, rel. min. Carmen Lúcia, julgamento em 12-3-2014, Plenário, Informativo 738).

É importante observar, ademais, que o uso de medidas provisórias se submete aos requisitos de urgência e relevância quando de sua edição. Assim, nos casos em que estes requisitos estejam demonstrados de maneira clara, a alteração de norma legal por medida provisória se faz justificada pelo interesse público a ser protegido.


Acerca dos efeitos das medidas provisórias, além da possibilidade de sua rejeição, em prazo relativamente curto, o texto constitucional já confere ao Congresso Nacional o poder de disciplinar por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes. Ademais, o ordenamento jurídico tem, no Poder Judiciário, proteção eficaz que reduza os riscos dos impactos das medidas provisórias em matérias relativas a contratos, por meio de medidas liminares e cautelares.

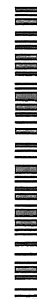
Assim, a emenda em comento tem o potencial de prejudicar a programação financeira a cargo do Poder Executivo, nos termos da CF, uma vez que pode obstar eventual necessidade de adoção de imediato instrumento de política tributária.

A aprovação da emenda pode eventualmente inviabilizar a adoção de uma política pública inadiável caso esta tenha um efeito colateral em algum contrato administrativo vigente. E são muitas as matérias que podem interferir no equilíbrio econômico financeiro de contratos.

Assim sendo, reconhecendo a importância da proposta apresentada e a necessidade de garantir o reequilíbrio econômico-financeiro, necessária garantia constitucional em face de eventuais intervenções estatais no âmbito dos contratos administrativos, inclusive nos casos de concessão de serviços públicos e de parcerias público-privada, apresentamos a presente emenda substitutiva.

Sala da Sessão,

  
**Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA**  
**Líder do Governo no Senado**



SF/16926.52660-44

Página: 2/4 12/12/2016 11:11:09

5384a6760f1dac46e9400a2223db00dacf08a1b9







**SENADO FEDERAL**  
Emenda à PEC nº 111, de 2016

2	<i>[Assinatura]</i>	DALRIO
3	<i>[Assinatura]</i>	Haides Oliveira
4	<i>[Assinatura]</i>	LASIER
5	PASTOR VALADARES	<i>[Assinatura]</i>
6	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
7	GABRIELDI	<i>[Assinatura]</i>
8	VALADARES	<i>[Assinatura]</i>
9	JOSÉ ANÍBAL	<i>[Assinatura]</i>
10	Roberto Moura	<i>[Assinatura]</i>
11	Pedro Chaves (PSC)	<i>[Assinatura]</i>
12	Antonio Anastasia	<i>[Assinatura]</i>
13	Ze Ze PERRELLA	<i>[Assinatura]</i>
14	<i>[Assinatura]</i>	<i>[Assinatura]</i>
15	Ana Amélia (PP/RS)	<i>[Assinatura]</i>
16	GENÍO PEREIRA	<i>[Assinatura]</i>



SF/16926.52660-44

Página: 3/4 12/12/2016 11:11:09

5384a6760f1dac46e9400a2223db00dacf08a1b9





**SENADO FEDERAL**  
Emenda à PEC nº 111, de 2016

17	CIDRINO SANTOS	
18	FELIPE NUNES	
19	Raimundo Pereira	
20	Choro	
21	Elmano Freire	
22	Alexandre Moura	
23	Fernando Bezerra Gomes	
24	Vicente Hugo Lima	
25	Salvador Costa	
26	Joni Albuquerque	
27	Jose Manoel	
28	Ronaldo Caiado	
29	PBauer	
30	FLEX Ribeiro	
31		



SF16926.52660-44

Página: 4/4 12/12/2016 11:11:09

5384a6760f1dac46e9400a2223db00dac08a1b9





SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECER Nº <sup>7 - PLEN - SF</sup> 11, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 111, de 2015, do Senador Renan Calheiros e outros, que *altera o artigo 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias.*

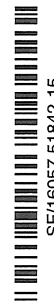
RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

## I – RELATÓRIO

Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2015, primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que altera o art. 62 da Constituição, que versa sobre o instituto da medida provisória, para modificar o seu § 1º, que dispõe sobre as matérias sobre as quais o Presidente da República não pode editar esse tipo de instituto constitucional.

O faz para incluir no rol de matérias que não podem ser objeto de medida provisória aquelas que "concorram para o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos". Para tanto, é acrescentado o inciso V ao § 1º do art. 62 da Constituição.

Ao justificar a iniciativa, o Senador Renan Calheiros e demais autores assinalam que "a estabilidade do ambiente normativo é, sem dúvida, elemento que reforça a noção de segurança jurídica". E exemplificam com o campo dos investimentos privados, em que "a segurança jurídica se afigura como ponto central para as decisões sobre alocação de capitais".



SF/16057.51842-15





SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

2

Consideram que "ambientes de negócios contaminados pela insegurança jurídica colaboram, portanto, para o baixo nível de inversão privado, com efeitos negativos sobre o próprio desenvolvimento econômico".

O contrato, como se sabe, diz a justificação, "é estrutura milenar que funda o direito privado (e também dele se utiliza o Estado), de maneira que preservar sua estabilidade implica a estabilização das relações sociais, sobretudo no campo da economia".

Em economias como a brasileira, "em que há desafios fiscais", a participação do investimento produtivo privado se faz cada vez mais necessária, razão pela qual devem ser superados todos os óbices institucionais que impeçam esses investimentos e o empreendedorismo".

Mencionam, igualmente, a consagrada doutrina de Hely Lopes Meireles, para quem, "o equilíbrio financeiro, ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado de a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste".

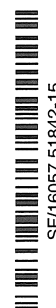
Por isso, "a Administração não pode violar o direito do contratado de ver mantida a equação financeira originariamente estabelecida, cabendo-lhe operar os necessários ajustes econômicos para o restabelecimento do equilíbrio financeiro".

Ressalta, por isso, da justificação, que "o Poder Público não pode violar essa equação do equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de inviabilizar políticas públicas importantes executadas sob a égide dos contratos".

Por fim, aduz que, "ao vedar a edição de medidas provisórias que possam acarretar desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, (...) estamos de fato ampliando a 'blindagem' contra legislações provisórias e abruptas que ofereçam riscos aos empreendimentos e de longo prazo".

Não foram oferecidas emendas à Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2015. Entretanto, chegamos à convicção de cabimento de algumas alterações para o seu aprimoramento.

ar2015-13436



SF/16057.51842-15





SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

3

## II – ANÁLISE

Cabe a esta CCJ apreciar tanto os aspectos constitucionais, formais, circunstanciais e materiais, quanto o mérito da Proposta que ora aprecia.

Cumpre ressaltar, de início, evidente adequação constitucional da matéria, seja no plano formal ou material: vem subscrita pelo número bastante de Senadores e Senadoras, em nada atenta contra os limites materiais à reforma da Carta Magna, conhecidas como cláusulas pétreas, e nominadas no próprio Texto Magno, em seu art. 60, § 4º.

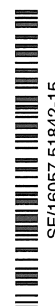
Com efeito, a proposição não diz respeito à forma federativa do Estado nem ao voto, direto, secreto, universal e periódico, e tampouco afeta os direitos e garantias individuais protegidos pela Constituição.

Quanto à separação dos poderes, a iniciativa, de fato, relaciona-se com tal princípio constitucional, mas o faz para aperfeiçoar a relação institucional entre os poderes Executivo e Legislativo, ao estabelecer normas adicionais àquelas que a Carta Magna já incorpora, para, prestigiando princípios e valores constitucionais de altíssima relevância, como a segurança jurídica, a estabilidade normativa e a livre iniciativa, contribuir para os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, ao fortalecer os investimentos necessários para tanto.

Nesse passo, a adequação constitucional da medida se identifica com o seu mérito, ao possibilitar a segurança dos investimentos privados de que o Brasil tanto necessita, seja na presente conjuntura histórica de crise, seja em futuros momentos de bonança, que auguramos ainda conquistar, para que a economia brasileira venha a ter condições de propiciar ao nosso povo as condições de vida compatíveis com a nossa condição de país emergente no cenário internacional.

Nada há, na Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2015, quanto à sua juridicidade e sua adequação ao que prescreve o Regimento Interno do Senado, que possa obstar o exame de seu mérito pelo Congresso Nacional. O mesmo se pode afirmar quanto à correspondência entre seus termos e o que determina a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece normas sobre a elaboração de leis.

ar2015-13436



SF/16057.51842-15





SENADO FEDERAL

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

4

Com a finalidade de aprimorar a PEC 111/2015, estamos propondo algumas alterações. A primeira visa especificar que a PEC tem como objeto os contratos administrativos, e não os contratos de uma forma geral.

A segunda visa ressaltar a edição de medidas provisórias que tratem de matéria tributária, devendo-se assegurar o restabelecimento, por acordo entre as partes, do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, inclusive nas hipóteses de concessão de serviços públicos e de parceria público-privada.

A terceira irá corrigir erro de concordância, alterando-se o termo “concorram” para “concorra”, visto que o art. 62, § 1º, estabelece que é vedada a edição de medidas provisórias sobre “matéria”, e não “matérias”.

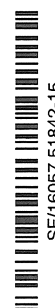
Além disso, propõe-se o acréscimo do parágrafo 13 ao artigo 37 da CF/88, de modo a garantir aos administrados, de forma explícita, o direito ao reequilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos que eventualmente sofram desequilíbrio por força de fatos da Administração, inclusive alterações legislativas.

Assim, o reequilíbrio econômico-financeiro em casos afetados pelo chamado fato do príncipe passará a constituir importante garantia constitucional em face de eventuais intervenções estatais no âmbito dos contratos administrativos, inclusive nos casos de concessão de serviços públicos e de parcerias público-privada.

### III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e correta técnica legislativa da Proposta de Emenda à Constituição nº 111, de 2015, e votamos por sua aprovação na forma do seguinte substitutivo:

ar2015-13436



SF/16057.51842-15





SENADO FEDERAL

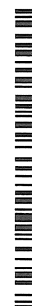
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

5

EMENDA Nº 02 – <sup>PLEN</sup>CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 111, DE  
2015

Acrescenta inciso ao § 1º do artigo 62 e acrescenta parágrafo ao artigo 37 da Constituição Federal, para estabelecer nova vedação à edição de medidas e assegurar o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos em decorrência de desequilíbrios causados pela Administração Pública.



SF/16057.51842-15

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37 .....

.....  
§13. É assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos em decorrência de desequilíbrios causados pela Administração Pública ou em virtude de alterações legislativas.”  
(NR)

**Art. 2º** O § 1º do art. 62 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62 .....

§ 1º .....

V - que concorra para o desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos, ressalvada a matéria tributária, ficando assegurado o restabelecimento, por acordo entre as partes, do equilíbrio econômico-financeiro desses contratos, inclusive nas hipóteses de concessão de serviços públicos e de parceria público-privada.” (NR)

ar2015-13436





SENADO FEDERAL  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

6

**Art. 3º** Esta emenda constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão,

Senador , Presidente

Senador , Relator



SF/16057.51842-15

ar2015-13436





# Projeto de Lei da Câmara nº 39/2016



PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 39, DE 2016  
(nº 7.313/2014, na Câmara dos Deputados)

Confere ao Município de Blumenau, no  
Estado de Santa Catarina, o título  
de Capital Nacional da Cerveja.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica conferido ao Município de Blumenau, no  
Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da  
Cerveja.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PP** - Roberto Muniz\* (S)  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PSB** - Romário\*\*

### Maranhão

**PMDB** - Edison Lobão\*  
**PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

### São Paulo

**Bloco-PSDB** - Aloysio Nunes Ferreira\*  
**PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Aníbal\*\* (S)

### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**PMDB** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

### Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Moraes\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Cidinho Santos\* (S)  
**Bloco-PSD** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PSD** - Lasier Martins\*\*

### Ceará

**PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**PMDB** - José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSDB** - Ricardo Ferraço\*  
**PMDB** - Rose de Freitas\*\*

### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**PMDB** - Elmano Férrer\*\*

### Rio Grande do Norte

**PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**PMDB** - Dário Berger\*\*

### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTC** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSDB** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

### Amazonas

**PMDB** - Eduardo Braga\*  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PV** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSC** - Pedro Chaves\* (S)  
**PMDB** - Waldemir Moka\*  
**PMDB** - Simone Tebet\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PPS** - Cristovam Buarque\*  
**PMDB** - Hélio José\* (S)  
**S/Partido** - Reguffe\*\*

### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**PMDB** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Ângela Portela\*  
**PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PTB** - Thieres Pinto\*\* (S)



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

### PMDB - 21

Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

### Bloco Social Democrata - 17

#### PSDB-12 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Aníbal.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

### Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

#### PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

#### PT-10 / PDT-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

#### PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

### Bloco Moderador - 9

#### PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

#### PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Thieres Pinto.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

### S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	21
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
<b>TOTAL</b>	<b>81</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Thieres Pinto** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023



## **COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA**

### **PRESIDENTE**

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

### **1º SECRETÁRIO**

José Pimentel - (PT-CE)

### **2º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

### **3º SECRETÁRIO**

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

### **4º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

## **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

**1º** Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

**2º** Sérgio Petecão - (PSD-AC)

**3º** Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

**4º** Cidinho Santos - (PR-MT)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> (16,19,50,53,79,90,115)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,27,116) Lindbergh Farias (29,59,62,89) Gleisi Hoffmann (56,57,66,83,114) Regina Sousa (35) .....</p> <p><b>Líder do PT - 10</b> <b>Gleisi Hoffmann</b> (56,57,66,83,114)</p> <p>Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (29,59,62,89) Fátima Bezerra (28,61,93,117)</p> <p><b>Líder do PDT - 1</b> <b>Acir Gurgacz</b> (3,27,116)</p>	<p><b>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 17</b></p> <p><b>Líder</b> <b>José Agripino - DEM</b> (32,51)</p> <p>Vice-Líderes Ricardo Ferraço (78,85,112) Davi Alcolumbre (74,87) Atáfides Oliveira (75) .....</p> <p><b>Líder do PSDB - 12</b> <b>Paulo Bauer</b> (102)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112) José Aníbal (82)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b> <b>Ronaldo Caiado</b> (99)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b> <b>Alvaro Dias</b> (17,65)</p>	<p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</b></p> <p><b>Líder</b> <b>João Capiberibe - PSB</b> (1,13,113)</p> <p>Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (52,71) Vanessa Grazziotin (15,20) .....</p> <p><b>Líder do PSB - 7</b> <b>Fernando Bezerra Coelho</b> (100)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,110)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b> <b>Cristovam Buarque</b> (64)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b> <b>Vanessa Grazziotin</b> (15,20)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b> <b>Randolfe Rodrigues</b> (18,23,91)</p>
<p><b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Omar Aziz - PSD</b> (45,101)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49) .....</p> <p><b>Líder do PP - 7</b> <b>Benedito de Lira</b> (107)</p> <p><b>Líder do PSD - 5</b> <b>Omar Aziz</b> (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (14)</p>	<p><b>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Wellington Fagundes - PR</b> (43,46,108) .....</p> <p><b>Líder do PTB - 2</b> <b>Armando Monteiro</b> (97)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b> <b>Vicentinho Alves</b> (106)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (109)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b> <b>Pedro Chaves</b> (111)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b> <b>Eduardo Lopes</b> (81,95)</p> <p><b>Líder do PTC - 1</b> <b>Fernando Collor</b> (5,6,67,69)</p>	<p><b>PMDB - 21</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Renan Calheiros - PMDB</b> (103)</p> <p>Vice-Líderes Waldemir Moka (77) Rose de Freitas (76)</p>
<p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Aloysio Nunes Ferreira - PSDB</b> (33,80)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (100) José Medeiros (9,12,21,88) Davi Alcolumbre (74,87) Hélio José (42,48,86) Ricardo Ferraço (78,85,112)</p>	<p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b> <b>Humberto Costa - PT</b> (16,19,50,53,79,90,115)</p>	

**Notas:**

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
28. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLI DPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-Líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).





67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado Líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017)
104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. O senador Fátima Bezerra está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 10/02/2017 a 19/02/2017.



**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11

**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)  
**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)  
**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)

**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(1)</sup>**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

**Notas:**

\* Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

\*\* Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

\*\*\* Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

**Instalação:** 08/11/2016

**Prazo final:** 22/12/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)</b>	
VAGO	1. VAGO
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

**Telefone(s):** 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



### 3) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Prazo final prorrogado:** 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) <sup>(1)</sup>	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(1)</sup>	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>	4.

**Notas:**

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



#### 4) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros:** 23

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

#### MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*.. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

\*\*\*\*\*. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



**COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES****1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE**

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

**Secretário(a):** Ricardo Moreira Maia**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -**Telefone(s):** 61 33033516**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034544

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1.

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS****Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.

**Secretário(a):** Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -**Telefone(s):** 61 33034608**E-mail:** cas@senado.gov.br

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(8)</sup>

TITULARES	Suplentes
<b>Maioria (PMDB)</b>	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(1)</sup>	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(1)</sup>
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(1)</sup>	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) <sup>(1)</sup>
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(1)</sup>
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(1)</sup>	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(1)</sup>
Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(6)</sup>	1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) <sup>(6)</sup>
Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(6)</sup>	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6)</sup>
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(6)</sup>	3. VAGO <sup>(6,11)</sup>
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6)</sup>	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6)</sup>
Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(6)</sup>
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(6)</sup>	6. VAGO <sup>(6)</sup>
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(3)</sup>
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>	5. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(5)</sup>	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(5)</sup>
Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(5)</sup>	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(5)</sup>
Senador Wilder Morais (PP-GO) <sup>(5)</sup>	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(5)</sup>
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4)</sup>	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(4)</sup>
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(4)</sup>	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(2)</sup>
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(2,10)</sup>	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,10)</sup>
Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(2)</sup>

**Notas:**

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-GLDEM).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br





### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
VAGO	7. VAGO
VAGO	8. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6.
VAGO	7.
	8.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



## 5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br



### 5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

**Finalidade:** Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1.
VAGO	2.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1.
VAGO	2.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br



## 5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

**Finalidade:** Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1.

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br





### 5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Designação:** 15/04/2015

**Instalação:** 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Majoria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Telefone(s):** 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** scomcma@senado.gov.br



#### 5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

**(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Designação:** 06/05/2015

**Instalação:** 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Raymundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3519

**Fax:** 3303-1060

**E-mail:** cma@senado.gov.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
VAGO	5.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
VAGO	4.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



### **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO**

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Quintas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**Fax:** 3303-3546

**E-mail:** cre@senado.gov.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
	3.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br





## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286



### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



#### 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Majoria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
<b>Majoria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
	5. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627





**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1.
VAGO	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

**Secretário(a):** Marcello Varella**Reuniões:** Quintas-Feiras 8:00 horas -**Telefone(s):** 3303 3506**Fax:** 3303 1017**E-mail:** cra@senado.gov.br

### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomra@senado.gov.br



# 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
VAGO	5.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Terças-Feiras 8h:45min -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



### **11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**Finalidade:** Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Terças-Feiras 8h:45min -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

<b>TITULARES</b>	<b>Suplentes</b>
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
<b>Maioria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1. VAGO
	2.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1. VAGO
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO

**Secretário(a):** Bruno Souza de Barros**Telefone(s):** 3303 1095**E-mail:** csf@senado.leg.br

### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2.
VAGO	3.
VAGO	4.
VAGO	5.
<b>Majoria (PMDB)</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. VAGO
VAGO	4.
VAGO	5.
<b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>	
VAGO	1.
VAGO	2.
VAGO	3.
<b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b>	
VAGO	1.
VAGO	2.
<b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO

**Secretário(a):** Aírton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Terças-Feiras 14h30 -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** ctg@senado.leg.br



**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995

**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999

**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001

**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
VAGO		4.	
Maioria (PMDB)			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	
VAGO		4.	
Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
VAGO		3.	VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )			
VAGO		1.	VAGO
VAGO		2.	VAGO
Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )			
VAGO		1.	
VAGO		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
VAGO			

Atualização: 03/02/2017

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br





### 3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

**6ª Designação:** 11/03/2013

**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senadora Fátima Bezerra (RN)
<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (MG)
<b>PSB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
<b>PR</b>
Senador Wellington Fagundes (MT)
<b>PSD</b>
Senador Hélio José (PMDB-DF)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PRB</b>
VAGO (2,3,4,5,6)

**Atualização:** 08/02/2017

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of. nº 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



**4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS***(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PMDB</b>
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



## 5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(3,4,5,6)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(3)</sup>

**1ª Designação:** 23/03/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senador Eunício Oliveira (CE)
<b>PT</b>
VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PSDB</b>
Senador Tasso Jereissati (CE)
<b>PSB</b>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
<b>PDT</b>
Senador Acir Gurgacz (RO)
<b>PR</b>
Senador Cidinho Santos (MT) <sup>(7)</sup>
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senador Ciro Nogueira (PI)
<b>PTB</b>
VAGO <sup>(4,6)</sup>
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(1,8,9,10,11)</sup>
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 01/06/2017

### Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).



5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
9. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N ° 54/2016-BLOMOD.
10. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
11. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:** (7,8)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

**1ª Designação:** 30/11/2010

**2ª Designação:** 14/03/2011

**3ª Designação:** 21/03/2012

**4ª Designação:** 11/03/2013

**5ª Designação:** 20/05/2014

**6ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>
Senador Paulo Paim (RS)
<b>PSDB</b>
Senador Flexa Ribeiro (PA)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Lasier Martins (PSD-RS)
<b>PR</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
VAGO (3)
<b>PP</b>
Senador Gladson Cameli (AC)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PRB</b>
VAGO (1,4,5,6,9)
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 11/11/2015

**Notas:**

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)  
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012 )***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
<b>PMDB</b>
VAGO
<b>PT</b>
VAGO
<b>PSDB</b>
<b>PTB</b>
VAGO
<b>PP</b>
VAGO
<b>PDT</b>
<b>PSB</b>
VAGO
<b>DEM</b>
VAGO
<b>PR</b>
VAGO
<b>PSD</b>
VAGO
<b>PCdoB</b>
VAGO
<b>PV</b>
VAGO
<b>PRB</b>
VAGO
<b>PSC</b>
VAGO
<b>PSOL</b>
VAGO
<b>Representante da sociedade civil organizada</b>
VAGO
<b>Pesquisador com produção científica relevante</b>
VAGO
<b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b>
VAGO

**Atualização:** 31/01/2015



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(3)</sup>**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
<b>PT</b>
Senador Lindbergh Farias (RJ)
<b>PSDB</b>
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
<b>PR</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(2,4,5,6)</sup>
<b>PSOL</b>
Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(1)</sup>

**Atualização:** 18/10/2016**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO***(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(2)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senador Paulo Paim (RS)
<b>PSDB</b>
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
<b>PSB</b>
Senadora Lídice da Mata (BA)
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
<b>PR</b>
Senador Vicentinho Alves (TO)
<b>PSD</b>
Senador Otto Alencar (BA)
<b>DEM</b>
VAGO <sup>(3)</sup>
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
Senador Elmano Férrer (PMDB-PI)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(1,4,5,6,7)</sup>
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 11/11/2015**Notas:**

\* Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br





### 13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(3)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>PMDB</b>
Senadora Simone Tebet (MS)
<b>PT</b>
Senadora Fátima Bezerra (RN)
<b>PSDB</b>
Senador Antonio Anastasia (MG)
<b>PSB</b>
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
<b>PDT</b>
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
<b>PR</b>
Senador Wellington Fagundes (MT)
<b>PSD</b>
Senador Sérgio Petecão (AC)
<b>DEM</b>
Senador Wilder Morais (PP-GO)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PTB</b>
VAGO <sup>(2)</sup>
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>PCdoB</b>
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PRB</b>
Senador Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1,4,5,6)</sup>
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL**  
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do**

**RISF):**

---



**15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO***(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR***(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

## 17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(2)</sup>

**1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
<b>DEM</b>
Senador José Agripino (RN)
<b>PCdoB</b>
Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
<b>PMDB</b>
Senador Jader Barbalho (PA)
<b>PP</b>
Senadora Ana Amélia (RS)
<b>PPS</b>
Senador José Medeiros (PSD-MT)
<b>PR</b>
Senador Cidinho Santos (MT) <sup>(3)</sup>
<b>PRB</b>
VAGO <sup>(4,5,6,7)</sup>
<b>PSB</b>
Senador Roberto Rocha (MA)
<b>PSC</b>
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
<b>PSD</b>
Senador Omar Aziz (AM)
<b>PSDB</b>
Senador Tasso Jereissati (CE)
<b>PT</b>
Senador Jorge Viana (AC)
<b>PTB</b>
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
<b>REDE</b>
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

**Atualização:** 01/06/2016

### Notas:

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N.º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**

**Endereço:** Anexo II, térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA***(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
PMDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PSC
PRB
REDE
PV
PTC



**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br



Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

